



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**OLÍVIA BIASIN DIAS**

**OLHARES ESTRANGEIROS:  
IMPRESSÕES DOS VIAJANTES OITOCENTISTAS ACERCA DA BAHIA,  
SUA DIVERSIDADE RACIAL E SEU POTENCIAL PARA ALCANÇAR A  
CIVILIZAÇÃO**

Salvador

2013

**OLÍVIA BIASIN DIAS**

**OLHARES ESTRANGEIROS: IMPRESSÕES DOS VIAJANTES OITOCENTISTAS  
ACERCA DA BAHIA, SUA DIVERSIDADE RACIAL E SEU POTENCIAL PARA  
ALCANÇAR A CIVILIZAÇÃO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, como um dos requisitos obrigatórios para a obtenção do título de Doutora em História Social.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Edilece Souza Couto.

Salvador  
2013

---

D541 Dias, Olívia Biasin  
Olhares estrangeiros: impressões dos viajantes oitocentistas acerca da Bahia, sua diversidade racial e seu potencial para alcançar a civilização / Olívia Biasin Dias. – Salvador, 2013.  
226f.: il.

Orientadora: Profª Drª Edilece Souza Couto  
Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2013.

1. Viajantes - Bahia - Séc. XIX. 2. Raças - Diversidade. 3. Cultura - Bahia.  
4. Representações de grupos. 5. Bahia – História – Descrições e viagens. I. Couto, Edilece Souza. II. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD – 305.8

---

OLÍVIA BIASIN DIAS

**OLHARES ESTRANGEIROS: IMPRESSÕES DOS VIAJANTES OITOCENTISTAS  
ACERCA DA BAHIA, SUA DIVERSIDADE RACIAL E SEU POTENCIAL PARA  
ALCANÇAR A CIVILIZAÇÃO**

Tese apresentada como requisito final para a  
obtenção do título de Doutora em História  
Social, Faculdade de Filosofia e Ciências  
Humanas da Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em 18 julho de 2013

BANCA EXAMINADORA

Edilece Souza Couto (Orientadora) \_\_\_\_\_

Doutora em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP  
Universidade Federal da Bahia - UFBA/ FFCH

Maria Hilda Baqueiro Paraíso \_\_\_\_\_

Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo - USP  
Universidade Federal da Bahia - UFBA/ FFCH

Jeferson Afonso Bacelar \_\_\_\_\_

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia - UFBA  
Universidade Federal da Bahia - UFBA/CEAO

José Carlos Barreto de Santana \_\_\_\_\_

Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo - USP  
Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS

Rinaldo Cesar Nascimento Leite \_\_\_\_\_

Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP  
Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS

Aos viajantes que navegaram  
comigo nessa jornada...

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a Deus, que nunca me desampara e sempre me concede forças e estímulo para que eu siga em frente em busca dos meus sonhos.

Em especial, à minha mãe, Ângela Bruno Biasin, pelo amor, dedicação, paciência, atenção e incentivo.

À minha irmã, Andréa Biasin Dias, pelo carinho, estímulo e apoio.

Ao meu pai, Jorge Luís Dias, pelo carinho e apoio.

A Gabriel Machado Santos, pelo carinho, incentivo, dedicação e por me auxiliar com a formatação do trabalho.

À professora e orientadora deste trabalho, Edilece Souza Couto, pelas valiosas contribuições, amizade, carinho, apoio e parceria iniciada no meu mestrado, que continua gerando bons frutos.

Às professoras Maria Hilda B. Paraíso e Lina Aras, pelo carinho, sugestões e por terem acreditado no meu potencial quando cheguei, como aluna especial, ao Programa de Pós-graduação em História na Universidade Federal da Bahia.

Aos amigos que me incentivaram, entenderam minhas ausências e torceram por mim.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Muito obrigada por possibilitarem essa experiência tão gratificante e enriquecedora para meu crescimento pessoal e profissional!

Eu não sou da sua rua,  
Eu não sou o seu vizinho,  
Eu moro muito longe, sozinho.  
Estou aqui de passagem.  
Eu não sou da sua rua,  
Eu não falo a sua língua,  
Minha vida é diferente da sua.  
Estou aqui de passagem.  
Esse mundo não é meu,  
Esse mundo não é seu.

*Eu não sou da sua rua*  
Arnaldo Antunes/ Branco Mello

## RESUMO

A tese aborda a diversidade racial e cultural baiana por meio das observações dos viajantes estrangeiros Maria Graham, Charles Darwin, Daniel Kidder, conde de Suzannet, Robert Avé-Lallemant, Maximiliano de Habsburgo e Louis e Elizabeth Agassiz, que estiveram no Brasil, e passaram pela Bahia, no transcurso do século XIX. Demonstra-se como o componente humano – especialmente o negro, o índio e o mestiço – constituía objeto de interesse e apreciação desses agentes históricos. Além disto, constata-se que os temas: raça, religiosidade, educação e imigração europeia eram considerados fatores que poderiam afetar o grau de progresso e civilização da província da Bahia e, até mesmo, do Brasil. Para tanto, analisa-se de que modo as ideias e concepções de mundo presentes nos olhares dos visitantes gestaram imagens e representações acerca da Bahia oitocentista.

**Palavras-chave:** Viajantes estrangeiros. Diversidade racial e cultural. Representações. Bahia oitocentista.



## **ABSTRACT**

This paper analyzes how the racial and cultural diversity in Bahia was observed by eight foreign travelers who visited Brazil and went through Bahia, Maria Graham, Charles Darwin, Daniel Kidder, conde de Suzannet, Robert Avé-Lallemant, Maximiliano de Habsburgo e Louis e Elizabeth Agassiz, in the course of the nineteenth century, demonstrating how the human component - especially the black, Indian and mestizo - became object of interest and appreciation of these historical actors. It appears as items race, religion, education and European immigration were considered as factors that could affect the degree of progress and civilization of the province of Bahia and even Brazil. Therefore, I seek to identify how the ideas and worldviews present in the visitor's eyes gave birth images and representations about the nineteenth-century Bahia.

**Keywords:** Travelers. Racial and cultural diversity. Representation. Nineteenth-century Bahia.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	
Comparativo dos viajantes.....	35
Figura 1 .....	75
Cadeirinha de arruar, desenhada por Maria Graham.	
Fonte: GRAHAM, Maria. <i>Diário de uma Viagem ao Brasil e de uma estada neste país durante parte dos Anos de 1821, 1822 e 1823</i> . São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1956, p. 145.	
Figura 2.....	88
Negros Carregadores	
Desenho de J. J. Butler (1845).	
Fonte: KIDDER, Daniel P. <i>Reminiscências de viagens e permanência no Brasil (Províncias do Norte)</i> . São Paulo: Martins, 1943, p.7.	
Figura 3.....	89
Negra Baiana	
Desenho reproduzido no diário de Daniel Kidder.	
Fonte: KIDDER, Daniel P. <i>Reminiscências de viagens e permanência no Brasil (Províncias do Norte)</i> . São Paulo: Martins, 1943, p.34.	
Figura 4.....	100
Negra-Mina	
Foto de August Stahl, reproduzida no diário dos Agassiz	
Fonte: FERNANDES JUNIOR, Rubens. <i>O século XIX na fotografia brasileira</i> . Brasília: Fundação Armando Álvares Penteado, 2000, p. 47.	
Figura 5.....	100
Jovem Escrava	
Foto de August Stahl	
Fonte: FERNANDES JUNIOR, Rubens. <i>O século XIX na fotografia brasileira</i> . Brasília: Fundação Armando Álvares Penteado, 2000, p.47	
Figura 6.....	119
Negra da Bahia e Índia Botocudo	
Fotos de Marc Ferrez	
Fonte: FERNANDES JUNIOR, Rubens. <i>O século XIX na fotografia brasileira</i> . Brasília: Fundação Armando Álvares Penteado, 2000, p. 49.	
Figura 7.....	127
Retrato de Alexandrina (Cafusa)	
Desenho de William James	
Fonte: AGASSIZ, Jean L.R., AGASSIZ Elizabeth C. A. <i>Viagem ao Brasil: 1865-1866</i> . Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975, p. 154.	

Figura 8.....	127
Mulata	
Desenho de Cauchard	
Fonte: AGASSIZ, Jean L.R., AGASSIZ Elizabeth C. A. Viagem ao Brasil: 1865-1866. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975., p. 182.	
Figura 9.....	127
Jovem Mameluco	
Desenho de Cauchard	
Fonte: AGASSIZ, Jean L.R., AGASSIZ Elizabeth C. A. Viagem ao Brasil: 1865-1866. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975., p. 183.	
Figura 10.....	165
Anúncio do Collegio Bahiano Pedro II	
Fonte: Almanak administrativo, commercial e industrial da província da Bahia para o anno de 1873, compilado por Altino Rodrigues Pimenta. Bahia, Typographia de Oliveira Mendes, 1872, p.59.	
Figura 11.....	166
Anúncio do Collegio Coração de Maria	
Fonte: Almanak administrativo, commercial e industrial da província da Bahia para o anno de 1873, compilado por Altino Rodrigues Pimenta. Bahia, Typographia de Oliveira Mendes, 1872, p.86.	
Figura 12.....	168
Anúncio de aulas particulares, professor Austriclano Francisco Coelho	
Fonte: Almanach do Diario de Notícias, 1883, terceiro anno, Bahia.	
Figura 13.....	172
Anúncio da Libraire Française	
Fonte: Almanak administrativo, commercial e industrial da província da Bahia para o anno de 1873, compilado por Altino Rodrigues Pimenta. Bahia, Typographia de Oliveira Mendes, 1872, p.14-15.	
Figura 14.....	179
Anúncio de colégio para meninas, em Salvador, 1845.	
Fonte: Almanach civil, político e comercial da Bahia para o ano de 1845. [s.n.], Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo. Edição fac-similar, 1998.	

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

APEBA	Arquivo Público do Estado da Bahia
CEAO	Centro de Estudos Afro-Orientais - UFBA
CEB	Centro de Estudos Baianos - UFBA
CEDIC	Centro de Documentação e Informação Cultural sobre a Bahia
FFCH	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
IGHB	Instituto Geográfico e Histórico da Bahia
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
UFBA	Universidade Federal da Bahia

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	14
<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>VIAGENS, CIÊNCIA E DIVERSIDADE HUMANA</b>	22
1.1 VIAGENS AO BRASIL	22
1.2 VIAJANTES NA BAHIA OITOCENTISTA	26
1.3 O APELO DA NATUREZA TROPICAL: ENTRE O ROMANTISMO E A CIÊNCIA	36
1.4 PESQUISAS CIENTÍFICAS NOS TRÓPICOS	46
1.5 AS RAÇAS SOB OS OLHARES DOS VIAJANTES	55
<b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>O ELEMENTO HUMANO COMO ATRATIVO</b>	74
2.1 BAHIA: “A OPULENTE CIDADE DOS NEGROS”	74
2.1.1 Os tipos negros: diferentes, porém iguais	81
2.1.2 O Estigma do Cativo	94
2.2 O INDÍGENA: ENTRE O FASCÍNIO E A DETRAÇÃO	101
2.3 O BRANCO: INFERIORIZAÇÃO DO LUSO-BRASILEIRO	119
2.4 O MESTIÇO: “CRIAÇÃO COSMOPOLITA”	126
<b>CAPÍTULO 3</b>	
<b>EMERGÊNCIA EM CIVILIZAR</b>	142
3.1 RELIGIOSIDADE BAIANA: DE “PANTOMIMA SEM ORDEM” A “LOUCA BACANAL”	142
3.2 INSTRUIR E CIVILIZAR: RUMO À EVOLUÇÃO DOS HOMENS	160
3.2.1 Educação Formal	160
3.2.2 Educação Doméstica e Vida Social	177
3.3 IMIGRAÇÃO COMO SOLUÇÃO: MÃO DE OBRA LIVRE, BARATA E BRANCA	185
3.3.1 Formação da Identidade Nacional	185
3.3.2 Imigração no Brasil	189

<b>3.3.3 Trabalho Livre x Trabalho Escravo</b>	197
<b>3.3.4 Impressões acerca das Colônias na Província da Bahia</b>	200
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	210
<b>FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	217

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve o propósito de evidenciar o modo como os viajantes estrangeiros percebiam a pluralidade étnico-cultural baiana, no período imperial (1822-1889). Estudar a maneira como a diversidade racial foi paulatinamente sendo elaborada no imaginário dos viajantes revela-se importante para o entendimento das representações sociogeográficas referentes ao território baiano e suas populações, bem como nos ajuda a compreender a dinâmica sociocultural da Bahia nesse período e a entender o significado da imigração europeia no fim dos oitocentos.

Também buscamos analisar como as representações que os visitantes construíram acerca da província da Bahia se coadunavam com as imagens construídas acerca do Brasil e suas gentes, de modo que pontos de vista e construções ideológicas vão sendo revelados.

A temática proposta mostra-se importante para ampliar e discutir o conhecimento sobre a circularidade de idéias científicas e imperialistas nos oitocentos, evidenciando um momento de grande efervescência de ideais relativos à civilização e ao progresso. Assim, utilizamos essa discussão para examinar mentalidades e visões de mundo, atreladas aos conceitos de raça, nação e ao debate sobre imigração, mão de obra escrava, religiosidade e educação, presentes no contexto local.

Os modos de ver a Bahia e, mais especificamente, a cidade do Salvador, foram abordados na minha dissertação de mestrado, intitulada: *Falla-se todas as línguas: hospedagem, serviços e atrativos para os viajantes estrangeiros na Bahia Oitocentista*. Para analisar o modo como se dava a hospitalidade concedida aos viajantes e identificar os principais atrativos de Salvador e seus arredores, acompanhei, por meio de relatos de viagem, o cotidiano, as alegrias e os desconfortos vivenciados por esses estrangeiros em terras baianas, de modo que as impressões que eles delineavam da Bahia foram gradualmente sendo reveladas. Embora o foco da análise não incluísse as percepções elaboradas acerca da diversidade racial e do grau de progresso e civilização dos locais visitados, fui percebendo que impressões sobre esses aspectos permeavam toda a experiência da viagem, deixando essa questão em aberto e a minha certeza de que voltaria a acompanhar aqueles forasteiros nas suas aventuras por terras baianas.

A construção dessa tese se deu a partir de uma variedade de fontes impressas, como registros de falas de governadores baianos, anúncios publicados em almanaques que circularam na província e, principalmente, relatos de viagem. Ademais, consultamos extensa

bibliografia sobre a literatura de viagem, os discursos racialistas em voga na época e diversos aspectos da Bahia oitocentista.

Foram analisadas as narrativas produzidas pelos seguintes visitantes estrangeiros: a inglesa Maria Graham; o inglês Charles Darwin; o norte-americano Daniel Kidder; o francês conde de Suzannet; o alemão Robert Avé-Lallemant; o arquiduque austríaco Maximiliano de Habsburgo; e o casal norte-americano Louis e Elizabeth Agassiz. Eles estiveram no país e escreveram sobre a experiência durante o período imperial. Maria Graham chegou ao Brasil cerca de um ano antes da proclamação da Independência, sendo seu diário composto por escritos de 1821, 1822 e 1823.

Em alguns momentos do trabalho, especialmente no segundo capítulo, quando discorreremos sobre os tipos humanos encontrados na Bahia, utilizamos partes das narrativas de outros viajantes, que fogem à delimitação temporal, a exemplo de Maximiliano de Wied-Neuwied, que realizou a viagem entre 1815 e 1817.

A escolha dos viajantes tomados como objeto de investigação se deu a partir de três critérios: geográfico – todos estiveram na Bahia; nacionalidade – os sujeitos escolhidos eram estrangeiros, oriundos de países considerados civilizados; e cronológico – a pesquisa foi recortada num período temporal delimitado, entre o ano da Independência e o fim do Império no Brasil (1822-1889).

É digno de nota que dentre os viajantes-autores, foram selecionadas duas mulheres - Maria Graham e Elizabeth Agassiz - embora ambas estivessem acompanhando seus maridos. Importa-nos destacar as vivências e escritos de pessoas que romperam alguns padrões sociais, passaram por privações e conviveram com a máxima de que “mulher em barco dava azar”, ainda corrente na época.

A análise dos relatos está centrada em Salvador, capital e centro do poder político e econômico da província. Entretanto, seguimos o trajeto desses viajantes pelo interior, de modo que outras áreas e cidades também foram privilegiadas em alguns trechos, a fim de acrescentar dados relevantes acerca do nosso objeto de estudo.

Além das descrições dos lugares e suas gentes, esses escritos também informam sobre as identidades dos seus autores. Esses personagens eram dotados de repertórios culturais distintos, que condicionavam seus modos de observar e analisar o *outro*. Diversos fatores os influenciaram nos momentos em que formulavam suas opiniões, assim, essas narrativas carregam as marcas das suas histórias de vida, convicções religiosas, parâmetros científicos, políticos e filosóficos, camada social, profissão, bem como das próprias vivências em terras estranhas, resultando daí uma heterogeneidade de interpretações e juízos de valor.



Como não integravam a sociedade local, eles já vinham ao Brasil com uma ideia pré-concebida sobre o mesmo. Muitos tinham dificuldade para entender o idioma e mantiveram contato mais próximo apenas com estrangeiros e intérpretes, indivíduos com costumes “europeizados”, que informavam somente o que consideravam relevante segundo sua ótica e seus interesses. Assim, as informações chegavam aos forasteiros depois de passar por vários filtros, motivo pelo qual muitas vezes eles escreviam sobre os fatos observados sem contextualizá-los, o que acarretava em generalizações e imagens distorcidas.

Nem sempre os relatos permaneciam no seu formato original, não sendo publicados na íntegra. Quando já havia interesse em publicar, os fatos eram selecionados pelo cronista em virtude do que chamaria mais atenção dos futuros leitores e, além disso, os editores podiam fazer alterações nas narrativas antes de comercializá-las.

Nesse sentido, percebe-se que os discursos tinham que ser integrados a vários fatores, de modo que os relatos podem não transmitir impressões totalmente seguras. Embora seja inegável o valor dessas publicações enquanto fonte documental, apresentando informações de importante valor histórico-etnográfico, não se deve perder de vista a complexidade que envolve sua produção.

Em contrapartida, por terem vindo de outros países e pertencerem a outras culturas, os viajantes podiam fornecer dados a respeito de práticas muitas vezes consideradas irrelevantes pelos habitantes da terra, tidas como comuns e “naturais”, ganhando outra leitura ante o olhar estrangeiro. O contato com uma realidade distinta, tanto física quanto humana, favoreceu a realização de trocas culturais (desiguais), interações, aproximações, conflitos e reelaborações de significados. Assim, a experiência da viagem constituiu um limiar nas vidas dos visitantes e os relatos por eles produzidos um manancial de ricas informações para os pesquisadores atuais.

Para a realização desta pesquisa, tomamos como norte os procedimentos teórico-metodológicos da Nova História Cultural<sup>1</sup>, inseridos numa produção historiográfica que examina as culturas e suas representações. O conceito-chave empregado neste estudo é o de representação, partindo das leituras da obra do historiador francês Roger Chartier. Para este autor, os sujeitos descrevem a realidade tal como pensam que ela é ou como gostariam que fosse, deixando entrever - a partir das suas representações do mundo social - interesses e

---

<sup>1</sup> Corrente historiográfica que privilegia as práticas culturais, havendo a partir 1970 uma ampliação de fontes, objetos de estudo e períodos recortados.

posições pessoais ou de grupo. Assim, é preciso identificar o “modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler.”<sup>2</sup>

Conforme Chartier, as percepções dos sujeitos a respeito da sociedade não são discursos neutros, pois produzem estratégias e práticas (sociais, políticas etc.) que tendem a impor uma autoridade, legitimar um projeto reformador ou justificar escolhas e atos, menosprezando o que não lhes for conveniente.<sup>3</sup> Nesse sentido, “as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio.”<sup>4</sup> As representações só têm existência na medida em que geram ações, podendo transformar-se “[...] em máquina de fabricar respeito e submissão, num instrumento que produz uma exigência interiorizada, necessária exatamente onde faltar o possível recurso à força bruta.”<sup>5</sup>

Portanto, foram analisadas as relações entre as percepções dos viajantes e os processos de expansão econômica europeia e, em menor escala, norte-americana, num momento em que conhecimento, exploração e legitimidade científica se entrelaçavam.

Para a construção desse estudo foram importantes as reflexões de alguns autores que trabalham com a literatura de viagem, a exemplo de Ana Maria Belluzo,<sup>6</sup> Ilka Leite,<sup>7</sup> Miriam Leite,<sup>8</sup> Moema Augel<sup>9</sup> e Carlos José Barreiro.<sup>10</sup> Em destaque, as análises de Tzvetan Todorov<sup>11</sup> sobre as narrativas de viagem e a alteridade entre europeus e povos do Novo Mundo, assim como a crítica elaborada por Mary Pratt,<sup>12</sup> contribuindo para um melhor entendimento do fenômeno do imperialismo.

---

<sup>2</sup> CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, 1990, p.16-17.

<sup>3</sup> Ibidem, p.17.

<sup>4</sup> Ibidem, p.17.

<sup>5</sup> CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Revista das Revistas: estudos avançados*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 11, 1991, p. 1-10, p. 7.

<sup>6</sup> BELLUZZO, Ana Maria de M. *O Brasil dos viajantes: a construção da paisagem*. São Paulo: Metalivros; Salvador: Odebrechet, 1994.

<sup>7</sup> LEITE, Ilka Boaventura. *Antropologia da viagem: escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

<sup>8</sup> LEITE, Miriam L. M. *Livros de viagem (1803-1900)*. Rio de Janeiro: UFRJ Editora, 1997.

<sup>9</sup> AUGEL, Moema Parente. *Visitantes Estrangeiros na Bahia Oitocentista*. São Paulo, Cultrix; Brasília: INL, 1980.

<sup>10</sup> BARREIRO, Carlos José. *Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência*. São Paulo: UNESP, 2002.

<sup>11</sup> TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América – a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1993. \_\_\_\_\_. *A viagem e a narrativa*. In: *As morais da história*. Portugal: Publicações Europa-América, Biblioteca Universal, 1991.

<sup>12</sup> PRATT, Mary L. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. São Paulo: EDUSC, 1999.

Mary Pratt, em *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*, examinou a ideologia subjacente aos relatos de viagem escritos nos séculos XVIII e XIX sobre a África e a América Espanhola, forjando uma consciência planetária a respeito do *outro* e suas culturas. Ancorada em teorias formuladas no campo da crítica pós-colonial, analisa os relatos entendendo sua construção a partir do que ela chama de *zona de contato*, “espaços sociais onde culturas díspares se encontram, se chocam, se entrelaçam uma com a outra, frequentemente em relações extremamente assimétricas de dominação e subordinação.”<sup>13</sup> Completa este conceito salientando que nas relações estabelecidas a partir de uma perspectiva de contato ocorre a transculturação, quando os dois lados sofrem, em alguma medida, transformações neste encontro. A autora mostra, ainda, que a literatura de viagem apoia-se sobre as mesmas bases ideológicas e discursivas do capitalismo. Embora o Brasil não tenha sido tema de discussão, as interpretações e críticas formuladas pela autora nos são de grande valia.

Os referidos trabalhos versam sobre temáticas que não constituem meu principal objeto de pesquisa. Porém, os mesmos se encontram estritamente relacionados com as reflexões pretendidas nesse estudo, apresentando-se como relevantes referências bibliográficas. Nesse sentido, dedicamos-nos a perceber importantes fragmentos da multiplicidade de imagens e contornos sobre a Bahia e seus habitantes no período estudado. Não tivemos a pretensão de apresentar resultados totalmente novos, mas sim analisar aspectos abordados secundariamente em outras pesquisas.

As experiências resultantes das grandes expedições marítimas do século XVIII e das viagens de circum-navegação do XIX contribuíram para o crescente prestígio de um gênero literário que apresentava ao público os distantes mundos dos povos extraeuropeus.

No século XIX houve o fortalecimento da cultura impressa de massa, de modo que a literatura de viagem ganhou maior visibilidade, integrando uma indústria editorial rentável. Vale ressaltar que a produção literária, muitas vezes, mesclava o interesse acadêmico-científico com a intenção de difundir e legitimar o expansionismo econômico e político-militar de países europeus, especialmente da Grã-Bretanha, ou possuía o intuito de fornecer informações a respeito da colonização e da imigração europeia.<sup>14</sup> Os relatos de viagem eram mediadores entre a rede científica e o público europeu mais amplo, desempenhando papel central na legitimação da autoridade científica e de seu projeto global. Com efeito, como nos

---

<sup>13</sup> *Ibidem*, p. 27

<sup>14</sup> AUGEL, Moema P. *op. cit.*

diz Chartier<sup>15</sup>, uma obra literária é sempre produtora de sentidos e significações, podendo ser encarada como objeto de manipulação de diversos agentes, tais como editores e escritores.

Conforme análise de Todorov, a maioria das narrativas de viagem foi escrita por representantes do colonialismo, desdobrando-se em três modalidades: militar, comercial e espiritual. Independente da categoria na qual se inseriam, os autores compartilhavam um olhar curioso e a segurança de saber-se superior em relação às culturas que observavam.<sup>16</sup>

De modo geral, as narrativas eram publicadas nos países de origem dos autores, sendo lidas em língua estrangeira pelos intelectuais nacionais. A maioria dos títulos foi publicada no Brasil, em português, apenas no século XX.

Tais relatos ajudaram a criar uma imagem de Brasil para os próprios brasileiros, através das descrições geográficas e da constituição racial e cultural do povo, já que nesse período as configurações física e humana do país eram pouco conhecidas.

Em relação à veracidade dos textos analisados, cabe ressaltar que a principal preocupação desta pesquisa não é conferir se as descrições das cidades e dos seus habitantes condiziam com a realidade, mas sim indicar as impressões referentes ao *outro*, construtoras de representações sociogeográficas dos lugares. Como boa parte dos relatos era complementada com ilustrações, pode-se dizer que textos e imagens produziam pseudo-realidades. No entanto, como nos diz Peter Gay “[...] as percepções são fatos tão sólidos quanto a mais brutal realidade; elas têm igualmente conseqüências no mundo.”<sup>17</sup>

Para se ter uma noção de como as narrativas de viagem construía uma geografia imaginária do lugar e serviam de referências para futuros viajantes e leitores em geral, vale citar o comentário feito pelo Conde de Suzannet, quando deixou Ouro Preto, em Minas Gerais: “A cidade já foi tantas vezes descrita por viajantes que lá estiveram, que me achei dispensado de uma longa estada”.<sup>18</sup>

Os viajantes estavam conectados com o universo das viagens e as informações eram extensamente compartilhadas. Em um período no qual o visitante não podia contar com o auxílio das reportagens de rádio, televisão e internet, esses relatos - na forma de cartas, livros ou matérias publicadas em periódicos - tiveram um papel fundamental na criação de imagens referentes ao Brasil. Assim, mesmo aqueles que nunca pensaram em viajar ou que não

---

<sup>15</sup> CHARTIER, Roger. op. cit., 1990.

<sup>16</sup> Para o autor, esse sentimento de preeminência do europeu em relação às demais culturas permanece até a atualidade. TODOROV, Tzvetan. A viagem e seu relato. *Revista de letras da UNESP*. São Paulo, v.46, n.1, 2006, p. 10.

<sup>17</sup> GAY, Peter. *Guerras do prazer: a experiência burguesa – da rainha Vitoria a Freud*. São Paulo: Cia das Letras, 2001, p. 44.

<sup>18</sup> SUZANNET, Conde de. *O Brasil em 1845*. Rio de Janeiro: Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1957, p.103.

tiveram a oportunidade ou a coragem necessária para conhecer pessoalmente essa parte do novo mundo, ao menos, saciavam sua curiosidade conhecendo-a através da literatura.

Nos relatos, o elemento tempo, por vezes, aparece de forma descontínua ou incoerente. Alguns viajantes, como Kidder e Suzannet, não organizavam os acontecimentos dividindo-os em dias da semana e datas, conforme o modelo de diário. Alguns autores, a exemplo de Darwin, admitiram a possibilidade de haver falhas e lacunas nas suas análises.

[...] Ademais, como um número de fatos isolados logo se torna desinteressante, o hábito da comparação conduz ao da generalização. De outro lado, com apenas demorar-se pouco tempo em cada lugar, o viajante faz descrições que são geralmente meros esboços, em vez de observações pormenorizadas. Daí surge, como aprendi à minha própria custa, a constante tendência de preencher as grandes lacunas do conhecimento, com hipóteses superficiais e imprecisas.<sup>19</sup>

Louis e Elizabeth Agassiz fizeram o seguinte questionamento sobre o ato de examinar uma sociedade da qual não eram integrantes: “[...] uma permanência de alguns meses no meio de um povo é suficiente para penetrar bem em seu caráter?”<sup>20</sup>

Por sua vez, quanto ao seu relato, o conde de Suzannet afirmou:

Minha opinião é sem dúvida severa, mas imparcial. Procurei apoiar o meu julgamento em fatos. Meu trabalho, embora mais completo, está ainda muito imperfeito. Assim sendo, é apenas a título de estudo e de simples informação que o submeto aos leitores, esperando que, em falta de melhor, acolherão com indulgência essas impressões de viagens em países que merecem a atenção dos políticos.<sup>21</sup>

Ele disse, ainda, que havia sacrificado questões detalhadas em detrimento de interesses mais gerais e que procurou “[...] fazer o leitor compreender e compartilhar das minhas impressões, em lugar de distraí-lo, apenas, com a narração de incidentes de viagem.”<sup>22</sup> Isto é, ao mesmo tempo em que declarou ter assumido uma posição de imparcialidade, admitiu que o trabalho estava incompleto e que havia descartado dados mais detalhados. Essas explicações se revelaram incoerentes, alertando-nos para as dificuldades da utilização desse tipo de fonte.

Esses autores puseram à disposição dos europeus as informações que circulavam no Velho Mundo sobre as pessoas e as paisagens do Brasil e da Bahia. As narrativas constituíam-

<sup>19</sup> DARWIN, Charles. 2 ed. *Viagem de um naturalista ao redor do mundo*. São Paulo: Abril Cultural, [19-], p.132.

<sup>20</sup> AGASSIZ, Jean L.R.; Elizabeth C. A. *Viagem ao Brasil: 1865-1866*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1975, p.180.

<sup>21</sup> SUZANNET, Conde de. *O Brasil em 1845*. Rio de Janeiro: Livraria Casa do Estudante do Brasil, 1957, p. 14.

<sup>22</sup> *Ibidem*, p.14.

se um exercício de observação que não incluía a “discussão do lugar do olhar”<sup>23</sup>, daí que todas essas advertências nos mostram o quão importante se faz uma abordagem crítica no que concerne à análise dessa modalidade de literatura. Não se pode perder de vista a historicidade dos relatos, o contexto em que foram escritos e todas as suas instâncias de produção, circulação e apropriação. Esse gênero literário é uma expressão cultural que influenciou comportamentos, experiências e criou estereótipos acerca das regiões retratadas.

\*\*\*

A tese apresenta, inicialmente, os objetivos dos viajantes estrangeiros que vieram ao Brasil e estiveram na Bahia, ressaltando o significado atribuído às viagens e a conexão das mesmas com o panorama histórico-político-cultural do mundo ocidental. Também se destacou a importância concedida à ciência, bem como a representatividade do Brasil enquanto local privilegiado para a realização de pesquisas científicas.

No segundo capítulo, identificamos como o componente humano - branco, negro, indígena e mestiço - aparece representado nos relatos e, entre eles, quais constituíam objeto de interesse e apreciação dos viajantes. Em seguida, é abordado de que maneira esses agentes históricos, ao participarem da dinâmica da Bahia e dialogarem com a população local, legitimavam sua suposta supremacia racial, moral e intelectual, reinterando uma representação de Brasil exótico.

Por fim, no terceiro capítulo, é indicado em que proporção o tripé evangelização, educação e imigração era encarado pelos visitantes como fator que poderia auxiliar o Brasil a progredir e alcançar um grau satisfatório de civilização.

Privilegiamos analisar as percepções e opiniões, nem sempre unívocas, que os viajantes formularam sobre a Bahia oitocentista, detectando uma expressiva alteridade em relação às sociedades visitadas.

---

<sup>23</sup> LEITE, Ilka B. op. cit., p. 98.

## CAPÍTULO 1. VIAGENS, CIÊNCIA E DIVERSIDADE HUMANA

O primeiro capítulo apresenta os objetivos dos viajantes estrangeiros que vieram ao Brasil e estiveram na Bahia, contendo uma breve biografia desses autores e um quadro comparativo entre eles, ressaltando a nacionalidade, religião, motivações para a realização da viagem, tempo de permanência, ano de nascimento-morte e se fizeram menção a outros viajantes ou livros sobre o país. Também são analisadas a importância concedida à ciência e a representatividade do Brasil enquanto local privilegiado para a realização de pesquisas científicas, bem como as principais teorias raciais vigentes no período, com vistas a explicar a pluralidade humana estética e cultural. Para tanto, o capítulo é dividido nas seguintes seções: 1.1 Viagens ao Brasil, 1.2 Viajantes na Bahia oitocentista, 1.3 O apelo da natureza tropical: entre o romantismo e a ciência, 1.4 Pesquisas científicas nos trópicos, 1.5 As raças sob os olhares dos viajantes.

### 1.1. VIAGENS AO BRASIL

As viagens sempre estiveram presentes na vida dos seres humanos, motivadas por diferentes anseios e necessidades. Os deslocamentos vinculados à conquista do Novo Mundo foram motivados pela atividade comercial, expansão religiosa e crença no Éden<sup>1</sup>. Posteriormente, as viagens das luzes objetivaram a ampliação do conhecimento e ordenação do mundo, enquanto nas viagens imperiais do século XIX buscava-se o domínio do *outro* por meio do saber.

Na segunda metade do século XIX o ato de viajar adquiriu um novo significado social e tornou-se uma atividade econômica em crescente expansão no mundo ocidental, baseado em diversas transformações sócio-culturais ocorridas na Europa<sup>2</sup>. A substituição da tração humana ou animal pela máquina a vapor proporcionou aos barcos e trens maior velocidade,

---

<sup>1</sup> A ideia de paraíso remonta a gênese bíblica, trata-se do jardim do Éden, representado por um espaço ideal. O mito do éden mescla-se com os da tradição judaico-cristã e greco-romana, como o da Idade do Ouro e dos Campos Elíseos, sendo reatualizados nos grandes descobrimentos. A crença na realidade física do Éden desencadeou nos navegadores e colonizadores dos séculos XVI e XVII o anseio de encontrá-lo, projetando no Novo Mundo os elementos paradisíacos do seu imaginário. HOLANDA, Sergio B. de. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Cia Ed Nacional, 1985.

<sup>2</sup> O turismo moderno ou organizado surgiu justamente no século XIX. BOYER, Marc. *História do Turismo de Massa*. Bauru: EDUSC; Salvador: EDUFBA, 2003.

conforto e capacidade para transportar passageiros e produtos, mudando a relação do homem com o tempo e o espaço.

O avanço dessa e de outras técnicas, a migração de trabalhadores das áreas rurais para as cidades, a ascensão da burguesia, o valor que passou a ser concedido ao tempo livre - convertido em tempo social - geraram significativas mudanças urbanas, ocasionando o surgimento de novas atividades comerciais e o fortalecimento de setores da economia que possuíam pouca representatividade. Tais transformações influenciaram decisivamente na consolidação do hábito de viajar e alteraram o perfil das viagens realizadas até então.

Assim, as viagens de longa distância realizadas no decorrer dos oitocentos estão ligadas a mudanças comportamentais, novas motivações e, sobretudo, a revolução nos transportes. O Brasil não ficou alheio a essas transformações, passando a se constituir em destino para os mais diversos tipos de viajantes, com seus variados objetivos.

A transferência da Corte Portuguesa e a abertura dos portos ao comércio exterior, em 1808, resultaram em fatos que incentivaram a vinda de estrangeiros às terras brasílicas. Esses acontecimentos, além de marcos no processo de emancipação política, apontaram o início de novas relações comerciais e culturais, influenciando sobremaneira no desenvolvimento urbano das principais cidades brasileiras.

O século XIX se caracterizou no Brasil como um período de profundas transformações sociais: a chegada da Família Real (1808), a elevação do Brasil à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves (1815), a independência (1822), o golpe da maioria (1840), a proibição do tráfico de escravos (1831/1850), a abolição da escravidão (1888) e, no âmbito político-cultural, a primeira tentativa de elaboração de uma identidade nacional.

Esse século foi fortemente antropocêntrico, o tempo de o homem ocidental celebrar sua capacidade inventiva, seu domínio sobre a natureza e enaltecer os conceitos de modernidade e civilidade, pontos centrais da ideologia burguesa. Os países europeus que propagavam esses ideais, sobretudo Inglaterra e França, eram apresentados como modelos a serem seguidos, com estilos de vida a serem imitados.

Nos oitocentos, a Inglaterra era a maior potência mundial e a história do Brasil estava vinculada a esse país, sobretudo no campo econômico. A união efetivada entre Portugal e Inglaterra frente ao Bloqueio Continental e a ajuda que a Corte recebeu para transferir-se para a Colônia, colocaram a Inglaterra em uma situação privilegiada. Por isso, os ingleses eram beneficiários de uma tarifa alfandegária menor, resultando daí a vinda de diversos negociantes que abriram filiais de suas lojas e empresas em território brasileiro. Na Bahia, as firmas Lyon and Parkinson, Lebreton Whateley and Co. , John Foster, dentre outras, vendiam tecidos de



algodão, cutelaria, porcelanas, lãs, carvão e toda sorte de produtos vindos da Inglaterra.<sup>3</sup> Posteriormente, foram instaladas empresas pioneiras no ramo da indústria, da exploração mineral, do mercado financeiro e dos transportes. Esses investimentos, na medida em que ajudavam a província a se modernizar, acentuavam sua subordinação ao capital inglês.

Entre os anos de 1806 e 1822, o escritor inglês Robert Southey produziu a obra *Histories of Brazil*, publicada em três volumes. O autor, que nunca esteve no Brasil, mas viveu alguns anos em Portugal, escreveu a obra baseada em farta documentação pesquisada nos arquivos de Lisboa ou adquirida por intermédio de comerciantes estrangeiros. Através da história por ele elaborada, que passou a servir de referência bibliográfica, os ingleses construíram imagens referentes ao mundo tropical, direcionando o olhar para essa terra distante, bela e “exótica”.<sup>4</sup>

Quanto aos franceses, eles começaram a vir em maior número a partir de 1815, após o restabelecimento da paz na Europa. Contudo, o Brasil sofria uma forte influência cultural da França desde o século XVIII, inclusive no tocante aos ideais filosóficos e políticos. Cabe assinalar que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado no Rio de Janeiro em 1838, durante seus primeiros anos manteve intensa relação com o *Institut Historique de Paris*, criado em 1834, fornecendo modelos de produção historiográfica e de vida social para os intelectuais nacionais.<sup>5</sup>

O matrimônio selado entre D. Leopoldina da Áustria e D. Pedro I incentivou a vinda de viajantes germânicos ao Brasil. Aproveitando a ocasião de sua boda, em 1817, a futura imperatriz convidou um grupo de naturalistas para acompanhá-la à sua nova morada, onde deveriam realizar pesquisas científicas e traçar um panorama dos recursos naturais e dos costumes da população. Os célebres naturalistas bávaros Spix & Martius integraram essa expedição, percorrendo boa parte do território brasileiro durante três anos.<sup>6</sup>

A partir desse acontecimento os contatos se estreitaram, acarretando na vinda de representantes comerciais e de visitantes alemães em geral. Na capital baiana, em 1820, foi aberto o consulado de Hamburgo, a partir da década de 1860 foram inauguradas escolas alemãs visando à educação infantil e, em 1873, foi fundado o Clube Germânico. Esses dados demonstram quão significativa foi a presença dos alemães na Bahia, até mesmo porque

---

<sup>3</sup>VERGER, Pierre. *Notícias da Bahia-1850*. Salvador: Corrupio, 1999.

<sup>4</sup>DIAS, M. O. da S. *O Fardo do Homem Branco* - Shouthey, historiador do Brasil. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1974.

<sup>5</sup>GUIMARÃES, M. L. L. S. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.1, n. 1, 1998, p. 12.

<sup>6</sup>Em português, a obra foi editada em 2 volumes: VON SPIX, J. B. e VON MARTIUS, C. F. P. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

muitos negociantes, médicos, boticários, educadores e uma gama de outros profissionais se fixaram em Salvador e no interior da Província.<sup>7</sup>

Por seu turno, os Estados Unidos e o Brasil mantiveram relações diplomáticas desde a abertura dos portos, quando um agente norte-americano, Henry Hill, foi enviado ao Brasil. Sabe-se que poucos foram os estadunidenses que nos visitaram na primeira metade do século, destacando-se os missionários religiosos de denominações protestantes<sup>8</sup> que vieram divulgar a Sagrada Escritura. As investidas missionárias que mais se destacaram no Brasil foram as de grupos norte-americanos, como os presbiterianos e os metodistas, sempre apresentando os Estados Unidos como modelo exemplar de nação moderna, com leis, costumes, sistema educacional, economia e religião dignos de serem imitados. Essas Igrejas foram implantadas na América Latina nos oitocentos, construindo suas bases no Rio de Janeiro e em Buenos Aires. Porém, na segunda metade do século, além dos missionários, naturalistas, negociantes e profissionais de outros ramos também aportaram em terras brasileiras, posto que os Estados Unidos estavam focados em expandir sua rede comercial. Para se ter uma ideia das relações estabelecidas entre os dois países, basta lembrar que a partir de 1865 os Estados Unidos passaram a ser os principais compradores do café brasileiro.<sup>9</sup>

A Rússia tampouco ficou alheia ao ciclo de viagens ao Brasil. Para tanto, o czar Alexandre I custeou a vinda de naturalistas e artistas interessados em realizar pesquisas. O cônsul geral da Rússia, barão de Langsdorff, durante uma viagem ao redor do mundo, encantou-se com as belezas naturais do Brasil, fato que o levou a transferir-se para cá, em 1813, onde continuou a exercer, no Rio de Janeiro, a função de cônsul de seu país.

Essas viagens constituem um dos aspectos do processo de internacionalização pelo qual o Brasil estava passando, sendo realizadas no contexto da expansão capitalista do século XIX. Apresentavam dois grupos que viviam momentos político-expansionistas distintos: Inglaterra, França e, em menor escala, a Rússia e os Estados Unidos, que já tinham uma burguesia fortalecida, interessada na exploração imediata. Por sua vez, a Alemanha, a Áustria, a Suécia, a Itália e outros, ainda não estavam consolidadas enquanto nações unificadas, de modo que não participavam com a mesma intensidade da corrida expansionista, em decorrência das lutas

---

<sup>7</sup>Ver ARAS, Lina M. B. de.; BARRETO, Maria R. N. Salvador, cidade do mundo: da Alemanha para a Bahia. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, vol. 10, p. 151-72, jan./abr., 2003.

<sup>8</sup>D. João VI havia declarado tolerância religiosa aos cultos não-católicos, embora o catolicismo fosse a religião do Estado, única com direito a celebrar cerimônias públicas. Já as religiões de matriz africana eram perseguidas e tratadas como feitiçaria.

<sup>9</sup>Ver WRIGHT, Antonia F. P. de Almeida. *Desafio americano à preponderância britânica no Brasil, 1808-1850*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1978.

internas e do seu *status* dentro do continente europeu. Essas diferenças refletiam o perfil dos viajantes, havendo muito mais comerciantes ingleses que alemães, por exemplo.<sup>10</sup>

No decorrer do século XIX, a ciência, a história natural e a etnologia estavam em voga na França (considerada o centro da civilidade), surgindo nesse e nos demais países da Europa ocidental uma tendência às viagens, prática que inspira conhecimento, aventura, determinação, crescimento econômico e cultural. Ademais, esse século foi marcado pelos ideais românticos, que apontaram novas motivações para as viagens: a contemplação das paisagens naturais e a necessidade de descanso.

Grande parte dos viajantes que esteve no Brasil oitocentista integrava alguma expedição científica que visitaria diversos países. Entre esses pesquisadores, destacaram-se geólogos, botânicos, zoólogos, etnógrafos e mineralogistas. Na maioria dos casos eles desejavam completar pesquisas já iniciadas em seus países de origem. No entanto, apesar de os naturalistas representarem a maioria, eles não foram os únicos estrangeiros a aportar em terras brasileiras. Muitos artistas, jornalistas, missionários religiosos, negociantes, diplomatas, comerciantes, engenheiros, médicos, educadores, profissionais liberais, aventureiros e pessoas com a finalidade de visitar parentes estiveram no Brasil, a trabalho ou a passeio. Ao longo dos oitocentos já se verificam algumas viagens motivadas pela recreação ou curiosidade de conhecer novos lugares, o que atualmente chamamos de *turismo de lazer*.<sup>11</sup>

Outros indivíduos vieram ao país com o intuito de escrever sobre a experiência da viagem para, depois, publicá-la. O gênero de aventura estava em voga na Europa e nos Estados Unidos, de modo que os jornais e as editoras tinham grande interesse pelos relatos de viagem.

## 1.2 VIAJANTES NA BAHIA OITOCENTISTA

No século XIX, muitos estrangeiros que estiveram no Brasil vieram à Bahia, a maioria com interesses científicos ou comerciais. Entre 1817-1820, os já citados pesquisadores Spix & Martius estiveram em terras baianas. Em 1818, foi a vez do comerciante francês Louis François de Tollenare. O desenhista alemão Johann Moritz Rugendas empreendeu a viagem em 1822, acompanhando a expedição financiada pelo czar russo Alexandre I. O espanhol

---

<sup>10</sup> LEITE, Ilka B. op. cit, p.67.

<sup>11</sup> Sobre esse enfoque, ver Dias, Olívia Biasin. *Falla-se todas as línguas: hospedagem, serviços e atrativos para os viajantes estrangeiros na Bahia oitocentista*. 2007. 174 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

Manuel de Almagro passou pela Bahia em 1862, durante uma missão científica, e William Scully no ano de 1866, com objetivos comerciais e ligados à imigração, só para citar alguns exemplos.

No decorrer dos oitocentos a Bahia também recebeu diversos hóspedes ilustres, como o príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied, entre 1815-1817; o príncipe de Joinville, François Ferdinand de Orléans, em 1840; o príncipe Adalbert da Prússia, que permaneceu quatro dias em Salvador, em 1843; o príncipe Duque de Württemberg, em 1853; e a princesa Therese da Baviera, que esteve na província em 1888.<sup>12</sup>

Entender os objetivos da viagem é a peça-chave para apreendermos sua significação. Afinal, o que motivou esses sujeitos a sofrerem privações; atravessarem o Atlântico (já que a maioria vinha da Europa); permanecerem cerca de três meses a bordo de um navio - apesar do vapor, suas condições ainda eram precárias - passarem por diversos obstáculos em terra; e travarem contato com pessoas de hábitos e idiomas diferentes dos seus?

Quando veio ao Brasil, a inglesa **Maria Graham** já estava acostumada às viagens. Na companhia do pai, que era almirante, havia conhecido a Índia e escrito um livro sobre a aventura. Em 1809, casou-se com o capitão da marinha inglesa, Thomas Graham, com quem empreendeu uma viagem com destino à América do Sul, em meados de 1821.<sup>13</sup>

A bordo da fragata *Doris*, capitaneada por seu marido, Maria Graham exerceu o cargo de professora, ministrando aulas para o grupo de guardas-marinha que estava na fragata, todos realizando uma viagem de aprendizado. No Brasil, o navio aportou primeiramente em Pernambuco, deslocando-se em seguida para Salvador, onde permaneceu por 53 dias e, posteriormente, dirigiu-se ao Rio de Janeiro. A viajante passou duas vezes pela Bahia, em 1821 e 1822. Ela desempenhou a função de preceptora da Princesa D. Maria da Glória, no ano de 1824, morando por um tempo na Corte. Mas devido a conflitos de relacionamento não permaneceu no cargo, retornando ao seu país em 1825. Após ficar viúva, casou-se em segundas núpcias com o artista plástico Augustus Calcott. Em 1842, faleceu vítima de tuberculose.

Maria Graham, que também era escritora, provavelmente tinha o interesse de publicar suas impressões a respeito do Brasil. Antes de realizar essa viagem ela já havia publicado cinco livros, tendo escrito um total de 18 obras ao longo da carreira, algumas das quais

---

<sup>12</sup> VERGER, Pierre. Op. cit.

<sup>13</sup> GRAHAM, Maria. *Diário de uma Viagem ao Brasil e de uma estada neste país durante parte dos Anos de 1821, 1822 e 1823*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1956.

narrativas de viagens. O seu diário foi editado pela primeira vez em 1824, na Inglaterra. A obra foi traduzida e publicada em português apenas em 1956.

O inglês **Charles Robert Darwin** estudou medicina em Edimburgo, mas abandonou o curso em 1827. Pouco depois, ingressou no *Christ's College*, em Cambridge, com o intuito de tornar-se pastor da Igreja Anglicana. Frequentou aulas de geologia e botânica, sendo indicado por John Henslow, seu professor de botânica, para participar da comissão científica chefiada pelo capitão Fitzroy, que pretendia dar a volta ao mundo a bordo do navio *Beagle*, a fim de ampliar um levantamento hidrográfico das águas sul-americanas. O jovem Darwin, então com 22 anos, ainda era um naturalista pouco experiente e sem remuneração quando enxergou nessa viagem a oportunidade de ampliar seus conhecimentos sobre geologia e história natural.<sup>14</sup>

A primeira edição do seu diário foi publicada em 1839, como pertencente ao terceiro volume da série organizada por Fitzroy. No mesmo ano, o relato ganhou nova edição, sendo publicado separadamente. No prefácio, ele evidenciou que a obra se destinava “ao leitor de generalidades”, revelando que em algumas passagens foram feitas adições que tornariam a leitura do livro “mais aprazível ao gosto popular”.<sup>15</sup>

O vapor *Beagle* deixou Devonport em 27 de dezembro de 1831, atracando em Salvador depois de aproximadamente dois meses de viagem. A expedição permaneceu na capital baiana cerca de dezoito dias e seguiu para o Rio de Janeiro. Ao deixar o Brasil, o vapor se dirigiu a Montevideú, Buenos Aires, Terra do Fogo, costa do Chile e várias ilhas do Pacífico. Na volta, passaram novamente por terras brasileiras, ficando quatro dias na Bahia, “a fim de completar as mediações cronométricas do mundo”, antes de regressar definitivamente para a Europa.<sup>16</sup> Após coletar grande quantidade de material na circum-navegação, que durou quase cinco anos (1831-1836), organizou as ideias contidas na obra que o consagrou, *A origem das espécies*, de 1859.

Ao longo do século XIX, o Brasil foi o destino de viagem escolhido por vários religiosos que visavam expandir sua crença. Esses visitantes observaram e teceram comentários a respeito das diversas características dos locais visitados, sendo os aspectos da vida religiosa o que mais lhes despertavam a atenção.

---

<sup>14</sup> BROWNE, Janet. *A origem das espécies de Darwin: uma biografia*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2007.

<sup>15</sup> DARWIN, Charles. *Viagem de um naturalista ao redor do mundo*. São Paulo: Abril Cultural, [19-], prefácio.

<sup>16</sup> *Ibidem*, p. 128.

O missionário metodista norte-americano **Daniel Parish Kidder**, na companhia da sua esposa Cynthia H. Russel, permaneceu no Brasil durante o período regencial, entre os anos de 1837 e 1840, percorrendo quase todas as províncias do país, com a finalidade de pregar a fé.

Como subsídio para os nossos trabalhos evangélicos tínhamos preparado quatro novas publicações em português, especialmente adaptadas ao ambiente brasileiro. Delas tiramos larga edição e desembaraçamos da Alfândega nova remessa de Bíblias, Testamentos e Saltérios, recebida dos Estados-Unidos, que melhor nos aparelhou para o bom desempenho de nossa missão.<sup>17</sup>

Kidder aproveitou a viagem para observar os costumes dos habitantes dos diferentes lugares por onde pregava. No seu livro, dedicou um capítulo à história da Bahia, relatando a “descoberta” do Brasil e a trajetória de Caramuru. Registrou que ao iniciar os apontamentos tinha a intenção de dedicar pelo menos um capítulo ao “aborígene brasileiro” e outro à obra dos jesuítas, o que não fora possível devido à amplitude de temas a serem abordados.<sup>18</sup>

O missionário viajou pelo norte do país de 1837 a 1839, passando duas vezes pela Bahia no último ano. Em 1840, em virtude do falecimento de sua esposa, regressou aos Estados Unidos. Depois de desenvolver diversas atividades no âmbito religioso, tornou-se professor de Teologia Prática em dois seminários americanos e, em 1880, foi eleito membro da Comissão de Educação da Igreja Metodista, aposentando-se em 1887.<sup>19</sup>

As anotações foram publicadas em dois volumes, no ano de 1845; o primeiro abordando sua estada em São Paulo e no Rio de Janeiro; e o segundo relatando as observações acerca das províncias do norte. O livro circulou simultaneamente em Londres e na Filadélfia, no Brasil foi traduzido para o português na década de 1940. Outra versão da obra foi organizada pelo missionário presbiteriano James Cooley Fletcher (1823-1901), que a complementou com algumas recordações do período em que esteve no país. O livro foi publicado em 1857, tendo sucessivas reedições nos Estados Unidos.<sup>20</sup>

Fletcher esteve no Brasil entre 1852-1865. Tornou-se amigo de importantes políticos brasileiros, a maioria do partido liberal, e manteve contato com o imperador D. Pedro II. Sua ação missionária incluía a atuação ao lado de figuras públicas em busca de concessões e privilégios para os não-católicos, como a luta pelo casamento civil, pela liberdade religiosa e

---

<sup>17</sup>KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil (Províncias do Norte)*. São Paulo: Martins, 1943, v. II, p. 2.

<sup>18</sup>Ibidem, p. 244.

<sup>19</sup>KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil (Rio de Janeiro e Província de São Paulo)*. São Paulo: Martins, 1940, v. 1, p. V.

<sup>20</sup>KIDDER e FLETCHER (1845). *O Brasil e os brasileiros*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1941.

pela modernização do Brasil, que deveria ser realizada com o auxílio da tecnologia estadunidense.<sup>21</sup>

Kidder e Fletcher, ambos agentes da Sociedade Bíblica Americana, são considerados pioneiros na difusão do protestantismo no Brasil, tendo desenvolvido um audacioso plano de distribuições de Bíblias. A propaganda protestante foi bastante copiada nas décadas seguintes por outros missionários, sempre construindo uma oposição entre catolicismo (representado o atraso) e protestantismo (representando o progresso).

Por sua vez, a viagem do **Conde de Suzannet** foi motivada pela curiosidade e aventura. O nobre francês declarou que após o desgosto e a decepção política de ver a queda dos Bourbons, na Revolução de Julho, com os quais sua família mantinha ligações, a vida na França tornara-se tediosa. “Era jovem, independente e livre; por isso não tardei em me aborrecer com a vida inativa e monótona que levava, e deixei a França para completar minha educação, visitando países estrangeiros.”<sup>22</sup> Adepto das viagens, ele não veio apenas ao Brasil, percorrendo durante seis anos consecutivos o Oriente Próximo e as Américas. O conde permaneceu no país entre os anos de 1842 e 1843, ficando algumas semanas na Bahia. Como a maioria dos viajantes, ele partiu do Rio de Janeiro para desbravar outras cidades brasileiras, indo da Corte para Minas Gerais, por terra, de onde seguiu viagem pelo Jequitinhonha, alcançou Belmonte e de lá rumou para Salvador. Antes de regressar à Europa, ainda esteve em Alagoas, Pernambuco, Maranhão e Pará.

Citou o fato de o príncipe alemão Maximiliano de Wied-Neuwied ter estado no Brasil antes dele, sugerindo que a leitura desse relato tenha servido de estímulo para a realização da sua viagem. O diário de Suzannet foi publicado pela primeira vez em Paris, no ano de 1846, e no Brasil apenas nos anos 1950. No capítulo em que aborda a província da Bahia, assim como outros visitantes, escreveu sobre Caramuru e sua esposa, concluindo que “É muito romântica a história do primeiro estabelecimento português na Bahia”.<sup>23</sup> Comentou ter redigido às pressas suas impressões e que muitas delas haviam sido publicadas em revistas da época. Entretanto, não evidenciou se já havia interesse prévio em publicá-las.

**Robert Christian Berthold Avé-Lallemant** nasceu em Lubeck, Alemanha, e fez seus estudos em Berlim, Heildelberg, Paris e Kiel, formando-se em Medicina no ano de 1837.

---

<sup>21</sup> Para informações sobre Fletcher, ver SEIXAS, Mariana Ellen S. *Igreja presbiteriana no Brasil e na Bahia: instituição, imprensa e cotidiano (1872-1900)*. Dissertação de mestrado em História. Salvador: UFBA, 2011, p.54-70.

<sup>22</sup> SUZANNET, Conde de. *O Brasil em 1845*. Rio de Janeiro: Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1957, p. 13.

<sup>23</sup>Ibidem, p. 181.

Segundo Augel, quando veio ao Brasil pela primeira vez, dois de seus irmãos viviam no país, um deles exercendo a função de pastor protestante na comunidade alemã do Rio de Janeiro.<sup>24</sup> Algumas fontes indicam que seu irmão, Friedrich Avé-lallemant, era pastor de uma igreja biconfessional, que atendia a luteranos e calvinistas no Rio de Janeiro, transferindo-se, posteriormente, para Petrópolis, a fim de trabalhar no primeiro templo protestante da cidade.<sup>25</sup> Contudo, outras fontes revelam que Friedrich Avé-lallemant era publicista e não pastor.<sup>26</sup> Quanto a Robert Avé-lallemant não é possível afirmar qual a sua denominação protestante.

Trabalhou como médico no Rio de Janeiro, de 1837 a 1855, ano em que regressou à Europa. Retornou ao Brasil em 1858, recomendado por Humboldt, para ser médico de bordo da fragata *Novara*, que fazia uma viagem de circum-navegação.<sup>27</sup> Todavia, ele abandonou a expedição, após desavenças com oficiais de bordo, e ficou no Rio de Janeiro, seguindo sozinho para uma viagem ao sul do país. Depois, partiu para a Bahia, onde já havia estado em fevereiro de 1855. O viajante percorreu os principais rios da região e conheceu às margens do Mucuri, colônias de imigrantes. Para a execução da viagem, ele recebeu auxílio financeiro do Imperador D. Pedro II.

No Brasil, interessou-se especialmente pela condição de vida dos colonos alemães. Indignado com algumas situações que presenciou nas colônias, tentou alertar seus compatriotas quanto ao caráter enganoso das propagandas que circulavam em seu país, tendo seu relato alcançado grande repercussão.<sup>28</sup>

Apesar de ser médico e haver demonstrado interesse por diversas áreas da ciência, não se considerava naturalista. Apresentou seu diário como uma “narração dum médico de hospital, que nunca teve pretensões ao nome de naturalista, seja zoólogo, botânico ou mineralogista”.<sup>29</sup>

As descrições de suas andanças pelo Brasil foram publicadas em dois volumes: um, relatando as vivências pelo sul e, o outro, pelo norte. Ao percorrer o interior da Bahia e visitar Porto Seguro, ele citou a obra *História do Brasil*, de Francisco Adolfo Varnhagen, para narrar o descobrimento do Brasil.

---

<sup>24</sup> AUGEL, Moema P. Op. Cit., 1980, p. 92.

<sup>25</sup> Um artigo publicado no Instituto Histórico de Petrópolis afirma que o pastor Friedrich Avé-lallemant era irmão do viajante Robert Avé-lallemant. FRÓES, Gabriel Kopke. Avé-lallemant, Pastor Frederico e Dr. Roberto. 1963. Disponível em: < [http://www.ihp.org.br/lib\\_ihp/docs/gkf19630000.htm](http://www.ihp.org.br/lib_ihp/docs/gkf19630000.htm) >. Acesso em: 02 fev. 2012.

<sup>26</sup> Segundo Teodoro Cabral, tradutor e escritor do prefácio do livro de viagem, seu irmão Friedrich Avé-lallemant era publicista.

<sup>27</sup> AUGEL, Moema P. Op. Cit., 1980, p. 92.

<sup>28</sup> AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelo Norte do Brasil no ano de 1859*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Livro/ Ministério da Educação e Cultura, 1961, p.8.

<sup>29</sup> *Ibidem*, p. 07.



**Ferdinand Maximilian von Habsburg**, também conhecido como Maximiliano da Áustria, foi um dos viajantes mais célebres que passou pela Bahia nos oitocentos. O nobre austríaco nasceu no castelo de Schönbrunn, era filho do arquiduque Francisco Carlos da Áustria e sobrinho de D. Leopoldina, primeira Imperatriz do Brasil. Três anos antes de visitar o país, casou-se com a princesa Charlotte, filha de reis belgas.<sup>30</sup>

Maximiliano exerceu a função de chefe-supremo da marinha austríaca e foi Governador Geral do Reino Lombardo-Veneziano. Após decepcionar-se com a política, devido a objeções frente ao seu modo de governar e às excessivas intromissões de seu irmão (o Imperador Francisco José), foi exonerado do cargo. Assim, com a intenção de recuperar-se das desilusões, descansar e fugir do inverno europeu, ele decidiu organizar uma viagem de estudos e recreio ao Brasil.

Aos 27 anos de idade, o arquiduque chegou ao país pela Bahia, em janeiro de 1860, a bordo da corveta austríaca *Elizabeth*. Sua comitiva era composta por um comandante, um cozinheiro, dois médicos, um caçador, um botânico, um pintor e outros profissionais que o acompanhavam. De Salvador partiu para Ilhéus e, posteriormente, deslocou-se para o Rio de Janeiro e Espírito Santo, regressando à Bahia, de onde seguiu para Pernambuco.

Ao retornar da viagem realizada ao país tropical, Maximiliano aceitou, após muita insistência de Napoleão III, a coroa de Imperador do México, ingressando no país em 1864. No entanto, três anos depois, com a saída das tropas francesas daquele país, o povo sublevou-se tendo à frente o líder republicano Juárez. Maximiliano foi preso e condenado à morte, sendo executado em junho de 1867. Tal acontecimento foi bastante divulgado pela imprensa internacional da época.

Ao longo da vida, Maximiliano redigiu diversas narrativas de viagem, entre as quais se encontram as impressões acerca das cidades de Salvador e Ilhéus, organizadas em dois volumes.<sup>31</sup> Ambos os livros foram publicados em Viena, nos anos de 1861 e 1864, respectivamente. O nobre ainda possibilitou a publicação das anotações do médico-naturalista que acompanhou sua comitiva, Dr. Heinrich Wra. A obra composta de dois volumes, intitulada: *Resultados botânicos da viagem de Sua Majestade, Imperador do México Maximiliano I ao Brasil*, foi editada em 1866.<sup>32</sup>

---

<sup>30</sup>EDELWEISS, Frederico. *A visita de Maximiliano da Áustria à Bahia*. Salvador: CEB/Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial da Bahia, 1961.

<sup>31</sup>HABSBURGO, Maximiliano de. *Bahia 1860: esboços de viagem*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Bahia: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1982 e *Mato Virgem*. Ilhéus: Editus, 2010. Os livros serviram de inspiração ao escritor alemão Karl May, famoso por escrever histórias voltadas para o público jovem, abordando aventuras vividas em países exóticos.

<sup>32</sup>Informação de AUGEL, Moema P. *A visita de Maximiliano da Áustria a Ilhéus*. Salvador: CEB, 1981.

**Jean Louis Rodolph Agassiz** visitou o Brasil entre 1865 e 1866, juntamente com sua esposa, **Elizabeth Cary Agassiz** e a comitiva científica que chefiou, composta de aproximadamente quinze pessoas. O naturalista suíço, naturalizado norte-americano, era um renomado professor da Harvard e fundador do Museu de Zoologia Comparada de Cambridge. Mas no ano da viagem, Agassiz já havia perdido certo prestígio na comunidade acadêmica, pois sua visão idealista e romântica sobre a natureza estava sendo superada. Pretendia provar a ocorrência da ação glacial no território brasileiro e a consequente impossibilidade de as espécies evoluírem umas das outras. Ao combater a teoria darwinista, tentava recolocar-se como figura central no cenário científico internacional.

Desde a infância Louis Agassiz nutria o desejo de conhecer o Brasil, vislumbrando a oportunidade ideal para realizar esse sonho quando seu médico lhe recomendou que mudasse de clima.

No correr do inverno de 1864-1865, minha saúde ficou tão abalada que os médicos me recomendaram abandonar todo trabalho e mudar de clima. Foi-me proposta uma viagem à Europa; mas o interesse que um naturalista deveria sentir em se achar de novo no meio do ativo movimento científico do Velho Mundo constituía justamente um obstáculo. Não era aí que deveria procurar repouso para o espírito.<sup>33</sup>

Para transformar a viagem de recreio e saúde em uma expedição científica, Agassiz recebeu apoio financeiro do mecenas norte-americano Nathaniel Thayer, motivo pelo qual a expedição foi chamada de *Thayer*. Quanto aos objetivos da viagem, comentou:

[...] eu recuava ante a idéia de só realizar uma simples visita de turista ao Brasil. Reduzido apenas aos meus recursos, que partido poderia tirar das mil oportunidades que se ofereciam? Bem fraco, sem dúvida. Voltaria do Brasil rico em recordações agradáveis, mas sem um só resultado científico importante.<sup>34</sup>

Contudo, esses objetivos da expedição, com viés recreativo e científico, estavam ligados a interesses diplomáticos e de grupos privados, voltados para a política da navegação fluvial, a abertura do Amazonas à navegação internacional e aos projetos de assentamento da população negra norte-americana, como colonos ou aprendizes, na várzea amazônica.<sup>35</sup>

O naturalista se interessava primordialmente por geologia, paleontologia e ectiologia. Já atuava na área da pesquisa há bastante tempo, tanto que aos 20 anos de idade havia realizado

<sup>33</sup> AGASSIZ, Jean L.R., AGASSIZ Elizabeth C. A. Viagem ao Brasil: 1865-1866. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975, p.9.

<sup>34</sup> Ibidem, p.9.

<sup>35</sup> MACHADO, Maria H. P. T. *A ciência norte-americana visita a Amazônia: entre o criacionismo cristão e o poligenismo degeneracionista. Revista USP*, v. 75, p.68-75, 2007.

um estudo para Von Martius sobre os peixes do Brasil. O contato pessoal, bem com a leitura do relato produzido por Spix & Martius, provavelmente motivaram-no a empreender a viagem. Agassiz também foi influenciado pelo missionário-viajante Fletcher, que já havia coletado material de pesquisa para ele e foi responsável por uma extensa propaganda da expedição Thayer no Brasil.

Instalados no Rio de Janeiro, os Agassiz deixaram parte da expedição na Corte e se dirigiram a Salvador - por onde tiveram uma breve passagem - Belém do Pará e o rio Amazonas, que exploraram até as fronteiras com o Peru. Retornaram a Belém e seguiram para o Ceará. Enquanto isso, a parte da expedição deixada no Rio de Janeiro se deslocou para o interior de Minas Gerais.

Agassiz gozava de uma boa relação com D. Pedro II e, portanto, sua expedição teve facilidade para se deslocar pelo império. O próprio Imperador do Brasil se interessava pelas pesquisas, sendo um benfeitor das ciências.

O Imperador do Brasil, que se interessa profundamente por todos os empreendimentos científicos, havia testemunhado viva simpatia pela obra a que eu me consagrara, ao fundar nos Estados Unidos um grande Museu zoológico, cooperara mesmo para isso, enviando coleções feitas por ordem sua expressamente para esse fim. Sabia eu, portanto, que poderia contar com a benevolência do soberano desse vasto Império para tudo o que dissesse respeito aos meus estudos.<sup>36</sup>

Por essa razão, Agassiz contou com a simpatia e apoio do Imperador, de quem se tornou correspondente. Durante sua estada no Rio de Janeiro, o naturalista ministrou uma série de conferências no Colégio Pedro II, prestigiada pelo monarca e sua família, que também visitou o navio mercante no qual viajava com sua equipe.

Segundo Agassiz, a publicação do diário não era um dos seus objetivos. “Ele é produto mais das circunstâncias que de um propósito premeditado”.<sup>37</sup> Elisabeth documentava as aventuras do casal e os resultados dos trabalhos científicos que o seu marido lhe fornecia, de modo que os registros foram feitos pelos dois. A obra foi publicada pela primeira vez em 1868, nos Estados Unidos, mas ganhou sucessivas edições, em vários idiomas. No Brasil, foi editada pela primeira vez em 1938, pela Cia. Editora Nacional.

---

<sup>36</sup> AGASSIZ, Jean L.R., AGASSIZ Elizabeth C. A. op. cit., p.9.

<sup>37</sup> Ibidem, p.12.

Quadro 1 - Comparativo dos viajantes:

Viajante	Nacionalidade	Motivação	Religião	Permanência no Brasil	Menção a outros viajantes-autores	Menção a autores de livros sobre história e geografia do Brasil	Viveu de/ a:
Maria Graham	Inglesa	Trabalho, publicação e passeio	Protestante (anglicana)	Entre 1821-1823	Humboldt, Frezier	Southey	1785-1842
Charles Darwin	Inglês	Pesquisa	Protestante (anglicano)	Em 1832 e 1836	Humboldt, Alcides D'Orbigny		1809-1882
Daniel Kidder	Norte-americano	Religiosa	Protestante (metodista)	Entre 1837-1840	Humboldt, Henry Martin, Spix & Martius, Maximiliano de Wied-Neuwied, Maria Graham, Thomas Ewbank	Shouthey, Inácio Acioli de Cerqueira e Silva	1815-1891
Conde de Suzannet	Francês	Passeio	?	Entre 1842-1843	Maximiliano de Wied-Neuwied, Saint-Hilaire, Spix		1814-1862
Robert Avé-Lallemant	Alemão	Trabalho e passeio	Protestante (de família luterana)	Entre 1837-1855 e 1858-1859	Humboldt, von Tschudi	Adolfo Varnhagem	1812-1884
Maximiliano de Habsburgo	Austríaco	Passeio e pesquisa	Católico	Em 1860	Humboldt, Adalberto da Prússia, Burmeister, Darwin, Fletcher & Kidder, Rugendas		1832-1867
Louis Agassiz	Suíço (naturalizado norte-americano)	Pesquisa e tratamento de saúde	Protestante (anglicano)	Entre 1865-1866	Humboldt, Spix & Martius, Darwin, Fletcher, Bates, Wallace, Castelnau		1807-1873
Elizabeth Agassiz	Norte-americana	Passeio e pesquisa	Protestante (anglicana)	Entre 1865-1866	Ibidem		1822-1907

### 1.3 O APELO DA NATUREZA TROPICAL: ENTRE O ROMANTISMO E A CIÊNCIA

De acordo com os dados do quadro anterior, percebe-se que normalmente os viajantes nutriam mais de um interesse, de modo que suas motivações se entrelaçavam. Maria Graham, por exemplo, já tinha uma predileção pelas viagens marítimas e apresentou objetivos variados: acompanhar o marido, trabalhar, passear e, ainda, escrever um livro.

Apesar de os visitantes terem alguns interesses em comum, como o desejo de vislumbrar as paisagens tropicais, eles tendiam a mostrar seus conhecimentos de acordo com a área profissional na qual atuavam, organizando as viagens internas e os relatos em torno de interesses específicos.

As motivações particulares, como o desejo de aventurar-se, completar pesquisas, realizar trabalhos temporários ou distrair-se, acabavam se inserindo num contexto mais amplo, vinculadas a objetivos da esfera pública, como as relações diplomáticas, o desenvolvimento científico, a criação de museus, a investigação das potencialidades exploráveis, a busca por rotas comerciais, novos mercados e terras para ocupar. Sendo assim, separar os interesses pessoais dos institucionais se torna uma tarefa difícil, posto que eles produziam conhecimento de interesse econômico.

Conforme análise de Mary Pratt, através do olhar imperial dos visitantes, a história natural passou a ser vinculada ao expansionismo político e econômico europeu. A sistematização dos elementos naturais aparece nas narrativas de viagem como uma apropriação benigna e abstrata do planeta, não sendo acompanhada de qualquer crítica quanto ao seu potencial transformador. As articulações imperiais de exploração territorial, comercial e de mão de obra normalmente não são explícitas. Naquele momento, delineava-se uma visão utópica e inocente da autoridade mundial europeia, bem como da atuação dos viajantes.<sup>38</sup>

No século XIX, a riqueza e o progresso das nações que se lançaram na corrida imperialista dependiam do grau de conhecimento, avanço e êxito em relação ao domínio de naturezas e culturas *outras*.

Maximiliano de Habsburgo, embora realizasse uma viagem de aventura e lazer, averiguou a possibilidade de ampliação do mercado austríaco. No sul da Bahia, lembrou-se que “a farinha austríaca seria um produto que, com algum estímulo, poderia ser importada para o Brasil em grandes quantidades”, e escreveu a seguinte mensagem para o imperador do seu país:

---

<sup>38</sup> PRATT, Mary L. Op. cit.

Assim que Vossa Majestade dignar-se a atribuir os negócios da Autoridade Marítima Central à Marinha de Guerra, assumirei a tarefa de animar o espírito empresarial de nossos armadores e comerciantes, ainda bastante adormecido, a abrir novos mercados para os produtos agrícolas e industriais de nossa pátria e espero desde já que minha viagem com o Elisabeth não fique completamente sem utilidade para o nosso tráfico transatlântico.<sup>39</sup>

A história natural desempenhava um importante papel na viagem. Em virtude do fascínio que os viajantes nutriam pela ciência, mesmo os que não eram pesquisadores convertiam-se em naturalistas momentâneos, porém, de forma mais descompromissada. Esse foi o caso de Avé-Lallemant que, passeando pela cidade da Bahia, observou com acuidade as árvores tropicais, arriscando nomear cientificamente algumas plantas:

Inúmeros os lugares e cenários assim nos arredores da Bahia. Por tôda a parte acompanha-os, característico essencial, inevitável, a abundante e viçosa vegetação de palmeiras, bananeiras, artocarpos, figueiras, caricáceas e gutíferas, para não falar numa infinidade doutras plantas que, menores, pertencem às famílias das apocíneas, solâneas, asclepiádeas, passiflóreas, malpighiáceas, etc. Uma flora da Bahia não fica certamente esgotada com isso.<sup>40</sup>

Maximiliano, que estava vinculado a instituições científicas, não perdeu a oportunidade de mostrar seus conhecimentos:

Acrescentando, também, um pouco de ciência, como convém a nós, alunos da natureza, quero mencionar que as borboletas que tivemos a oportunidade de contemplar, logo nos primeiros momentos, eram as *Papilio Thoas* amarelo-ouro e as *Papilio Dardanus* pretas, malhadas de pontos amarelo-claro e vermelho carmesim.<sup>41</sup>

Esses “alunos da natureza” ficavam deslumbrados em poder contemplar espécimes naturais que conheciam apenas por intermédio de livros ou estufas, possuindo a viagem um viés científico-pedagógico.

Eu, como o mais jovem e mais impaciente, era também o primeiro do nosso grupo - o pioneiro - na ânsia de aprender. Com verdadeiro grito de júbilo e deslumbramento triunfantes saudei a maravilha mais perfeita do mundo animal que aqui se nos apresentava. Seria uma alucinação? Ou ilusão de ótica provocada pelo cansaço? [...] E, no entanto, não era sonho; era aquele pássaro encantador, que considero o primeiro entre todos os seres vivos alados da terra. Os rudes brasileiros, com sua tendência realista, chamam-no

<sup>39</sup> HABSBERG, Ferdinand Maximilian von. Op. Cit. 2010, p. 269.

<sup>40</sup> AVÉ-LALLEMANT, Robert. Op. cit, p. 28.

<sup>41</sup> HABSBERGO, Maximiliano de. Op. cit., p.78.

Sangue do boi, em alusão à sua cor. Sua etiqueta científica é *Rhamphopsis brasilicus*.<sup>42</sup>

Maximiliano ainda constatou que o animal “seria, na Europa, a jóia rara de qualquer jardim zoológico”.<sup>43</sup>

A partir da segunda metade do século XVIII, o romantismo contribuiu para valorizar não apenas as bucólicas paisagens de campos e jardins, mas também as grandes florestas, cordilheiras e desertos. A natureza vista como dramática, espetacular, que desafia o homem, tornando-o pequeno diante dela. O ambiente selvagem passou a primeiro plano, sendo-lhe atribuído um caráter sublime e belo!<sup>44</sup> Para Belluzo, o destaque dado à paisagem brasileira devia-se principalmente à percepção estético-científica advinda do modelo humboldtiano.<sup>45</sup>

Analisando a literatura de viagem sobre a América hispânica, Mary Pratt chama a atenção para a reinvenção da América enquanto natureza, operação que se concretizou por meio da reatualização do deslumbramento dos primeiros cronistas, como se já não tivesse se passado três séculos de colonização. O grande inspirador desta vertente foi Alexander Von Humboldt (1789-1850), que projetou a imagem da América do Sul à pura natureza. A autora aponta para a historicidade desta reinvenção, quando a imagem reinante é a da natureza primal e espetacular, que haveria agora de se erguer para a glória da eurocivilização. Nesse sentido, os europeus dos oitocentos reinventaram a América enquanto ambiente natural, seguindo os europeus dos séculos XVI e XVII, descrevendo-a como um espaço primitivo, devoluto e atemporal, um mundo cuja história era aquela que estava prestes a se iniciar.<sup>46</sup>

De qualquer modo, não obstante a inegável beleza das paisagens naturais, deve-se levar em conta que o encantamento dos visitantes muitas vezes estava acompanhado de certo exagero, característica própria dos românticos. Os comentários deslumbrados acerca do tema também poderiam ter sofrido influência de imagens paradisíacas e fantasiosas assimiladas antes mesmo da viagem ser efetuada, através da leitura de outros diários, ilustrações, livros de história e de “ouvir falar”, criando-se um ideal de paisagem natural e uma grande expectativa em torno da viagem.<sup>47</sup>

---

<sup>42</sup> Ibidem, p.102.

<sup>43</sup> Ibidem, p. 103.

<sup>44</sup> PÁDUA, José A. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

<sup>45</sup> BELLUZO, Ana Maria de M. op. cit..

<sup>46</sup> PRATT, Mary. Op. cit., p. 220.

<sup>47</sup> Em oposição às belezas tropicais que tanto atraíam os estrangeiros, surgiram as doenças que assolaram o país ao longo do século XIX. A imagem do Brasil foi abalada pelo terror provocado pelas epidemias de cólera e febre amarela.

No primeiro dia em que se encontrava na Bahia, vinda de Pernambuco, a inglesa Maria Graham relatou, embevecida:

Esta manhã, ao raiar da aurora, meus olhos abriram-se diante de um dos mais belos espetáculos que jamais contemplei. Uma cidade, magnífica de aspecto, vista do mar, está colocada ao longo da cumeeira e na declividade de uma alta e íngreme montanha. Uma vegetação riquíssima surge entremeadada com as claras construções e além da cidade estende-se até o extremo da terra, onde ficam a pitoresca<sup>48</sup> igreja e o convento de Santo Antônio da Barra. [...] O pitoresco dos fortes, o movimento do embarque, os morros que se esfumam a distância, e a própria forma da baía, com suas ilhas e promontórios, tudo completa um panorama encantador; depois, há uma fresca brisa marítima que dá ânimo para apreciá-lo, não obstante o clima tropical.<sup>49</sup>

Em Salvador, Darwin também não deixou escapar a emoção ao entrar em contato com os trópicos:

Mas ‘delícia’ é termo insuficiente para exprimir as emoções sentidas por um naturalista que, pela primeira vez, se viu a sós com a natureza no seio de uma floresta brasileira. A elegância da relva, a novidade dos parasitos, a beleza das flores, o verde luzidio das ramagens, e, acima de tudo, a exuberância da vegetação em geral, foram para mim motivos de uma contemplação maravilhosa. O concerto mais paradoxal de som e de silêncio reina à sombra dos bosques. Tão intenso é o zumbido dos insetos que pode perfeitamente ser ouvido de um navio ancorado a centenas de metros da praia. Apesar disso, no recesso íntimo das matas, a criatura sente-se como que impregnada de um silêncio universal. Para o amante da história natural, um dia como este traz consigo uma sensação de que jamais se poderá, outra vez, experimentar tão grande prazer.<sup>50</sup>

Maximiliano de Habsburgo - amante da natureza, poeta e pintor - realizou seu desejo de vir ao Brasil, tornando seu passeio uma aventura romântica com um quê de investigação científica. A natureza idealizada, associada à beleza e à liberdade, e a crença no progresso andavam lado a lado na sua forma de ver o mundo. Pode-se ter uma noção do que representava para o visitante e seus companheiros de viagem conhecer o Brasil pela narrativa da chegada em Salvador, pelo porto da Barra. O grupo “encontrava-se em febril alvoroço”, pois estavam “[...] as portas do paraíso e ansiosos pela entrada, com uma impaciência

---

<sup>48</sup>O adjetivo pitoresco (mais usado para descrever cenários naturais) revelava as irregularidades e a originalidade da paisagem, produzindo sensações agradáveis no espectador. SCHIAVINATTO, Iara Lis. *Imagens do Brasil: entre a natureza e a história*. In: NOVAIS, F. e JANCSÓ (org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec/Unijuí, 2003. Quando o adjetivo era empregado para descrever aspectos arquitetônicos, significava que a arquitetura se harmonizava com seu entorno.

<sup>49</sup>GRAHAM, Maria. Op. cit., p. 144.

<sup>50</sup>DARWIN, Charles. Op. cit., [19-], p. 4.



indescritível, quase infantil. Hoje era o dia em que o sonho, acalentado durante anos, de pisar o solo tropical da América, se deveria realizar”.<sup>51</sup>

A majestosa natureza constituía o centro das atenções, sendo o elemento que tornava o Brasil imponente diante do mundo e através do qual o estrangeiro poderia regozijar-se, como declarou o nobre austríaco:

Sob o rico e dourado esplendor solar dos trópicos e um reluzente céu azul, chegamos, às 10 horas, de coração alegre, à grande e extensa Bahia de todos os santos. Foi um desses momentos felizes em que, no sentido mais lato da palavra, se nos abre um mundo novo, quando desejaríamos ter cem olhos para observarem as maravilhas desconhecidas que se nos revelam ininterruptamente e de todos os lados; um desses momentos em que, em meio à alegria, surge o pesar de não percebermos tudo, de não gravarmos tudo na memória. Embora a alma, infelizmente, desfrute do rico panorama apenas de maneira fugaz, a descrição do mesmo, através da palavra escrita, contudo, é somente uma pálida fotografia, que, apesar de calcada na verdade, se torna, no entanto, descorada e inexpressiva, quando comparada à natureza.<sup>52</sup>

Durante uma excursão à Ilha de Itaparica, Maximiliano extasiou-se com um “bando de periquitos verde-esmeralda” que tentavam afugentar-se da “louca caçada” que o enchia de prazer. Na ocasião, declarou:

Mal tínhamos caminhado alguns passos para o interior, ao longo de uma colina verdejante, densamente coberta de mata, quando, de todos os lados e distâncias, começou a algazarra da caçada, como se fosse necessário combater-se uma tribo inteira. Seria impossível contar os inúmeros tiros que a mocidade satisfeita detonava, com devotado entusiasmo.<sup>53</sup>

Por seu turno, o Conde de Suzannet afirmou que caçar macacos era um exercício e passatempo.<sup>54</sup> Contraditoriamente, observa-se que muitos viajantes exterminavam os componentes que mais apreciavam. No período, não havia uma preocupação consistente com a preservação ambiental, de modo que eles não percebiam o território como um recurso finito.<sup>55</sup> A forma predatória com a qual o forasteiro se relacionava com o meio sugere ambivalência na construção da alteridade, pois, conforme constatou Todorov, a mitificação -

---

<sup>51</sup>HABSBURGO, Maximiliano de. Op. cit., p. 75.

<sup>52</sup>Ibidem, p. 69.

<sup>53</sup>Ibidem, p.158.

<sup>54</sup>SUZANNET, Conde de. Op. cit., ,p. 169.

<sup>55</sup>Sobre o tema, ver PÁDUA, José A. Op. cit.

no caso da natureza edenizada - não pressupõe necessariamente conhecimento e respeito pelo *outro*.<sup>56</sup>

Esses visitantes, vindo de países que já haviam passado pelo processo de urbanização e industrialização, estavam à procura de relações não exploradas com a natureza, mas, contraditoriamente, sentiam-se autorizados a fazer o mesmo no Novo Mundo. Segundo Mary Pratt, estava em voga uma narrativa na qual o naturalista legitimava e autorizava sua presença em todas as partes do globo, assim como a influência da burguesia europeia.<sup>57</sup>

Nas redondezas de Ilhéus, Maximiliano de Habsburgo ressaltou a majestade das florestas virgens, a sua densidade e a insignificância do homem ante a natureza, afirmando que sua maior capacidade era a de destruição.

E toda essa exuberância milenar brota e floresce em completa mistura, segundo leis imutáveis, a seu bel-prazer e para o louvor de Deus; e, mesmo assim, o pobre homem pensa ser ele o legítimo senhor da criação, e que o senhor nosso Deus trabalhou aqueles seis dias somente para lhe proporcionar esse deleite. Para quem viu a floresta virgem, esses pensamentos desaparecem da mente, e ele compreende que a humanidade é apenas um milésimo do milésimo elo da grande engrenagem do mundo e que, infelizmente, ela possui só uma capacidade: a da destruição.<sup>58</sup>

Em Salvador, no Dique, situado no Tororó, local que o arquiduque austríaco adorou conhecer por ter “paixão” pelo elemento água, prosseguiu extasiado em meio aos atrativos naturais.

**Quanto mais caminhávamos pela margem, por um atalho estreito, orlado de um verde viçoso, tanto mais se distanciava, para minha alegria, o cenário humano das negras que lavavam e tomavam banho,** com seu séqüito de soldados fazendo a corte e moleques de rua negros e vadios, e animadamente cada vez mais penetrávamos na verdadeira plenitude da natureza tropical, indescritível. À nossa direita, tínhamos a margem, com misteriosas plantas aquáticas, úmidas, verde-lazurita, inúmeras aróideas e canáceas, entre elas, a Arum-gigante, a rara Anhinga, que nosso pequeno botânico saudava com alegria realmente comovente, como se aí se encontrasse o objetivo de sua felicidade, a flor encantada de um conto de fadas.<sup>59</sup>

Na ocasião, as negras apareceram como fator que atrapalhava a plena observação da paisagem. Enquanto admirava seu objeto de apreciação, o visitante incomodou-se com os

<sup>56</sup> TODOROV, Tzvetan. Op. cit., 1993.

<sup>57</sup> PRATT, Mary. Op. Cit., p.61.

<sup>58</sup> HABSBUG, Ferdinand Maximilian von. Op. Cit. 2010, p. 89.

<sup>59</sup> HABSBUGO, Maximiliano de, Op. cit. p.100. (grifo nosso)

componentes humanos que faziam parte daquele contexto, desejando deslocá-los do seu *habitat*.

Durante um passeio pelo mesmo local, Avé-Lallemant teceu uma crítica semelhante: “Tais cenas de lavadeiras deviam, sem dúvida, banir-se do parque projetado em volta do lago”.<sup>60</sup> Segundo Ilka Leite, quando os negros não estavam trabalhando ou não atraíam o estrangeiro por suas estranhas manifestações artístico-culturais, convertiam-se em um estorvo.<sup>61</sup> A paisagem natural era idealizada como inabitada, a-social, sendo a presença humana um equívoco.

Para aqueles que viajavam a lazer, como foi o caso dos nobres Maximiliano de Habsburgo e Conde de Suzannet, o que os excitava era a aventura da viagem, a liberdade advinda do homem em contato com a natureza, supervalorizada pelos românticos do período. Ademais, a ideia de ir mais além do que os seus pares os estimulava. A coragem necessária para efetuar um empreendimento desse porte, motivado por prazeres mundanos, pelo simples deleite, não visando a sobrevivência ou o enriquecimento, de certo modo os tornava originais. Os riscos e obstáculos presentes nesse tipo de prática glorificavam o sujeito, que tornava-se reconhecido e ganhava prestígio entre seus compatriotas. O desejo de ‘exclusivismo’ e ‘ineditismo’ aparece com certa constância nas falas de Maximiliano.

Os viajantes inexperientes farejam a mata virgem em toda a parte, mas pouquíssimos europeus realmente chegaram a ver alguma. Eu, porém, atravessei o oceano especialmente para conhecê-la, não desistindo, assim, de minhas indagações, o que me levou, finalmente, a obter a resposta de que, na costa brasileira, a mata virgem só penetra no mar, realmente, num único ponto. Tal região tornou-se, portanto, a partir de então, o único e exclusivo objetivo dos meus mais ardentes desejos.<sup>62</sup>

Na Ilha de Itaparica, alegou que se imbricar em um manguezal era uma das maiores dificuldades que o viajante poderia enfrentar, pois tinha “de começar a sua epopéia no meio da maré, sem uma base firme”, atribuindo a isso o fato de muitas regiões continuarem inexploradas pela ciência. Mas o audacioso nobre não se deixou abater pelos referidos obstáculos e adentrou o manguezal, ávido por novas aventuras.<sup>63</sup>

Quando o Conde de Suzannet resolvera atingir a Bahia por um caminho muito difícil, passando pela Província de Minas Gerais, sabia que teria que vencer complicadas barreiras, como atravessar um longo trecho sem água e habitações. Mas ele alegou que não era ocasião

---

<sup>60</sup> AVÉ-LALLEMANT, Robert. Op cit., p.27.

<sup>61</sup> LEITE, Ilka B. Op. cit., p. 100.

<sup>62</sup> HABSBURGO, Maximiliano de. Op. cit., p. 92.

<sup>63</sup> Ibidem, p. 140.

para se preocupar com perigos, pois estava determinado a “tudo enfrentar”.<sup>64</sup> No meio do percurso, em dezembro de 1842, deixando Ouro Preto em direção a Diamantina, para seguir rumo à Bahia, expressou-se da seguinte maneira: “A vida da viagem recomeçava para mim, com as suas fadigas e contratemplos, mas também com todo o encanto dos seus incidentes bizarros e dos seus encontros inesperados”.<sup>65</sup>

Com exceção das expedições científicas, os viajantes ficavam no litoral ou avançavam pouco para o interior. Em Salvador, eles entravam em contato com a mata no Dique, local que ao longo dos oitocentos ainda era coberto por extensa vegetação. Além disso, o roteiro de viagem era influenciado pelos interesses das entidades patrocinadoras.

Nos oitocentos, a visão edênica ainda persistia. Deus, liberdade e paraíso povoavam o universo mental desses aventureiros, que louvavam o progresso material e a liberdade em meio ao ambiente natural, simultaneamente. No fim do seu itinerário, Darwin mencionou:

Entre as cenas que se acham profundamente impressas em minha mente, nenhuma excede a sublimidade<sup>66</sup> das florestas primevas, não tocadas pela mão do homem, quer as do Brasil, onde predominam os poderes da Vida, quer as da Terra do Fogo, onde imperam a Decadência e a Morte. Ambas são templos repletos dos variados produtos de Deus da Natureza: ninguém pode permanecer na solidão daquelas selvas sem sentir-se comovido e convencer-se de que há no homem algo mais que o mero respirar dos seus pulmões.<sup>67</sup>

No Dique, Maximiliano de Habsburgo acreditou ter encontrado o “Paraíso perdido”:

Voltamos, novamente, ao caminho aberto da mata, cuja beleza e riqueza me levaram à convicção de que os teólogos quebraram a cabeça, em vão, quanto à natureza do Paraíso perdido. Para que refletirem tanto, se os próprios olhos podem informa-los? Se eles fizessem um único passeio pela mata virgem brasileira, não mais poderiam duvidar de como era o Paraíso. Sob um céu como esse, cercado do aroma de plantas como essas, numa paz verde como essa, viveu pai Adão livre e à vontade, na época da sua felicidade, sem anseios e sem casaca.<sup>68</sup>

Em seguida, refletiu acerca do progresso:

Mas, sendo um ser humano, dormitava em sua alma o ímpeto pernicioso do progresso e a idéia de que o mundo à sua volta poderia ser ainda melhor. A

<sup>64</sup> SUZANNET, Conde de. Op. cit., p. 70.

<sup>65</sup> Ibidem, p. 105.

<sup>66</sup> O ideal de sublimidade, discutido dentro de um debate estético deveria suscitar medo e sensação de impotência, sugerindo o poder da natureza sobre os homens. Todavia, o adjetivo sublime também era usado vulgarmente para caracterizar belas paisagens. No trabalho, creio que os viajantes normalmente o utilizavam com o segundo sentido. Sobre o tema, ver BURKE, E. *Uma investigação filosófica sobre a origem de nossas idéias do sublime e do belo*. Campinas: Papirus/Unicamp, 1993.

<sup>67</sup> DARWIN, Charles. Op. cit., [19-], p. 131.

<sup>68</sup> HABSBURGO, Maximiliano de. Op. cit., p. 144.

partir desse momento, teve início a luta contra o Criador e contra a Sua obra. A mulher ao seu lado apareceu como o anseio personificado e, no afã de satisfazê-la, surgiu a ambição que foi logo seguida pelo tédio. Com o primeiro bocejar de Adão no Paraíso, surgiu a busca do conhecimento. Eva, de repente, chamou-lhe a atenção para a necessidade de uma casaca, e ele teve a idéia, como primeiro gastrônomo, que se poderiam melhorar as frutas, com o acréscimo de acompanhamento. A despreocupação transformou-se, de repente, em desejos [...]<sup>69</sup>

Deixava transparecer certo desconforto ante esses dois mundos tão distantes, o da natureza bela, porém rude, ainda não dominada pelo homem, e o de uma vida pautada no aperfeiçoamento técnico e na criação do conforto e do luxo, na qual as manifestações humanas se sobrepunham à dinâmica do ambiente natural.

Para o viajante oitocentista que esteve no Brasil, as obras produzidas pelo homem não possuíam grande valor de atração. Afinal, nenhum naturalista ou aventureiro em busca de lazer deixaria sua pátria em direção ao Brasil com o intuito de conhecer as paisagens urbanas, uma vez que seus países de origem serviam de referência nesse quesito. “Deve-se lembrar de que, nos trópicos, não se perde a exuberância selvática da natureza, nem mesmo nas vizinhanças das grandes cidades; pois a vegetação natural ultrapassa muitíssimo, pelos efeitos pitorescos, a obra artificial do homem”<sup>70</sup>, escreveu Darwin, ao explicar a respeito das belezas naturais brasileiras.

Para Maximiliano de Habsburgo: “[...] a exuberância da natureza é o verdadeiro e único atrativo do Brasil ainda tão primitivo em toda sua extensão, e que tudo o que foi produzido pela mão do homem, sobretudo pelo próprio europeu, em comparação com essa natureza rica, pouca coisa oferece de interessante e instrutivo.”<sup>71</sup>

Nas grandes cidades europeias e norte-americanas prevaleciam as paisagens urbanas, enquanto no Brasil ainda era possível contemplar a grandiosidade da natureza, que não precisava de adornos para ser sublime! Ao referir-se à “mata virgem que avassala o espírito”, Maximiliano exclamou:

São Pedro ou o Palácio do Louvre podem ser fotografados. O escritor pode reconstituir para o leitor curioso, em ordem matemática, pedra por pedra, coluna por coluna; pode indicar as cores da construção ou mencionar quem vive ou viveu lá. Mas nem a fotografia da mata brasileira – da qual possuo fracas tentativas – nem a descrição podem oferecer ao forasteiro qualquer imagem satisfatória. Faltam às duas uma escala de comparação e pontos de referência em relação à pátria. Quem quiser ter uma idéia disso, nada mais lhe resta, senão fazer as malas e viajar par cá.<sup>72</sup>

<sup>69</sup> Ibidem, p.144.

<sup>70</sup> DARWIN, Charles. Op. Cit.[19-], p.129.

<sup>71</sup> HABSBURGO, Maximiliano de. Op. cit., p.141.

<sup>72</sup> Ibidem, p.105.

Os românticos, em conflito existencial, lutavam contra as convenções mecanicistas da sociedade industrial em expansão no mundo. Os viajantes situavam seu olhar entre a razão e o sentimento, onde um vocabulário técnico, envolto em procedimentos, dividia lugar com uma linguagem poética. Seu universo mental era permeado tanto pela influência da ilustração quanto do romantismo, o que pode parecer contraditório. Entretanto, Falcón<sup>73</sup> aponta para o caráter de complementariedade entre o racionalismo e o sentimentalismo, considerando a cultura romântica como a “outra face da mentalidade ilustrada”.

Pratt também defende que ciência e sentimento eram linguagens conflitantes, porém, complementares. Ademais, sentimentalismo e sensibilidade começaram a se firmar nas narrativas de viagem ao mesmo tempo que a ciência, por volta de 1760.<sup>74</sup>

Assim, havia um posicionamento ambíguo em relação à paisagem tropical, encarada como pitoresca e exuberante, mas também como um obstáculo ao avanço civilizatório. A ambiguidade se dava entre a recusa e a aceitação do progresso econômico, gerando tensão e desconforto.<sup>75</sup> Afinal, de acordo com a mentalidade desses estrangeiros, os elementos que seduziam deveriam ser domesticados de modo a produzir uma sociedade nos moldes dos centros europeus. Ao comparar as áreas cultivadas do Brasil e do seu país, Maximiliano deixa entrever essa ideia:

Soa muito bonito, quando se afirma que o Brasil é maior do que a Europa, dez vezes tão grande quanto a Áustria. Eles podem inflamar-se com essa idéia grandiosa, mas até onde chegam as determinações do Imperador? [...] Se somássemos as milhas quadradas do Brasil realmente cultivadas, o Estado gigantesco encolheria assustadoramente.<sup>76</sup>

Suzannet, entretanto, já demonstrava ter uma visão menos conflitante e mais pragmática, enxergando como desperdício os recursos naturais não explorados, sem apelar para ideais românticos. “O Brasil é de todos os países da América do Sul, o que oferece mais recursos naturais; além das minas de ouro e diamantes, cuja exploração imperfeita deixa tanto a desejar”.<sup>77</sup>

Evidencia-se nas narrativas de Avé-Lallemant, Suzannet e Agassiz que o meio natural e seus recursos possuíam grande valor econômico e que as florestas e rios eram objetos de interesse político. A magnitude do mundo natural não era encarada de forma isolada, mas

<sup>73</sup> FALCÓN, Francisco J. C. *A Época Pombalina (política econômica e monarquia ilustrada)*. São Paulo: Editora Ática, 1982, p. 103,104.

<sup>74</sup> PRATT, Mary. Op. cit, p.79 e 155.

<sup>75</sup> PÁDUA, José A. Op. cit.

<sup>76</sup> HABSBURGO, Maximiliano de. Op. cit. p. 161.

<sup>77</sup> SUZANNET, Conde de. Op. cit., p. 231.

atrelada ao progresso humano. A natureza, embora sublime e bela, aparece como um inimigo que deve ser vencido.

#### 1.4 PESQUISAS CIENTÍFICAS NOS TRÓPICOS

As expedições científicas ao Brasil tiveram início no final do século XVIII, quando Portugal começou a financiá-las, no intuito de melhor conhecer as potencialidades exploráveis da Colônia e de subjugar a população autóctone. A metrópole havia proibido a entrada de estrangeiros no Brasil, para resguardar o território e assegurar o monopólio de exploração e comércio.<sup>78</sup> Inclusive, esse foi o motivo que impediu o cientista alemão Alexander von Humboldt de adentrar em terras brasileiras.

Por volta do declínio da época imperial, Humboldt deu início a exploração científica da América do Sul, aonde chegou em 1799. Foi considerado o explorador mais criativo e ousado do seu tempo e sua jornada histórica representou uma segunda descoberta do continente. Todos os viajantes estudados conheciam sua obra e, seguramente, foram influenciados por ela. Darwin, em carta escrita para seu pai durante sua estada em Salvador, citou a importância do naturalista: “Se realmente quiserdes ter uma ideia dos países tropicais, estuai Humboldt. Meu sentimento é de admiração, quanto mais o leio.”<sup>79</sup>

Ele inspirou viagens de circum-navegação nas quais o método comparativo deveria ser aplicado e elementos de ligação entre os diferentes campos da natureza deveriam ser examinados, na busca de um conhecimento da abrangência universal. Relatava suas viagens com linguagem cuidadosa e exuberante, legando uma obra científico-literária que provocou forte impacto na imaginação do público.<sup>80</sup>

As expedições científicas internacionais funcionaram como um dos principais instrumentos do expansionismo europeu, catalisando recursos e alianças entre as elites comerciais e intelectuais. Além disso, tornaram-se um foco de interesse público e fonte de poderoso aparato ideológico e de idealização, por meio dos quais os cidadãos europeus se relacionavam com outras partes do mundo.

---

<sup>78</sup>Embora esteja comprovado pela historiografia que durante todo o período colonial a presença de contrabandistas estrangeiros foi constante, ao menos no litoral.

<sup>79</sup>DARWIN, Charles. *As cartas de Charles Darwin: uma seleta, 1825-1859*. Tradução Vera Ribeiro. São Paulo: Editora UNESP/ Cambridge, 2000, p. 58.

<sup>80</sup>AUGEL, Moema P. op. cit., 2010; PRATT, Mary. Op. cit.

Vários termos eram utilizados nos setecentos para designar o pesquisador ilustrado que viajava e relatava suas descobertas e experiências, sendo os mais conhecidos: naturalista e filósofo da natureza. Esse tipo de viajante se interessava em comparar, classificar e catalogar os homens e os elementos naturais sob as formas de classe, gênero, raça e espécie, caracterizando a viagem como filosófica.<sup>81</sup>

No interior do movimento ilustrado construiu-se um elo entre cultura, desenvolvimento técnico e educação. Segundo os intelectuais europeus, por meio da ordenação do mundo - pautada em valores morais e racionais - e do progresso científico, os homens teriam uma vida material mais confortável e, conseqüentemente, seriam mais felizes. O eixo de pensamento com viés político, cientificista, antropocêntrico e progressista, presente na fala dos viajantes, foi herdado do iluminismo, por isso os ideais de educação, liberdade, progresso, utilidade, exploração do ambiente natural e prosperidade estão tão presentes nos seus escritos.

O enciclopedismo foi um dos componentes do ideário ilustrado e consistia na elaboração de um inventário global de conhecimentos, onde não poderia haver lugar para mentiras, mitos e supertições. Acreditava-se que só o olhar instruído pela razão e pela ciência poderia observar corretamente e livrar-se das falsas percepções.<sup>82</sup> Um discurso muito semelhante é encontrado na fala dos viajantes naturalistas do século XIX, sequiosos pela “verdade”, que só a ciência poderia revelar.

A sistematização da natureza forjou uma imagem de mundo pautada na acumulação a um extremo totalizante, legitimando mecanismos de classificação, padronização e disciplina. Tais mecanismos estavam alinhados à formação da sociedade urbana de massa, sob a hegemonia burguesa e o nascente capitalismo industrial.<sup>83</sup>

Os viajantes dos oitocentos, influenciados pela cultura iluminista, lançaram-se a regiões pouco conhecidas com o objetivo de ‘fazer ciência’, devendo analisar detalhadamente as características dos locais visitados. Com efeito, não se esperava desses agentes sociais apenas relatos de aventuras, mas sim impressões organizadas a partir de uma metodologia específica

---

<sup>81</sup> OLIVEIRA FILHO, João P. de. *Sociedades Indígenas e Indigenismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Marco Zero/UFRJ, p.84-148, 1987; SCHIAVINATTO, Iara Lins. Op. cit.

<sup>82</sup> ROUANET, Sergio P. O olhar iluminista. In: NOVAIS, Adauto (org.). *O Olhar*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

<sup>83</sup> PRATT, Mary. Op. cit., p.75. A autora lembra que a sistematização da natureza coincidiu com o apogeu do tráfico de escravos, com o sistema de *plantations*, com o genocídio colonial na América do Norte e na África do Sul, com as rebeliões de índios e escravos nos Andes, Caribe, América do Norte e outros locais. Pratt relaciona a acumulação primitiva de capital com a sistematização da natureza que, inspirando-se nela, levou a ideia de acumulação a um extremo totalizante.



de observação e coleta, utilizadas para a construção e hierarquização de um saber sobre o espaço natural e as sociedades humanas.<sup>84</sup>

A viagem de pesquisa com viés enciclopedista é percebida na narrativa de Darwin:

[...] há o crescente prazer de estabelecer comparação entre o caráter do cenário dos diferentes países, o que até certo ponto é distinto do fato de simplesmente admirar-se a sua beleza. Depende principalmente do conhecimento que possua relativamente às partes individuais de cada panorama: sinto-me fortemente inclinado a crer que, como na música, quem compreender cada uma das notas, se também possuir gosto próprio, haverá de apreciar melhor o efeito de conjunto. Do mesmo modo, na contemplação de uma bela paisagem, quem examinar-lhe cada um dos detalhes poderá melhor entender o aspeto global dos efeitos combinados. Por conseguinte, o viajante deverá ser botânico, pois que em todos os quadros da natureza as plantas formam o principal embelezamento.<sup>85</sup>

Essas viagens aconteceram num momento em que estavam sendo delineadas novas relações entre a Europa e a América. Não havia mais espaço para a dominação e a violência explícita, que marcaram os primeiros séculos de colonização. Daí em diante, a supremacia europeia passou a ser sustentada pelo poder de um saber científico. Nesse sentido, os valores universais de civilização desembocaram em novas formas de imperialismo.<sup>86</sup>

Genocídios, tratados rompidos e escravizações haviam suscitado questionamentos quanto à legitimidade do euroimperialismo, de modo que esses instrumentos de dominação tornaram-se cada vez menos aceitáveis na medida em que as ideologias racionalistas e humanitárias se firmavam.<sup>87</sup>

Contudo, cabe lembrar que a prática pode se tornar muito violenta a partir da legitimação de um discurso. A expansão tanto do capitalismo quanto da ciência autorizou o domínio e a exploração de terras e povos das Américas, da África e da Ásia, como também a violência simbólica que, em muitos casos, transformou-se em violência física.

O viajante realizava uma apropriação discursiva das áreas visitadas através da observação, reflexão e catalogação das terras estranhas e povos selvagens, originando uma nova configuração extremamente efetiva da conquista, o que Mary Pratt denominou de “anti-conquista”, em alusão ao caráter aparentemente neutro, pacífico e reflexivo desses homens e sua literatura de viagem. O conteúdo desses escritos defendia uma autoridade urbana letrada e

---

<sup>84</sup> GUIMARÃES, M. L. L. S. História e Natureza em Von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a Nação. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. VII, p. 389-410, jul./out. 2000.

<sup>85</sup> DARWIN, Charles. Op. cit., [19-], p.131.

<sup>86</sup> GUIMARÃES, M. L. L. S. Op. cit., p. 1.

<sup>87</sup> *Ibidem*.

masculina sobre todo o planeta, elaborando um entendimento racionalizador, extrativo e dissociativo da história natural.<sup>88</sup>

No Brasil, o baiano Alexandre Rodrigues Ferreira, formado pela Universidade de Coimbra, foi o primeiro súdito da Coroa portuguesa a chefiar uma viagem científica em território brasileiro, entre 1783-1791, tendo realizado estudos mineralógicos e botânicos.<sup>89</sup> Ainda no século XVIII, outros portugueses e intelectuais naturalistas que vivam na colônia realizaram estudos sobre os mesmos temas.

Posteriormente, durante o II Reinado, quando o país passou a participar mais efetivamente do processo de mundialização da ciência, o governo brasileiro promoveu a viagem da *Imperial Comissão Científica de Exploração*, com o objetivo de averiguar a existência de minerais preciosos e analisar o problema das secas no Ceará. A empreitada gerou polêmica, ficando conhecida como a Comissão das Borboletas, visto que havia despendido significativa soma de verba pública em prol de poucos benefícios.<sup>90</sup>

Após a independência do Brasil, as viagens de cunho científico visando (re)conhecer os meios natural e cultural do país foram muito valorizadas, pois através das informações obtidas pretendia-se criar uma história oficial para o Brasil, que estivesse de acordo com os interesses das classes dominantes e que legitimasse o poder do Imperador. Um exemplo disso foi a criação do já citado Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

A origem e a diversidade dos elementos naturais e das sociedades humanas se converteram em questão central para os pesquisadores-viajantes. Eles deveriam estabelecer uma conexão entre os diversos aspectos observados e articulá-los de modo a conferir-lhes um sentido. Tanto que um dos objetivos centrais da expedição de Louis Agassiz era encontrar meios de “provar que a teoria das transformações não repousa sobre fato algum.”<sup>91</sup>

Segundo Agassiz, a origem da vida era “o grande problema do dia. Como o mundo orgânico se tornou o que é? Eis uma questão sobre a qual devemos querer que a nossa viagem traga algum esclarecimento”.<sup>92</sup> Como se vê, o naturalista esperava que a expedição gerasse novas informações sobre a origem das espécies, a fim de obter dados que pudessem refutar a teoria de Darwin:

O primeiro ponto a esclarecer é este: que extensão abrangem no mundo as espécies distintas e qual é seu limite? Enquanto persistir uma dúvida sobre

---

<sup>88</sup> PRATT, Mary. Op. cit. P, 78.

<sup>89</sup> FERREIRA, Alexandre R. *Viagem filosófica pelas capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. Memórias-antropologia*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1974.

<sup>90</sup> Ver BRAGA, R. *História da Comissão Científica de Exploração*. Fortaleza: Imp. Univ. do Ceará, 1962.

<sup>91</sup> AGASSIZ, Jean L.R., AGASSIZ, Elizabeth C. A. Op. cit., p.35.

<sup>92</sup> Ibidem, p.23.

este ponto, todas as teorias sobre a origem das espécies, sobre sua fonte, suas transformações sucessivas, sua migração para fora de certos centros, serão outras tantas palavras vazias.<sup>93</sup>

Darwin escreveu, em carta de 29 setembro de 1856, quando finalizava *A Origem das Espécies*, que estava “cético no que tange à imutabilidade permanente das espécies” e sabia que se algum dia Agassiz fizesse a honra de ler seu livro, atiraria-lhe “um grande pedregulho”, assim como muitos outros também o haveriam de apedrejar.<sup>94</sup>

As viagens científicas eram compostas de dois objetivos entrelaçados: o acadêmico e o político-econômico. Havia um interesse pessoal por parte do viajante e o institucional, vinculado ao Estado. O governo de origem do pesquisador incentivava e, por vezes, financiava a viagem com o intuito de fomentar o desenvolvimento científico nacional, mas também porque as expedições forneciam informações de suma importância sobre os recursos naturais exploráveis e as possibilidades comerciais dos lugares visitados. Havia um interesse por esse tipo de produção literária tanto por parte das instituições científicas quanto dos órgãos oficiais do governo que financiavam ou intermediavam a empreitada através das relações diplomáticas entre os dois países.

Os naturalistas, mesmo quando vinham por conta própria, tinham algum grau de dependência em relação ao governo brasileiro. O próprio Imperador D. Pedro II apoiava grande parte das excursões, mas normalmente não as financiava. O trabalho dos naturalistas envolvia todo um jogo de interesses e poder. A viagem podia ser dificultada por instituições, por outros pesquisadores, que competiam pelos financiamentos institucionais, ou por acordos e conflitos entre as nações envolvidas. Além disso, enquanto alguns viajantes passaram incólumes por adversidades, doenças e pressões das autoridades, outros não suportaram as dificuldades físicas e psicológicas ou foram vitimados por alguma enfermidade tropical, chegando a perder a vida durante a viagem.<sup>95</sup>

Ao regressarem a seus países, os viajantes tornavam-se mais valorizados, pois o saber adquirido durante a viagem conferia-lhes prestígio, visto que a maioria dos intelectuais era teórico de gabinete e não tinha a oportunidade de realizar pesquisas de campo. Além disso, a viagem poderia ser um meio para o indivíduo ascender social e economicamente, através de gratificações e prêmios oferecidos por instituições acadêmicas e pelo Estado; cargos e títulos

---

<sup>93</sup> *Ibidem*, p.24.

<sup>94</sup> DARWIN, Charles. Op. Cit., 2000, p.241-242. É preciso salientar que sua teoria do evolucionismo ainda não havia sido elaborada quando esteve no Brasil (1836).

<sup>95</sup> Dentre os viajantes estudados, todos citaram dificuldades enfrentadas durante a viagem, mas conseguiram retornar aos seus lares.

honoríficos em entidades científicas de renome; ou através da venda dos elementos naturais para colecionadores ou naturalistas que se encontrassem numa posição mais privilegiada. Em muitos casos, o objetivo desses deslocamentos não estava atrelado apenas a recompensas materiais, mas também simbólicas, que seriam auferidas após o retorno desses atores sociais a seus países.<sup>96</sup>

Desse modo, ter a oportunidade de contemplar as paisagens dos trópicos e manter contato com outros povos era um fator de distinção, pois apenas um pequeno grupo de estrangeiros tinha a oportunidade de viajar para o exterior. Assim, os viajantes que estiveram no Brasil se destacavam socialmente, sendo que havia, mesmo entre eles, uma heterogeneidade que os hierarquizava subjetivamente, posto que esses sujeitos se distinguiam através de fatores como: sexo, profissão, nacionalidade, situação econômica e, no caso dos pesquisadores, agente financiador. Como nos diz Bourdieu: “[...] nada mais falso do que acreditar que as ações simbólicas (ou o aspecto simbólico das ações) nada significam além delas mesmas: na verdade elas exprimem sempre a posição social segundo uma lógica que é a mesma da estrutura social, a lógica da distinção.”<sup>97</sup>

No período, as coleções de história natural adquiriram prestígio e valor comercial. Sociedades de naturalistas - amadores ou profissionais - se espalharam, jardins botânicos tornaram-se espetáculos públicos e o trabalho de supervisioná-los transformou-se no sonho de muitos naturalistas.

Agassiz, em um desabafo registrado em seu diário, reclamou do fato de os pesquisadores europeus, e suas respectivas obras, obterem maior prestígio.

Há entre os nossos compatriotas uma tendência a submeter tudo que é obra científica ou literária ao julgamento da Europa, a só aceitar o homem quando ele obteve o sufrágio das sociedades sábias de além-mar. Um autor americano acha muitas vezes mais satisfação em publicar os seus trabalhos na Inglaterra do que na América. Na minha opinião, quem dirige a sua obra a um público estrangeiro rouba à sua pátria um capital intelectual a que ela tem direito. Publiquem-se os nossos resultados nos Estados Unidos, e deixe-se a Europa o cuidado de os descobrir se merecerem ser conhecidos. É com a condição de permanecer fiéis ao país na vida intelectual como na vida política que os senhores hão-de poder ser espíritos verdadeiros, retos e dignos de compreender a natureza.<sup>98</sup>

<sup>96</sup> OLIVEIRA FILHO, João P. de. Op. cit., p. 121-122.

<sup>97</sup> BOURDIEU, Pierre. Condição de classe e posição de classe. In: MICELI, Sergio (org.). *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974, p.17.

<sup>98</sup> AGASSIZ, Jean L. R. e Elizabeth C.A. Op. cit., p. 41 e 42.

Tal comentário indica o interesse norte-americano em ampliar a inserção e reconhecimento dos seus pesquisadores na comunidade científica internacional.

As ciências progrediam devido aos esforços dos múltiplos especialistas e intelectuais que pesquisavam, viajavam, difundiam conhecimentos, trocavam informações e materiais coletados, criando uma teia de relações que tinha sua base nos museus, academias, institutos históricos e geográficos, universidades e sociedades científicas. Nessa perspectiva, os viajantes se apresentavam enquanto veículo de produção e divulgação de conhecimento. Com a criação das instituições e a valorização da pesquisa, o conhecimento para fins práticos foi sendo subdividido e os intelectuais começaram a especializar-se em campos delimitados.

Os viajantes estavam relacionando-se com culturas diferentes da sua e, simultaneamente, reafirmando-se diante do *outro* e (re)construindo sua própria identidade. Esses deslocamentos propiciavam que os viajantes e seus leitores refletissem a respeito de si mesmos. Enquanto experiência individual, a viagem para terras longínquas surgia como metáfora da viagem interior, revelando experiências de subjetividade. Assim, esse trabalho envolveu pessoas e seus sentimentos, fantasias e desejos de aventura, domínio, liberdade, conhecimento e, sobretudo, autoconhecimento.

Os visitantes eram originários de países com culturas dominantes - nórdica, francesa, germânica, norte-americana - em relação aos baianos. Por esse motivo, compartilharam certos métodos de percepção das alteridades, como: exclusão, analogia, metáfora, projeção e classificação, usadas para mediar o diálogo entre o conhecido e o estranho.

Para Todorov<sup>99</sup>, a questão da alteridade se distingue em três eixos. Primeiro, a elaboração de um juízo de valor, quando o *outro* é definido como bom ou mau, igual ou inferior. Segundo, é a ação da aproximação ou de distanciamento, quando se adota os valores do *outro*, se impõe a ele a própria imagem ou se é indiferente a ela. Em terceiro lugar, é quando se ignora ou se conhece a identidade do *outro*. Esses três planos podem, ainda, relacionar-se, o que aconteceu com as impressões dos viajantes pesquisados. Em situações distintas, eles situaram a alteridade em graus variados de aproximação ou distanciamento. A descoberta do *outro* tem vários níveis, com infinitas nuances intermediárias.

Ainda para Todorov, após o contato com o *outro* não é mais possível aderir aos preconceitos da mesma forma que antes, ainda que o indivíduo não tenha a intenção de desligar-se deles.

A existência dos *outros* à nossa volta não é um puro acidente. Eles não são, simplesmente, sujeitos solitários comparáveis ao *eu* mergulhado em

---

<sup>99</sup> TODOROV, Tzvetan. Op. cit, 2003, p. 269- 270.

meditação; os *outros* também fazem parte dela: o *eu* não existe sem um *tu*. O mesmo acontece com países estrangeiros e as culturas diferentes: aquele que apenas conhece a sua terra arrisca-se sempre a confundir cultura e natureza, a erigir o hábito em norma, a generalizar a partir de um único exemplo que é ele mesmo.<sup>100</sup>

Os viajantes, ao cruzarem com realidades humanas muito diferentes das suas, exercitavam o olhar, mesmo que de forma inconsciente. Entretanto, o caráter desigual dos contatos efetivados durante a viagem normalmente impossibilitava o desenvolvimento de reciprocidades plenas. Quando ocorre o encontro de ideias e práticas entre segmentos diversos, o desenvolvimento do vínculo social e afetivo entre os sujeitos só acontece quando se percebe que o *outro* tem uma significação no seu próprio universo social. Após o confronto com humanidades diversas o indivíduo pode até mesmo reiterar, de forma mais elaborada, antigas percepções, negativizando ainda mais a alteridade. Portanto, não basta constatar a existência do *outro*, é preciso reconhecer sua realidade como legítima.<sup>101</sup>

A ciência, então em processo de afirmação, “tornava-se um território privilegiado” para a legitimação da supremacia europeia em relação aos demais povos.<sup>102</sup> Para os naturalistas, contribuir para o saber científico significava sentir-se agente do fomento do progresso e das condições de vida humana, além de estar na vanguarda de uma atividade.

Louis Agassiz, durante o percurso da viagem de navio que o trouxera dos Estados Unidos ao Brasil, promoveu palestras com o intuito de instruir sua equipe quanto às pesquisas que deveriam ser executadas e às metodologias adequadas para esse fim. Ao debater sobre a geologia, ele observou que o grupo prestaria “importante serviço à ciência” pois, até então, possuía-se “poucas noções exatas sobre a geologia do Brasil”.<sup>103</sup> Mais adiante, o naturalista deu mostras de sua inquietude diante das pesquisas a serem realizadas, uma vez que se atribuía um grande valor à investigação científica, sendo-lhe até mesmo conferida o estatuto de verdade.

À medida que as nossas palestras se vieram multiplicando, fui me sentindo menos seguro: isto é, fui verificando cada vez mais a dificuldade de preparar nosso trabalho sem estar familiarizados com a prática mesma das coisas. Mas é isso o que inevitavelmente espera quem quer que se lance à procura da verdade.<sup>104</sup>

<sup>100</sup> TODOROV, Tzvetan. Op. cit., 1991, p. 99.

<sup>101</sup> TODOROV, Tzvetan. Op. cit., 2003, p. 360.

<sup>102</sup> SILVEIRA, Renato da. Os selvagens e a massa: o papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental. *Afro-Ásia*, 23, 2000, p. 89-145, p. 102.

<sup>103</sup> AGASSIZ, Jean L.R., Agassiz, Elizabeth C.A. Op. cit., p. 27.

<sup>104</sup> *Ibidem*, p. 41.

Darwin ressaltou que esse tipo de viagem valia a pena por possibilitar o desenvolvimento do conhecimento e o avanço científico. “[...] É necessário olhar-se para uma colheita futura, não importa quão distante possa estar, na qual se haverá de colher algum bom fruto, algum bom resultado”.<sup>105</sup>

Maximiliano de Habsburgo também demonstrou seu encantamento pela ciência, observando com orgulho a atuação do botânico que o acompanhou ao Dique, em Salvador.

A felicidade do nosso pequeno Botânico, neste mostruário do mundo tropical, era indescritível. Acontecia com ele, com seus conhecimentos, o mesmo que a todos nós, embevecidos, ao contemplarmos tal paraíso. Ele não sabia o que devia saudar e apanhar primeiro; atirava-se em todas as direções, arrancava e cortava de toda planta e, às vezes, desaparecia tão completamente na mata espessa que o mato auto se fechava como ondas sobre o pequeno homem. Em seguida, surgia, de novo, uma verde, exultando, como uma nova aquisição qualquer. Se imaginarmos que esse homem, durante toda sua vida, adorou, em exemplares de formas mirradas, todas essas plantas, guardando-as como jóia, que agora, de repente, se podiam embriagar nessa quantidade imensa, diante da exuberância da natureza e se regalar com aquilo que lhe era mais sagrado, compreenderemos que andasse por aí carregado como um ceifador que voltasse da ceifa nos Alpes, apesar do verão tropical [...] os bolsos escondiam sementes e frutos para todo um mundo futuro. Até o boné amarrotado, que já vira passar algumas tempestades na sua honrada cabeça, deveria servir de receptáculo para sementes tropicais. Considero dignificante tal entusiasmo pela ciência; é o primeiro passo para grandes êxitos.<sup>106</sup>

O Conde de Suzannet, quando atingiu o ponto culminante do planalto que separa Diamantina do Vale do Jequitinhonha, ressentiu-se “amargamente” por nunca ter estudado geologia, pois havia “em tôdas as montanhas do Brasil, coisas novas a descobrir, cheias de interêsse e de utilidade”. Para ele, um viajante estranho às questões mineralógicas era obrigado a suportar as privações e o cansaço do trajeto “sem vantagem real”.<sup>107</sup>

O olhar do viajante, mesmo daquele que não era naturalista, estava instrumentalizando-se, no intuito de melhor mapear o território e compreender seus fenômenos naturais e sociais. Portanto, o Brasil tornou-se local privilegiado enquanto campo de observação da natureza tropical e dos homens, despertando a atenção das principais nações do Ocidente, no decurso do século XIX.

<sup>105</sup>DARWIN, Charles. Op. cit., [19-], p. 130.

<sup>106</sup>HABSBURGO, Maximiliano de. Op. cit., p. 107.

<sup>107</sup>SUZANNET, Conde de. Op. cit., p. 158.

## 1.5 AS RAÇAS SOB OS OLHARES DOS VIAJANTES

Os viajantes do século XIX, cientistas ou não, geralmente escreviam a respeito dos cenários naturais, das diferenças geográficas e socioculturais das localidades visitadas e do cotidiano dos que aqui viviam. Eles costumavam descrever tudo o que consideravam exótico e pitoresco, sendo as características dos índios, a vida dos escravos, as manifestações culturais e as relações inter-raciais alguns dos aspectos mais comentados.

Em seus relatos, os viajantes faziam aproximações com ideias científicas a respeito das sociedades tidas como não civilizadas. Assim, a própria oportunidade de entrar em contato com humanidades outras revelou-se uma motivação a mais para a realização das viagens de longa distância.

Darwin, tendo chegado ao fim da excursão pela América do Sul e Ilhas do Pacífico, fez uma retrospectiva das vantagens e desvantagens, assinalando a “grande satisfação de contemplarem-se vários países e as muitas raças da humanidade [...]”<sup>108</sup>

Os viajantes estudados estiveram na Bahia e em outras partes do Brasil, como o Rio de Janeiro, justamente no período em que as teorias sobre a diversidade humana estavam sendo (re)elaboradas e radicalizadas. A este cenário acrescenta-se o ingrediente da escravidão nos trópicos, produzindo estranhamento e novas reflexões. Afinal, como nos diz Belluzo, “a visibilidade aumenta em condições de menor inteligibilidade.”<sup>109</sup>

As teorias raciais influenciaram a percepção desses estrangeiros, bem como seus juízos de valor acerca dos habitantes do Brasil. Os visitantes, especialmente os naturalistas e médicos, atentaram-se ainda mais para a questão racial, posto que essa discussão fazia parte do seu ambiente profissional.

Assim, a noção de raça utilizada por esses observadores foi sendo construída no âmbito científico europeu e norte-americano ao longo do século XIX, quando a origem comum da espécie humana passou a ser fortemente questionada e a demarcação das divisões evolutivas dos antropóides aos humanos tornou-se objeto de grande controvérsia.<sup>110</sup>

O racismo científico foi um fator estruturante da ordem ocidental, sendo enraizado nas crenças, valores e opiniões das elites política e intelectual. A ciência forneceu aos formadores de opinião - escritores, jornalistas, artistas, educadores e políticos - a convicção em

---

<sup>108</sup> DARWIN, Charles. Op. Cit, [19-], p.130.

<sup>109</sup> BELLUZO, Ana Maria de M. Op. Cit., p. 11.

<sup>110</sup> Esse discurso estabeleceu a superioridade racial das elites europeias, influenciando os meios de comunicação e a nascente indústria cultural, consolidados na primeira metade do século XX. Assim, pode-se dizer que as doutrinas racialistas promoveram modificações nos modos de legitimação do poder e reestruturaram o imaginário coletivo. (SILVERA, Renato da. Op. cit.)



estereótipos fundamentais na formação do senso-comum, apoiando-se nas diferenças somáticas visíveis. Funcionou como ideologia, propiciando intervenções no âmbito social e cumprindo uma função política de grande relevância na reestruturação que estava ocorrendo na Europa nas últimas décadas do século XIX.<sup>111</sup>

Entretanto, para entender esse debate é preciso ir um pouco mais longe e examinar os modelos gestados nos setecentos. Os teóricos raciais do século XIX referiam-se constantemente aos pensadores do século anterior, mas não aderiram às mesmas teorias, de modo que não havia uma homogeneidade de discurso.

Ainda é preciso lembrar que, provavelmente, o termo ‘raça’ passou a ser usado de modo esporádico nas línguas românicas a partir do século XIII. Entretanto, acredita-se que o vocábulo tenha sido adotado mais genericamente em inglês no século XVI. Inicialmente, tanto em francês como em inglês, raça era usada para designar o pertencimento a uma família ou a uma casa, no sentido de linhagem nobre. Em castelhano, a partir do século XV o termo foi contaminado pela doutrina católica da pureza de sangue, dentro de um referencial teológico. Tal doutrina foi adotada no processo de expulsão dos judeus e dos mouros (muçulmanos convertidos) da Península Ibérica, a fim de segregar os cristãos dos não-cristãos.<sup>112</sup> Stolcke sugere que a noção do sangue como transmissor de fé religiosa e, posteriormente, como indicador da posição social relaciona-se com a teoria fisiológica medieval, na qual o sangue materno alimentava a criança no ventre e era transformado em leite, para alimentar o filho fora do útero. Nesse sentido, ter o sangue puro significava descender de uma mulher cristã.<sup>113</sup>

Desse modo, o que começou como discriminação religiosa e cultural, podendo ser superada ou minimizada pela conversão ao cristianismo, por volta do século XV transformou-se numa doutrina racial. A partir de então, a descendência judia ou muçulmana marcava o sujeito permanentemente. Apesar dessa conotação de raça diferir da moderna noção científica de um grupo de pessoas que possuem determinadas características biológicas comuns, ambos os conceitos ensejam a ideia de que raça é uma condição hereditária, inata.<sup>114</sup>

---

<sup>111</sup>Na década seguinte à Conferência de Berlim (1884-85), que tinha como objetivo central a partilha da África e a total extinção da escravidão e do tráfico negreiro, as potências europeias definiram entre si e com autoridades africanas, por meio de tratados, as fronteiras dos territórios coloniais. O ápice da ciência das raças se deu exatamente nesse período, desempenhando um papel ideológico de legitimação do imperialismo europeu. MAGNOLI, Demétrio. *Uma gota de sangue: história do pensamento racial*. São Paulo: Contexto, 2009.

<sup>112</sup> Até então esses povos haviam convivido com relativa tolerância.

<sup>113</sup> STOLCKE, Verena. *Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade?* Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, n. 20, junho de 1991, p. 101-119.

<sup>114</sup>No início da Idade Média, uma oposição binária entre negritude e brancura já estava bem estabelecida. A negritude era associada à maldade e à feiúra; a brancura, à virtude, à pureza e à beleza. Os viajantes dos séculos XV e XVI, que começaram a classificar os povos humanos, utilizavam a cor como marcador das diferenças, mas

Não se pode perder de vista que os questionamentos sobre as origens da humanidade são anteriores ao século XVIII. É precisamente no fim da Idade Média, com a descoberta do Novo Mundo, que vem a tona a necessidade de se pensar e compreender a variedade de tipos humanos. Se a raça, entendida como linhagem, desvendava a origem dos europeus, era preciso explicar quem eram esses *outros* seres recém-descobertos, tão diferentes nos seus corpos e modos de existir.<sup>115</sup>

Mas foi no final do XVIII que a preocupação com as diferenças entre os seres humanos se transformou nas primeiras formulações daquilo que atualmente é denominado de racismo científico, isto é, a demonstração pseudo-científica da fundamentação biológica de diferenças fenotípicas e culturais. Segundo Renato da Silveira, durante o século XVIII, os postulados racistas consistiam em aglomerados de preconceitos baseados na aparência física, valendo-se do uso de imagens familiares e padrões inspirados na estética do classicismo. Para o autor, é somente no decorrer do século seguinte que será montado um discurso mais objetivo.<sup>116</sup>

Fazendo um retrospecto do racismo científico, Demétrio Magnoli diz que o mesmo surgiu em fins do século XVIII, juntamente com a Revolução Francesa e a consolidação do conceito de cidadania, crescendo até a Segunda Guerra Mundial, quando o mundo conheceu sua forma mais extremada.<sup>117</sup>

A reflexão sobre a diversidade humana tornou-se primordial nos setecentos, quando foram estabelecidas as bases filosóficas para se pensar a humanidade de forma global. Esse debate é herdeiro de uma tradição humanista, que a partir dos legados políticos da Revolução Francesa e dos ensinamentos da Ilustração pressupõe a igualdade e a liberdade como naturais. Nesse sentido, acreditava-se na unidade do gênero humano e na universalização da igualdade.<sup>118</sup>

Assim, foi no século XVIII que os “povos selvagens” passaram a ser caracterizados como primitivos, ou seja, os primeiros, aqueles que estavam no começo do gênero humano, pois isso justificaria as diferenças entre os povos. Essa nova percepção definia a humanidade como uma espécie una, que iria evoluir numa direção única até alcançar a

---

não de modo sistemático. O negro sempre aparecia como inferior, ainda que não fosse o único grupo inferiorizado. Nesse sentido, a moderna classificação dos homens em raças tomou a antiga classificação dos povos por cor, agregando sua hierarquia própria e racista – caucasóide, negróide, mongolóide e outras. Ver GUIMARÃES, Antonio Sergio A. Raça, cor e outros conceitos analíticos. In: PINHO, Osmundo; SANSONE, Livio (orgs.). *Raça: novas perspectivas antropológicas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

<sup>115</sup> MARQUES, João Filipe. O Estilhaçar do Espelho. Da raça enquanto princípio de compreensão do social a uma compreensão sociológica do racismo. *Ethnologia*, 1995, p.39-57.

<sup>116</sup> SILVEIRA, Renato da. Op. cit, p. 89-145.

<sup>117</sup> MAGNOLI, D. *Uma gota de sangue: história do pensamento racial*. São Paulo: Contexto, 2009.

<sup>118</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

‘perfectibilidade’.<sup>119</sup> A partir dessa noção, a capacidade de sempre se superar e se aperfeiçoar seria inerente a todo ser humano.

Contudo, a noção de perfectibilidade proposta pelo filósofo iluminista Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) se distanciava desse viés evolutivo. Considerava que quanto mais distante da civilização, mais incorruptível era o homem, construindo o mito do ‘bom selvagem’. Por esse enfoque, os nobres selvagens americanos eram valorizados justamente por sua suposta ausência de governo, leis, instituições, refletindo as ansiedades dos próprios europeus em relação à rápida institucionalização e racionalização de suas sociedades. Para Rousseau, a vida civilizada trazia os males da vida moderna e a desigualdade entre os homens, sendo suscetível de tornar-se insuportável.

Rousseau encontrava o modelo ideal no selvagem ocidental, elegendo-o como moralmente superior. “Se há uma bondade original da natureza humana; a evolução social corrompeu-a”. Como observou Lilia Schwartcz, sua tese afastava-se dos princípios da Ilustração, na medida em que apresentava “um progresso às avessas”.<sup>120</sup>

Segundo Sérgio Buarque de Holanda, a visão idílica do selvagem de Rousseau foi dominante no decorrer do século XVIII,<sup>121</sup> o que não significa a inexistência de vertentes mais negativas de interpretação. As imagens que difamavam o Novo Mundo ganharam força a partir da segunda metade dos setecentos, simultaneamente a um maior conhecimento dos novos territórios, intensificação da colonização e das viagens marítimas. A partir de então, a imagem de inocência do homem primitivo é sobreposta pela de sua crueldade.

Vale lembrar que, para Todorov, o encontro com os povos americanos foi o mais surpreendente de nossa história, pois nas colonizações dos outros continentes e dos outros homens não houve um sentimento tão radical de estranheza.<sup>122</sup>

Desde o início da colonização do Brasil, as sociedades indígenas foram vistas como um impasse aos dogmas estabelecidos, de ordem religiosa e intelectual. No Novo Testamento, Gaspar, Baltazar e Belchior representariam os três grandes grupos humanos conhecidos: negros, brancos e orientais. Como se vê, o elemento indígena não aparece na representação bíblica, motivo pelo qual muitos europeus não os consideravam humanos, mas sim *bruta animalia*.<sup>123</sup> Portanto, a existência desses povos recebeu diversas interpretações, transitando do índio paradisíaco ao demoníaco.

---

<sup>119</sup> Ibidem.

<sup>120</sup> Ibidem, p.45.

<sup>121</sup> Holanda, Sergio B. op. cit.

<sup>122</sup> Todorov, Tzevan. op. cit.

<sup>123</sup> MARQUES, João Filipe. Op. cit.

Embora o Papa Paulo III tenha publicado a *Bula Veritas Ipsa*, em 1537, condenando à escravidão indígena e afirmando que os índios tinham alma, ou seja, eram gente, no decorrer da colonização eles foram tratados como sub-homens e, até mesmo, como não-homens, considerados como sem fé, sem rei e sem lei.<sup>124</sup> Entretanto, se admitir a sua humanidade era difícil, a sua inferioridade era indiscutível.

O naturalista sueco Carl von Linné, conhecido como Lineu (1707-1778), fundador da taxonomia biológica, fez a primeira classificação científica dos homens, incluindo-os no reino animal entre os primatas, sob a designação específica de *Homo Sapiens*. Dividiu-os segundo critérios geográficos em quatro grandes raças: europeus, americanos, asiáticos e africanos. Na décima edição do seu livro *Systema Naturae*, de 1758, avaliou as propriedades intelectuais, morais e culturais de cada uma, associando-as às características físicas. Assim, enquanto o americano era ‘cor de cobre’, ‘colérico’ e ‘governado pelos costumes’; o asiático era ‘escuro’, ‘melancólico’, ‘avaro’ e ‘guiado por opiniões’; o africano era ‘negro’, ‘preguiçoso’ e ‘regido pelo capricho’; enquanto o europeu distinguia-se por ser ‘claro’, ‘delicado’, ‘inventivo’ e ‘governado por leis’.<sup>125</sup>

O sistema descritivo e classificatório de Lineu, que começou com a intenção de classificar todas as plantas da Terra e acabou englobando minerais e animais, causou grande impacto nas narrativas de viagem e na maneira como os cidadãos europeus compreendiam o seu lugar no mundo. Suas explicações para a diversidade humana, que relacionava o tipo físico ao comportamento, caracterizaram todas as doutrinas racialistas posteriores. Seguindo os passos de Lineu, os intelectuais Buffon e Blumenbach restabelecem as tipologias relativas aos grupos humanos, aplicando os métodos das ciências naturais ao estudo do homem.<sup>126</sup>

Entre os pensadores que corroboraram com o tipo de visão mais depreciativa da América, dois merecem maior destaque: o filósofo e biólogo francês Georges-Louis Leclerc, conhecido como conde de Buffon (1707-1788), com sua tese da “infantilidade do continente”, e o jurista de Estraburgo Cornelius de Pauw (1739-1799), com a teoria da “degeneração americana”, marcando o surgimento de uma tensão entre a representação positiva rousseana do estado natural e uma imagem negativa da natureza e do homem americano. Esses autores anteciparam as premissas do racismo científico.

---

<sup>124</sup>PARAÍSO, Maria Hilda B. De como se obter mão-de-obra indígena na Bahia entre os séculos XVI e XVIII. *Revista História*. São Paulo, n. 129-131, p.179-208, ago-dez./93 e 94.

<sup>125</sup>Além desses quatro tipos, ainda criou as categorias “selvagens” e “monstros”. Os primeiros seriam quadrúpedes, mudos e peludos, enquanto do segundo faziam parte os anões, gigantes e eunucos. SILVEIRA, Renato da. Op. Cit.; PRATT, Mary. Op. Cit.

<sup>126</sup> Ibidem.

Na obra *Histoire Naturelle, Générale et Particulière*, publicada em trinta e seis volumes, entre 1749 e 1788, Buffon descreveu o continente americano como inferior e débil, repleto de carências. O escasso povoamento, a ausência de pelos nos homens, a proliferação de espécies pequenas, como répteis e insetos, serviam de argumentos para a tese da debilidade e imaturidade da América.

No pensamento de Buffon as raças humanas seriam passíveis de um escalonamento por graus crescentes de perfeição, estando o topo ocupado pelos europeus. Apesar da unidade do gênero humano permanecer como postulado, havia um senso de hierarquia étnico-cultural, pois o naturalista explicava a variabilidade a partir das diferenças físicas e também do ecossistema, alimentação, usos e costumes, trazendo a noção de natureza-cultura. A estes critérios acrescenta-se a sua própria apreciação estética etnocêntrica dos tipos humanos. “Encontramos na Europa a mais bela raça da humanidade”.<sup>127</sup> Para o naturalista, o selvagem das Américas acompanharia o quadro geral de decadência da natureza americana, caracterizando-se como vítima de um meio ambiente em estado bruto. O homem americano seria: “[...] débil e pequeno nos órgãos da reprodução; não tem pêlos nem barba, nem qualquer ardor por sua fêmea; embora mais ligeiro que o europeu [...] é muito menos forte de corpo; é igualmente bem menos sensível e, no entanto, mais crédulo e covarde; não demonstra qualquer vivacidade, qualquer atividade d’alma [...]”.<sup>128</sup>

Segundo a versão buffoniana, o negro sempre rejeitaria o progresso e a mudança. Limitar-se-ia a imitar seus antepassados, sendo até mesmo incapaz de cultivar as terras férteis de sua região. A única vantagem dos africanos sobre os americanos é que seriam estimulados a vencer sua preguiça para aproximar-se das mulheres. Entretanto, esgotariam suas forças na intensa vida sexual que levavam, morrendo ainda jovens.<sup>129</sup> Como se vê, a representação licenciosa do negro, que perdura até os dias atuais, começou a ser moldada há bastante tempo.

Na segunda metade dos setecentos, as concepções de Buffon foram acolhidas por muitos pensadores, a exemplo do filósofo alemão Immanuel Kant (1724-1804). Em 1775, publicou *Das Diferentes Raças da Humanidade*, onde a principal questão colocada era como seria possível conciliar a variedade humana, já que todos descenderiam de um único povo. Assim, embora seu conceito de raça fosse universal, acreditava que um conjunto de dados como localização, nacionalidade, constituição geográfica e clima introduziram mudanças entre os grupos humanos, diferenciando-os. O filósofo reiterava os contrastes entre os povos

---

<sup>127</sup> BUFFON apud SILVEIRA. Op. Cit., p.103.

<sup>128</sup> Ibidem.

<sup>129</sup> Ibidem.

que habitavam regiões de clima quente e temperado. Propôs a divisão da humanidade em quatro raças principais: brancos, negros, mongólicos e hindus.<sup>130</sup>

O debate se intensificou em 1768, com a introdução da noção de degeneração, utilizada por De Pauw. Assim, no final do século XVIII ainda prevalecia certo otimismo herdeiro do modelo igualitário que advinha da Revolução Francesa, considerando os diversos grupos como ‘povos’ ou ‘nações’, não como raças diferentes em sua origem. De Pauw radicalizou os argumentos de Buffon, entendendo que os americanos, além de imaturos, eram também decaídos. Seu anti-americanismo era evidente, sendo a “natureza do Novo Mundo, débil por estar corrompida, inferior por estar degenerada.”<sup>131</sup> Assim como grandes animais não podiam vingar no Novo Mundo, a espécie humana estava igualmente destinada a se degenerar sem chegar a atingir a maturidade. A prova disso seriam os índios, prematuramente envelhecidos e destinados ao desaparecimento.<sup>132</sup>

Outro autor que merece ser citado é o professor e anatomista alemão Johann F. Blumenbach<sup>133</sup> (1752-1840), considerado um dos fundadores da Antropologia Física. Em *De Generis Humani Nativa Líber*, de 1775, introduziu a craneometria na classificação dos homens, embora a cor da pele continuasse como principal elemento diferenciador dos povos. Ele preferia empregar a palavra variedade no lugar de raça, adotando a seguinte divisão: caucasiana (branca), mongólica (amarela), etíope (negra), americana (vermelha) e malaia (marrom). A variedade caucasiana seria não só a “mais bela”, como a mais nobre e antiga, o tronco original. Os desvios extremos desse tipo teriam resultado, de um lado, o mongólico e, do outro, o etíope. Blumenbach publicou trabalhos que se tornaram centrais para as discussões sobre a diversidade humana.<sup>134</sup>

Em 1780, o filósofo e teólogo suíço Caspar Lavater (1741-1801) sistematizou a fisiognomia, método através do qual seria possível detectar todas as qualidades de um indivíduo pelo estudo de seus traços faciais e também pela cor da pele. Quanto mais clara fosse a epiderme, mais nobre seria o caráter. Nesse método, que alcançou grande êxito entre

<sup>130</sup> SELA, Eneida Maria M. *Modos de ser em Modos de Ver: ciência e estética em registros de africanos por viajantes europeus* (Rio de Janeiro, c. 1808-1850.). Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2006.

<sup>131</sup> DE PAUW apud SCHWARCZ, Lilia Moritz. Op. Cit., 2002, p.46.

<sup>132</sup> GERBI, A. *La disputa del nuevo mundo*. Historia de uma polemica. México: Fondo de Cultura Económica, 1982.

<sup>133</sup> Blumenbach analisou o crânio de um índio Botocudo do Brasil, com o qual foi presenteado por um de seus alunos, o príncipe Maximiliano von Wied-Newied. Classificou-o entre o orangotango e o homem, demarcação que gerou controvérsias. CUNHA, Manuela C da. *Política Indigenista no Século XIX*. In: \_\_\_\_\_. História dos índios no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

<sup>134</sup> Informações sobre Blumenbach retiradas do *Grand Dictionnaire Universel du XIX Siècle*. Paris, 1865, tome 13, 1865, p.597.

os intelectuais da época, Lavater repetia o simbolismo das cores herdado dos textos do velho testamento e que haviam sido utilizados na era medieval.<sup>135</sup>

Em suma, novas perspectivas surgiram e se destacaram no meio intelectual dos setecentos. Por um lado, a visão humanista, herdeira da Revolução Francesa, entendia os homens como iguais em sua origem; por outro, iniciava-se uma reflexão acerca de diferenças essenciais existentes entre os homens. A partir do século XIX, a segunda posição se tornou a mais influente e uma rígida associação entre patrimônio biológico, capacidade intelectual e comportamento passou a ser estabelecida.

Um dos primeiros naturalistas a utilizar o termo raça, inserido numa literatura mais especializada, foi o francês Georges Cuvier (1769-1832), no início do século XIX. Assim, instaurou-se a idéia da existência de heranças físicas permanentes entre os vários grupos humanos. Daí em diante, o contraponto ao Iluminismo em sua visão unitária da humanidade se consolidou, havendo uma reorientação intelectual.<sup>136</sup>

No *Dictionnaire des Dictionnaires*, reprodução do dicionário da Academia Francesa de 1833, encontramos algumas definições para o verbete raça:

- todos aqueles originários de uma mesma família;
- uma multidão de homens que são originários do mesmo país e se assemelham pelos caracteres fenotípicos;
- raça ligada a uma existência comum;
- ligada à uma herança, títulos comuns, linhagem, filiação. A raça caucasiana, a raça mongólica e a raça malaia;
- a raça mortal, humana, os homens em geral.

Na obra, que bem representa as concepções de raça que circulavam na primeira metade dos oitocentos, aparecem algumas variações do termo, onde se nota a persistência da ideia de linhagem, ligada à família; a pertença a um determinado grupo, povo; assim como a noção que estava se consolidando no período, da raça como observável pelo aspecto exterior. No entanto, apesar da divisão entre três tipos raciais, a unidade humana é apresentada como postulado em uma das definições.<sup>137</sup>

Ao longo dos oitocentos, cada vez mais os conceitos de raça, nação e povo vão sendo entrelaçados. Discutia-se se os atributos específicos da raça do sujeito (grupo biológico) condicionavam suas ações, trazendo o debate racial para o campo sócio-político.

<sup>135</sup> SILVEIRA, Renato da. Op. Cit.

<sup>136</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. Op. Cit., 2002.

<sup>137</sup> *DICTIONNAIRE des Dictionnaires ou Vocabulaire Universel et Complet de la Langue Française*. Bruxelles: Societé Belge de Librairie, 1839, p.858.

Desse modo, o conceito da raça extrapolou o domínio da Antropologia e se alastrou pelos territórios da História e da Política. “Raça e nação começam a aparecer no mesmo registro, num processo que reflete a biologização da história, da política, da cultura e da religião.”<sup>138</sup> As histórias nacionais, assim como a história geral, passaram a ser percebidas enquanto luta de raças. Os povos europeus, supostamente formados pelas raças mais ativas, desempenhariam importante papel no desenvolvimento da humanidade. A noção de raça, central na reflexão dos cientistas sociais da segunda metade dos oitocentos, abarcou também os conceitos de sociedade, cultura, cidadania e civilização.

O médico e professor de história natural Virey (1775-1846) publicou o livro *Histoire Naturelle du Genre Humain*, em 1801. Na obra, que alcançou expressiva popularidade, teceu comparações entre os aspectos culturais e estéticos dos homens. Sob seu prisma, a beleza física dos povos seria um indicador do grau de civilização das nações. No capítulo “espécie e raças dos homens”, ao analisar a “quinta raça”, afirmou serem os maxilares dos negros mais proeminentes que os dos brancos e a fronte mais recolhida. Sua pele seria mais oleosa e mole. Ainda ressaltou que os integrantes de determinada tribo africana tinham os dentes naturalmente pontiagudos, como os dos animais carnívoros. Sobre os aspectos psíquicos, escreveu:

Ele é muito mais sensível aos sentidos que as contemplações do espírito, ele vive o tempo todo para seus apetites corporais, apaixonado pelos exercícios agradáveis, os divertimentos, os jogos, as danças, a pantomima; ele sente mais que pensa. Sua inteligência é ordinariamente menor que a dos brancos [...] sua conformação se aproxima um pouco a do orangotango [...] Todas essas características mostram verdadeiramente uma nuance sobre a forma dos símios, e é impossível desconhecê-la no psíquico, ela é mesmo sensível sobre sua moral.<sup>139</sup>

E arremata:

O homem negro é nato imitador, como o macaco; ele reconhece a superioridade intelectual do branco, suporta muito facilmente sua escravidão, é muito indiferente e preguiçoso. Estes hábitos anunciam uma moleza natural ou inata à alma. [...] o negro é de qualquer maneira o inverso do europeu, pela forma, capacidade de seu crânio, e pela debilidade e degradação de sua alma.<sup>140</sup>

Para ele, as negras seriam boas amas de leite, muito férteis e lascivas, assim como os homens, que seriam todos poligâmicos.

<sup>138</sup>MARQUES, João Filipe. Op. cit., p.43

<sup>139</sup>VIREY, Julian-Joseph. *Histoire Naturelle du Genre Humain*. Paris: Crochard, 1824, p. 5. (Tradução nossa).

<sup>140</sup> Ibidem, p. 5. (Tradução nossa).



Virey foi um dos autores oitocentistas que ajudou a consolidar o pensamento racial com viés biológico, influenciando estudos que se desenvolveram ao longo do século. Suas interpretações e reapropriações pejorativas tinham como principal alvo os africanos, tecendo contundentes analogias dos negros com os símios, comparando-os no que concerne à aparência, mas também à selvageria, bestialidade, sexualidade e inteligência.<sup>141</sup>

As analogias acompanharam o crescimento e a sistematização do estudo da variedade humana. Os pensadores do fim do século XVIII constantemente lançavam mão de comparações e metáforas que estavam arraigadas no imaginário popular, atribuindo-lhes cientificidade. Stepan analisou como o sistema metafórico e as analogias, a partir da sua capacidade de construir similaridades, desempenharam um importante papel no estudo científico das diferenças entre raças, sexos e classes.<sup>142</sup>

Quando os cientistas dos oitocentos postularam analogias entre diferenças raciais e começaram a produzir resultados baseados nesse método, suas interpretações sobre as diferenças humanas foram extensamente acolhidas. Segundo Stepan, um dos motivos para essa aceitação baseia-se no fato de seus fundamentos estarem de acordo com uma expectativa cultural futura. Essas analogias se consolidaram, em parte, porque as diferenças entre negros e brancos pareciam óbvias, observáveis desde o primeiro contato.<sup>143</sup> Assim, pode-se dizer que a tese da diferenciação racial já era almejada de antemão.

Cumprir lembrar que os próprios cientistas se espantavam com as transformações causadas pela tecnologia, os saberes desenvolvidos no ocidente e o modo como se sobrepujavam aos outros povos do mundo. Os brancos europeus, ou melhor, caucasianos, viam-se então como a raça motor da história.

Nessa perspectiva, a ação política passou a ser dirigida no sentido da manutenção da ordenação sócio-racial estabelecida. As analogias que relacionavam diferenças de raça entre os humanos tiveram pesadas consequências ao ajudar na manutenção dos lugares sociais. Através dos discursos científicos, o racismo, a hegemonia europeia, a colonização moderna e os sucessivos genocídios e etnocídios perpetrados pelo ocidente se legitimaram. As desigualdades se naturalizavam, não sendo encaradas como resultados das relações de força entre pessoas ou sociedades.<sup>144</sup>

---

<sup>141</sup> SELA, Eneida Maria M. Op. Cit.

<sup>142</sup> STEPAN, Nancy Leys. *Raça e Gênero: o papel da analogia na ciência*. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). *Tendências e Impasses*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

<sup>143</sup> *Ibidem*.

<sup>144</sup> STEPAN, Nancy Leys. Op. Cit., 1994.

O reconhecimento da alteridade dava margem à hierarquização, nesse caso, baseada principalmente nas diferenças físicas entre os indivíduos e na tecnologia, atrelada à ideia eurocêntrica de progresso. Segundo Saffioti<sup>145</sup>, quando a diferença é percebida e passa a ser hierarquizada por uma das partes, inicia-se a construção das relações de poder.

Nas primeiras décadas do século XIX os grandes centros intelectuais europeus e norte-americanos cultivaram as formulações negativas a respeito dos africanos e dos ameríndios, vindas do século anterior. As teorias científicas e estéticas, focadas no estudo da diversidade dos povos e suas relações com os lugares de onde provinham sofreram releituras, reiteraões e potencializações que resultaram na legitimação do racismo erudito.

Para além de designar uma unidade classificatória dos vários povos, a raça passou a ser encarada como fator biológico determinante da organização social, da língua e da história de cada sociedade. Com efeito, no final do século XVIII, os africanos já estavam caracterizados como um povo inferior. Suas particularidades foram enquadradas como específicas de uma ‘raça’ ou ‘espécie’.<sup>146</sup>

Os negros eram considerados diferentes do restante da população devido a sua procedência, cor da pele, caracteres fenotípicos e culturais, sendo recorrente a percepção de que eles eram inferiores. Muitos visitantes que estiveram no Brasil se incomodaram com o fato de os homens de cor participarem do cotidiano das cidades, ficando evidente a mescla de curiosidade e repulsa que permeava os sentimentos desses estrangeiros. Durante todo o século XIX, a interpretação pessimista, que via o país como atrasado em função da sua composição étnico-racial, era bastante difundida tanto internamente quanto no exterior, já que nesse momento as teorias raciais eram priorizadas na análise dos problemas locais.

Quanto aos ameríndios, em meados do século XIX, novas teorias afirmavam não mais que eles estariam destinados à degeneração, sem chegar a atingir a maturidade. Os índios e outros povos não-ocidentais foram cunhados pelo evolucionismo como sendo primitivos, assim, estariam na infância da humanidade e teriam, obrigatoriamente, que ascender à etapa mais avançada, na qual se encontrava a sociedade ocidental.<sup>147</sup>

Os autores que na época enfrentaram o desafio de pensar a origem do homem se dividiam em duas grandes correntes adversárias: os monogenistas, que defendiam a existência da unidade do gênero humano, sendo as diferenças explicadas por fatores históricos e

---

<sup>145</sup>SAFFIOTI, H. I. B. Rearticulando Gênero e Classe Social. In: *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

<sup>146</sup> SELA, Eneida Maria Mercadante. Op. Cit. Vale lembrar que raça e espécie eram dois termos que se confundiam, havendo uma indefinição entre esses conceitos.

<sup>147</sup> CUNHA, Manuela C da. Op. Cit.

geográficos; e os poligenistas, que acreditavam que as raças teriam surgido separadamente, já biologicamente hierarquizadas.<sup>148</sup>

A visão monogenista foi dominante até meados do século XIX. Nos países católicos, o monogenismo representava a doutrina oficial da igreja, que seguindo as escrituras bíblicas acreditava que a humanidade era una. De acordo com essa interpretação, o homem teria se originado de uma fonte comum, sendo os diferentes tipos humanos resultado de um maior ou menor grau de degeneração ou perfeição do Éden. Entretanto, mesmo para os monogenistas “Os não europeus seriam vítimas de um processo de degeneração, ou, pelo menos, estagnação, a partir de um tronco adâmico comum [...]”<sup>149</sup> Assim, os monogenistas tentavam conciliar o dogma cristão com a diversidade física e cultural dos tipos humanos. “Impõe-se então uma nova arrumação dos saberes acerca do homem que leve em conta, ao mesmo tempo, a sua unidade miticamente concebida, e a diversidade empiricamente percebida”.<sup>150</sup> Alguns dos mais conhecidos intelectuais do século XVIII eram monogenistas, como os já citados naturalistas Lineu, Buffon, Blumenbach e Cuvier.

Desse mesmo contexto surgiu, em meados dos oitocentos, uma interpretação divergente - a poligenia - acompanhando a sofisticação das ciências biológicas e a crescente contestação frente ao dogma monogenista da Igreja. A visão poligenista insistia na ideia de que as diferentes raças humanas constituiriam ‘tipos’ específicos. Por volta de 1820, com o nascimento da frenologia, teoria que interpretava as aptidões e os comportamentos sociais a partir da estrutura anatômica e função do cérebro, essa linha de análise começou a despontar. Esse modelo, distante do viés humanista, relacionava de forma rígida as características corporais aos aspectos culturais e subjetivos dos homens.<sup>151</sup>

Maximiliano de Habsburgo, durante sua estada numa fazenda em Ilhéus, sul da Bahia, conversou com sua comitiva, o dono da fazenda - Steiger -, o administrador e o cônsul austríaco sobre a humanidade dos negros e “a questão da essência da escravatura”, escrevendo:

Com uma lógica racional, [Steiger] respondeu a nossa pergunta se o negro seria mais uma pessoa do que um animal: ele é um autêntico ser humano, e isso porque pode gerar filhos com a raça branca, e esses filhos são igualmente capazes de procriar; pois na natureza pode acontecer que raças parecidas gerem um fruto, mas esses frutos permanecem estéreis, como os muares; essa fria e lógica dedução convence completamente. Os negros são

<sup>148</sup> SCHWARCZ, Lília M. Op. Cit.

<sup>149</sup> MARQUES, João Filipe. Op. cit, p.40.

<sup>150</sup> Ibidem.

<sup>151</sup> STEPAN, Nancy Leys. Op. Cit.

criaturas humanas, mas da mesma forma está comprovado que, na escala das raças terrestres, eles se encontram em um estágio muito inferior; [...]”<sup>152</sup>

Maximiliano relatou o argumento dos seus amigos escravocratas, que associavam claramente raça à escravidão: “afirmam que, na ordem do mundo, eles nasceram para ser servos, e tranquilizam a consciência empedernida com o argumento da mística maldição que teria caído sobre o perverso Cam.”<sup>153</sup>

Cam é um personagem bíblico, filho de Noé. Segundo a narrativa bíblica, saiu da arca com seus irmãos, Sem e Jafé, e a partir deles toda a terra foi povoada. Após o dilúvio, Cam teria visto seu pai embriagado e nu. Quando Noé recobrou a consciência, amaldiçoou Canaã, o filho de Cam, a ser escravo dos seus irmãos.<sup>154</sup> A história de Cam foi usada, a partir do século XVI, como justificativa para a escravização dos negros africanos, que seriam os descendentes de Cam. Assim, a pele negra poderia ser interpretada como uma maldição divina, causada pelo desrespeito e rejeição à autoridade paterna. A escravidão poderia lhes permitir a salvação da alma.

Os escravocratas também alegavam que o negro seria naturalmente propenso ao trabalho braçal e exaustivo: “a necessidade indispensável da escravidão seria comprovada pelo fato de certos trabalhos só poderem ser feitos pelos negros, enquanto os brancos seriam incapazes de realiza-los; por exemplo, o cultivo dos canaviais sob sol a pino [...]”<sup>155</sup>

A enciclopédia francesa *Grand Dictionnaire Universel du XIX Siecle* dedicou quase cinco páginas para explicar os possíveis significados de raça e colocar o leitor a par do debate acerca do tema. Fez referência às pesquisas de Lineu, Buffon, Blumenbach, Kant, Cuvier, Quatrefages, Prichard e Darwin, posicionando-se mais favoravelmente a tese poligenista “Apesar de todos seus esforços, nesse meio tempo, o poligenismo se afirma cada vez mais. Os sábios defensores desta ideia demonstraram vitoriosamente a existência das raças autóctones, sejam vivas ou desaparecidas.”<sup>156</sup>

O cientista Louis Agassiz, em suas colocações a respeito do tema, mostrou-se estar mais afinado com a teoria poligenista:

[...] Logo, no que diz respeito ao produto, as raças humanas se acham, umas em relação às outras, na mesma relação que as espécies animais entre si e a palavra raças, na significação atual, deverá ser abandonada quando o número

<sup>152</sup> HABSBURG, Ferdinand Maximilian von. Op. cit. 2010, p. 149.

<sup>153</sup> Ibidem, p. 149.

<sup>154</sup> BÍBLIA Sagrada. Traduzida em português por João Ferreira de Almeida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2009, Gênesis, 9:25.

<sup>155</sup> HABSBURG, Maximiliano. Op. cit. 2010, p. 149.

<sup>156</sup> GRAND Dictionnaire Universel du XIX Siecle. Paris, 1865, tome 13, 1865, p. 596. (Tradução nossa).

das espécies humanas for definitivamente determinado e quando os verdadeiros caracteres dessas espécies houverem sido nitidamente estabelecidos. Por mim, julgo estar demonstrado que, a não ser que se prove que as diferenças existentes entre as raças índia, negra e branca são instáveis e passageiras, não se pode, sem estar em desacordo com os fatos, afirmar a comunidade de origem para todas as variedades da família humana.<sup>157</sup>

Darwin, em uma carta escrita em 1850, quando já era um experiente naturalista, questionou se as perguntas que lhe estavam sendo feitas sobre as distinções específicas das raças humanas eram “um reflexo das palestras de Agassiz nos Estados Unidos, nas quais ele tem sustentado a doutrina das diversas espécies – para grande alegria, diria eu, dos sulistas escravocratas.”<sup>158</sup> Como se vê, Darwin criticou a argumentação do cientista norte-americano que, ao defender diferenças na estrutura racial dos homens, fornecia um suporte ideológico para a manutenção da escravatura dos negros dos Estados Unidos.

Num momento em que a ciência estava em expansão e os saberes se conformando em disciplinas específicas, a Antropologia se dedicava à análise biológica do comportamento humano, enquanto a Etnologia seguia vinculada a uma perspectiva mais filosófica, de orientação monogenista. Segundo o já citado *Grand Dictionnaire Universel du XIX Siecle*, a Antropologia era uma ciência recente, dedicada ao estudo das raças humanas, dividindo-se em três ramos: Antropologia Zoológica, que compara as espécies humanas e as outras espécies animais; Antropologia Geral, que estuda hereditariedade, atavismo etc; e Antropologia Etnológica, que estuda as raças humanas em particular.<sup>159</sup> Na enciclopédia, os termos ‘raça’, ‘espécie’ e ‘tipo’ são sobrepostos uns aos outros, variando de acordo com o teórico citado.

Ao longo do século, essa divisão teórica foi reforçada com o surgimento de centros de pesquisas rivais. Um desses exemplos foi a criação da *Sociedade Anthropologica de Paris*, fundada em 1859 por Paul Broca, famoso médico e craniologista, um dos fundadores da neurociência. Broca defendia as teorias poligenistas e acreditava que através da análise craniana se poderia comprovar a relação entre inferioridade física e mental.<sup>160</sup>

Por meio de uma complexa aparelhagem para os padrões da época, que utilizava gráficos, medições e estatísticas, a Escola de Broca tentava provar que havia diferença de volume cerebral entre as raças e os sexos, o que estaria relacionado aos caracteres fenotípicos, como a cor da pele e os cabelos. O estudioso acreditava na tese da ‘imutabilidade das raças’ e

<sup>157</sup> AGASSIZ, Jean L.R., Agassiz, Elizabeth C.A. Op. cit p.186.

<sup>158</sup> DARWIN, Charles. *As cartas de Charles Darwin: uma seleta, 1825-1859*. São Paulo: Unesp, 2000.

<sup>159</sup> *GRAND Dictionnaire Universel du XIX Siecle*. Paris, 1865, tome 13, p.596.

<sup>160</sup> SCHWARCZ, Lilia M. Op. Cit.; MAGNOLI, Demétrio. Op. Cit.

reprovava a hibridação humana. O médico-craniologista Samuel G. Morton, da *Escola de Medicina de Poligenia* e discípulo de Louis Agassiz, reiterava essas conclusões.<sup>161</sup>

Mas a Antropologia não reinava sozinha. Em meados dos oitocentos, fundaram-se sociedades etnológicas em Paris, Londres e Nova York, nas quais a interpretação era monogenista. Aproximavam-se dos primeiros centros franceses, mantendo fidelidade à hipótese do aprimoramento evolutivo das raças, vinculada à tradição humanista.<sup>162</sup>

Somente após a publicação do livro *A origem das Espécies*, de Darwin, que o embate entre poligenistas e monogenistas foi amenizado, pois a interpretação darwinista da *seleção natural*, aplicada às mudanças operadas em espécies vegetais e animais, acabou sendo utilizada na análise das sociedades humanas, resultando na conciliação da ideia de uma origem comum com uma seletiva diferenciação natural. Conceitos encontrados na publicação, como ‘sobrevivência dos mais aptos’, ‘evolução’ e ‘hereditariedade’ passaram a ser utilizados em diversas áreas do conhecimento: Antropologia, História, Teoria Política, Economia, Psicologia, Linguística, Literatura, Sociologia, formando uma geração social-darwinista, que marcaria as três últimas décadas do século XIX.<sup>163</sup>

Após o lançamento da obra, esse tipo de reflexão tornou-se prioritário nos centros de pesquisa, ganhando força também no imaginário social. Desse modo, uma mesma teoria fundamentava as variadas interpretações das escolas, que disputavam a hegemonia. Com o amadurecimento do debate, dois grupos se destacaram: os evolucionistas sociais (também chamados de antropólogos culturais ou etnólogos sociais) que adaptavam a noção monogenista aos novos princípios evolucionistas; e os darwinistas sociais (filiados a centros de antropologia), que revisitaram as interpretações poligenistas.

Para os evolucionistas sociais, o conjunto da humanidade estaria sujeito a passar pelas mesmas etapas de evolução, mas não necessariamente ao mesmo tempo, indo sempre do mais simples ao mais complexo. Por isso buscavam comparar o desenvolvimento cultural dos povos. Nesse contexto, os ideais de civilização e progresso eram tratados como modelos universais.

Em contrapartida, vários autores poligenistas se apropriaram da interpretação darwinista para chegar a conclusões racistas. Admitiam a existência de ancestrais comuns na pré-história, mas afirmavam que as espécies humanas já estavam separadas havia tempo suficiente para constituírem heranças e caracteres diversos. Por essa linha de raciocínio, a humanidade

---

<sup>161</sup> Ibidem.

<sup>162</sup> Ibidem.

<sup>163</sup> Ibidem.

dividia-se em raças para sempre marcadas pela diferença. Para os darwinistas sociais, as raças constituiriam resultados imutáveis, sendo a mestiçagem entendida como um erro. Essa escola enaltecia os tipos puros, acreditando que o cruzamento entre diferentes raças implicaria em degeneração racial e social.

A constatação da existência de sociedades miscigenadas gerou novos nuances e questionamentos para o debate entre as concepções monogenistas e poligenistas. Para essa última, era possível comprovar a fragilidade do argumento monogenista, por meio das conseqüências negativas resultantes da mistura racial. Mas a hipótese de que os mestiços não representavam bons espécimes humanos se intensificou somente na segunda metade do século XIX, no contexto da radicalização do racismo científico e dos debates acerca da eugenia.<sup>164</sup>

Em carta destinada ao Imperador Pedro II, o cientista Louis Agassiz demonstrou sua preocupação em examinar a diversidade humana encontrada no Brasil, em especial, as pessoas que resultassem da hibridação racial. Do Pará, escreveu:

O estudo da mistura das raças humanas que se cruzam nestas regiões também muito me tem ocupado, e procurei obter numerosas fotografias de todos os tipos que pude observar. O resultado principal a que cheguei foi que as raças se comportam, umas em relações às outras, como espécies distintas; isto é, que os mestiços que nascem do cruzamento de homens de raças diferentes são sempre uma mistura dos dois tipos primitivos, e nunca a simples reprodução dos caracteres de um ou outro dos progenitores, como se dá com as raças dos animais domésticos.<sup>165</sup>

Discípulo do naturalista francês Cuvier e adversário do evolucionismo pré-darwinista, Agassiz defendeu uma postura antimiscigenação. Os mestiços personificavam a ‘degeneração’ que poderia advir do cruzamento de raças diversas. Quanto a essa questão conviviam argumentos variados. Paul Broca, por exemplo, comparava a infertilidade da mula e uma possível esterilidade do mulato.

Outros teóricos, como o francês Arthur de Gobineau (1816-1882),<sup>166</sup> acreditavam que essas populações eram bastante férteis e herdeiras dos caracteres mais negativos das raças em cruzamento. O conde de Gobineau era pessimista em relação à melhoria geral da humanidade e deixou claro ser partidário de um determinismo racial. Dividiu a humanidade em três grandes grupos raciais – branco, amarelo e negro – e tentou provar que a questão racial

<sup>164</sup> O darwinismo social avançou para a prática da eugenia (limpeza dos genes) - termo cunhado em 1883 pelo cientista britânico Francis Galton (primo de Darwin) - cujo principal objetivo era regulamentar a reprodução das populações, com base nas qualidades e defeitos hereditários dos indivíduos. *Ibidem*.

<sup>165</sup> AGASSIZ, Jean L.R., Agassiz, Elizabeth C.A. Op. Cit., p.230.

<sup>166</sup> Gobineau foi correspondente do imperador D. Pedro II, de quem se tornou amigo pessoal no período em que viveu no país exercendo a função de representante diplomático da França, entre 1869 e 1870. Sua tese causou preocupação e mal-estar em sociedades miscigenadas, como era o caso do Brasil.

dominava todos os problemas da história. No famoso *Essai sur L'inégalité des Races Humaines*, de 1853/1855, argumenta que a força de uma raça estaria na sua capacidade de conquistar as demais, porém, no processo de expansão, os povos superiores terminariam contaminados com o sangue dos conquistados, o que os enfraqueceria. Isso explicaria a morte das civilizações extintas, bem como anunciaria a decadência geral da humanidade.<sup>167</sup> Para o autor, o bom desenvolvimento de uma nação seria resultado de sua conformação racial pura, sendo o ariano o tipo mais evoluído. Ele via os povos não europeus como ramos decaídos de uma primitiva raça adâmica.<sup>168</sup>

É preciso lembrar que juntamente com o evolucionismo e o darwinismo social, o determinista geográfica também se tornou influente – sendo o historiador Buckle um dos seus maiores representantes. Essa escola defendia que o desenvolvimento cultural de uma nação era condicionado pelo meio, afirmando que só era possível avaliar objetivamente o potencial de civilização de um povo após conhecer suas condições climáticas e geográficas: “dá-me o clima e o solo que lhe direi de que nação se fala.”<sup>169</sup>

Seguindo essa linha de pensamento, os viajantes acreditavam que a abundância da natureza era um impedimento ao esforço civilizador, visto que os indígenas e os habitantes das áreas rurais eram considerados preguiçosos, acomodados e superciosos, ou seja, desprovidos de capacidade para promover o progresso. A maioria dos males sofridos pelo povo brasileiro era resultado da falta de ânimo para o trabalho, pois tudo havia em abundância na terra. Desse modo, a riqueza natural inibia o espírito capitalista laborioso, sendo um fator desfavorável à consolidação de uma disciplina para o trabalho. Então, se a natureza lhes concedia o básico para sobreviver, porque empenhar-se no trabalho?

Avé-Lallemant, ao conhecer a povoação Vila Verde, perto de Porto Seguro, na Bahia, concluiu que o local não tinha nenhuma importância socioeconômica por culpa de seus habitantes, que seriam preguiçosos. Relatou que por muitas vezes aconselhou um pai de família a educar seus filhos para o labor, mas que suas palavras foram em vão. Eis sua descrição desses personagens:

E a essa gente que, como verdadeiros lazaronos do Oeste, levam vida de vadios nas canoas ou caçando na floresta, não se pode ajudar nem aconselhar. [...] Enquanto o coqueiro, no seu exuberante viço, lhes atirar espontaneamente suas nozes colossais, e os caranguejos correrem aos

<sup>167</sup> GOBINEAU, Arthur de. *Essai sur l'inegalité des races humaines*. Paris: Libraire de Firmin Didot Frères, 1853.

<sup>168</sup> Sua noção de pureza racial inspirou projetos de leis anti-miscigenação nos Estados Unidos e na Alemanha nazista. MAGNOLI, Demétrio. Op. Cit.

<sup>169</sup> BUCKLE apud SCHWARCZ, Lilia, p.58.



milhares debaixo dos mangues, o povo daquele trecho da costa passará a vida mandriando, e não se fará uma existência honrosa.<sup>170</sup>

Naquele momento, articulavam-se os fenômenos da natureza com os caracteres dos povos de cada região. Nessa perspectiva, vai se delineando um certo determinismo natural e geográfico que justifica o atraso encontrado nos trópicos. “Gera-se e nasce-se. De resto, vive-se quase como os animais da mata virgem”, afirmou o nobre austríaco Maximiliano.<sup>171</sup>

Apesar de o racismo científico haver se cristalizado e adquirido força no transcurso do século XIX, cabe ressaltar, uma vez mais, que os cientistas não aderiram às teorias vigentes de maneira uniforme. Não havia consenso nem mesmo em relação a própria classificação racial. Enquanto Cuvier reduziu as raças a 3, Blumenbach encontrou 5 e Louis Agassiz sugeriu 12<sup>172</sup>, só para citar alguns exemplos.

Na virada para o século XX, o conceito de raça encontrava-se plenamente difundido em todos os campos do saber, funcionando como uma chave pela qual se podia entender à diversidade e legitimar a dominação. Essas interpretações, que correlacionavam atributos físicos e morais, excluía as diversidades e as ações do sujeito do âmbito da cultura e das escolhas individuais. Assim, é possível constatar que o conceito de raça, além de sua definição com viés cultural, acabou recebendo uma interpretação biológica e determinista.

No Brasil, a elaboração da nacionalidade no século XIX, relacionando unificação do território, densidade demográfica, coesão cultural e unidade racial, valeu-se do racismo erudito, embora de forma sutil. Com a chegada da República, o seu ideário liberal e a equivalência jurídica de todos os indivíduos em cidadãos - com os mesmos direitos e deveres - os mecanismos de exclusão foram aprimorados, dificultando a real integração do negro à sociedade. Nesse sentido, a hierarquização racial se mostrou um instrumento eficaz para impedir a inclusão social dos ex-escravos, pois a naturalização de sua selvageria os impediria de ascender socialmente.<sup>173</sup>

O conceito de raça não atravessou o tempo com o mesmo sentido, não sendo, portanto, fechado e fixo, de modo que raça é uma categoria totalmente nativa<sup>174</sup>. Embora tenha sofrido

<sup>170</sup> AVÉ-LALLEMANT, Robert. Op. cit., p. 145.

<sup>171</sup> HABSBURGO, Maximiliano de. Op. cit., p. 113.

<sup>172</sup> MAGNOLI, Demétrio. Op. Cit.

<sup>173</sup> Sobre como a noção de raça estava sendo engendrada nas relações sociais das últimas décadas do século XIX, ver BACELAR, Jefersom. *A hierarquia das raças: negros e brancos em Salvador*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001, capítulos 1 e 2; ALBUQUERQUE, Wlamyra. *O Jogo da Dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

<sup>174</sup> Raça é uma categoria nativa, visto que se trata de uma construção social e cada grupo apresenta critérios específicos para a classificação racial do seu povo e a interpreta de uma dada maneira (baseada na ascendência ou cor da pele, traços fenotípicos e outros). Ver GUIMARÃES, Antonio Sergio A. op. cit. p. 63-120.

oscilações de sentido, esse conceito manteve ao longo da sua evolução uma base que o remete a um grupo de indivíduos que compartilham certas características, sejam estas de ordem biológica ou cultural, ou de ambas. No entanto, como diz Guimarães,<sup>175</sup> quanto mais êmico é um conceito, mais ele se torna habitual e parece ser um dado natural, sendo menos exposto à crítica. Daí a importância de analisá-lo e desconstruí-lo, mesmo que sucintamente.

Para finalizar, não podemos perder de vista que os pensadores - tanto de tradição humanista, como de orientação determinista - com suas teorias acerca da diversidade humana, influenciaram os viajantes oitocentistas, o que poderá ser verificado nas páginas que seguem. E estes personagens, seguramente, difundiram essas ideias entre os brasileiros com os quais tiveram contato, bem como com os seus mais variados leitores ao redor do mundo.

---

<sup>175</sup>Ibidem.

## CAPÍTULO 2. O ELEMENTO HUMANO COMO ATRATIVO

No segundo capítulo, identificamos como o componente humano encontrado na Bahia - negro, indígena, branco e mestiço - aparece representado nos relatos e, entre eles, quais constituíam objeto de interesse e apreciação dos viajantes. Antes de analisar os tipos humanos, fez-se necessário uma contextualização de Salvador, capital da Província e palco das principais reflexões desses autores, destacando-se seus aspectos físicos, econômicos e culturais. Para melhor organização do capítulo, são apresentadas as seguintes seções: 2.1 Bahia: a opulenta cidade dos negros, 2.1.1 Os tipos negros: diferentes, porém iguais, 2.1.2 O estigma do cativo, 2.2 O indígena: entre o fascínio e a detração, 2.3 O branco: inferiorização do luso-brasileiro, 2.4 O mestiço: criação cosmopolita.

### 2.1 BAHIA: “A OPULENTE CIDADE DOS NEGROS”<sup>1</sup>

No decorrer dos oitocentos, não foram apenas as riquezas naturais do Brasil que alcançaram grande visibilidade no exterior. O componente humano - o negro, o índio e o mestiço - sobressaiu-se como elemento distintivo. No que tange às raças e aos costumes dos habitantes do país, mesmo que as impressões tenham sido majoritariamente negativas, esses aspectos eram alvos de grande curiosidade por parte dos visitantes.

Como já foi visto, as teorias científicas gestadas em ambientes intelectuais europeus acabaram por nortear juízos e parâmetros encontrados na literatura de viagem oitocentista. O saber científico marcou uma transformação significativa nas representações sobre o negro, que passou de uma posição periférica para o centro das atenções, principalmente na medicina. Portadores de uma alteridade que os distinguiu na sociedade brasileira, os africanos e seus descendentes configuraram-se como objetos observáveis, a serem analisados e rotulados.

Nessa perspectiva, algumas das principais cidades brasileiras, como Salvador e Rio de Janeiro, sobressaíam-se por seu expressivo contingente de homens de cor. Os visitantes estudados, sem nenhuma exceção, espantaram-se com a numerosa presença de negros na capital baiana e perceberam a sua africanidade. Não é à toa que, apesar da repressão e racismo que sofreram, esses homens construíram na capital da Bahia uma sólida cultura de raízes africanas, aspecto que pode ser observado até os dias atuais.

---

<sup>1</sup> Expressão que Avé-Lallemant utilizou para se referir a Salvador. AVÉ-LALLEMANT, Robert. Op. Cit., p.274.

Salvador - sede do governo colonial português até 1763, quando então foi substituída pelo Rio de Janeiro - está situada numa das extremidades da Baía de Todos os Santos. No entorno da baía ou em suas proximidades foram fundados os municípios de Nazaré, Maragojipe, Cachoeira, Santo Amaro e São Francisco do Conde, entre outros que compõem a região denominada Recôncavo Baiano, onde prosperou uma das mais importantes economias canavieiras das Américas.<sup>2</sup>

Uma das características mais marcantes de Salvador é a configuração acidentada do terreno onde foi construída, dividindo-a em Cidade Alta e Cidade Baixa. Nos oitocentos, a ligação entre os dois pontos se fazia por escadarias e principalmente por ladeiras, que os brancos costumavam subir e descer dentro de cadeirinhas de arruar carregadas por negros, já que era difícil fazer esse percurso até mesmo a cavalo. Nas estações chuvosas, a acessibilidade a diversos locais se tornava ainda mais complicada devido a frequentes desabamentos e inundações. Com relação às cadeirinhas de arruar - meio de transporte mais usado na cidade - os viajantes fizeram muitos comentários, a exemplo de Maria Graham:

Chovia quando desembarcamos. Por isso, como as ruas que conduzem para fora da imunda cidade baixa não permitem o emprêgo de veículos de roda, em virtude da violência da subida, alugamos cadeiras e as achamos, se não agradáveis, ao menos cômodas. [...] Tudo é suspenso pelo alto por um único varal, pelo qual dois negros a carregam a passo rápido sôbre os ombros, mudando, de vez em quando, do direito para o esquerdo.<sup>3</sup>

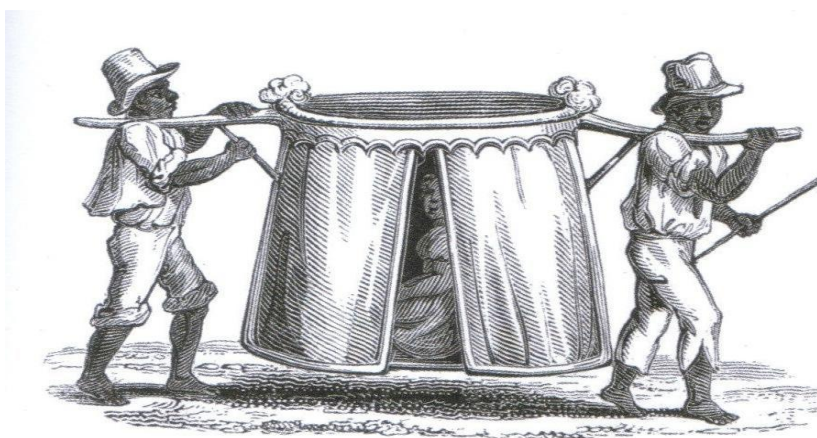


Figura 1: Cadeirinha de Arruar, desenhada por Maria Graham.

<sup>2</sup>Sobre o Recôncavo e sua economia, ver STRUM, Daniel. *O comércio do açúcar: Brasil, Portugal e Países Baixos (1595-1630)*. Rio de Janeiro: Versal; São Paulo: Odebrecht, 2012. Consultar, sobretudo, a introdução (p. 25 -52) e os dois primeiros capítulos, O Planisfério (p.53-136) e O Pé (p.137-180).

<sup>3</sup> GRAHAM, Maria. Op. cit., p.145.

A cidade estava administrativamente dividida em dez freguesias urbanas. Cada uma delas encontrava-se ligada a sua igreja matriz, o que mostra a densa ligação entre política, religião e sociedade. O comércio se concentrava na Cidade Baixa, nas freguesias de Nossa Senhora do Pilar e, sobretudo, na de Nossa Senhora da Conceição da Praia, área portuária.<sup>4</sup>

A partir de meados do século XIX, a cidade sofreu um crescente processo de urbanização, contando com estabelecimentos comerciais de grande porte, casas bancárias e algumas manufaturas. Como medidas urbanísticas, realizou-se a pavimentação de algumas ruas, iluminação com lâmpadas a gás, serviços de esgoto e de água encanada (ambos bastante precários) e foram inaugurados os primeiros transportes públicos - carruagens e bondes puxados a burro, o elevador hidráulico da Conceição, posteriormente rebalizado de Elevador Lacerda, e planos inclinados. Entretanto, apesar de mais urbanizada, a falta de infraestrutura urbana continuou marcante.<sup>5</sup>

A capital baiana recebeu diversos visitantes estrangeiros ao longo de século XIX que procediam, sobretudo, de países europeus, mas também de portos africanos, asiáticos, antilhanos, da região platina e da América do Norte. No tocante às relações internacionais estabelecidas na cidade, Maximiliano de Habsburgo verificou, em 1860, que não havia “[...] nenhum príncipe de Reuss-Greiz-Schleiz-Lobenstein, nenhum conde de Heusse, nenhuma república, por menor que seja, que não possua seu representante oficial na *Bahia de Todos os Santos*.”<sup>6</sup>

De Salvador, Darwin escreveu para o seu pai, em 1º de março de 1832, dizendo-lhe que:

Ninguém seria capaz de imaginar nada tão belo quanto a antiga cidade da Bahia; ela fica docemente aconchegada num bosque exuberante de lindas árvores &, situando-se sobre uma colina íngreme, descortina as águas calmas da grande baía de Todos os Santos. As casas são brancas & altivas & pelo fato de as janelas serem estreitas e longas, têm uma aparência muito leve & elegante. Os conventos, os pórticos & os prédios públicos quebram a uniformidade das casas: a baía é repleta de grandes navios. Em suma, & o que mais se poderá dizer? Ela é uma das paisagens mais lindas dos Brasis.<sup>7</sup>

Salvador era uma cidade comercial por excelência. Durante o período colonial até a metade do Segundo Reinado, o porto da cidade - que se estendia entre Gamboa e Itapagipe - era

<sup>4</sup> NASCIMENTO, Anna Amélia V. *As dez freguesias na cidade do Salvador*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1986.

<sup>5</sup>Ver SAMPAIO, Consuelo Novais. *50 anos de urbanização*. Salvador da Bahia no século XIX. Rio de Janeiro: Versal, 2005. Sobre os transportes coletivos, ver TRINCHÃO, Gláucia. Os ascensores de Salvador: os planos inclinados e o elevador Lacerda. In: *A urbanização de Salvador em três tempos: Colônia, Império e República*. NASCIMENTO, Jaime; GAMA, Hugo (orgs.). Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2011.

<sup>6</sup>HABSBURGO, Maximiliano de. Op. cit, p.79.

<sup>7</sup>DARWIN, Charles. Op. Cit., 2000, p. 57.

considerado o principal ponto de distribuição de todo o Atlântico Sul, servindo de cenário para a realização de intensas atividades comerciais com a Europa e outros continentes. Devido a sua posição geográfica estratégica, também se tornou ponto de escala para o abastecimento e reparo de embarcações, gerando uma população flutuante na região portuária.<sup>8</sup>

Próximo ao porto, uma gama de produtos destinados à exportação, como açúcar, algodão, fumo, cachaça, piaçava, azeite de baleia, café, cacau e couro, era armazenada nos trapiches. Por sua vez, importava-se grande variedade de mercadorias vinda da Europa, principalmente de Portugal e da Inglaterra: artigos industrializados, utensílios domésticos, perfumaria, instrumentos musicais, tecidos, porcelanas, calçados, vinho, manteiga, azeite doce, bacalhau, cerveja e farinha de trigo.

Os barbeiros<sup>9</sup>, santeiros, serralheiros, funileiros, trançadores de cestos, vendedores de água e outros tipos de trabalhadores ofereciam seus serviços ao ar livre. Negros - escravos e libertos - ofereciam seus serviços de carregadores de cargas ou de passageiros nos 'cantos', como eram chamadas as movimentadas praças e esquinas onde eles ficavam a espera de um freguês. Apesar do trabalho na rua normalmente ser bastante penoso, era algo almejado por muitos negros e mestiços, principalmente na localidade do porto, pois lhes dava certa autonomia e poderia significar um meio de alcançar a liberdade.<sup>10</sup>

O comércio de escravos foi uma lucrativa atividade desde o século XVI. Nos oitocentos, o maior mercado de escravos do Nordeste funcionava em Salvador. Os negros recém-chegados da África eram alojados e expostos nas portas dos armazéns para serem vendidos, cena que deixou muitos estrangeiros transtornados, a exemplo de Maria Graham: “[...] aí estão os mercados que parecem estar bem sortidos, especialmente de peixe. Aí fica também o mercado de escravos, cena que ainda não aprendi a ver sem vergonha e indignação.”<sup>11</sup>

A escravidão havia se tornado uma instituição nacional e a mão de obra escrava o eixo central da economia. Nesse sentido, a sociedade baiana do período manteve intensas relações escravistas na sua composição, que permeavam as atividades econômicas e todos os aspectos da vida social. Da Colônia ao Império, o trabalho - ao menos o braçal - era realizado principalmente por escravos, que atuavam nas áreas urbanas, rurais, domésticas e na nascente indústria estabelecida na província, com capital britânico.

---

<sup>8</sup>ROSADO, Rita de Cássia. *Porto de Salvador: modernização em projeto 1854-1891*. Salvador: UFBA, 1983.

<sup>9</sup>Os barbeiros possuíam grande importância na Bahia, pois além de cortarem os cabelos dos clientes, eram músicos, dentistas e ajudavam a curar os enfermos aplicando-lhes sangrias e sanguessugas.

<sup>10</sup>MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: HUCITEC; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978.

<sup>11</sup>GRAHAM, Maria. Op. cit., p.150.

O universo laboral era a situação mais comum na qual os viajantes estrangeiros representavam os negros. Avé-Lallemant se pronunciou da seguinte maneira a respeito da maciça presença dos homens de cor no cotidiano da cidade:

**De feito, poucas cidades pode haver tão originalmente povoadas como a Bahia.** Se não soubesse que ela ficava no Brasil, poder-se-ia tomá-la sem muita imaginação, por uma capital africana, residência de poderoso príncipe negro, na qual passa inteiramente despercebida uma população de forasteiros brancos puros. **Tudo parece negro: negros na praia, negros na cidade, negros na parte baixa, negros nos bairros altos. Tudo o que corre, grita, trabalha, tudo o que transporta e carrega é negro.**<sup>12</sup>

Durante sua estada em Salvador, Darwin teve a mesma impressão:

Todo trabalho é feito por homens negros, que ficam parados em grande número ao redor de vários armazéns comerciais. A discussão sobre o preço do aluguel é muito animada; os negros em todos os momentos gesticulam muito e fazem barulho e quando cambaleiam sob o peso das suas cargas, *batem o ritmo* e alegram-se com um canto rude. (tradução nossa)<sup>13</sup>

O Arquiduque da Áustria, apesar de demonstrar maior interesse pelo indígena, não deixou de notar a atratividade dos negros da Bahia: **“É interessante, também, observar o povo negro passar pela rua, com cestas cheias das mais lindas frutas, sempre gritando, possuídos de uma incansável mania própria e cômica de tagarelar”**.<sup>14</sup>

Nos excertos acima, os viajantes não descreveram explicitamente os negros como escravos ou africanos, mas vincularam-nos ao universo de trabalho e destacaram suas canções e conversas em língua nativa. Conforme observou Eneida Sela,<sup>15</sup> os elementos negro/escravo/trabalho na rua/cantos, tornaram-se inseparáveis na maioria das narrativas. Associavam diretamente a cor da pele ao cativo e mencionavam grupos de trabalhadores e suas cantorias, referindo-se a eles como ‘negros’, ou seja, ‘escravos’. A marcação vocal que pontuava os trabalhos dos carregadores era um sinal de africanismo bastante mencionado. Além de músicas e danças, as línguas africanas também foram instrumentos de inferiorização antropológica.

Maximiliano de Habsburgo, embora tenha considerado a população baiana “peculiar”, opinou que não havia um tipo característico, que pudesse representar o povo:

<sup>12</sup> AVÉ-LALLEMANT, Robert. Op. cit., p.20. (Grifo nosso).

<sup>13</sup> Darwin, Charles. *Voyage of the Beagle*. Disponível em: <http://darwin-online.org.uk>, 2009, p.76.

<sup>14</sup> HABSBURGO, Maximiliano de. Op. cit., p. 94.(Grifo nosso).

<sup>15</sup> SELA, Eneida Maria M. Op. cit.

Também aqui, a população é peculiar. Vêem-se negros e mais negros. Não existe, na Bahia, um povo branco, a não ser na classe baixa, marinheiros brancos de todos os países. Os senhores de escravos, ao contrário, são brancos, ou melhor, amarelo-pálidos. Faltam aqui tipos característicos, como nas cidades da África e da Ásia. Isto porque o povo primitivo foi impedido (sic) para as matas mais profundas.<sup>16</sup>

Ao chegar à Bahia, em 28 de julho de 1865, Elizabeth Agassiz contemplou, na residência de Antonio Lacerda (construtor do elevador Lacerda), onde ficou hospedada, no bairro do Garcia, “os negros que, com um cesto de verduras ou de flores e frutos na cabeça, vão e vêm no serviço da casa”.<sup>17</sup> Apesar de ter permanecido apenas dois dias na cidade, o casal Agassiz, ao contrário do nobre austríaco, julgou que a junção dos aspectos mais peculiares da Bahia, entre os quais se encontravam os negros, oferecia uma feição à nação.

Quando se chega pela primeira vez à América do Sul, é na Bahia que se devia aportar. **Nenhuma outra cidade manifesta em tão alto grau o caráter, reproduz tão visivelmente a fisionomia, leva a grau tão acentuado a marca da nação a que pertence.** Limitamo-nos esta manhã a atravessar a cidade e dela só poderíamos dizer bem pouca coisa, mas vimos o bastante para confirmar tudo o que se narra da originalidade e do pitoresco de seu aspecto. Ao desembarcar, achamo-nos ao pé de uma colina quase perpendicular; acorreram negros oferecendo-se para nos transportar ao alto dessa encosta escarpada e inacessível aos veículos, numa ‘cadeira’, espécie de assento encoberto por compridas cortinas. É um estranho meio de transporte para quem nunca o experimentou e a cidade em si, com suas ruas em precipícios, suas casas bizarras, suas velhas igrejas, é tão estranha e tão antiga como esse veículo singular.<sup>18</sup>

Assim, sob a ótica do casal, o exotismo da população de cor, juntamente com o cenário da cidade do Salvador, dava o tom da singularidade brasileira.

Desse modo, a paisagem natural e o componente humano (representado pela figura do selvagem) constituíam as fontes de maior interesse dos visitantes, o que pode ser observado na fala de Maximiliano de Habsburgo, durante sua estada na Bahia:

Mas o que se deve levar do Brasil? A arte, não floresce; indústria, igualmente pouco. Portanto, a natureza viva e morta tem que servir para tudo. Se tivéssemos querido negociar inteiramente dentro do espírito brasileiro, teríamos sido instruídos a comprar, sobretudo, escravos. **Tive, até, por um momento, a idéia de levar para a pátria uma negrinha como surpresa original,** mas, refletindo na diferença de clima e nas tristes

<sup>16</sup> HABSBURGO, Maximiliano de. Op. Cit., p.86.

<sup>17</sup> AGASSIZ, Jean L. R., AGASSIZ, Elizabeth C. Op cit., p.93.

<sup>18</sup> Ibidem, p.94. (Grifo nosso).



conseqüências que o mesmo poderia ter para a saúde da criança, pensei em algo melhor.<sup>19</sup>

Embora seja possível apreender certa ironia na fala de Maximiliano quando considerou a possibilidade de “negociar dentro do espírito brasileiro”, não se pode deixar de notar que ele percebeu o *outro* - nesse caso o negro - como um atrativo local, tendo em vista a possibilidade de levá-lo para seu país como um *souvenir*, exemplar do que havia de mais típico do local e que poderia ser facilmente transportado. O visitante anulou por completo a identidade do indivíduo, comparando-o a um produto, coisificando-o. No entanto, posteriormente ele percebeu o *outro* como ser dotado de humanidade e se desfez da ideia inicial, optando por levar uma coleção de animais - vide macacos e papagaios - como lembrança de viagem.<sup>20</sup>

O missionário Kidder, apesar de haver se posicionado contra o tráfico de escravos, o qual chamou de “coalizão maldita”, não percebia o negro como ser humano dotado de inteligência e capacidade para tomar decisões. Afinal, pelo prisma do discurso racial o homem inferior é desprovido de ação individual, sendo seu comportamento determinado pela raça. Em 1837, na cidade de Salvador, o pastor metodista discorreu o seguinte comentário:

Vêm-se chusmas de negros altos, atléticos, aos pares ou em grupos de quatro ou seis, transportando a carga suspensa em grossos paus. Outros tantos ficam encostados nos madeiros, tecendo palha, deitados nos passeios, dormitando pelas esquinas e dando aos transeuntes a impressão de enormes rolos de serpentes, reluzindo ao sol. Os que estão cochilando têm geralmente uma sentinela encarregada de os despertar, quando procurados por algum serviço e, ao sinal combinado levantam-se como elefantes, com sua carga.<sup>21</sup>

Na sua análise, o negro foi comparado ao animal, tanto no plano estético quanto no tipo de trabalho por ele realizado, sendo possível observar a presença da noção de hierarquia racial entre brancos e negros.

Durante um passeio ao Dique, Maximiliano de Habsburgo notou que:

Tais negros são realmente um povo de boa índole que, com sua cordialidade quase canina, reconhecem a superioridade dos brancos. Toda essa cena, com as figuras negras pré-adâmicas, às margens do regato fresco, sombreadas por mangueiras misteriosas, cercadas de grande quantidade de aróideas e milhares de outras cores cintilantes, **apresentava um quadro típico do exotismo meridional.**<sup>22</sup>

<sup>19</sup> HABSBRGO, Maximiliano de. Op. Cit., p.200. (Grifo nosso).

<sup>20</sup> Ibidem, p. 201.

<sup>21</sup> KIDDER, Daniel P. Op. cit., p. 8.

<sup>22</sup> HABSBRGO, Maximiliano de. Op. cit. , p102. (Grifo nosso).

Assim como Kidder, o nobre austríaco também animalizou os negros em suas descrições, associando-os a uma imagem primitiva, “pré-adâmicas”, e ao exotismo dos trópicos. Segundo Silveira, tanto a animalização quanto a infantilização das raças consideradas inferiores eram argumentos comumente usados pelos intelectuais dos oitocentos.<sup>23</sup> As correntes do pensamento racalista naturalizavam os modos de pensar e agir, transformando o comportamento a algo inato ao tipo físico e excluindo os processos históricos e psicossociais que permeiam a vida dos indivíduos.

Essas representações também são encontradas na imprensa e na literatura produzidas no Brasil na segunda metade dos oitocentos, justamente quando as teorias científicas começaram a circular no país e profundas transformações políticas e sociais estavam ocorrendo, como o fim da escravidão e o debate a respeito dos diferentes projetos de nação.<sup>24</sup> Desse modo, esses polos formadores de opinião legitimavam as teses científicas, divulgando-as e transformando-as em consenso.

### **2.1.1 Os Tipos Negros - diferentes, porém iguais**

Tanto na Europa oitocentista quanto no Brasil prevalecia a representação de que a África era povoada por diversas tribos, cada qual com suas crenças e costumes próprios.<sup>25</sup> Assim, acreditava-se que suas gentes tinham usos e costumes diferenciados, mas que todas seriam igualmente bárbaras. Poucos foram os viajantes<sup>26</sup> e, menos ainda, os senhores de escravos que buscaram observar os pormenores do cotidiano dos negros e analisar suas práticas culturais.

Parés observou que apesar de separatismos envolvendo diferenças étnicas entre os africanos, na maioria dos casos os grupos foram reunidos sob um repertório de termos mais amplos. No fim do século XVIII as quatro grandes categorias étnicas operativas na Bahia eram: mina, angola, jeje e nagô, sendo que os grupos englobados numa mesma categoria guardavam certas afinidades linguísticas e culturais.<sup>27</sup> Nas poucas ocasiões em que os

---

<sup>23</sup> SILVEIRA, Renato da. Op. cit., p.89,145.

<sup>24</sup> Sobre o negro na imprensa (jornais paulistanos), ver SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em Branco e Negro*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

<sup>25</sup> SLENES, Robert W. *Malungo, ngoma vem! África coberta e descoberta no Brasil*. In: Revista USP, n.12, dez-jan-fev, 1992, p.48-67.

<sup>26</sup> Entre eles, destacam-se os artistas Debret, Rugendas e o naturalista e diplomata Francis de Castelnau. Os naturalistas Spix & Martius fizeram importantes registros etnográficos. Não só perceberam a multiplicidade de etnias africanas no Brasil, como também o fato de os traficantes reduzi-las sob algumas denominações de procedência.

<sup>27</sup> PARÉS, Luis Nicolau. O processo de criouliização no Recôncavo Baiano (175-1800). *Afro-Ásia*, n.33, 2005, p. 87-132, p.96. Sobre a formação de identidades étnicas africanas na Bahia, ver OLIVEIRA, Maria Inês C. Quem

viajantes se atentaram para as diferenças étnicas entre os africanos, parecem ter pensado apenas na procedência. A existência de um repertório identitário múltiplo, elaborado na diáspora, não foi por eles percebida.

Ao participar do cortejo de Nossa Senhora da Conceição da Praia, em Salvador, Avé-Lallemant não só notou as cicatrizes de um grupo de negras, como também mencionou que tais incisões deveriam ter um significado, provavelmente ligado a uma nobre linhagem. Pelo raciocínio do cronista, as escarificações seriam úteis para distinguir os membros advindos de cada nação africana e denotar hierarquias sociais internas.

Foi um grande dia para gente de côr. Os negros e as negras fervilhavam diante da igreja e nas suas ruas adjacentes. Tôda a antiga côrte da Rainha Ana Chinga, parecia estar reunida, um quadro africano original, genuíno. **Não pude realmente deixar de acompanhar com a vista muitas negras, e algumas eram perfeitas como belezas da Costa da Mina.[...] muitas com as espáduas nuas até muito embaixo, nas costas ornadas de hieróglifos nitidamente talhados na pele, símbolos talvez de certa origem nobre. Hieróglifos que o europeu não decifra e ainda menos os separa, mas que entre os africanos têm uma significação.** Chamou, contudo, minha atenção o fato de duas ou três jovens negras, de belas formas, com o colo e as costas cobertas dessas extraordinariamente nítidas incisões, deixarem cair até muito embaixo, as camisas de tecidos muitos finos, ricamente bordadas, como se quisessem aproveitar a oportunidade para fazerem jus a uma espécie de homenagem aos de sua raça. E quem sabe se muitos dos negros que passavam não reconheciam, pelo título de nobreza entalhado na carne viva, a filha de um antigo chefe [...].<sup>28</sup>

Em seguida, questionou-se: “Quantas vêzes, porém, um desses delicados títulos de nobreza dos desertos da Líbia já se transformou sob o chicote, no solo brasileiro, num palimpsesto da brutalidade européia!”<sup>29</sup>

Segundo Robert F. Thompson,<sup>30</sup> na língua dos yorubás (nagôs), civilização significava “rosto marcado com linhas”. As cicatrizes feitas no rosto indicavam, para essa etnia e para os povos bantos, a qual linhagem de uma vila ou povoado a pessoa pertencia. Entretanto, tais peculiaridades passavam despercebidas pelos escravocratas - ou, ao menos, eram desprezadas por eles -, que preferiam encarar o binômio civilização-barbárie.

Carlos Eugênio Soares chama a atenção para o fato de as marcas étnicas terem se tornado características dos pretos Minas, ressaltando que a variedade de sinais associados a

---

eram os negros da Guiné?. *Afro-Ásia*, 1997; PARÉS, Luis Nicolau. *A formação do Candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia*, Campinas: Unicamp, 2006, sobretudo capítulos 1 e 2.

<sup>28</sup> AVÉ-LALLEMANT, Robert. Op. cit., p.46. (Grifo nosso).

<sup>29</sup> Ibidem, p.46.

<sup>30</sup> Apud SLENES, Robert. Op. Cit.,1992, p.66.

uma só nação refletia a multiplicidade de povos que se agrupavam em torno de uma mesma denominação.<sup>31</sup>

Quanto às etnias africanas, Suzannet só fez menção aos Congos observados por ele na Bahia: “Os negros congos, empregados no serviço das liteiras, são em geral homens bonitos e inteligentes. São mais ambiciosos que os negros de outras raças e juntam todo o dinheiro que ganham para, depois de alguns anos de trabalho, comprarem a própria liberdade”.<sup>32</sup>

Sem especificar quais etnias africanas avistou no Brasil, Darwin não deixou de reparar na sua diversidade: “O estado da enorme população escrava deve interessar a todos que chegam ao Brasil. **Andando pelas ruas é curioso observar o número de tribos identificadas pelos diferentes ornamentos que usam no corpo e suas diversas expressões.**”<sup>33</sup>

Entre os relatos dos oito personagens analisados nesse trabalho, as tensões presentes nas relações entre africanos e crioulos (negros nascidos no Brasil), negros e pardos ou entre os próprios africanos de distintas procedências passaram praticamente despercebidas. Apesar da semelhança de cor e, na maioria das vezes, do fato de serem cativos, africanos e crioulos nem sempre tiveram uma relação harmoniosa, havendo diferenças na origem e nos costumes. O africano sofria maior discriminação e dificuldade de adaptação, ocupando o último lugar na hierarquia social. Segundo Parés, a divisão interna entre crioulos e africanos dificultava a formação de uma identidade racial negra, embora os escravos compartilhassem memórias e experiências de cativeiro, muitas vezes se diferenciavam e se viam sob a marca da alteridade.<sup>34</sup>

Desse modo, os conflitos que ocorriam dentro da comunidade escrava eram “marcados pela cor e/ou pelo distanciamento geracional e cultural da África.”<sup>35</sup> Isabel Reis em seu estudo sobre famílias negras na Bahia oitocentista revelou que geralmente os escravos africanos uniam-se a africanas, e crioulos a crioulas. Os africanos davam preferência aos casamentos endogâmicos por origem étnica, daí que esse critério para a escolha do parceiro denotava a preferência por iguais.<sup>36</sup>

<sup>31</sup> SOARES, Carlos Eugênio L. A nação da Mercancia: condição feminina e as africanas da Costa da Mina, 1835-1900. In: *No Labirinto das Nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

<sup>32</sup> SUZANNET, Conde de. Op. cit., p.187.

<sup>33</sup> DARWIN, Charles. Op. cit., 2009, p.79. [Grifo nosso].

<sup>34</sup> PARÉS, Luis Nicolau. Op. Cit., 2005, p. 102. No âmbito do Recôncavo Baiano, o autor notou que os crioulos se ocupavam da casa-grande e dos serviços domésticos, enquanto os africanos ficavam na lavoura e na senzala.

<sup>35</sup> GOES, José R., FLORENTINO, Manolo G. *A Paz das Senzalas*. Famílias escravas e tráfico atlântico. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, p.52.

<sup>36</sup> REIS, Isabel Cristina F. dos. *A família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888*. Tese de doutorado. Campinas; UNICAMP, 2007. No que se refere à região baiana do açúcar, entre 1750-1800, Nicolau Páres

A noção de família podia ser expandida, sendo a recriação do padrão de vida familiar entre os negros no período escravista evidenciada a partir das várias formas de parentesco: vinculada a laços biológicos, comunidade de origem, parentescos construídos na viagem transatlântica ou no novo mundo, relações de compadrio, "famílias de santo", irmandades religiosas negras. Os negros utilizaram-se dessas relações para articular redes de solidariedades que lhes proporcionassem maior amparo e afetividade.<sup>37</sup>

Avé-Lallemant percebeu a difícil relação entre africanos e mulatos ao citar a revolta dos Malês, ocorrida em Salvador, no ano de 1835:

No ano de 1834 (sic) deu-se o último levante de negros na Bahia, sendo os pretos derrotados com grande derramamento de sangue. Negros eram mortos nas ruas, a pancadas, como cachorros. Os mestiços, sobretudo, foram os que mais se enfureceram contra seus primos. [...] Tendo a maioria deles sangue africano pelo lado materno, essa classe de gente inclina-se decididamente para a raça branca e, quando se trata de tomar partido, mostra-se hostil e até cruel contra a raça negra, como aconteceu exatamente em 1834.<sup>38</sup>

Apesar das tensões entre africanos e mestiços fazerem parte do cotidiano da cidade, naquele momento as atitudes exageradas de violência podem ter sido causadas pelo fato de as forças militares e policiais serem compostas, sobretudo, por mestiços. Segundo João Reis, essa foi a rebelião escrava mais séria e de maior impacto ocorrida em ambiente urbano, nas Américas, ganhando repercussão internacional. Os rebeldes disseminaram o medo em todo o país, provocando o aumento do controle escravo e os debates acerca da escravidão e do tráfico negreiro. O autor também afirma que a identidade étnica dos envolvidos e sua relação com as identidades religiosas e de classe foram fatores de grande importância no levante.<sup>39</sup>

Para Suzannet, os negros tinham condições de lutar pela sua liberdade, o que poderia acontecer a qualquer momento:

Quando se vê estes negros fortes e valentes não se pode deixar de refletir sobre a situação da população negra em relação aos brancos. Dessa forma o pensamento sempre se volta para os grandes problemas que afligem esse país. E, dentre eles por certo, o mais temível é o do futuro dos negros.<sup>40</sup>

---

defende que quando os africanos eram escravos havia uma tendência a exogamia, mas em situação de liberdade prevalecia a tendência de união entre membros do mesmo grupo étnico. A exogamia observada nos casamentos entre cativos era reflexo de uma determinação senhorial ou da dificuldade de encontrar um parceiro do mesmo grupo dentro da propriedade em que viviam, confirmando que a endogamia era encarada como ideal. Entretanto, o autor informa que apesar das rivalidades entre africanos e crioulos, mais de um quarto das uniões formais de escravos dessa região ocorriam entre essas duas categorias, havendo forte interpenetração cultural. PARÉS, Luis N.Op. cit. 2005.

<sup>37</sup> BACELAR, Jeferson. Os últimos africanos em Salvador. In: *A hierarquia das raças: negros e brancos em Salvador*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001. Cap. 1, p.17-40.

<sup>38</sup> AVÉ-LALLEMANT, Robert. Op. cit., p.48.

<sup>39</sup> Sobre o levante dos Malês, ver REIS, João J. Op. cit., 2003.

<sup>40</sup> SUZANNET, Conde de. Op. Cit.,p.188.

Logo em seguida, ao comentar sobre a Sabinada,<sup>41</sup> afirmou que os negros participantes do movimento “atacavam a sangue frio e sem piedade todos os portugueses”, adjetivando-os como “animais ferozes.”<sup>42</sup> Seguramente, o nobre francês ouviu o relato desse episódio político de pessoas em posições privilegiadas. Assim, só teve acesso a uma versão da história, contentando-se com ela.

Sob a ótica de muitos cronistas, os homens de cor, impossibilitados de pertencerem à civilização, eram considerados inaptos para atuar politicamente. Quando envolvidos em levantes escravos e lutas sociais, sobressaía-se a figura do homem violento, que agia por instinto ou era manipulado. Portanto, deveriam ser cautelosamente dirigidos.

Apesar de a maioria dos visitantes depreciar as características dos africanos e seus descendentes, o conde de Suzannet notou “[...] nos negros da Bahia tôdas as características de uma raça trabalhadora e inteligente”, percebendo que possuíam capacidade e disposição para elaborar projetos de vida. Também considerou essa população “robusta e ativa” e impressionou-se com “[...] a beleza das negras que se vêem voltando das fontes situadas fora da cidade, com o cântaro elegantemente colocado à cabeça. Outras negras vendem frutas e cerâmica de todos os tipos, ou ficam sentadas a portas das casas”, contrariando as teorias raciais vigentes, que concediam à população de cor apenas características negativas de conduta e caráter.<sup>43</sup>

Darwin teceu alguns elogios aos negros, afirmando estar certo do dia em que alcançariam a liberdade.

Eu não posso deixar de acreditar que eles serão livres. Eu digo isso por causa de seu grande número, seus corpos atléticos (especialmente se comparados com os brasileiros), o que prova que eles estão em um clima agradável, e também por perceber claramente que o intelecto deles tem sido muito subestimado. Eles são os trabalhadores eficientes de todas as atividades necessárias. Se os negros livres aumentarem de número (o que deve ocorrer) e se tornarem descontentes por não serem iguais aos homens brancos, o momento da libertação total não estará tão distante. [...] A principal característica deles parece ser espíritos maravilhosos e alegres, boa natureza e um ‘grande coração’ misturado com uma boa dose de obstinação. Eu acho que o dia chegará quando eles declararem seus próprios direitos e se esquecerem de vingar suas injustiças.<sup>44</sup>

<sup>41</sup> Revolta que agitou Salvador entre fins de 1837 e início de 1838. Defendia a descentralização do governo, sediado no Rio de Janeiro. Não apoiava a monarquia constitucional unitária, nem a República, tendo proclamado a Bahia Estado Livre até a maioria de D. Pedro II. De caráter urbano, contou com a participação de muitos crioulos e mulatos. Defendia a abolição, mas previa alforria com indenização. TAVARES, Luís H. Dias. *História da Bahia*. São Paulo: UNESP, Salvador: Edufba, 2001, p. 262.

<sup>42</sup> SUZANNET, Conde de. Op. cit, p.189.

<sup>43</sup> Ibidem, p.184.

<sup>44</sup> DARWIN, Charles. Op. cit.,2009, p.80. (Tradução nossa)

O naturalista percebeu nos homens de cor características que quase nunca lhes eram atribuídas, como: capacidade intelectual, sentimento de independência, eficiência, “boa natureza” e obstinação. Reverenciou o vigor e a plasticidade do negro, percebendo-os como elemento tropical, à vontade em terras brasileiras. Possivelmente, tanto Darwin como outros visitantes, acreditavam que os africanos estariam mais adaptados aos trópicos por razões fisiológicas, climáticas e psíquicas, resultando em traços psicológicos mais extrovertidos, alegres e bondosos.<sup>45</sup>

Enquanto passava um domingo na fazenda e engenho Nossa Senhora da Luz, próxima ao Rio de Janeiro, Maria Graham reparou no carpinteiro que lhe serviu como guia, afirmando que “Este homem, de alguma instrução, aprendeu seu ofício de modo a ser não só um bom carpinteiro, mas também um razoável marceneiro. Em outros assuntos revela uma rapidez de percepção que não dá fundamento à pretendida inferioridade da inteligência negra.”<sup>46</sup>

Observações como essas revelam a existência de escravos que se profissionalizavam e se destacavam em determinado ramo, distanciando-se da imagem dominante do cativo rude e sem nenhuma qualificação. Ao concluir que ele era dotado de capacidade intelectual, a viajante colocou em xeque a propalada superioridade dos brancos, atestando que esses observadores tinham percepções e opiniões diversas acerca da diferenciação racial.

Em Ilhéus, Maximiliano de Habsburgo atentou-se para as más condições de vida dos escravos e percebeu que mesmo negros inteligentes e habilidosos dificilmente teriam oportunidade de ascender socialmente.

Não é possível imaginar-se um viver mais triste do que a existência dos negros; eles levam uma vida de condenados das galeras. Duas coisas, nessa lamentável história, são e continuam a ser tremendas. Uma, é o princípio segundo o qual a ira e o castigo do proprietário onipotente só são diminuídos pela preocupação em não prejudicar o valor das carnes; e depois, o pensamento de que seres com alma, como esses, mesmo que sejam os mais talentosos possível, e não importando quantas qualidades possuam, não conseguirão jamais chegar a algo mais elevado, a não ser que o humor do seu senhor lhes permita.<sup>47</sup>

Opinião diferente foi declarada pelo casal Agassiz, que em meio a uma conversa com o senador de Alagoas acerca da escravidão e da questão racial no Brasil, afirmou não haver qualquer dificuldade para que os homens de cor livres pudessem ascender socialmente.

---

<sup>45</sup> Posteriormente, o sociólogo Gilberto Freyre fez essa alegação a respeito dos traços psicológicos do negro brasileiro.

<sup>46</sup> GRAHAM, Maria. Op. Cit., p.219.

<sup>47</sup> HABSBURGO, Maximiliano. Op. Cit. 2010, p.155.

A ausência de toda restrição em relação aos pretos livres, sua elegibilidade para as funções, o fato de que todas as carreiras, todas as profissões lhes são abertas, sem que o preconceito da cor os persiga, permite formar uma opinião sobre a sua capacidade e aptidão para o progresso.<sup>48</sup>

Enquanto observava os negros que transportavam cargas para a Cidade Alta, Avé-Lallemant comentou:

[...] **quase não se pode ver mais soberba figura de homem que as desses negros da Bahia, sobretudo os Minas, tão comuns ali...** Apertados uns contra os outros, sob o varal, êsses homens côm de azeviche formam o mais admirável grupo atlético que se possa ver. Põem-se em marcha aos gritos e com certo entusiasmo bélico. O suor escorre-lhes pelo corpo nu, retesam-se todos os músculos, salientes, bojudos; as partes carnudas das espáduas e a parte superior do braço são muitas vezes idealmente belas; Miguel Ângelo não as teria esculpido mais perfeitas no mármore. E, contudo, nesse tão belo desenvolvimento de músculos, nada de exagerado. Nada me fez lembrar, quando admirava esses negros Minas, um Hércules de Neméia, apoiado na sua clava; tudo, ao contrário, me lembrava um Aquiles e o pugilista Polideuces.<sup>49</sup>

Conforme observou Sela, era recorrente a comparação dos corpos negros com personagens e metáforas greco-latinas ou neoclássicas. Esse procedimento era consequência de um interesse surgido mais fortemente no século XVIII, nas academias de belas-artes europeias, de modo que o empenho em lançar o olhar para esses modelos já estava consolidado nos oitocentos. Para os artistas, eles representavam belos espécimes viris, caracterizados pelo vigor e flexibilidade, que contrastavam com sua suposta incapacidade mental ou afetiva. Muitas dessas descrições também estabeleciam uma oposição entre a feiúra facial e a beleza dos corpos. Quando os viajantes faziam alusão à força muscular e as formas corporais dos negros, os carregadores eram os sujeitos mais citados.<sup>50</sup>

<sup>48</sup> AGASSIZ, Jean L. R., AGASSIZ, Elizabeth C. Op. cit, p.94.

<sup>49</sup> AVÉ-LALLEMANT, Robert. Op. Cit., p.20-21.

<sup>50</sup> SELA, Eneida Maria M. O. cit., 2006.



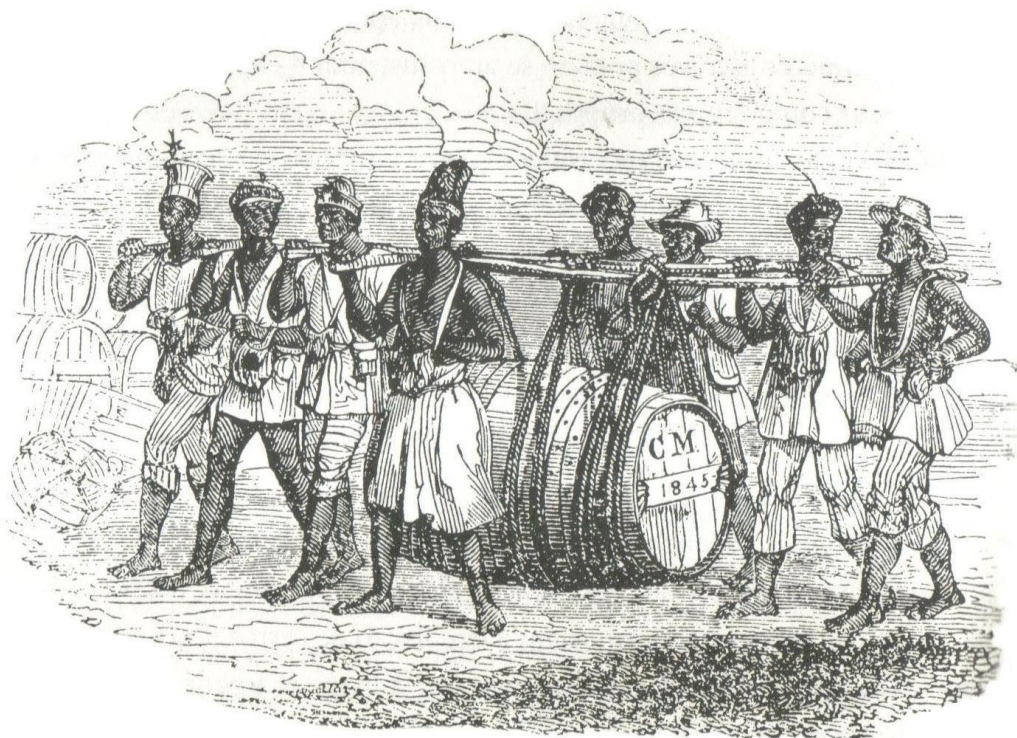


Figura 2: Negros Carregadores, em 1845.

Na Bahia dos oitocentos quase todo africano Mina era carregador. Já as mulheres Minas, segundo Cecília Soares, ocupavam um papel muito importante na economia urbana da capital baiana. A maioria exercia a função de quitandeira, atividade que as escravas passaram a dividir, ao longo do século, com as forras e livres. Embora as crioulas também participassem do comércio de rua, eram as africanas que dominavam esse cenário, enquanto as negras brasileiras estavam mais representadas nas tarefas domésticas.<sup>51</sup>

As mulheres negras que se dedicavam ao comércio de rua eram chamadas de *ganhadeiras*, a exemplo das lavadeiras, engomadeiras e vendedoras ambulantes, que mercadejavam objetos africanos, tecidos e, sobretudo, diversos tipos de alimentos, como peixes, frutas, bolos e mingaus. As escravas colocadas no ganho de rua eram obrigadas a dar a seus proprietários uma quantia previamente estabelecida entre as partes e o que excedesse do valor combinado ficava para elas. Com o dinheiro acumulado no decorrer de anos de trabalho, muitas mulheres conseguiram comprar sua carta de alforria, normalmente paga a prestação.<sup>52</sup>

Criou-se um imaginário na Bahia, que seguiu para o Rio de Janeiro, de que as mulheres Minas seriam habilidosas para o comércio, tendo essa fama alcançado grande aceitação social. Desse modo, o mito da baiana é oriundo das negras quitandeiras, majoritariamente Minas, que no Rio de Janeiro eram assim chamadas.<sup>53</sup>

<sup>51</sup> SOARES, Cecília C. Moreira. *Mulher negra na Bahia no século XIX*. Salvador: EDUNEB, 2007.

<sup>52</sup> *Ibidem*, p. 37,59, 124.

<sup>53</sup> SOARES, Carlos Eugenio L. *Op. cit.*, 2005.



Figura 3: Negra Baiana

Contudo, a denominação Mina não era homogênea. Segundo João Reis, essa imprecisa designação abarcava nagôs, jejes, haussás e outros grupos étnicos provenientes do golfo do Benin, atual República do Benin e parte da Nigéria. Nesse contexto, uma significativa parcela dos africanos provenientes da Costa Ocidental passou a ser identificada como Mina, parte dela seria composta por nagôs vendidos de Salvador para o Rio de Janeiro, num fluxo migratório que cresceu após 1835. Isso demonstra a complexidade do sistema de rearticulação das identidades na diáspora. As nações africanas da escravidão eram identidades construídas mais com base na experiência do cativo - sendo reorganizadas e redefinidas aqui -, do que pelos códigos étnicos vindos da África. Com o tempo, outras identidades afro-ocidentais também foram se transformando em Mina.<sup>54</sup>

Avé-Lallemant admirou-se com a beleza das mulheres Minas, associando sua imagem à sensualidade.

As mulheres negras da Bahia parecem mais bonitas que os negros. **Como tais, já se tornaram realmente famosas. E de fato quase não se pode**

<sup>54</sup> REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

**encontrar em outra parte maior riqueza de formas que entre as negras Minas da Bahia.**[...] Entre as negras Minas moças da Bahia vêem-se ou adivinham-se formas admiráveis. Além disso, têm tôdas porte soberbo, ombros bem inclinados para trás, de maneira que o peito se salienta fazendo os pomos parecerem muito mais desenvolvidos. Nesse porte exagerado há, sem dúvida, uma espécie de provocação[...] Movem, inquietas, os ombros e os braços e têm um modo peculiar de balançar os quadris[...] Há muitas negras Minas livres na Bahia, e estas, ao que parece, têm perfeita consciência dos seus escuros encantos. Não notei nenhuma negra vestida à européia, o que, na verdade, a teria transformado em macaca.<sup>55</sup>

Mesmo quando se deleitava ante a observação desses homens e mulheres, o autor não se distanciava do seu preconceito, constatando que caso as negras se vestissem como europeias, ficariam parecidas com macacas. Em seguida, apresentou esse quadro como a face obscura da cidade. “Essas múltiplas figuras de negros, modificando-se e movimentando-se misturadas, é que dão à cidade êsse tom africano e constitui, por certo, o seu lado sombrio, o seu lado escuro”.<sup>56</sup>

Elizabeth Agassiz relatou que costumava acompanhar seu marido nos passeios aos mercados de peixe das cidades portuárias, pois nesses locais tinha “o prazer de ver os mostruários cobertos de laranjas, flores e legumes” e “observar os grupos pitorescos dos negros tagarelando ou vendendo suas mercadorias”.<sup>57</sup> Ao encontrar homens e mulheres Minas na praça do mercado, no Rio de Janeiro, o casal deslumbrou-se:

Sabemos agora que esses negros atléticos, de rosto distinto e tipo mais nobre do que o dos negros dos Estados Unidos, são os Minas, **originários da província da Mina na África Ocidental. É uma raça possante, e as mulheres em particular têm formas muito belas e um porte quase nobre.** Sinto sempre grande prazer em contemplá-las na rua ou no mercado, onde se vêem em grande número, pois as empregam mais como vendedoras de frutas e legumes que como criadas. **Diz-se que há, no caráter dessa tribo um elemento de independência indomável que não permite empregá-las nas funções domésticas.**<sup>58</sup>

De fato, os Minas eram oriundos da África Ocidental, porém, como já foi visto, esse termo abarcava várias etnias. Além disso, os africanos que no Rio de Janeiro oitocentista eram chamados de Minas, na Bahia eram mais conhecidos nesse período como Jeje.<sup>59</sup> Os visitantes reiteraram a imagem das negras vendedoras que circulavam pela cidade, em consonância com o sentido de pitoresco. A superioridade das Minas traduzia-se também na aparência. Essas

<sup>55</sup> AVÉ-LALLEMANT, Robert. Op. Cit., p.21-22. [Grifo nosso].

<sup>56</sup> Ibidem, p.22.

<sup>57</sup> AGASSIZ, Jean L. R., AGASSIZ, Elizabeth C. Op. Cit., p.68.

<sup>58</sup> Ibidem, p.68.

<sup>59</sup> PARES, Luis Nicoulau. Op. cit.

africanas conseguiam expressar graciosidade em seus gestuais, mesmo arcando pesados fardos durante o trabalho. Conciliavam rusticidade (fator considerado inato aos povos africanos) com elegância e beleza.

O casal descreveu também a indumentária que identificava as negras Minas:

As mulheres têm sempre a cabeça coberta com um alto turbante de musselina e trazem um longo xale de cores brilhantes, ora cruzados sobre os seios, ora negligentemente atirado ao ombro, ou então, se faz frio, estreitamente enrolado em volta do busto, com os braços metidos em suas dobras, a diversidade de expressões que elas por assim dizer extraem da maneira de usar esse xale é de fato surpreendente.<sup>60</sup>

As mulheres Minas eram caracterizadas pela altivez, beleza física e rebeldia. Sua vestimenta, marcada pelo uso do turbante e pano da Costa, símbolos de ostentação social, distinguiu-as das outras africanas e crioulas. Entretanto, é bom lembrar que nem todas as escravas Minas eram vistosas ganhadeiras. O estereótipo da negra da Costa da Mina, que povoava o imaginário dos viajantes, era influenciado pelo olhar senhorial. Esse grupo era o mais prestigiado pelos proprietários de escravos dentro do conjunto da população africana que vivia no ambiente urbano.<sup>61</sup> Contudo, a valorização de certos tipos africanos pode ter sido baseada em interesses de traficantes, que criavam estereótipos para suas mercadorias humanas. Desse modo, a relação estabelecida entre um grupo de africanos e seu comportamento podia ser equivocada, superficial ou intencional.

Para os Agassiz, os homens Minas eram bastante altivos e não pareciam “tão afáveis e comunicativos como os negros Congos.”<sup>62</sup> Já na segunda metade do século XIX, os povos de língua banto (a exemplo dos congos, angolas e benguelas) eram considerados mais dóceis e menos inteligentes, por isso, aceitariam melhor a escravidão e estariam mais aptos para os serviços domésticos. Em contrapartida, os Minas eram qualificados como mais rebeldes. Os homens dessa nação eram associados a uma maior capacidade de insurgências, sendo temidos como líderes políticos. Interessante notar que a capacidade de se rebelar, ao mesmo tempo em que simbolizava inferioridade e selvageria, aparecia como um traço humanizador e de inteligência.<sup>63</sup>

Apesar de os visitantes saberem que os africanos pertenciam a diferentes etnias, os Minas foram os únicos que mereceram destaque, sendo diferenciados dos outros grupos. Em

---

<sup>60</sup> Ibidem, p.68.

<sup>61</sup> SOARES, Carlos Eugenio L. Op. Cit.

<sup>62</sup> Ibidem, p. 69.

<sup>63</sup> SOARES, Carlos Eugenio L. Op. Cit.; OLIVEIRA, Maria Inês C. op. Cit.

geral, referiam-se à raça negra como uma unidade, englobando todos os negros numa mesma categoria, caracterizando-os pelos aspectos físicos e morais. Assim, criavam generalizações e passavam à impressão de que independente da procedência, identidade étnica, condição econômica e hierarquias entre africanos e crioulos, os homens de cor compartilhavam os mesmos espaços e códigos.<sup>64</sup> Para os viajantes, o mais marcante era o antagonismo entre brancos e negros. Também nos interessa notar que, frequentemente, as clivagens ‘raça’, ‘tribo’ e ‘nação’ eram utilizadas indistintamente por esses cronistas.

De acordo com o arquiduque austríaco Maximiliano, em geral, os negros nada possuíam de atrativo e belo, contudo, esses sujeitos não deixaram de ser por ele apreciados na Bahia:

No muro do jardim, ao longo do passeio, mulheres negras, de cócoras, vendiam frutas. **Um grupo bastante interessante para o recém-chegado**, no qual todos os tamanhos, idades e proporções estavam representados, através dos exemplares mais originais.<sup>65</sup>

Na capital baiana, ao avistar uma jovem negra vestida com saia de chita, bata branca, xale colorido, turbante e contas de vidro, o nobre austríaco encantou-se com admirável figura e afirmou que em se tratando de negras com tal aspecto, “o coquetismo era possível.”<sup>66</sup>

Os viajantes delimitaram e cristalizaram uma série de concepções sobre os africanos na experiência da escravidão brasileira, a começar por seus próprios corpos e os sinais que carregavam. As características ambivalentes concedidas aos negros, ora positivas ora negativas, situavam-se num jogo de representações que se movimentavam a depender das circunstâncias. Joffe diz que o *outro* não-europeu é visto de forma depreciada, mas também se torna desejável porque desafia os valores centrais da sociedade eurocêntrica, significando uma ameaça as suas normas.<sup>67</sup>

No caso da negra brasileira, a ênfase era ainda maior devido a sua condição de mulher, historicamente carregada de simbolismos, relacionada à degradação e ao desejo. Quando consideravam o negro belo, vacilavam quanto a essa percepção, ficando confusos em relação aos seus parâmetros de beleza e vendo-o como bonito porque exótico ou sensual.

A constante associação do negro à sensualidade é retratada não somente pelos seus trajés e modo de andar, mas a uma vida sexual vista como desregrada. Os viajantes ajudaram

<sup>64</sup> Cabe lembrar que esse tipo de omissão também ocorria em relação às descrições dos povos indígenas.

<sup>65</sup> HABSBURGO, Maximiliano de. Op. Cit., p.81. (Grifo nosso).

<sup>66</sup> Ibidem, p.82.

<sup>67</sup> A autora ressalta que conceder ao *outro* características negativas e ao mesmo tempo vê-lo como atraente é comum também em culturas não-hegemônicas. JOFFE, HÉLENE. Degradação, Desejo e o Outro. In: ARRUDA, ÂNGELA (org.). Representando a Alteridade. Petrópolis: Vozes, 1998.

a construir a imagem de promiscuidade no seu comportamento, embora as referências sobre sua intimidade sejam escassas e superficiais.

A literatura de viagem oitocentista nos mostra que estava sendo construída uma imagem do Brasil enquanto território do prazer: sociedade de moral desvirtuada e composta por negros e mulatos erotizados. O corpo negro, em especial o da mulher, foi sexualizado a partir do olhar e do discurso do *outro*, sendo associado a algo animalesco e descontrolado.<sup>68</sup>

É interessante notar que pesquisas contemporâneas, a exemplo das obras *Histórias de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX*, de Isabel Reis e, *Na Senzala, uma Flor*, de Robert Slenes, combatem a ideia que até recentemente permeou o senso comum e apontam que a família era uma instituição importante nas sociedades africanas e que os casamentos entre escravos, mesmo os ilegítimos, parecem ter sido frequentes e duradouros.<sup>69</sup> Com efeito, o fator de instabilidade das famílias escravas era fruto do sistema escravista, e não inerentes a sua cultura ou moralidade. A venda, aluguel de escravas para amas-de-leite e até a libertação de um escravo promoviam a desagregação familiar.<sup>70</sup>

Em uma fazenda nas cercanias do rio Macaé, na província do Rio de Janeiro, Darwin chocou-se profundamente quando o dono da propriedade demonstrou a intenção de vender separadamente escravos pertencentes a uma mesma família, constatando que quase fora “testemunha ocular de um desses atos de atrocidade, somente presenciáveis numa terra de escravos”.<sup>71</sup>

Segundo Isabel Reis, a vida em família era bastante valorizada pelos escravos, pois reforçava os laços de solidariedade, constituindo uma “forma de resistência à desumanização” e normalmente possibilitava a expansão do espaço de autonomia do cativo, gerando ganhos materiais e simbólicos. Contudo, a autora ressalta que a família escrava nem sempre era nuclear e monogâmica, conforme o padrão ocidental.<sup>72</sup>

No conjunto dos registros acerca dos homens de cor, sobressaiu o espanto com a multidão negra e seus emblemas africanos: pele escura, escarificações, corpos robustos, semi-nudez, língua estranha e canções incompreensíveis. As ideias homogeneizantes apresentavam-nos enquanto um povo, ou uma raça, portador de características físicas e comportamentais específicas, de acordo com conceitos elaborados nas últimas décadas do século XVIII e vigentes no XIX.

<sup>68</sup> Cabe assinalar que, posteriormente, a articulação entre raça e sexualidade tornou-se central nas representações sobre a cultura nacional.

<sup>69</sup> REIS, Isabel C. F. op. cit.; SLENES, Robert W. *Na Senzala uma Flor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

<sup>70</sup> REIS, Isabel C. F. dos. *Ibidem*, p. 141

<sup>71</sup> DARWIN, Charles, op. cit., p.8.

<sup>72</sup> REIS, Isabel C. F. dos. Op. cit., p. 30.

Havia um padrão consolidado de conceitos negativos a respeito da raça negra. Assim, os diversos povos africanos, em seus atributos físicos, comportamentais e intelectuais, eram classificados sempre a partir de um paradigma pré-definido que os colocava numa posição de inferioridade. Apenas em alguns casos, como os Minas, essa imagem foi parcialmente superada.

### 2.1.2 O Estigma do Cativo

A vinda da Corte Portuguesa para o Brasil e a abertura dos portos, em 1808, gerou um significativo crescimento populacional, havendo uma maior demanda por escravos, quadro que se alterou a partir de 1850. Nesse ano, a lei Eusébio de Queirós pôs fim ao tráfico negreiro - embora ainda ocorresse o tráfico clandestino e o interprovincial. Devido ao crescimento das campanhas abolicionistas e da pressão exercida pelos ingleses, na década de 1860 se intensificou a discussão sobre os problemas gerados pelo sistema escravocrata e a melhor maneira de emancipar os cativos.<sup>73</sup> Posteriormente, em 1871, foi aprovada a Lei do Ventre Livre, dando início ao processo emancipador, que culminou com a abolição, sancionada em 1888.<sup>74</sup>

Os Agassiz pensavam, como a maioria dos escravocratas brasileiros, que a emancipação deveria ser lenta e gradual, de caráter moderado, diferentemente da forma como ocorreu nos Estados Unidos. Tentavam compreender como os negros se inseriam na dinâmica social brasileira e como se dava a convivência inter-racial, já que a despeito de tantas semelhanças, em seu país tais relações ocorriam de forma diferente.

Parece-me aqui oportuno instruir-nos sobre o grande problema, fonte de tantas perturbações em nosso país, do lugar que se deva conceder à raça preta na sociedade. Os brasileiros, com efeito, ensaiam, gradualmente, uma após outra, as experiências que fomos forçados a fazer bruscamente e sem estar de forma alguma preparados para elas.<sup>75</sup>

Quando o casal partiu de viagem, os Estados Unidos estavam vivenciando os últimos capítulos da Guerra Civil Americana (Guerra da Secessão, 1861-1865) que selou o destino da escravidão no país. Naquele momento, eles estavam experimentando problemas relacionados à situação da população negra após o fim do sistema escravocrata. Desse modo, comparar o Brasil com os EUA era quase inevitável, pois ambos eram os maiores países da América,

---

<sup>73</sup> Segundo muitos historiadores, essa iniciativa partiu do próprio imperador Pedro II.

<sup>74</sup> O Brasil foi o último país da América a abolir a escravidão.

<sup>75</sup> AGASSIZ, Jean L. R., AGASSIZ, Elizabeth C. Op. Cit.,p.94.

povoados pelos mesmos elementos (europeu, índio e negro), libertados politicamente em períodos próximos e com grandes extensões territoriais.

Um aspecto a ser observado entre os dois países, segundo Skidmore<sup>76</sup>, é que a escravidão no Brasil em nenhum momento gerou tensões políticas regionais comparáveis as que acarretaram a guerra civil nos Estados Unidos. Embora algumas províncias brasileiras tenham abolido o regime do trabalho escravo quatro anos antes da lei de 1888, as relações raciais não se tornaram o principal conflito das políticas regionais.

No entanto, deve-se levar em conta que o Brasil já possuía grande número de negros forros antes da abolição. Em 1872, data do primeiro censo nacional, existiam quase três vezes mais libertos do que escravos entre a população de cor. Os negros forros haviam encontrado um status definido muito antes do fim da escravidão. Essa classe estabeleceu certo grau de mobilidade ocupacional e social, enquanto a escravidão ainda predominava por todo o país.<sup>77</sup>

Darwin deixou claro que era contra a escravidão e presenciá-la no Brasil não lhe trouxera nenhuma boa recordação:

Até o dia de hoje, sempre que ouço um grito distante, lembro-me vivamente do momento doloroso que senti quando passei por uma casa no Recife. Ouvi os mais angustiosos gemidos, e não tinha dúvida nenhuma de que algum miserável escravo estava sendo torturado, entretanto, sentia-me tão impotente quanto uma criança, para mesmo dar demonstrações. Julguei que os gemidos partiam de um escravo trucidado, pois disseram-me ser esse o caso em outra ocasião. [...] Nem mesmo farei alusão às muitas comovedoras barbaridades de que ouvi autenticamente falar – nem teria mencionado os revoltantes detalhes acima se não tivesse encontrado tantas pessoas que, cegas pela alegria constitucional do negro, falavam da escravidão como de um mal tolerável. Tais pessoas freqüentaram geralmente as casas das classes mais elevadas, onde os escravos domésticos recebem comumente bom tratamento; e nunca privaram, como eu, com as classes mais inferiores. Esses visitantes sempre dirigem perguntas aos escravos sobre o trato que recebem; todavia, esquecem-se de que somente um escravo muito idiota não receberia que a resposta chegasse aos ouvidos do senhor.<sup>78</sup>

O naturalista chamou a atenção para a violência com que muitas vezes os escravos eram tratados, não acreditando na crença da escravidão branda, tão propalada pelos escravocratas. Ele também observou que o contato que os visitantes travavam com os senhores e os cativos nem sempre proporcionava um quadro real do tratamento que era dispensado aos escravos e das relações entre eles. Em suas falas, os proprietários tentavam

<sup>76</sup> SKIDMORE, Thomas. O Negro no Brasil e nos Estados Unidos. In: \_\_\_\_\_. *O Brasil visto de fora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

<sup>77</sup> *Ibidem*, p.119 e124.

<sup>78</sup> DARWIN, Charles. Op. Cit., [19-], p.130.



amenizar os males que o sistema escravocrata causava aos negros, enquanto estes não ficavam à vontade para explicitar a forma como se sentiam, pois, caso se queixassem, provavelmente seriam punidos.<sup>79</sup>

Contudo, ainda nos primeiros dias de sua estada no Brasil, durante sua permanência na Bahia, o naturalista teceu um comentário um tanto contraditório:

Eu não tenho dúvida que o estado real da maior parte da população escrava é muito mais feliz do que alguém estaria previamente inclinado a acreditar. Interesse e alguns bons sentimentos que talvez o proprietário possua o faz tender a isto. Mas é totalmente falso [...] que qualquer um, mesmo os mais bem tratados, não desejam retornar para seus países. ‘Se eu pudesse ver meu pai e minhas duas irmãs mais uma vez, eu ficaria feliz. Eu nunca poderei esquecê-los.’ Assim expressou-se uma dessas pessoas, que são consideradas pelos selvagens polidos na Inglaterra como mal sendo sua irmã, mesmo diante dos olhos de Deus...<sup>80</sup>

Darwin provavelmente chegou a essa conclusão por ter tido contato com escravos domésticos, que possuíam uma relação mais próxima com seus senhores nas casas-grandes e normalmente recebiam um tratamento diferenciado. É preciso levar em conta que o trato dispensado aos escravos variava de acordo com a mentalidade dos proprietários, mas também pela atividade exercida pelo cativo e até mesmo pela sua condição sexual. Negros urbanos, domésticos e rurais, com diferentes graus de especialização em algum ofício, seguramente não eram tratados de igual maneira. Desse modo, as relações pessoais e de produção, bem como as representações sobre esses sujeitos, não eram totalmente fixas e homogêneas.

Ao longo da narrativa, Darwin identificou alguns mecanismos de dominação, subordinação, exploração e reação dos escravos. Guiado por suas noções de dignidade e justiça, influenciado por uma educação religiosa anglicana e pela luta inglesa pelo fim do tráfico negreiro, revoltou-lhe o grau de crueldade da escravidão. No entanto, a leitura do seu diário nos mostra como ele percebia de forma matizada a condição do escravo, ora visto como feliz, ora como desventurado.<sup>81</sup>

Maximiliano, apesar de seu posicionamento racista, atentou-se para as dificuldades vividas pelos escravos e por aqueles que conseguiam a alforria e criticou os senhores,

---

<sup>79</sup> Em Salvador, Darwin teve uma intensa discussão com o capitão da expedição, FitzRoy, por conta de suas divergentes opiniões a respeito da escravidão. A celeuma quase levou Darwin a deixar o navio. Ele era um forte opositor do sistema escravista, enquanto FitzRoy o defendia.

<sup>80</sup> DARWIN, Charles. Op. cit., 2009, p.45. (Tradução nossa)

<sup>81</sup> A historiadora da ciência e biógrafa de Darwin, Janet Browne, afirma que o cientista mudou algumas opiniões e argumentos ao longo da vida e que nas décadas de 1870 e 1880, muitos anos depois de ter vindo ao Brasil, admitia a hierarquia entre as supostas raças humanas e se posicionava favoravelmente ante as ideias eugenistas. Ver BROWNE, Janet. *A Origem das Espécies de Darwin: uma biografia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

responsabilizando-os pelas mazelas desses homens. Em Ilhéus, durante conversa com um fazendeiro austríaco sobre a escravidão, escreveu:

O roubo de seres humanos na África, a tremenda viagem transatlântica não são de sua responsabilidade; para ele, o negro é apenas um objeto cujo valor se avalia a partir do momento em que pisa o solo de seu território. Daí, não é sem lógica a observação que faz de que os negros, em condições normais de escravidão, são mais felizes do que os livres, uma vez que os escravos libertos em geral sucumbem. Mas, porque eles se acabam, sobre isso esses senhores não refletem. Eles sucumbem ou porque se desligam de suas relações sociais anteriores, por um crime de ordem moral, e passam a errar pela floresta como proscritos, fora da lei, dependentes da caça e de roubos, induzidos pelas privações a furtos nas fazendas, caindo no vício da bebida; ou então porque a liberdade lhes é concedida de repente, e eles se veem sem meios de subsistência [...]<sup>82</sup>

Percebeu que ao ganhar a liberdade, muitos ex-cativos continuavam a viver em condições iguais ou até piores que as experimentadas sob a escravidão. De fato, alforriar um cativo, prática mais comum a partir de 1870, poderia ser uma estratégia para evitar levantes, fugas e evasão da mão de obra, pois a instituição escravocrata estava em declínio. Também comentou, em tom de crítica, acerca dos maus-tratos físicos: “o castigo mais simples e quase diário são pancadas na palma da mão com a palmatória.”<sup>83</sup>

Os Agassiz se depararam com escravos brancos, fato que os chocou sobremaneira: “[...] se destacavam aqui e ali uns rostos quase brancos pois aqui, como em toda a parte, a escravidão acarreta suas fatais e deploráveis conseqüências, e escravos brancos não são raridade muito extraordinária.”<sup>84</sup>

A partir dessa citação, observa-se de que modo um atributo natural - como a cor - estava investido de sentido. O principal critério para que alguém fosse visto como escravo era o tom da pele. Quanto mais próximo dos padrões arianos, maior seria a aceitação social do indivíduo e seu acesso à cidadania. A raça era uma variável significativa na determinação das oportunidades de vida daqueles que habitavam o país.

Entre os brasileiros também era comum essa perplexidade. Wlamira Albuquerque<sup>85</sup> analisou o caso de fuga de uma escrava branca e o constrangimento que o fato causou no delegado de polícia da Bahia. Vamos ao ocorrido: No ano de 1888, o proprietário de uma escrava de nome “Alexandrina” recorreu à polícia para dar queixa de sua fuga e solicitar ajuda

<sup>82</sup> HABSBURG, Ferdinand Maximilian von. Op. Cit., 2010, p.149-150.

<sup>83</sup> Ibidem, p.152.

<sup>84</sup> AGASSIZ, Jean L. R., AGASSIZ, Elizabeth C. Op. cit., p. 90.

<sup>85</sup> ALBUQUERQUE, Wlamyra. *O Jogo da Dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2009, p. 24.

policial para recuperá-la. A ocorrência nada teria de extraordinária caso a cativa não fosse “parda clara, quase branca”. Diante do fato, o delegado propôs ao senhor de Alexandrina que aceitasse alforriá-la por um valor acessível. A autoridade estava certa que os cidadãos da capital baiana iriam contribuir na arrecadação da quantia necessária para a compra da alforria. Para o delegado, aquela “mulher quase branca que se viu entregue às durezas da escravidão” merecia ocupar outro lugar na sociedade. Assim, as ações das autoridades eram fundadas em critérios raciais, mesmo não existindo dispositivos legais para isso. Se a escravidão não era baseada no critério racial, mas a sociedade era racializada, como se comportar diante de um fato como este? Como uma pessoa branca poderia ser encarada como objeto? Eis um questionamento que perturbava as mentes de nacionais e estrangeiros.

Cecília Soares transcreveu, no livro *Mulher negra na Bahia no Século XIX*, a notícia de um leilão de escravos, no qual seria leiloada uma criança com menos de 2 anos e “mais alva que muitas pessoas brancas”. A cor de dita mercadoria comoveu os envolvidos, de modo que durante o próprio evento se arrecadou a quantia necessária para alforriar o pequeno escravo. O caso ocorreu em 1855 e foi noticiado pelo *Jornal da Bahia*.<sup>86</sup>

Alguns visitantes oriundos de países onde existiu escravidão ou que possuíam colônias nas quais a mão de obra escrava africana era legal, tentavam ‘limpar suas consciências’, qualificando seus governos e sociedades como mais humanitárias.

Novamente argumentando contra a escravidão, Darwin escreveu a respeito do posicionamento da Inglaterra e dos Estados Unidos:

Faz ferver o sangue nas veias e tremer no peito o coração, o pensar em que nós, ingleses, e os nossos descendentes americanos, a despeito do seu ostensivo brado de liberdade, temos sido e somos tão culpados; mas consola a reflexão de que ao menos fizemos o maior sacrifício, jamais feito por outra nação, a fim de expiarmos a nossa falta.<sup>87</sup>

Para o norte-americano Kidder, que esteve no Brasil na mesma década do naturalista, os britânicos não estariam tão desvinculados do tráfico de africanos, embora oficialmente o combatesse. “Enquanto Baltimore construir navios negreiros; enquanto os capitalistas ingleses financiarem o nefando comércio e enquanto as autoridades brasileiras aberta ou veladamente o protegerem, como poderá deixar ele de prosperar?”<sup>88</sup> Interessante notar que Kidder evitou falar da escravidão existente em seu país ou tecer comparações com o Brasil, mostrando como

<sup>86</sup> SOARES, Cecília. C. Moreira. Op. cit., p.89.

<sup>87</sup> DARWIN, Charles. Op. Cit. [19-], p.130.

<sup>88</sup> Kidder, Daniel P. Op cit., p.249.

os viajantes também silenciavam o que lhes era conveniente.<sup>89</sup>

Suzannet também questionou a ação filantrópica dos ingleses contra o tráfico negro no Brasil, avaliando que os negros da colônia inglesa de Serra Leoa recebiam tratamento mais cruel. “Se a emancipação dos escravos fosse para a Inglaterra apenas uma preocupação moral e religiosa, seriam de admirar os seus esforços e de louvar a sua perseverança. [...] Os negros tirados dos navios negreiros suportam em Serra Leoa uma escravidão mais odiosa que em todas as outras colônias do mundo.”<sup>90</sup>

Por outro lado, o conde comparou o tratamento dispensado aos cativos do Brasil com o das colônias francesas, opinando que em solo brasileiro as crianças não recebiam “os cuidados que têm as das nossas colônias.”<sup>91</sup>

Dentre os viajantes pesquisados, pode-se inferir, através da leitura dos seus relatos, que todos eram contrários à escravidão. O horror provocado pelo sistema escravista pode ser comprovado nas falas de Maximiliano de Habsburgo e Charles Darwin. O primeiro, durante sua passagem pela Bahia, referiu-se aos negros como “escravos e, por isso, animais com alma humana” e aos brancos como “senhores de escravos, portanto, seres humanos com alma animal”.<sup>92</sup> Ao fim da viagem, tão horrorizado que estava com a escravidão, o futuro autor de *A Origem das Espécies*, declarou: “[...] deixamos finalmente as costas do Brasil. Dou graças a Deus, e espero nunca mais visitar um país de escravos”.<sup>93</sup>

Diante dos escravos negros, os viajantes viviam o dilema de percebê-los como pessoas ou coisas, lançando mão de discursos científicos, mas também de suas sensibilidades, vivências e pontos de vista filosófico, político e religioso.

Embora seja possível apreender nas suas falas o predomínio de um padrão bipolar, senhor /escravo e branco/negro, nem sempre os cronistas estrangeiros perceberam a sociedade brasileira, ou mesmo baiana, como composta por uma classe senhorial homogênea e branca, em oposição aos homens de cor, escravos e submissos.

Os viajantes não construíram opiniões consensuais sobre as qualidades e defeitos atribuídos aos escravos. Daí que várias imagens do negro vão surgindo, sendo sobrepostas ou chocando-se nas páginas desses relatos: selvagem, pitoresco, inferior, valente, indefeso, violento, dependente, altivo, inteligente, incapaz, alegre, infeliz, sensual, repugnante, vítima,

<sup>89</sup> Levando-se em conta a identificação de Kidder e dos Agassiz com a cultura e os ideais políticos norte-americanos, em suas comparações entre o Brasil e os Estados Unidos, esses autores buscaram afirmar uma ideia de superioridade do país em que viviam, apresentando os Estados Unidos como preeminentes em relação aos outros países americanos.

<sup>90</sup> SUZANNET, Conde de. Op. cit., p.194.

<sup>91</sup> Ibidem, p.47,48.

<sup>92</sup> HABSBURGO, Maximiliano de. Op. cit., p.75.

<sup>93</sup> DARWIN, Charles. Op. cit., [19-], p.129.

algoz... No entanto, é indiscutível como dois estigmas sempre acompanhavam o negro retratado por esses viajantes-autores: o de escravo e exótico.

As fotografias de August Stahl (abaixo), realizadas sob encomenda para Louis Agassiz e reproduzidas no seu diário, reforçam essa perspectiva. Não é à toa que a principal clientela dos fotógrafos eram os viajantes, ávidos por levarem imagens da exótica população do Brasil.<sup>94</sup> Acompanhando os relatos de viagem, vendidas em álbuns separados ou como cartões postais, a fotografia e a gravura veiculavam imagens do país para outras nações, comprovando como a variedade dos tipos humanos constituía objeto de contemplação.



Figuras 4 e 5: À direita, Negra-Mina; à esquerda, Jovem Escrava, c.1865.

---

<sup>94</sup>Ver FERNANDES JUNIOR, Rubens. *O século XIX na fotografia brasileira*. Brasília: Fundação Armando Álvares Penteado. 2000.

## 2.2 O INDÍGENA: ENTRE O FASCÍNIO E A DETRAÇÃO

Início esse tópico ressaltando que a contribuição das expedições científicas e dos viajantes do século XIX, que registravam as características das sociedades indígenas, foi de suma importância para o nascimento e desenvolvimento da antropologia brasileira, juntamente com as pesquisas acerca dos africanos que aqui viviam.<sup>95</sup>

Os viajantes tiveram níveis variados de contato com sujeitos e grupos indígenas. Dentre os estrangeiros pesquisados, os Agassiz foram os únicos que participaram do cotidiano de famílias autóctones, nas províncias do Pará e Amazonas, conforme relataram: “À medida que o tempo vai passando, vamo-nos tornando mais familiares com os nossos rústicos amigos e começamos a compreender as relações que há entre eles”.<sup>96</sup> Entretanto, esse trabalho privilegia somente os contatos realizados na província da Bahia e suas imediações.<sup>97</sup>

Em Salvador, cheio de entusiasmo pelas novas paisagens e situações que iria contemplar, Maximiliano de Habsburgo perguntou ao proprietário do hotel onde se hospedara: “onde poderíamos ver papagaios, onde encontraríamos macacos, onde poderíamos admirar colibris, onde penetrar na mata virgem, **onde poderíamos encontrar selvagens, mas selvagens realmente autênticos?**”.<sup>98</sup> Na sua concepção, o autêntico índio seria o nativo intacto, isto é, aquele considerado de sangue puro e que praticamente não tivesse interagido com o mundo civilizado.

O principal interesse dos visitantes, principalmente dos naturalistas, era a oportunidade de entrar em contato com indígenas, populações que eles acreditavam estar na infância da humanidade e que, devido à inevitável marcha para o progresso, converter-se-iam em peças raras de museu. Portanto, os habitantes naturais da terra possuíam alto grau de atratividade!

Darwin expressou o que significava para o viajante-naturalista, que buscara conhecer e classificar o mundo, entrar em contato com o índio:

**Quanto a objetos individuais, talvez nada possa mais certamente criar admiração do que a contemplação do bárbaro na sua pátria nativa – do homem no seu estado mais rudimentar e primitivo. A mente retrocede rapidamente pelos séculos que se foram e indaga: poderiam os nossos**

<sup>95</sup> Cabe ressaltar que a etnografia realizada pelos viajantes acerca das populações indígenas é fragmentada e díspar em seu conjunto, não permitindo aos pesquisadores da atualidade reconstituírem com exatidão aquela realidade. OLIVEIRA F., João P. de. Op. Cit. Contudo, creio que tais relatos fornecem importantes pistas para que os estudiosos possam fazer uma análise mais detalhada e precisa dos grupos citados.

<sup>96</sup> AGASSIZ, Jean L. R., AGASSIZ, Elizabeth C., Op. Cit., p.120.

<sup>97</sup> A maioria dos índios descritos pelos viajantes se fazia presente no interior do Brasil, enquanto os negros analisados habitavam o ambiente urbano.

<sup>98</sup> HABSBURGO, Maximiliano de. Op. cit., p.92. (Grifo nosso).

**progenitores ter sido idênticos aos que agora temos sob as vistas?** Homens, cujos sinais e expressões, quando mais não seja, são menos inteligíveis a nós que os dos próprios animais domésticos; homens, que não possuem os instintos desses animais, nem parecem ostentar o raciocínio humano ou, pelo menos, alguma arte conseqüente desse exercício da razão. Não creio ser possível descrever-se ou pintar a diferença que há entre o selvagem e o homem civilizado. É a diferença entre uma fera e um animal doméstico – e parte do interesse que se encontra em contemplar um selvagem é a mesma que levaria uma pessoa a desejar ver um leão no seu deserto, o tigre dilacerando a presa no matagal ou o rinoceronte vagueando pelas planuras africanas.<sup>99</sup>

Enquanto visitava a região do Mucuri, no interior da província, Avé-Lallemant encontrou um jovem francês que havia conhecido anos atrás, na capital da Corte. Em meio à floresta, o reencontro teve um significado especial: “Essas cenas de reconhecimento, na profunda solidão da floresta, são tanto mais significativas, quanto mais perto se dão dos **últimos seres da humanidade, ali onde erram os botocudos pela floresta, em pleno naturalismo.**”<sup>100</sup>

Em diferentes níveis, os viajantes detectavam as particularidades do Novo Mundo, atentando-se para o diferente ritmo de sua história. Influenciados por valores iluministas, acreditavam que tais grupos estavam fadados ao desaparecimento, fosse por sua destruição física ou social.<sup>101</sup>

Desse modo, ver “um autêntico selvagem,” como pretendia Maximiliano, significava poder acompanhar o curso da história em tempo real, ou seja, ter acesso aos primórdios da civilização, a pré-história viva, representada pelos silvícolas dos trópicos, mas sendo partícipe e representante do que havia de mais avançado no mundo em termos de cultura e civilidade.

Na sua narrativa, Maria Graham dedicou um capítulo introdutório à história do Brasil, tomando como base o livro *History of Brazil*, de Robert Southey. Referiu-se aos índios do território brasileiro como inferiores aos encontrados no resto da América Latina.

As condições da América Portuguesa e da América Espanhola foram muito diferentes em cada fase de sua história. No México, no Peru e no Chile, encontraram os conquistadores um povo civilizado e humano, afeito a muitas artes da vida social; povo agricultor e conhecedor de algum ofício, familiarizado com as cousas relativas ao altar e ao trono, empenhado em guerras de conquista e de glória. Os selvagens do Brasil, porém, eram caçadores e canibais. Nômades, combatiam forçados pela fome; poucas das tribos conheciam sequer o cultivo da mandioca, e menor número ainda usava

<sup>99</sup> DARWIN, Charles. Op cit., [19-] p.131. (Grifo nosso).

<sup>100</sup> AVÉ-LALLEMANT, Robert. Op. Cit., p.187. (Grifo nosso).

<sup>101</sup> DUCHET, M. *Antropologia e História em el Siglo de las Luces: Buffon, Rosseau, Voltaire, Heluecio, Diderot*. México: Siglo Ventiuno, 1975, p. 178 e 196.

qualquer espécie de vestuário, a não ser a tatuagem e as penas como ornamento.<sup>102</sup>

Uma opinião um pouco diferente foi registrada pelo casal Agassiz. Ao visitarem uma escola destinada a crianças indígenas, perto de Manaus, surpreenderam-se com a habilidade dos alunos para realizar diversos trabalhos manuais, bem como atividades intelectuais. Consideraram os nativos do Brasil superiores aos do seu país, por acreditarem que estes descendiam dos povos incas, maias e astecas.

Passamos ontem uma manhã muito interessante visitando uma escola para crianças índias, a pouca distância da cidade. Ficamos admirados com a aptidão que essas crianças manifestam pelas artes civilizadas, pelas quais são tão pouco hábeis os nossos índios da América do Norte. É preciso, porém lembrar que temos diante dos olhos no próprio solo que viveu sua raça, os herdeiros diretos dos povos que fundaram as antigas civilizações do Peru e do México, incomparavelmente superiores a não importa que outra organização social de que se encontraram vestígios entre as tribos do Norte [...] Além desses ofícios, aprendem leitura, escrita, cálculo e música instrumental; como os negros, eles têm, ao que se diz aptidão natural para essa arte.<sup>103</sup>

Essas reflexões estavam afinadas com o debate acadêmico baseado em estudos comparativos e classificatórios do século XIX, tais como as origens e as aptidões dos índios americanos, a influência do clima sobre os povos e a existência de estágios na história da civilização. Nesse sentido, as análises dos viajantes acerca dos indígenas devem ser examinadas com base nos valores, crenças e postulados constitutivos do pensamento ocidental, sem deixar de levar em conta seus pontos de vista pessoais.

Maria Graham, contrariando a percepção vigente, encarava a população autóctone como menos civilizada que os povos africanos, visto que esses ao menos não haviam sido adeptos do canibalismo, prática comum entre a “raça” indígena do Brasil.

É curioso que os índios do novo mundo excedessem tanto em barbaridades todas as tribos bárbaras do velho mundo. Não se conhece entretanto nenhuma narrativa autêntica de que se tivessem trazido canibais da África, ao passo que nenhum dos que primeiro escreveram sobre o Brasil e seus habitantes deixou de insistir no amor dos índios pela carne humana, como característica da raça.<sup>104</sup>

O sul da Bahia, o norte do Espírito Santo e o nordeste de Minas Gerais (áreas dos vales dos rios Doce, Mucuri e Jequitinhonha), destacaram-se como localidades muito visitadas

<sup>102</sup> GRAHAM, Maria. Op. cit, p.3-4.

<sup>103</sup> AGASSIZ, Jean L. R., AGASSIZ, Elizabeth C. Op. Cit., p.128.

<sup>104</sup> GRAHAM, Maria. Op. cit, p. 15.



pelos viajantes estrangeiros ao longo dos oitocentos, devido à presença de índios Botocudos na região.<sup>105</sup>

No século da afirmação dos discursos científicos, “o Botocudo não é o único índio que interessa à ciência, mas é sem dúvida o seu paradigma”,<sup>106</sup> pois era considerado extremamente selvagem, sendo encarado como o elo perdido entre o mundo animal e a humanidade. Não é a toa que em termos de sociedades indígenas, os dados mais detalhados registrados no período referem-se a esse grupo.

O termo Botocudo foi dado pelos portugueses aos indígenas pertencentes a grupos de diversas regiões geográficas. Também denominados Aimorés, pertenciam ao tronco lingüístico Macro-Jê (não-Tupi). Sua denominação genérica abarcava vários subgrupos, a exemplo dos Naknenuk, Krakmun, Pojixá e Jiporok.<sup>107</sup> Essa nomenclatura deriva do uso que faziam de botoques, acessórios feitos de madeira que fixavam nos lábios e lóbulos das orelhas, conforme afirmação do príncipe naturalista Maximiliano von Wied-Newied, que esteve no Brasil entre 1815 e 1817. Ainda segundo esse viajante, eles se auto-denominavam “engerackmung” e não gostavam que os chamassem de Botocudos.<sup>108</sup>

Ao passarem pela cidade do Salvador, onde não era mais possível entrar em contato com povos indígenas, muitos visitantes se dirigiam ao sul da Bahia a fim de conhecer os nativos. Esse foi o caso de Maximiliano de Habsburgo.

Nas redondezas da cidade de Ilhéus, o visitante foi de canoa até a fazenda Vitória, propriedade do suíço-alemão Barão Ferdinand von Steiger-Mumssingen, que o recebeu e hospedou. Juntamente com sua comitiva e guiado pelo imigrante suábio Heinrich Berbet, conhecedor da selva da região, o arquiduque passeou pelos arredores da fazenda e pela floresta Atlântica. Ele havia atravessado o oceano atlântico justamente para “enfrentar aventuras verdadeiras e inevitáveis”, a fim de “captar as selvagens e sublimes impressões do mato, às custas de canseiras e adversidades”.<sup>109</sup>

Ao adentrar a mata, Maximiliano de Habsburgo conheceu tribos indígenas de Botocudos e Pataxós, além de ter se encontrado, por acaso, com um “temido escravo fugido”.

<sup>105</sup>Para analisar os botocudos pelas lentes dos visitantes, tomo como base os itens “*O olhar do estrangeiro: uma nova e velha visão sobre os índios e o Brasil*” e “*Conhecendo ALTER: índios em tela*”, que integram o capítulo 3 da tese de doutorado de Maria Hilda Baqueiro Paraíso, 1998; assim como o texto “*Os botocudos e sua trajetória Histórica*”, de mesma autoria, publicado no livro *História dos Índios no Brasil*, 1992.

<sup>106</sup>CUNHA, Manuela C da. Op. Cit., p. 136.

<sup>107</sup>PARAÍSO, Maria Hilda B. Os Botocudos e sua trajetória histórica. In: *História dos Índios no Brasil*, 1998. Eles foram duramente combatidos e exterminados, mas ainda existem remanescentes “botocudos” habitando as bacias dos rios Mucuri e Pardo.

<sup>108</sup>WIED-NEWIED, Maximiliano Príncipe de. Viagem ao Brasil. São Paulo: Ed. Nacional, 1940, p. 274.

<sup>109</sup>HABSBURGO, Ferdinand Maximilian. Op. Cit., 2010, p.206-207.

Encarou o fato de ter pernoitado na mata como “a aventura em pleno viço” e descreveu o momento como “extremamente romântico”.<sup>110</sup> Atormentado por carrapatos “exóticos” e preocupado com a falta de provisões alimentícias, o príncipe aventureiro resolveu retornar à fazenda com sua comitiva. Considerou a excursão muito válida, pois na ocasião foi possível colher significativa quantidade de exemplares vegetais, o pintor que o acompanhava pôde traçar “geniais esboços” e, acima de tudo, ele teve a oportunidade de penetrar a selva e realizar seu sonho de juventude.<sup>111</sup>

Na fazenda Vitória, Maximiliano de Habsburgo reparou na coleção de armas do seu anfitrião, afirmando que elas protegiam contra os animais selvagens e contra os “traíçoeiros peles-vermelhas”. Relatou que um grupo de índios havia aparecido no local, “uma vez que os peles-vermelhas são mestres em misturar as definições de o meu e o seu”.<sup>112</sup>

Sob seu prisma, o índio não tinha noção de propriedade privada, o que constituía uma falha, uma prova de sua inferioridade. No entanto, a invasão e expropriação de terras indígenas em nenhum momento foi contestada por ele ou por qualquer outro visitante estudado, que viam esses espaços como paisagens vazias.

Mais adiante, ele se contradisse ao afirmar que os índios habitavam as terras que lhes pertenciam. Relatou que estava circundado pelos “recintos sagrados da verdadeira e autêntica floresta virgem” e que já estava “no território dos Botocudos e dos Pataxós que viviam livres e sem estorvos com suas tribos, caçando e pescando, aqui na terra que sempre lhes pertenceu”.<sup>113</sup>

Seus depoimentos acerca dos indígenas oscilam entre a representação negativa e o estereótipo do bom selvagem rousseauiano. Esses homens da natureza correspondiam a um ideal bucólico, já que não haviam sido corrompidos pelos males da vida urbana.

Ainda sobre a presença dos índios na fazenda, informou que para evitar um confronto, o proprietário lhes ofereceu cachaça, “a grande palavra mágica da América do Sul”, de modo que “tão logo reinou a alegria entre os animados selvagens, o perigo se dissolveu em uma dança nacional com a qual eles, em trajes de Adão, agitando arcos e flechas, agradeceram aos fornecedores de aguardente.”<sup>114</sup>

---

<sup>110</sup> Ibidem, p.20.

<sup>111</sup> Ibidem, p.20.

<sup>112</sup> Ibidem, p.112.

<sup>113</sup> Ibidem, p. 113.

<sup>114</sup> Ibidem, p.113.

Quanto ao apreço pela bebida alcoólica, Maria Graham corroborou essa opinião: “A aguardente é o incentivo pelo qual fazem qualquer coisa; uma oitava dessa bebida e um punhado de farinha de mandioca é a única alimentação que exigem quando vêm à cidade.”<sup>115</sup>

Como se vê pelos excertos acima, era recorrente a percepção de que os índios eram desprovidos de ambição, afeitos ao álcool e tinham tendência ao vício. No entanto, o hábito de beber era consequência do contato com os brancos e não uma característica inerente a sua natureza, como supunham os viajantes.<sup>116</sup>

Por sua vez, Avé-Lallemant, ao chegar a Ilhéus e conversar com seu anfitrião, Dr. Erasmo, de quem soube informações sobre a vila e seus arredores, relatou que o local não havia se desenvolvido, transformando-se “numa pérola em bruto a beira do oceano,” por conta da má administração e desunião entre os primeiros colonos, bem como pela hostilidade dos Aimorés vizinhos, “uma horda de selvagens botocudos”, que teriam até mesmo destruído a vila.<sup>117</sup> Assim, nada poderia deixar esses aventureiros mais perplexos que o encontro com os temidos botocudos.

Em suas andanças pelo interior da Bahia, o médico ouviu histórias de ataques de Botocudos, retificando no seu relato a fama de violentos e muito primitivos. Nas cercanias do Rio Pardo, comentou que “frequentemente Botocudos selvagens” deixavam “sangrentas provas de sua presença”, motivo pelo qual um coronel proprietário de terras (Augusto Frederico Vasconcelos de Sousa Baiana) havia se mudado para a outra margem do rio.<sup>118</sup>

Na ocasião em que se encontrou com Botocudos, em uma vereda pela qual afirmou ter sido o primeiro europeu a transitar, na fronteira das províncias da Bahia e Minas Gerais, Avé-Lallemant pensou em levar consigo, “com muito prazer”, um garoto indígena. Ao expressar, por meio de mímicas, que gostaria de levá-lo, a criança “correu assustada”, segundo sua própria descrição. De qualquer modo, como o visitante havia se enganado quanto ao sexo da criança, pois se tratava de uma menina, desistiu da empreitada.<sup>119</sup> Aos olhos dos estrangeiros, o selvagem deslocava-se de sua própria existencialidade, transformando-se em “conteúdo simbólico do desejo burguês”.<sup>120</sup>

Segundo Maria Hilda Paraíso, vários índios foram levados por viajantes para a Europa, onde tiveram um trágico fim. Uma das histórias mais conhecidas refere-se ao já citado

<sup>115</sup> GRAHAM, Maria. Op. Cit., p.118.

<sup>116</sup> PARAÍSO, Maria Hilda B. Op. Cit., 1998.

<sup>117</sup> AVÉ-LALLEMANT, Robert. Op. Cit., p.72.

<sup>118</sup> Ibidem, p.87.

<sup>119</sup> Ibidem, p.242. Por meio da leitura do texto não foi possível inferir qual a intenção do viajante ao pensar em levar o menino indígena para a Europa.

<sup>120</sup> STALLYBRASS; WHITE Apud JOFFE, Hélène. Degradação, desejo e “o outro”. In: ARRUDA, Ângela (org.). *Representando a Alteridade*. Petrópolis: Vozes, 1998, p.114.

príncipe Wied-Neuwied, que levou o botocudo Quek, no ano de 1818. Durante sua estada no Brasil, o índio exerceu as funções de criado, guia e tradutor. Além disso, há fortes indícios de que mantiveram um relacionamento amoroso. Na Alemanha, Queck era exibido aos visitantes num recinto especial, onde praticava arco e flecha, era admirado e inspecionado pelo público. Não conseguiu adaptar-se ao novo estilo de vida e veio a falecer, em 1832, vítima de pneumonia (e sob a influência do álcool), enquanto Wied-Neuwied realizava uma expedição à América do Norte. Sua cabeça foi incluída no acervo de crânios da *Seção Anatômica da Universidade de Bonn*. Outros naturalistas levaram índios para grandes cidades europeias, como Viena, Munique e Berlim. Após serem estudados e com a chegada de um novo lote de índios, eles eram passados a diante, normalmente vendidos pelos gabinetes científicos para expositores de feiras públicas.<sup>121</sup>

Na primeira metade dos oitocentos, surgiu um mercado clandestino de ossos de índios na Bahia. Alguns colecionadores estrangeiros tentavam comprar tais raridades, enquanto outros preferiam saquear túmulos. Como as autoridades locais não tomavam nenhuma providência, uma significativa quantidade de ossos e crânios foi levada para a Europa. Os viajantes Wied-Neuwied, Spix e Martius, Sellow, Saint-Hilaire, Hartt, entre outros, participaram desse comércio.<sup>122</sup>

Até mesmo D. Pedro II levou alguns crânios para instituições científicas europeias. Por ser o Imperador sócio da *Sociedade Antropológica, Etnológica e Pré-histórica de Berlim*, esta instituição foi a mais beneficiada, recebendo quatro crânios.<sup>123</sup> No final dos oitocentos, a expressiva coleção de crânios guardados na Europa permitia a realização de diversos estudos comparativos.

Já em fins do século XVIII era frequente a exposição de mortos, pessoas com anomalias, figuras de cera, objetos eróticos e cenas desmontáveis de crimes nas feiras públicas. No universo do entretenimento, os representantes das ‘raças inferiores’ também constituíam objeto de tocante interesse para o público europeu e norte-americano, que apreciava os ‘zoológicos humanos’.<sup>124</sup> A verdade etnográfica não era uma questão fundamental, havendo uma preocupação apenas com o exótico e o bizarro. Afinal, o objetivo

---

<sup>121</sup> PARAISO, Maria Hilda B. Op. Cit., 1998.

<sup>122</sup> Ibidem.

<sup>123</sup> Anteriormente, o Conde da Barca, nomeado ministro da Marinha em 1814 e ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra em 1816-1817, enviava índios vivos à Europa para que os mesmos fossem estudados por pesquisadores estrangeiros. Ibidem.

<sup>124</sup> Supõe-se que a exibição mais antiga tenha sido a de Saartjie Baartman, a “Vênus hotentote”, uma escrava sul-africana exposta em Londres e Paris, entre 1810 e 1815. Contudo, um amplo mercado no ramo recreativo voltado para a exposição das diversas raças do mundo surgiu na década de 1870. MAGNOLI, Demétrio. Op .cit.

era divertir um público curioso, de modo que não existia uma fronteira entre o real e o imaginário fantástico.

Foi nesse período que se intensificou a preocupação em transformar as coleções em atividade mais sistemática e frequente. Nesse sentido, foram criados os primeiros museus com uma conotação mais científica, voltados para fins pedagógicos, distanciando-se dos antigos Gabinetes de Curiosidades.

Em tais instituições eram exibidos homens de outros continentes - empalhados e apresentados em posturas teatrais - sendo que a maioria havia pertencido a algum nobre. A prática colecionista de museus de história natural e de outros aparatos institucionais nos países centrais foi um elemento marcante do colonialismo europeu a partir do século XVIII. Afinal, “o despojo sistemático do patrimônio cultural de povos não europeus configurava uma apropriação de conquista.”<sup>125</sup>

A formação de coleções craniológicas transformou-se em hábito no universo acadêmico oitocentista. Diversos acervos museológicos espalhados pelo mundo possuíam cabeças de índios brasileiros, artigo extremamente valorizada no período.<sup>126</sup> Nesse mercado, os Botocudos sobressaíam-se como grupo que despertava maior interesse. Eram analisados com base nas descrições feitas pelos viajantes, bem como a partir dos crânios, esqueletos e índios vivos conduzidos para a Europa. O crânio levado pelo Príncipe Wied-Neuwied ao professor Blumenbach impulsionou uma procura maior por cabeças de silvícolas brasileiros.<sup>127</sup>

Os Agassiz nos fornecem pistas sobre a escravização e o comércio de índios, ainda vigente na segunda metade do século XIX.

Além dessa escravidão virtual, existe um positivo comércio de índios. As autoridades se esforçam para opor-se a ele, mas são impotentes. Uma classe mais moralizada de imigrantes tornaria impossível esse tráfico. Os norte-americanos e os ingleses poderão ser bem sórdidos em suas transações com os naturais do país; o tráfico de “peles azuis” não lhes deixou certamente as mãos limpas, [...].<sup>128</sup>

<sup>125</sup> RIBEIRO, B. G.; VAN VELTHEM L. H. Coleções Etnográficas. In: *História dos Índios no Brasil*, 1992, p. 104.

<sup>126</sup> PARAISO, Maria Hilda B. Op. Cit., 1998.

<sup>127</sup> Essa prática persistiu até a segunda metade do século XIX. Teófilo Ottoni (1807-1869), político e fundador de uma empresa de comércio e colonização no interior de Minas Gerais, por exemplo, foi acusado de ter vendido crânios de índios *Jiporok*, com os quais havia guerreado, a um representante do *Museu de Paris*. PARAISO, Maria Hilda B. Op. Cit., 1998.

<sup>128</sup> AGASSIZ, Jean L. R., AGASSIZ, Elizabeth C.. Op. Cit., p. 154.

Preocupado com a exploração sofrida pela população autóctone, o conde de Suzannet apresentou seu país como possível “salvador” de um problema interno, mostrando-nos como seu discurso estava afinado com uma política de conquista e subordinação.

O Brasil recusa-se a exercer uma autoridade protetora sôbre os infelizes restos da antiga população do país. Por temer os índios, êle tolera tôdas as violências exercidas contra tribos inofensivas, e chega mesmo a autorizar o abominável tráfico. **As missões estabelecidas nos limites da Guiana salvariam da destruição esta raça infortunada:** a Europa teria, enfim, representantes dignos nesta terra, entregue à exploração combinada da esperteza e da fôrça. Os índios, em vez de retornarem ao estado selvagem e de fugirem para as florestas inacessíveis, **viriam para o nosso território como para um abrigo inviolável, e sob a tutela da França aprenderiam a amar a civilização, que os homens cruéis os fazem detestar.**<sup>129</sup>

Ao referir-se a maneira como eles seriam tratados na Guiana - território francês - deixou escapar a crença no índio romântico, ingênuo, sem condições de se autogovernar. Imbuído de sentimentos de superioridade e etnocentrismo, não percebeu ou omitiu propositadamente, o fato de a França também ser imperialista e utilizar mão de obra escrava africana nas suas colônias.

No vilarejo de São Miguel, região habitada pelos índios Maxakali, situada às margens do Jequitinhonha, Suzannet soube que a população local sofria ataques de onças e de Botocudos, daí o estado de miséria em que se encontrava o local.

Visitou uma aldeia de Botocudos em Água Branca, mas como os “pobres índios” haviam sido vitimados pela rubéola, resultando mais de duzentas mortes, encontrou apenas quatro índias.

Todas elas tinham pulseiras nos braços e nas pernas e as mãos pintadas de azul. Nenhuma tinha os lábios guarnecidos com o tampão de madeira, de uma ou duas polegadas de diâmetro que distingue os Botocudos das outras tribos de índios e, apenas uma delas tinha os lábios e as orelhas furadas. [...] A sua expressão era mais de doçura estúpida que de energia. O corpo é grosso e gordo, a marcha é lenta e a sujeira da pele, de um amarelo avermelhado, quer das jovens quer das velhas, torna-as pouco atraentes.<sup>130</sup>

O conde deu-lhes carne salgada e farinha, quando “um raio de alegria brilhou nos olhos delas ao receberem as provisões” e quiseram testemunhar a sua gratidão beijando-o.<sup>131</sup> O visitante não percebeu que as pinturas e ornamentos corporais tinham significados específicos e tampouco se deu conta que tais mulheres provavelmente estavam passando fome, pois sua comunidade acabara de ser desarticulada por uma epidemia trazida pelo homem branco.

<sup>129</sup> SUZANNET, Conde de. Op. Cit., p.229. (grifo nosso)

<sup>130</sup> Ibidem, p.162.

<sup>131</sup> Ibidem, p.162,163.

Aproveitando sua estada em Salto, na fronteira da Bahia com Minas, Suzannet visitou outra aldeia de Botocudos, onde foi recebido pelo chefe da tribo – Piteaúí (o grande). Descreveu uma das residências que viu como uma “cabana coberta de folhas de coqueiro” e contemplou uma demonstração de arco e flecha, acontecimento pelo qual já ansiava assistir.<sup>132</sup> Em troca de alguns utensílios como anzóis, panos e alimentos, conseguiu levar arcos e flechas como lembrança.

Sobre os Botocudos, relatou serem índios “famosos pela perícia com que atiram o arco e flecha”, afirmação correta, já que a caça era a principal atividade econômica do grupo, seguida da pesca e coleta, esta última exercida pelas mulheres.<sup>133</sup> Comentou que o príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied, no seu famoso relato sobre o Brasil, havia fornecido inúmeros detalhes a respeito dos Botocudos, bem como de “todas as raças de índios ‘mansos’ do Brasil”. Escreveu que “Com esse nome os habitantes tentam caracterizar o estado de apatia e de inércia semi-selvagem em que vivem essas tribos.”<sup>134</sup>

É interessante notar que as informações dadas por Suzannet a respeito da mansidão dos botocudos não correspondia à imagem corrente desse povo. O próprio Príncipe Wied-Neuwied escreveu que os nomes Aimoré e Botocudo continuavam “a despertar nos europeus sentimentos de horror e de repulsa, em virtude da crença de serem antropófagos”.<sup>135</sup> Eram designados como *Tapuia*, grupos semi-nômades, que não produziam excedentes e preferiam a guerra como forma de resistência ao invés da migração. Os Tapuias eram índios hostis, resistentes à colonização e a catequese, portanto, vistos como um empecilho à civilização.<sup>136</sup>

As impressões sobre os botocudos aqui analisadas foram construídas pelos olhares dos visitantes estrangeiros, influenciados sobremaneira pelos conquistadores dessas regiões. Assim, essas descrições são marcadas pelo signo da guerra, das lutas pela ocupação da terra e do medo envolvido em torno dos desbravamentos. É por meio dos relatos desses homens brancos que se percebe o desejo de domínio e o sentimento de repulsa pelo silvícola.

Avé-Lallemant informou que os Botocudos viviam desde tempos imemoriais na região do Mucuri, sendo chamados, entre outros nomes, de tapuias. Outrora habitavam da floresta até a costa.

---

<sup>132</sup> Ibidem, p.176. Na verdade, essas casas indígenas eram cobertas por folhas de palmeiras, e não de coqueiros, como afirmou o visitante.

<sup>133</sup> PARAÍSO, Maria Hilda B. Op. Cit., 1992.

<sup>134</sup> SUZANNET, Conde de. Op. Cit., p.175, 176.

<sup>135</sup> WIED-NEUWIED, Maximiliano Príncipe de. Op cit, p.274.

<sup>136</sup> Vale lembrar que os conflitos envolvendo os botocudos não eram recentes. D. João VI, por Cartas Régias de 1808 e 1809, havia decretado guerra-justa contra os botocudos, devido as queixas de invasões, ferocidade e descrições de canibalismo envolvendo esses grupos. Assim, as Cartas Régias legitimavam o genocídio, bem como a escravização desses homens.

A maior parte dos habitantes de S. José de Porto Alegre descende mesmo dos Botocudos, porquanto estes foram a raça predominante [...] habitavam o baixo Mucuri, sob o nome de araras. Procuraram em vão aldeá-los ali, como já referi. Retiraram-se mais para o oeste, a fim de poder conservar sua natureza indomável. Ainda hoje se encontram botocudos, em perfeito estado selvagem, entre S. Clara e Filadélfia.<sup>137</sup>

Pela visão dominante da época, acreditava-se que quando os portugueses chegaram ao Brasil os índios *Tupi-Guarani*, bem organizados e dispostos de técnicas mais aperfeiçoadas de agricultura, derrotaram e expulsaram as populações que habitavam o litoral. Estes foram apelidados de *tapuia*, vocábulo *tupi* que significa ‘inimigos bárbaros’ ou ‘os outros’, utilizado de forma depreciativa pelos vencedores. Os portugueses se apropriaram dos preconceitos dos *tupi* em relação aos grupos *tapuia* (Macros-Jê). Além disso, os colonos manifestaram preferência pela mão de obra *tupi-guarani* devido a maior densidade demográfica, facilidade de comunicação através de uma língua geral e maior possibilidade de formar alianças.<sup>138</sup>

Contudo, no século XVII os grupos macro-jê do sertão passaram a ser usados como fonte de mão de obra no litoral, substituindo os *tupis*. Esses grupos de *tapuias* eram formados basicamente por Botocudos/Gren/Áimorés e Kiriris.

A tradicional oposição entre *Tupis* e *Tapuias*, conhecida por meio da literatura dos cronistas portugueses seiscentistas, ainda condicionava os estudos indígenas do século XIX, sendo essa denominação mais ideológica que etnográfica. Desse modo, o *tupi* representava o índio histórico, domesticado, integrado à Nação por meio da miscigenação e da herança linguística, enquanto todas as características negativas eram atribuídas aos *tapuias*.<sup>139</sup>

Avé-Lallemant seguiu sua análise sobre os botocudos, descrevendo as mulheres que, ao contrário dos homens, eram “horrendas”. Reparou que faziam grande questão do uso de acessórios:

Uma era o botoque no lábio inferior [...] quando comem, bebem, falam, essa rodela levanta e abaixa, num movimento contínuo, sem cair, e é difícil persuadi-las a tira-las. Só de duas consegui, mediante o oferecimento de farinha de mandioca, que a tirassem do lábio e me dessem. Por um momento, porém, mantiveram a mão diante da boca, num visível gesto de enleio, mortificação e de ofensa à decência. Sem o botoque, o anel de carne do lábio pendia-lhe como adormecido, sobre o queixo, e a baba escoria-lhe da boca entreaberta [...] Outro artigo de toilette era um cordão preto que as moças traziam em volta das panturrilhas, logo abaixo dos joelhos. Disseram-me que esse era o sinal das raparigas já adultas e ainda solteiras, se assim é, então a maioria daquelas mulheres era solteiras e nesse caso era para mim

<sup>137</sup> AVÉ-LALLEMANT, Robert. Op.cit.,p.228,229.

<sup>138</sup> COUTO, Jorge. As sociedades indígenas. In: *A construção do Brasil*. Lisboa: Cosmos, 1998; MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

<sup>139</sup> PARAISO, Maria Hilda B. Op. Cit., 1998.



um enigma, como aquelas criaturas horrendas poderiam encontrar marido.<sup>140</sup>

Avé-Lallemant, assim como Suzannet, não se agradou com a aparência das índias e não compreendeu que seus ornamentos possuíam um significado compartilhado pelo grupo e denotavam identidade. Essas observações apontam para uma concepção de beleza pautada nos padrões vitorianos, quando a feminilidade estava associada a uma aparência de fragilidade e suavidade, expressa em hábitos como o uso de espartilhos e cuidados para manter a pele alva, práticas que destoavam da realidade e dos padrões estéticos das índias.

Símbolos como as vestimentas e os adereços pessoais eram atributos muito valorizados pela sociedade da época. Para os viajantes, os índios ocupavam um lugar inferior enquanto exemplares de beleza, embora alguns estrangeiros, como Elizabeth Agassiz, tenham registrado a beleza brejeira das nativas, detentoras de doçura e espontaneidade: “A fisionomia da mulher tem mais mobilidade; ilumina-se de quando em vez com um sorriso, e os traços tem amável suavidade; mesmo as lunetas pintadas não destroem a doçura e a languidez do olhar, expressão comum nas mulheres da raça indígena [...]”<sup>141</sup>

Mesmo sem excursionar pelo interior, Maria Graham teve a oportunidade de conhecer um grupo de Botocudos, que se encontrava no Rio de Janeiro durante sua estada na capital do Império. Descreveu-os da seguinte forma:

Como se deseja civilizar esta gente por todos os modos possíveis, quando eles manifestam o desejo de visitar a vizinhança da cidade, são sempre encorajados e gentilmente recebidos, amplamente alimentados, e recebem roupas, enfeites e ornamentos como gostam. Vimos cerca de seis homens e dez mulheres com algumas crianças. As fisionomias são antes quadradas, com os ossos das maçãs muito elevados e as testas baixas e contraídas. Algumas das moças são realmente belas. De cor de cobre claro, que brilha toda quando coram; dois dos rapazes eram decididamente belos, com olhos muito escuros (a cor habitual dos olhos é a de noqueira) e narizes aquilinos; os outros estavam tão desfigurados pelos orifícios abertos em seus lábios inferiores e nos ouvidos para receber seus bárbaros ornamentos que dificilmente podemos dizer com que se pareciam. Eu pensava que o privilegio de embelezar dessa maneira o rosto era reservado aos homens, mas as mulheres deste bando estão igualmente desfiguradas. Compramos, de um dos homens, uma peça da bôca, medindo uma polegada e meia de diâmetro. Os ornamentos usados por êsse povo são peças de madeira perfeitamente circulares que se inserem na fenda do beijo ou da orelha, como um botão e os tornam extremamente apavorantes, especialmente quando comem. Dão à boca a aparência de uma de macaco, e a careta especial que elas provocam é tão horrendamente anormal que leva a gente a

<sup>140</sup> AVÉ-LALLEMANT, Robert. Op. Cit., p.236,237.

<sup>141</sup> AGASSIZ, Jean L. R., AGASSIZ, Elizabeth C., Op. Cit., p.196. Cumpre informar que a descrição refere-se a uma índia Munducuri, de Maués - Amazonas.

acreditar, se é que não sugeriu originalmente, nas lendas do canibalismo. A bôca é ainda mais feia sem a peça nos lábios, quando aparecem os dentes e a saliva fica escorrendo.<sup>142</sup>

Embora a autora tenha se mostrado surpresa com a beleza das índias, não deixou de ressaltar o barbarismo de seus ornamentos, que lhes conferiam uma aparência assustadora e animalésca, fazendo com que acreditasse “nas lendas do canibalismo”.

Avé-Lallemant procurou descobrir, observando o modo como comiam, se os Botocudos ainda eram canibais. Sobre os costumes antropofágicos, escreveu:

Quando, pela primeira vez, foram encontrados nas florestas, tinham o hábito de assar e comer os inimigos que matavam e quando lhes expuseram a brutalidade desse hábito, responderam que não viam por que, comendo-se antas, pacas, onças, macacos, etc, não se podia comer também um Quiporoça (inimigo), depois de morto.<sup>143</sup>

Mesmo após ter feito uma refeição com o grupo, continuou na dúvida quanto a vigência dessa prática alimentar. Antes mesmo de ter travado contato direto com os Botocudos, já havia refletido sobre o canibalismo, tecendo o seguinte argumento:

Só onde não há nenhum grande animal de sangue quente, só onde não há gado para matar ao alcance do homem, se tem praticado o canibalismo, desde tempos imemoriais. Por toda a parte, porém, onde se foi com esse gado em auxílio da brutalidade da natureza humana, se abandonou facilmente esse hábito desumano de comer gente; cheguei à firme convicção de que a introdução de carneiros e vacas, sobretudo dessas últimas, concorrem muito mais para o abandono do canibalismo do que a prédica do evangelho entre os canibais. Foi assim que o primeiro homem se tornou uma alma viva.<sup>144</sup>

Considerou o suposto canibalismo do grupo como um hábito alimentar, enfatizando a necessidade fisiológica. Em nenhum momento chegou a duvidar dos relatos ouvidos sobre as práticas de antropofagia, já que suas considerações não são fruto de pesquisa etnológica, mas sim de informações advindas de terceiros. Ainda assim, o canibalismo é dado como pressuposto certo.

Cabe ressaltar que, segundo Paraíso, os antropófagos eram os Tupi do litoral, e não os Tapuia, dentre os quais os Botocudos eram enquadrados. A autora atenta para o fato de os viajantes sempre associarem a antropofagia aos hábitos alimentares ou atos de vingança, não sendo tal prática vinculada a rituais com uma finalidade social. A guerra e os combates

<sup>142</sup> GRAHAM, Maria. Op. Cit., p. 331-332.

<sup>143</sup> AVÉ-LALLEMANT, Robert. Op cit., p.238.

<sup>144</sup> Ibidem, p.115.

ritualizados eram frequentes entre as sociedades indígenas devido à disputa pelos territórios de caça e coleta. Já o esquartejamento, a cremação e o hábito de levar as pernas dos entes mortos estariam ligados a ritos fúnebres.<sup>145</sup>

Avé-Lallemant considerou os botocudos “muito mais singulares do que plantas e animais” e “criações da Natureza tão estranhas como até então não vira no Brasil”.<sup>146</sup> Perturbado com a cor desses índios - que não era branca nem preta - com sua nudez e apresentação pessoal, constatou:

Essa gente, esses botocudos, nada vêem, nada notam; esses olhos sem brilho não refletem nada, absolutamente nada; têm perfeita aparência de idiotismo. Se devesse assinalar algo nesses homens da floresta, que me parecessem o principal característico de suas peculiaridades, seriam sem dúvida os olhos, eu diria antes que estes não têm expressão! Apagados, indiferentes, nada recebendo ou refletindo, seus olhos passeiam como uma fôlha sêca levada pelo vento, dum lado para outro. [...] quando muito, **os olhos do botocudo receiam que os olhos perscrutadores do europeu, do civilizado, os encontrem. Então seu olhar se desvia rapidamente para um lado, ele mesmo desejaria escapulir-se também, como se adivinhasse que o olhar fixo do homem civilizado, depois da análise, descobriria as suas fortes qualidades negativas, e aniquilaria inteiramente o indivíduo, toda a horda de botocudos, exterminando-a.**<sup>147</sup>

No excerto acima, o cronista demonstrou perplexidade diante da suposta apatia dos botocudos. As diferenças entre as raças eram explicitadas pelo fenótipo, mas também por particularidades psíquicas, sendo esses dois aspectos inseparáveis. Sob essa perspectiva, os índios seriam indiferentes, inexpressivos, criaturas que dificilmente se surpreendiam ou se emocionavam, sendo essa impressão compartilhada por quase todos os viajantes. A ausência de emoções e a apatia dos índios remetem às teorias de Buffon sobre o homem americano.

Ao supor que o índio havia desviado os olhos por temer que seu olhar superior, de homem civilizado, pudesse aniquilar todo o seu povo é bastante significativo do grau de etnocentrismo do viajante. A troca de olhares pode despertar sensações, sentimentos, empatia e, até mesmo, dar início a uma relação humana. Porém, o índio arredio talvez tenha percebido não ser possível nenhum tipo de troca com o médico alemão.

Além disso, o visitante não percebeu que, possivelmente, à falta de expressões e atitudes dos autóctones decorria do fato de ele também estar sendo alvo da curiosidade alheia

<sup>145</sup> PARAISO, Maria Hilda B. Op. Cit. 1998. Para os Botocudos, essas práticas evitavam que o morto retornasse em forma de onça. O hábito de levar as pernas dos mortos explica-se pelo fato de serem esses membros considerados o centro vital do corpo humano.

<sup>146</sup> AVÉ-LALLEMANT, Robert. Op. cit., p.228.

<sup>147</sup> Ibidem, p.231,232.

e visto com desconfiança e estranheza. Afinal, diante do *outro*, o observador passa a ser o observado.

Avé-Lallemant seguiu com sua descrição, acreditando que “[...] entre homens e animais, esvoaçam dum lado para outro, sem se libertarem da natureza dos últimos, e poderem passar para o lado luminoso dos primeiros.”<sup>148</sup> Pretendeu dialogar com os índios, por intermédio de mímicas, e “estudá-los um pouco”. No entanto, suas tentativas foram inúteis e ele não conseguiu “despertar o homem pensante no botocudo”, acreditando que ele apresentava-se como “macaco bem humorado”.<sup>149</sup>

O botocudo foi animalizado e encarado como um ser desprovido de raciocínio abstrato. Na ótica do viajante, seu psiquismo ainda não estava totalmente formado, “fazendo com que potências da alma estivessem entorpecidas, tornando-os incapazes de refletir sobre a criação universal, sobre as causas e a relação entre as coisas e, por não distinguirem passado do futuro, eram imprevidentes.”<sup>150</sup>

Avé-Lallemant trocou produtos alimentícios por arcos, flechas e botoques. Antes de deixar a aldeia, ainda assistiu a uma dança típica, “o que na verdade sabiam fazer bem”. Apesar do elogio, ridicularizou-a em seguida:

As caras idiotas, os botoques em constantes movimentos para baixo e para cima, as mamas bambaleantes, a completa nudez das mulheres [...], as grandes cicatrizes nas espáduas e nas costas, resultantes do tratamento brutal dos homens, os pulinhos desajeitados – tudo isso causa uma impressão tão verdadeiramente horrível, que não posso traduzi-la em palavras.<sup>151</sup>

Para o autor, tal dança, executada por criaturas desprovidas de inteligência e sensibilidade artística, apenas provocava riso ou aversão. É evidente o caráter jocoso dado ao registro, com a intenção de detratar as formas de diversão do grupo. Enquanto os europeus privilegiavam a exatidão e a elegância dos movimentos, os indígenas demonstravam expressões exageradas e cômicas.

No século XIX, esse tipo de juízo encontrado nas narrativas de viagem alinhava-se a formulações da incipiente etnologia. Hierarquizavam-se aspectos como os caracteres físicos, a linguagem, os ritos religiosos e as expressões artísticas e festivas de cada povo. Na perspectiva da ciência, os cantos e danças passaram a significar indícios inequívocos do grau inferior de civilização dos índios.

---

<sup>148</sup> Ibidem, p.232.

<sup>149</sup> Ibidem, p.238.

<sup>150</sup> PARAÍSO. Maria Hilda B. Op. cit., 1998, p.261.

<sup>151</sup> AVÉ-LALLEMMANT, Robert. Op.cit., p.241-242.

Para Avé-Lallemant, o Brasil estava inevitavelmente fadado ao fracasso por causa dos botocudos:

**Mas quando chegará o tempo em que se construirão no Brasil palácios venezianos ou catedrais milanesas! ... Quando será que um silvícola fará do ferro um cinzel, para esculpir num bloco de mármore do seu rio pátrio, uma Vênus de Milo ou fazer sair dêle aquele maravilhoso grupo das Graças do grande dinamarquês? Nunca! Nunca, digo eu!** O botocudo nunca terá noção do que pisa, quando na noite espectral de lua passa sobre aquela jazida de mármore, nunca sonhara que naquela pedra alva dormitam estatuas de deuses e heróis e diversas formas graciosas, para serem trazidas pela mão para a luz e para a vida! Sua noção de beleza vai apenas até um pedaço de pau atravessando o lábio inferior, e sua capacidade artística até a confecção duma flecha, dum arco e duma rede.<sup>152</sup>

Julgou faltar habilidades artísticas, pois não haviam construído palácios, catedrais, esculturas em mármore e outros equipamentos identificados com a vida urbana e a alta cultura. As povoações indígenas não eram suficientemente estéticas e nem sequer estariam receptivas à influência benigna e embelezadora dos homens civilizados. Nesse sentido, o médico alemão tentava provar a impossibilidade da igualdade e, até mesmo, de uma possível ‘evolução’ cultural, reafirmando a polaridade entre bárbaros/civilizados e o determinismo racial.

Embora Maria Graham não tenha creditado aos botocudos, e nem mesmo aos povos indígenas em geral, a inviabilidade do Brasil enquanto nação, constatou que “[...] o que fora uma vez conquistado não mais seria recuperado pelos nativos, pois careciam estes da tradição que, pelo menos, lhes desse a esperança de uma era melhor”.<sup>153</sup>

Nessa perspectiva, a história do Brasil só começaria com o descobrimento, momento em que passou a ser possível realizar uma história linear e cronológica. Os visitantes não percebiam que os autóctones interagiam com a paisagem de forma humanizada, repleta de significados. Nomes, usos, funções utilitárias e simbólicas da fauna e da flora permeavam a estrutura social e mental dessas populações. Porém, a forma sistêmica e classificatória de encarar a natureza desconsiderou saberes locais, suprimindo as relações funcionais e experiências entre as pessoas, plantas e animais.

Ao tratar da “permanência dos traços característicos nas diferentes raças humanas”, os Agassiz compararam os caracteres corporais dos negros e índios, de ambos os sexos. Desqualificaram os índios que conheceram, masculinizando as mulheres e feminilizando os homens negros.

<sup>152</sup> Ibidem., p. 103. (grifo nosso).

<sup>153</sup> GRAHAM, Maria. Op. Cit., p.5.

[...] a índia tem inteiramente um aspecto masculino; tal semelhança se estende mesmo a toda fisionomia, pois os traços do rosto raramente apresentam delicadeza feminina que se observa nas raças superiores. No negro, ao contrário, a estreiteza do peito e dos ombros, características da mulher, é quase no mesmo grau acentuado no homem. De modo que se pode dizer que a mulher índia é notável pelas suas formas masculinas, enquanto o negro igualmente o é pela sua aparência feminina. A diferença, entretanto, proveniente da diversidade dos sexos não é tão igualmente marcada nas duas raças; a mulher indígena assemelha-se muito mais ao homem do que a negra ao negro; as negras têm, geralmente, traços mais delicados que os homens de sua raça.<sup>154</sup>

Essa mesma impressão foi causada em Avé-Lallemant, com relação aos Botocudos. Deparou-se com “[...] um repugnante formigueiro de marimachos e vise-versa; nenhuma mulher perfeitamente mulher, nenhum homem perfeitamente homem naquela horda!” A cor desse grupo também lhe causou uma “desagradável” surpresa, pois eles eram claros, “dum branco quase europeu”.<sup>155</sup>

Após ter procurado por outro grupo de botocudos, foi surpreendido por um índio “forte de mais ou menos 30 anos, tão nu como Deus o tinha criado, trazendo flechas e o arco nas mãos. Se não o tivesse reconhecido pela cara como um botocudo, teria suposto pela cor clara, tratar-se de um europeu, que se divertia, andando nu pela floresta.”<sup>156</sup> Afinal, como índios selvagens dos trópicos poderiam ter uma cor próxima a dos europeus?

Interessante notar que Avé-Lllemant cita em seu relato o livro *História Geral do Brasil*, de Francisco Varnhagem, o que sugere que talvez suas impressões tão negativas sobre os indígenas tenham sofrido alguma influência do posicionamento desse autor quanto aos índios do Brasil. Varnhagen foi um dos principais críticos à idealização do índio. Em seu livro concluiu que eles eram bárbaros, nômades, sem noção de família, pátria e autoridade. Nem mesmo os tupis escaparam dessa descrição, de modo que Varnhagem não acreditava na integração sócio-cultural do índio, independente da etnia.

Maria Graham, em 1823, durante sua segunda estada no Brasil, visitou um museu no Rio de Janeiro, onde pôde apreciar minerais, animais e uma coleção de artigos indígenas e africanos. “A coleção de armas indígenas e vestuários é incompleta e necessita arrumação. É pena porque, pouco a pouco, à medida que os selvagens adotam hábitos civilizados, estas coisas serão inatingíveis”.<sup>157</sup>

<sup>154</sup> AGASSIZ, Jean L. R., AGASSIZ, Elizabeth C.. Op. Cit., p. 306.

<sup>155</sup> AVÉ-LALLEMANT, Robert. Op.cit., 231.

<sup>156</sup> Ibidem, p.235.

<sup>157</sup> GRAHAM, Maria. Op cit., p.305.

Os objetos usados por esses povos e levados pelos viajantes como lembrança, a exemplo de arcos e flechas, tornavam-se artigos para serem observados por ‘brancos civilizados’, como vestígios do homem primitivo. Descolados do seu meio, os utensílios mudavam de função, perdiam seu caráter utilitário e eram utilizados para mera apreciação de outros sujeitos, sobrevivendo apenas como curiosidade.

Não obstante a maioria dos contatos com os indígenas ter ocorrido em meio a sua realidade, no seu *habitat*, normalmente as práticas culturais e os bens materiais dos grupos foram vistos de forma descontextualizada. De acordo com Edward Thompson, essa maneira de ver outras culturas se alinha ao método de estudo do folclore, que registrava antigos modos de vida sem buscar o significado dos comportamentos e dos bens materiais.<sup>158</sup> Na época, ainda não se discutia o relativismo cultural, sendo este comportamento padrão entre os ocidentais.

Os viajantes produziram registros limitados devido ao contato superficial que tiveram com os autóctones, às informações equivocadas que receberam dos colonos ou a certos parâmetros que traziam consigo. Verifica-se tanto a ambigüidade quanto a diversidade na construção da diferença. Na sua alteridade, o índio continha tanto ferocidade quanto doçura; podia ser canibal ou cordial, perigoso ou apático. No entanto, as representações negativas eram hegemônicas, sendo os relatos marcados pelo espanto e pelo horror.

Alguns estrangeiros acreditavam na humanidade dos índios, embora inferiorizada, lançando olhares de repulsa e, por vezes, de compaixão, a exemplo de Suzannet. Outros, como Avé-Lallemant, não conseguiram enxergá-los sob o signo do humano.<sup>159</sup>

Perceberam os indígenas como inferiores e infantis, povos sem passado e, portanto, sem história. Realizaram uma análise superficial e preconceituosa, não conseguindo apreender a complexidade das suas tramas sociais, com códigos e valores definidos.

No entanto, acredito que aos olhos desses visitantes, o maior valor conferido aos índios do Brasil era, de fato, o de atrativo. Levaram para o velho mundo descrições, imagens (desenhos e fotos), adereços, crânios e, quando possível, até mesmo algum exemplar vivo

---

<sup>158</sup> THOMPSON, E. P. Introdução: costume e cultura. In: *Costumes em Comum*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

<sup>159</sup> Analisando os comentários sobre os índios pelo viés da psicologia social, cito Ângela Arruda, para quem a comparação que desfavorece o *outro* tranquiliza o sujeito que se vê diante de uma situação nunca antes vivenciada, na qual novas formas de pensar e agir são apresentadas. Para a autora, o diferente passa a ser mais perturbador na medida em que nos damos conta de que o outro é “um semelhante que não conseguimos situar”. Para tanto, torna-se necessário negociar a diferença e acomodá-la, de modo que possa ser incorporada e tornada inteligível. ARRUDA, Angela. O ambiente natural e seus habitantes no imaginário brasileiro - negociando as diferenças. In: \_\_\_\_\_. (org.). *Representando a Alteridade*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 52.

desses curiosos seres primitivos que ainda habitavam o país, sendo o botocudo o mais exótico deles.

Afinal, como bem concluiu Avé-Lallemant ao perceber que o cacique de uma tribo estava tristonho: “Nessa idade avançada, o chefe botocudo devia estar convencido de que o tempo dos selvagens estava terminando, embora ainda se considerasse o dono das matas do Urucu, e quisesse ser reconhecido como tal.”<sup>160</sup> A civilização não tardaria a chegar...



Figura 6: Negra da Bahia e Índia Botocudo, c.1885.

### 2.3 O BRANCO: INFERIORIZAÇÃO DO LUSO-BRASILEIRO

Os portugueses ou brasileiros<sup>161</sup> também foram alvo da observação desses estrangeiros, porém, não eram vistos como singularidades locais. Esses homens eram quase sempre criticados por serem escravagistas e por seus usos e costumes (meio bárbaros, meio europeus).

<sup>160</sup> AVÉ-LALLEMANT, Robert. Op.cit., p.239.

<sup>161</sup> Através da leitura dos relatos percebemos que os viajantes enxergavam como sendo brasileiro tanto os portugueses que aqui viviam e que após a independência continuaram no Brasil, como aos descendentes destes (de cor branca ou mestiços).



Ademais, o preconceito racial com o qual os viajantes retratavam os negros, índios e mestiços também acometeu os lusitanos, considerados europeus de raça inferior.<sup>162</sup> No Brasil, o branco português era visto como um homem indefinido entre a Europa e a África.

Na já citada fazenda Nossa Senhora da Luz, no Rio de Janeiro, o administrador da propriedade, Sr. Lewis P., disse à Maria Graham que os negros crioulos eram superiores aos portugueses e brasileiros, opinião com a qual a observadora parecia compartilhar.

Contou-me que os negros crioulos e mulatos são muito superiores em diligência aos portugueses e brasileiros, aos quais, por causas não difíceis de serem imaginadas, são, pela maior parte, indolentes e ignorantes. Os negros e mulatos têm fortes motivos para esforçar-se em todos os sentidos e serem, por conseqüência, bem sucedidos naquilo que empreendem. São os melhores artífices e artistas.<sup>163</sup>

Maria Graham criticou a educação e o nível cultural da sociedade portuguesa da Bahia, embora tenha admitido que sabia muito pouco sobre a mesma, de modo que “seria presunçoso dar uma opinião a respeito.” Relatou ter encontrado apenas “[...] dois ou três homens do mundo bem informados e algumas mulheres vivamente conversáveis”, mas ninguém que a fizesse lembrar dos “homens e senhoras bem educados da Europa”.<sup>164</sup> Não poupou críticas nem mesmo aos seus conterrâneos, vendo-se como superior aos ingleses residentes na capital baiana, que seriam menos cultos e só estariam interessados em lucros financeiros.

A sociedade dos ingleses é exatamente o que se poderia esperar: alguns comerciantes, não de primeira ordem, cujas reflexões giram em torno do açúcar e do algodão, com exclusão de todos os assuntos públicos que não tenham referência direta com o comércio particular, e de tôdas as matérias de ciência ou informação geral. Nenhum sabia o nome das plantas que cercam a própria porta; nenhum conhecia a terra dez léguas além do Salvador; [...]. Fiquei, enfim, inteiramente desesperada com êsses fazedores de dinheiro destituídos de curiosidade. [...] De um modo geral, a sociedade está aqui em nível muito baixo entre os ingleses.<sup>165</sup>

No relato, ela afirma que seus compatriotas usavam mão de obra escrava. “Na verdade todos os ingleses se servem de escravos”.<sup>166</sup> Por ser contra a escravidão, essa constatação provavelmente influenciou sua percepção acerca dos ingleses que conheceu em Salvador.

<sup>162</sup>Os portugueses eram identificados como um povo de sangue impuro, em função de seus diversos antepassados (ligúrios, celtas, ibero, fenícios, romanos, visigodos, vândalos, alanos, árabes e judeus), mas, sobretudo pela mescla com os mouros. TAVARES, Luis H. D. História da Bahia. São Paulo/Salvador: UNESP/EDUFBA, 2001.

<sup>163</sup> GRAHAM, Maria. Op. Cit., p.220.

<sup>164</sup> Ibidem, p. 162.

<sup>165</sup> Ibidem, p. 162-163.

<sup>166</sup> Ibidem, p.163.

O pastor Kidder opinou que parte dos problemas que assolava o país teria origem na sua antiga metrópole, que estaria atrasada em relação à maioria das nações europeias:

Torna-se impossível apreciar devidamente as atuais condições brasileiras sem levar em conta as influências metropolitanas. Apesar da riqueza e da glória que Portugal desfrutou durante o curto período de sua supremacia marítima, poucos países europeus estão menos que ele em condições de servir de paradigma a um estado próspero dos tempos modernos. Sob qualquer prisma que se considere a nação portuguesa ou suas instituições, encontramos-na sempre muito aquém do espírito da época.<sup>167</sup>

Entretanto, admitiu que “esse país tão insignificante em tamanho, quão tardo em seu desenvolvimento, manteve quase metade da América do Sul sob férreo regime colonial, desde o seu descobrimento até 1822.”<sup>168</sup>

O casal Agassiz também não deixou de notar que os brancos brasileiros descendiam de europeus considerados pouco civilizados.

Não se deve esquecer que a população branca descende quase que exclusivamente de portugueses; ora, de todas as nações da Europa, Portugal é aquela que na época do descobrimento e colonização do Brasil, havia sido menos afetada pela civilização moderna. Com efeito, as grandes migrações que agitaram a Europa na Idade Média, e a Reforma, que foi a base principal da nova ordem social, quase não atingiram Portugal.<sup>169</sup>

Para eles, Portugal não teria progredido por ter continuado a ser um país católico após a Reforma Protestante, iniciada no século XVI, na Europa.

De acordo com Sergio Buarque de Holanda, Espanha e Portugal, assim como os países balcânicos e a Rússia, constituíam territórios pelos quais a Europa se comunicava com o restante do mundo. Assim, os países ibéricos compõem uma zona fronteiriça, de transição, com maior interpenetração cultural e menos carregada de certo *européismo*. Os dois países só ganharam visibilidade e passaram a acompanhar mais de perto as mudanças sócio-econômicas da Europa ocidental a partir da época dos grandes descobrimentos marítimos. Como consequência desse ingresso tardio, a sociedade portuguesa se desenvolveu, em alguns aspectos, quase à margem das congêneres europeias.<sup>170</sup> Nessa perspectiva, o fato de o Brasil ter recebido a herança de uma nação ibérica é marcante no imaginário dos viajantes.

<sup>167</sup> KIDDER, Daniel, P. Op cit., p.246.

<sup>168</sup> Ibidem, p.246.

<sup>169</sup> AGASSIZ, Jean L. R., AGASSIZ, Elizabeth C. Op. cit., p.293.

<sup>170</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Cia das Letras, 2006, p.31.

Para Suzannet, os portugueses eram inferiores até mesmo quando comparados aos espanhóis e, por esse motivo, o Império do Brasil não havia obtido êxito nos conflitos pela posse da Província Cisplatina, atual território do Uruguai. Assim, a independência do Uruguai, em 1828, havia sido uma vitória do “sentimento de superioridade inata e real que leva a raça espanhola a sacudir o jugo dos portugueses, muito fracos para manter a sua autoridade comprometida.”<sup>171</sup>

Durante uma conversa dos Agassiz com o Sr. Sinimbu, senador pela província de Alagoas, este alegou que do ponto de vista da inteligência e da atividade, os pretos livres suportavam muito bem a comparação com os brasileiros e portugueses. O casal pareceu concordar, mas ressaltou que dita comparação não era válida para os Estados Unidos, pois “[...] os negros estão aqui em contacto com uma raça menos enérgica e menos poderosa do que a anglo-saxônica”,<sup>172</sup> considerando que os negros também sofriam má influência dos portugueses.

Durante sua viagem de volta para a Europa, Avé-Lallemant notou que “a maioria das nações estavam representadas entre os 150 passageiros” do vapor, opinando que a sociedade alemã era “a melhor a bordo do Tyne”. Em relação aos passageiros de outras nacionalidades, observou entre os ingleses “figuras dignas da maior consideração”. De modo geral, quanto à etiqueta de seus companheiros de bordo, notou “uma conduta decente nos costumes e maneiras”. Curiosamente, apenas os portugueses e brasileiros foram criticados por não terem um comportamento adequado, pois não deixavam “o querido hábito de cuspirem no convés.”<sup>173</sup> Assim, seus conterrâneos seriam os mais civilizados do navio, seguidos pelos ingleses. Na base da pirâmide, estavam os portugueses e seus descendentes americanos.

A expansão colonial ajudou a forjar a ideia de uma superioridade branca, contribuindo para a constituição de uma identidade europeia ou ocidental, supra-nacional. Um elemento central era a crença na sua superioridade em relação aos outros povos e culturas. Mas na medida em que as sociedades colonizadas eram racializadas, os colonizadores - de diferentes nacionalidades - também se auto-definiam enquanto raças.

Nesse sentido, apesar dessa aparente unidade e identidade racial que abarcava o mundo europeu, cada povo se apresentava como o mais branco e civilizado, criando-se novas hierarquias, pois os Estados Modernos Europeus formavam-se uns contra os outros. Nesse processo de idealização da nação, celebravam-se as virtudes nacionais em oposição aos

---

<sup>171</sup> SUZANNET, Conde de. Op. cit., p.238.

<sup>172</sup> AGASSIZ, Jean L. R., AGASSIZ, Elizabeth C. Op. cit., p. 94.

<sup>173</sup> AVÉ-LALLEMANT, Robert. Op cit.,p.246.

defeitos projetados sobre os sujeitos das outras raças.<sup>174</sup> Assim, o conceito de raça, imbricado com a noção de povo, não serviu apenas para operar clivagens entre civilizados e primitivos ou entre europeus e não-europeus. A raça fundia-se com a nação, estruturando as ideologias nacionalistas.

No século XVIII, os países mais desenvolvidos da Europa se firmaram como centro da civilização, desautorizando os que não caminhavam ao seu lado no discurso e no estilo de vida burguês. Mary Pratt diz que no período há narrativas de alemães e britânicos sobre os países mediterrâneos tão depreciativas quanto sobre o Brasil.<sup>175</sup>

De acordo com Hobsbawn, enquanto o século XIX pode ser chamado de século europeu, e mais ainda, século inglês, Portugal era atrasado para os padrões da época e tinha pouca expressividade, sendo praticamente uma semi-colônia britânica, sem perspectivas de melhorias no campo do desenvolvimento social-econômico.<sup>176</sup>

Desse modo, os portugueses eram vistos como um dos mais atrasados povos da Europa. No Brasil, ainda foram alvo de críticas e juízos de valor nada edificantes - juntamente com seus descendentes - por terem assimilado parte da cultura das sociedades indígenas e africanas.

A adaptabilidade do colonizador aos nativos e africanos através da miscigenação cultural e, principalmente racial, independente de ter sido interpretada por muitos como uma estratégia de dominação, foi encarada pelos visitantes como transgressão. No Brasil, a civilização aparece como um processo mal instaurado, inevitavelmente comprometido desde suas origens.

Essa hibridação demonstraria o frágil caráter dos portugueses, pois eles eram corrompidos pelos povos que deveriam submeter. Os Agassiz exemplificaram essa percepção comum aos viajantes:

[...] o singular fenômeno de uma raça superior recebendo o cunho duma raça inferior, de uma classe civilizada adotando os hábitos e rebaixando-se ao nível dos selvagens. [...] Os norte-americanos e os ingleses [...] não queriam degradar ao nível dos índios como fazem os portugueses; não se abaixariam a adotar-lhes os costumes.<sup>177</sup>

Além do preconceito em relação aos portugueses e seus descendentes, Kidder lembrou o quanto a língua portuguesa era desvalorizada:

<sup>174</sup> NASCIMENTO, Sebastião; THOMAZ, Omar R. Raça e Nação. In: PINHO, Osmundo; SANSONE, Lívio (org.). *Raça - novas perspectivas antropológicas*. Salvador: EDUFBA, 2008, p.193-236.

<sup>175</sup> PRATT, Mary. Op. Cit., p.37.

<sup>176</sup> HOBBSAWN, E. J. *A era dos impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

<sup>177</sup> AGASSIZ, Jean L.R., AGASSIZ Elizabeth C. A. Op. cit., p.154.

Talvez seja de lastimar, do ponto de vista literário, que a língua do Brasil seja o português. Há grande prevenção contra esse idioma no estrangeiro. Conquanto seja em grande parte injusto esse preconceito, não se dissipará ele tão rapidamente.[...] Raramente os eruditos tem sido levados a adquirir um conhecimento tal da língua que os habilite a julgar de seus verdadeiros méritos.<sup>178</sup>

Maximiliano da Áustria tinha um sentimento de superioridade até mesmo em relação às autoridades locais, de quem zombou da língua pátria e do modo de falar: “Com as autoridades daqui deste país não se pode, obviamente, manter conversa por muito tempo. Elas só sabem grunhir em brasileiro, e os estrangeiros, mesmo que falassem sete línguas, nunca se rebaixaram até o ponto de aprender o português”.<sup>179</sup>

Suzannet qualificou a língua portuguesa como “tão dura e tão gutural”, sendo o idioma aparentemente menos delicado, associado à primitividade.<sup>180</sup>

Sobre os brancos com os quais se deparou pelas ruas da Bahia, Maximiliano de Habsburgo teve a seguinte impressão:

Os brancos, nas ruas da Bahia, tem o tipo do europeu meridional. Característicos mostram-se apenas quando pendurados, como uma fruta bem madura, nos varais da cadeira de arruar, ou troteando sobre bonitas mulas de orelhas compridas. Quase não se vêem mulheres brancas nas ruas; apenas, em raríssimos casos, elas separam-se das sacadas ou da cadeira de palha de suas varandas. A brasileira, nas cidades, é um objeto indolente e sem graça. O que o estrangeiro observa, portanto, é só o comportamento dos negros e das negras.<sup>181</sup>

O nobre austríaco evidenciou o baixo grau de atratividade do branco brasileiro ante o olhar estrangeiro. Os nacionais brancos, supostamente um pouco mais civilizados devido à ascendência europeia e aos caracteres fenotípicos, pouco despertaram o interesse e a curiosidade do forasteiro.

A independência política do Brasil, em 1822, criou uma situação inusitada, pois os portugueses que aqui viviam puderam optar entre tornar-se brasileiros ou voltar para Portugal, sendo que essa escolha foi pautada, sobretudo, por interesses econômicos. Assim, os fazendeiros e senhores de engenho, independente de terem nascido em Portugal ou no Brasil, tornaram-se brasileiros, a fim de assumir plenamente os direitos políticos outorgados pelo Império, garantindo o controle sobre suas escravarias e homens livres que viviam em suas terras. Também seriam brasileiros os homens livres brancos ou pardos, que embora não

<sup>178</sup> KIDDER, Daniel P. Op.cit., p.252.

<sup>179</sup> HABSBURGO, Maximiliano de. Op cit., p.180.

<sup>180</sup> SUZANNET, Conde de. Op. cit., p.73.

<sup>181</sup> HABSBURGO, Maximiliano de. Op. Cit., p.86.

possuíssen interesses patrimoniais, identificavam-se com a causa da Independência e com a oposição aos portugueses.

Já os que tinham comércio e negócios de importação tomaram uma atitude oposta, pois continuavam submetidos às casas comerciais do Porto e de Lisboa. Desse modo, não era conveniente para eles e seus patrões que optassem pela nacionalidade brasileira.<sup>182</sup>

Em linhas gerais, pode-se dizer que segundo o Artigo 6º da primeira Constituição do Brasil (1824), eram cidadãos brasileiros: os que tivessem nascido no Brasil, quer fossem livres ou libertos; os filhos de pai brasileiro e os ilegítimos de mãe brasileira nascido em país estrangeiro, que estabelecessem domicílio no Império; os filhos de pai brasileiro que estivesse em país estrangeiro em serviço do Império; todos os nascidos em Portugal e suas possessões, que sendo já residentes no Brasil na época em que se proclamou a independência, aderiram a esta, expressa ou tacitamente, pela continuação da sua residência; os estrangeiros naturalizados, qualquer que fosse a sua religião.<sup>183</sup>

Acreditamos que o preconceito em relação aos portugueses, além de já ter acompanhado os visitantes desde a Europa, talvez também tenha sido pautado, ou ao menos reforçado, pelo preconceito dos seus conterrâneos que residiam na Bahia, bem como dos brasileiros nascidos no país. Esse tipo de lusofobia caracterizava a oposição aos comerciantes portugueses, pois logo após a independência, os lusitanos tornam-se alvos da hostilidade dos nacionais urbana e até mesmo da imprensa, que os desmerecia e ridicularizava, caracterizando-os como burros e imorais, sendo muitas vezes comparados aos africanos.

Segundo Rowland,<sup>184</sup> o antilusitanismo se desenvolveu durante o Primeiro Reinado e a Regência, período em que metade dos estrangeiros estudados passou pela Bahia. Foi só na década 1840, quando o antilusitanismo estava perdendo força, que o indianismo<sup>185</sup> despontou enquanto movimento literário de feições patrióticas.

Assim, a emancipação política do Brasil gerou um complexo jogo classificatório e identitário. O povo brasileiro encontrava-se vinculado à figura do português, do índio, do negro e, ainda, do mestiço.

<sup>182</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe de; RENAUX, Maria L. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. In: *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2006, v. 2.

<sup>183</sup> CONSTITUIÇÃO *Política do Império do Brasil (de 25 de março de 1824)*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm)>. Acesso em: 20 jan. 2011.

<sup>184</sup> ROWLAND, Robert. Patriotismo, povo e ódio aos portugueses: notas sobre a construção da identidade nacional no Brasil independente. In: Jancsó, Instván (org.). *Brasil formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec, 2003.

<sup>185</sup> Movimento literário brasileiro, surgido na segunda metade do século XIX, que buscava uma linguagem autóctone e glorificava o índígena como exemplo de nobreza, coragem e representante da nação brasileira.

Para Suzannet, os portugueses, vistos como uma raça inferior, não estariam aptos a explorar e desenvolver as riquezas do território brasileiro. O etnocentrismo dos viajantes franceses, anglo-saxões e descendentes não atingia apenas os negros e índios, mas também os povos de nações europeias consideradas menos desenvolvidas.

Sem dúvida o Brasil tem grandes recursos na riqueza do solo, pronto para produzir, mas estará esta degenerada raça portuguêsã à altura do papel que quer desempenhar? A resposta que o estrangeiro que desembarca no Rio acaba por dar a essa pergunta é contrária ao orgulho dos brasileiros.<sup>186</sup>

Os lusitanos e seus descendentes americanos também foram analisados e julgados em relação às aspirações dos visitantes. Na qualidade de antigos colonizadores, homens brancos, com mais acesso à terra e ao comércio, teriam os meios necessários para executar os ideais europeus de acumulação, consumo, enriquecimento, disciplina para o trabalho e civilidade. No entanto, eles não haviam obtido êxito na sua missão civilizadora.

Nessa perspectiva, os portugueses da América seriam ociosos, supersticiosos e libidinosos. Se fossem mais dinâmicos, capazes de extrair da natureza as imensas riquezas que ela oferecia, o país seria mais rico e desenvolvido. Sendo o próprio branco brasileiro já muito desfigurado, também não caberia a ele ser o principal agente civilizador; a civilização é que deveria assimilá-lo.

#### 2.4 O MESTIÇO: “CRIAÇÃO COSMOPOLITA”<sup>187</sup>

Na maior parte da América Latina, assim como no Caribe, os colonizadores deixaram um legado multirracial, fato que atraía o interesse dos visitantes estrangeiros europeus, já que muitos não estavam acostumados ao contato com não-brancos em seus próprios países.

Em meio a outras ocorrências, o Brasil era apontado como principal exemplo de miscigenação racial, transformando-se em caso único e singular. Assim, desde finais dos oitocentos firmou-se como o país mais investigado em todo o mundo no que diz respeito à mistura racial. De acordo com Lilia Schwarcz,<sup>188</sup> em fins do século XIX o Brasil era visto como um laboratório racial.

Com relação à hibridação das raças, os Agassiz informaram a seu público leitor o quanto o Brasil se destacava como local privilegiado para a observação do elemento mestiço:

<sup>186</sup> SUZANNET, Conde de. Op. cit., p.32.

<sup>187</sup> Expressão utilizada por HABSBUGO, Maximiliano. Op. Cit. 2012, p.160.

<sup>188</sup> SCHWARCZ, Lilia M. *O Espetáculo das Raças*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

Aqueles que põem em dúvida os efeitos perniciosos da mistura de raças e são levados por falsa filantropia, a romper todas as barreiras colocadas entre eles, deveriam vir ao Brasil. **Não lhes seria possível negar a decadência resultante dos cruzamentos que, neste país, se dão mais largamente do que em qualquer outro.** Veriam que essa mistura apaga as melhores qualidades, quer do branco, quer do negro, quer do índio, e produz um tipo mestiço indescritível cuja energia física e mental se enfraqueceu.<sup>189</sup>

O quadro racial brasileiro, encarado como negligência, colaborava para a própria degeneração da civilização nos trópicos. A ideia predominante apresentava a miscigenação como um ‘fardo’ para o Brasil.<sup>190</sup> Influenciado pelo poligenismo, o pesquisador adotava como base a crença de que somente poderia haver cruzamentos entre indivíduos da mesma raça. Na sua avaliação, ainda que o negro fosse incorporado na sociedade como cidadão, não poderia misturar-se com os brancos.



Figuras 7, 8 e 9: À esquerda, retrato de Alexandrina (Cafusa); no centro, Mulata; à direita, Jovem Mameluco. Desenhos reproduzidos no diário de Louis Agassiz.

Em outro trecho, o naturalista reforçou sua convicção de que as raças humanas são caracterizadas como tipos puros, cristalizados; mas a hibridação entre elas anularia suas características originais. Tal concepção é afirmada através da analogia entre as raças humanas e as caninas.

<sup>189</sup> AGASSIZ, Jean L. R., AGASSIZ, Elizabeth C. Op. Cit., p. 180. (Grifo nosso)

<sup>190</sup> No final do século XIX, esse também era o pensamento de muitos pesquisadores brasileiros (como o médico Nina Rodriguez), que condenava a miscigenação.



[...] O resultado de ininterruptas alianças entre mestiços é uma classe de pessoas e que o tipo puro desapareceu, e com ele todas as boas qualidades físicas e morais das raças primitivas, deixando em seu lugar bastardos tão repulsivos quanto os cães amastinados, que causam horror aos animais de sua própria espécie, entre os quais não se descobre uma única que haja conservado a inteligência, a nobreza, a afetividade natural que fazem do cão de pura raça o companheiro e o animal predileto do homem civilizado.<sup>191</sup>

Nos Estados Unidos - país onde o naturalista residia - havia o medo da contaminação por sangue negro, fator que gerava fobias sobre a miscigenação. Segundo Skidmore,<sup>192</sup> o medo ajudava a justificar o elaborado sistema de segregação sócio-racial daquele país, onde mesmo após a abolição os políticos racistas conseguiram impor suas opiniões, de modo que a raça passou a ser definida por uma rigorosa regra de descendência. Porém, a origem desse sistema era antiga e encontrava legitimidade social, a exemplo dos casamentos inter-raciais que começaram a ser proibidos nos estado norte-americano no século XVII. Assim, já existiam leis para forçar a endogamia, bem como para normatizar hábitos sociais e segregar brancos e negros. Em contrapartida, no Brasil, a lei nunca foi o principal instrumento de regulamentação das relações raciais, sendo esta uma diferença muito relevante entre os dois países.

Ao contrário do naturalista Agassiz, é possível inferir que o médico Avé-Lallemant acreditava que por meio da miscigenação seria possível embranquecer a população, medida que seria positiva para o país. “Deve-se passar ainda, pelo menos um século, antes que essa singular variedade de cores humanas clareie um pouco e prevaleçam cores claras e com elas cérebros esclarecidos.”<sup>193</sup> Na Bahia e seus arredores, observou muito atentamente a população e se convenceu “da necessidade dessa desregrada mistura de formas e côres ser substituída por uma proporção mais estável”.<sup>194</sup>

Antecipando e, talvez, influenciando o pensamento de alguns teóricos nacionais, Avé-Lallement via a mestiçagem como um ‘mal necessário’ para o Brasil. Essa concepção implicava na crença da desigualdade das raças humanas, entretanto, através de um processo eugênico, a população se tornaria branca após algumas gerações.

A ideologia do branqueamento ganhou força no Brasil no final dos oitocentos e início do século XX, quando vários políticos e intelectuais passaram a defender e incentivar a imigração europeia com o objetivo de favorecer o embranquecimento biológico e cultural da população brasileira, o que será melhor analisado no capítulo três.

<sup>191</sup> AGASSIZ, Jean L. R., AGASSIZ, Elizabeth C. Op. Cit., p.184.

<sup>192</sup> SKIDMORE, Thomas. Op. cit., p.115,116.

<sup>193</sup> AVÉ-LALLEMANT, Robert. Op. Cit.,p.66.

<sup>194</sup>Ibidem, p. 40.

Também contrariando a opinião dos que viam a hibridação das raças como um fator degenerativo, Maria Graham considerava os filhos de brancos portugueses com índias, ou seja, mamelucos, mais bonitos e inteligentes que os de raça pura. “Muitas das mulheres índias casaram-se com os portugueses crioulos; os casamentos entre mulheres crioulas e índios são mais raros. As crianças de tais uniões são mais belas e parecem mais inteligentes do que as de raça pura de qualquer dos lados”.<sup>195</sup>

O Conde de Suzannet, durante sua estada na Bahia, chocou-se com a “imoralidade de tôdas as classes” que, segundo ele, “[...] possibilitou o cruzamento das raças e destruiu todos os preconceitos de casta, que geralmente existem nas colônias européias, e principalmente nos Estados Unidos.”<sup>196</sup> Criticava não apenas o cruzamento racial em si, mas também as relações sociais, a mistura entre as classes. Analisou a população brasileira explicando que ela era

[...] composta de diversas raças: I – Os portugueses da Europa, naturalizados brasileiros; II – Os portugueses crioulos, nascidos no Brasil, ou brasileiros propriamente ditos; III – Os mestiços de brancos e negros, ou mulatos; IV – Os mestiços de branco e índios, ou cabras; V – Os negros da África; VI – Os índios que se dividem em diversas tribos.<sup>197</sup>

O viajante ainda registrou que “A situação moral desta sociedade, entregue às paixões e aos instintos selvagens, é verdadeiramente aflitiva”.<sup>198</sup>

Surgia um universo próprio de nomenclaturas: mulatos, mamelucos e cafuzos, cujo objetivo era abarcar os tipos híbridos. Elementos marcados pelos traços herdados das matrizes (raças puras) caoticamente dispostos em novas configurações: traços de negros em indivíduos brancos, cabelos crespos em indígenas etc. O Brasil, enquanto palco para o espetáculo da miscigenação, proporcionava aos cientistas e viajantes em geral a oportunidade de observar os resultados destas experiências e suas consequências no convívio social.

O ditado *não existe pecado do lado de baixo do Equador*, comum na Europa desde o século XVII, foi mencionado pelos cronistas e pelos documentos da primeira visita do Santo Ofício ao Brasil.<sup>199</sup> Tal imaginário - aludindo à licenciosidade dos primeiros séculos da colonização - continuou vivo ao longo do tempo, influenciando a visão dos visitantes oitocentistas.

<sup>195</sup> GRAHAM, Maria. Op. Cit., p.321.

<sup>196</sup> SUZANNET, Conde de. Op. Cit., p.43. No Brasil, como nos países citados por ele, nunca houve sistema de castas - fechado, com restrita mobilidade. Ao falar de castas na sociedade brasileira, provavelmente Suzannet pensou numa divisão entre senhor e escravo, sendo este último percebido como pária.

<sup>197</sup> Ibidem, p.43.

<sup>198</sup> Ibidem, p.43.

<sup>199</sup> HOLANDA, Sergio Buarque de. Op. Cit.

Suzannet possuía uma ideia deturpada das relações amorosas no Brasil por conta da miscigenação. “Branços, negros e índios têm às vezes relações com a mesma mulher”, afirmou o conde francês.<sup>200</sup> Evidenciou o caráter instável e ilegal dessas uniões, marcadas pela infidelidade e imoralidade. O visitante via o baixo índice de casamentos legítimos como uma transgressão cometida não só pelos casais negros, mas como um problema mais geral que acometia toda a sociedade brasileira. Argumentou que a libertinagem era favorecida pelo sistema escravista.

A imoralidade dos brasileiros é favorecida pela escravidão e o casamento é repellido pela maioria, como um laço incômodo e um encargo inútil. Disseram-me que há distritos inteiros em que só se encontra dois ou três lares constituídos. O resto dos habitantes vive em concubinato com mulheres brancas ou mulatas.<sup>201</sup>

No Brasil dos oitocentos as uniões ilegítimas predominaram como forma de organização das famílias, sobretudo das camadas populares, posto que o custo das cerimônias era muito alto e não havia grave reprovação quanto às uniões livres. O baixo índice de casamentos religiosos, notadamente entre os escravos, era visto como “patologia social” pelos estrangeiros.<sup>202</sup>

Ao conhecer um jovem “bonito de chamar a atenção”, na cidade de Ilhéus, Maximiliano de Habsburgo ficou admirado com a mestiçagem que o caracterizava:

Antonio do Norte era para nós interessante também do ponto de vista etnográfico: era filho de um brasileiro branco com uma autêntica índia; tomou como mulher uma mulata, fruto do sangue branco e negro; desse casamento ele teve um filho que nos ajudou durante o resto da viagem, cuidando da alimentação dos cavalos; o **resultado desse quádruplo cruzamento é um rapaz de 17 anos, bonito de chamar a atenção, esbelto como um pinheiro, feições suaves e olhos chamejantes. Esse belo adolescente não era vermelho nem preto, nem da cor de azeitona nem do bronze, não era nem claro nem escuro, uma mistura de todas as cores imagináveis, como a água de um pintor de aquarelas, e mesmo assim um tom muitíssimo agradável [...] Em suas feições podiam-se ler todas as raças, a menor proporção era a nossa. Esse exemplar da extravagância das raças, essa criação cosmopolita mereceria ser posta à disposição das grandes associações médicas da Europa.**<sup>203</sup>

<sup>200</sup> SUZANNET, Conde de. Op. Cit., p.43.

<sup>201</sup> Ibidem, p.47.

<sup>202</sup> SLENES, Robert W. Op. Cit., 1999, p.137.

<sup>203</sup> HABSBUGO, Maximiliano. Op. Cit. 2012, p.161.

A diversidade racial não era considerada uma questão a ser analisada e resolvida apenas por dirigentes e intelectuais brasileiros, pois representava, também, um problema para a ciência ocidental, como atestou o arquiduque.

Vale lembrar que nos países de origem dos visitantes estudados a miscigenação racial não era comum. Provavelmente, os portugueses e espanhóis que estiveram no Brasil não se surpreenderam de igual maneira com as diversas tonalidades de cor da população brasileira.<sup>204</sup>

No Brasil, os estratos médios surgiram paulatinamente desde o período colonial, intensificando-se ao longo dos oitocentos. Era constituída por homens brancos (não proprietários de terras) e por um significativo número de mestiços livres ou libertos. Devido a uma ampla e crescente população de homens de cor livres no século XIX, um mestiço não era considerado automaticamente escravo.<sup>205</sup> No interior do sistema escravista, o mulato transformou-se em uma categoria intermediária, na qual muitos conseguiram exercer os mais diversos ofícios, como artistas, escritores, militares e até políticos.

Entretanto, os visitantes quase não comentaram sobre as camadas médias que habitavam o espaço urbano, fornecendo poucas informações sobre esse aspecto. Pode-se dizer que os brancos e mestiços pobres e remediados não foram por eles muito apreciados. Talvez, em meio a tantos negros cativos trabalhando nas ruas das cidades, esses personagens tenham passado quase despercebidos.

Tanto os Agassiz como outros viajantes não conseguiam compreender o sistema multirracial empregado pelos brasileiros. A lógica que operava na classificação da cor dessa sociedade os confundia e desorientava. Desde os tempos coloniais, o Brasil nunca exibiu um sistema birracial rígido, havendo sempre uma categoria intermediária, representada pelo mestiço. Tampouco entendiam a estratificação social baseada tanto na cor como na origem dos não-brancos, ficando os mestiços no topo, os crioulos no meio e os africanos embaixo.

No que tange à tonalidade da pele, entre o negro puro e o mulato muito claro havia um amplo espectro de cor, com inúmeras gradações. Esse aspecto tornava as relações raciais mais complexas do que nos Estados Unidos e nas colônias européias da África.<sup>206</sup> Essa característica tornou o país atraente e a heterogeneidade humana um espetáculo para o estrangeiro.

Na cidade da Bahia, Avé-Lallemant esteve “no muito bonito” teatro São João, onde

---

<sup>204</sup> Posteriormente, Gilberto Freyre (Casa Grande & Senzala e outros) alegou que a própria linhagem branca dos portugueses era duvidosa, já que haviam se misturado com os mouros. O autor argumentou ainda que o português seria mais tolerante em questões raciais, tese geradora de muitas controvérsias no meio acadêmico.

<sup>205</sup> Vale lembrar que no século XIX a população negra e mestiça, livre ou liberta, era numericamente superior à escrava. PARÉS, Luis N. op. Cit., p.71

<sup>206</sup> SKIDMORE, Thomas. Op. cit.

assistiu por duas vezes a apresentação *Don Juan*. Alegrou-se ao ver “côres claras e figuras européias”, mas não pôde deixar de notar a presença de artistas de cor.

Entre o auditório, o público alemão estava representado em grande número, e notei muitas figuras agradáveis nos camarotes,[...] O mundo brasileiro apresentou-se também da mesma maneira, seletivo e distinto. E se, desde os lugares de primeira classe até ao paraíso, não tivessem aparecido muitos Peris escuros, jogar-nos-íamos inteiramente transportado para um teatro europeu.<sup>207</sup>

A boa impressão que o teatro lhe causara durou pouco, visto que ele se chocou com “uma horrível anomalia”:

Contando-se, embora, entre os principais artistas, descendentes de europeus e muitos dêles, como, por exemplo, Dona Elvira e Zerlina, que além de perfeitas cantoras são figuras brilhantes, não se pode ver, em nenhum palco, coristas de feições mais horrendas nem iguais caricaturas de comparsas, como as que vi na Bahia. [...] **Realmente, nunca vira tão extraordinário conjunto de formas e côres humanas como no fundo do palco na Bahia!**<sup>208</sup>

Como se nota, a pluralidade fenotípica da população baiana surpreendeu o médico alemão, que a tratou como patologia.

Em Cachoeira, no Recôncavo Baiano, em meio à multidão reunida a bordo do vapor que o transportava, o pequeno “número de passageiros brancos puros” despertou sua atenção. Percebeu que “Até aos extremos dos seus mais distantes raios estende a cidade da Bahia seus tons negros, pardos e amarelos [...]”<sup>209</sup>

Enquanto excursionava por Canavieiras, no interior da província, rompeu o ano de 1859. No dia 1º do ano seguinte presenciou um cortejo mascarado, o qual descreveu detalhadamente. Por ocasião da festa, andou pela vila e fez uma observação “altamente desonrosa” para a sociedade local.

Sem máscaras, todos são realmente de cor em Canavieiras, desde um negro de azeviche até a cor amarela dos meio-índios. Todos, realmente todos, tem as cores dos japus, dos icterídeos e clássicos, misturadas, preto e amarela, amarelo e preto! Além do mais, todos feios como a noite, tão indizivelmente feios que a gente cai realmente num mudo desalento. Essa fealdade está sobretudo em que, em todas essas máscaras naturais, há uma tão perfeita expressão de estupidez, como não posso traduzir em palavras. Aqueles olhos não olham e sim arregalam-se; aquelas bocas não riem, e sim arreganham os

<sup>207</sup> AVÉ-LALLEMANT, Robert. Op. cit., p. 47.

<sup>208</sup> Ibidem, p. 48. (grifo nosso).

<sup>209</sup> Ibidem, p.65,66.

dentes e abrem-se como os bicos dos ornitorrincos ou dos cabrimugídeos crepusculares e nictíbios. Tudo é por isso feio, tudo inestético! Não posso dizer outra coisa do povo de Canavieiras.<sup>210</sup>

O médico julgou a população segundo seus padrões de beleza, qualificando-a como feia, estúpida e animalesca. Para compará-la aos animais valeu-se de termos científicos, visando dar mais ênfase e credibilidade as suas descrições. Os atributos físicos desses homens o incomodaram sobremaneira, tornando o quadro desalentador. A aparência do povo desconcertava os viajantes, que tinham referências estéticas bastante padronizadas e limitadas, conforme a mentalidade e a sensibilidade estética da época e da realidade cultural em que viviam.

Embora Maximiliano de Habsburgo não tenha dado muito importância à população urbana, seus usos e costumes, concentrando-se mais no ambiente natural, na província da Bahia reparou nos tipos mestiços que avistou. Assim que chegou a Salvador, dirigiu-se a um hotel localizado no Largo do Teatro. Sobre essa experiência, declarou:

Por toda a parte, reinava um completo silêncio, que oprimia o estômago. Não apareceu viva alma para nos servir. Tudo estava como que morto. Teria talvez a febre amarela varrido esse local? Finalmente, já dávamos vasão à nossa impaciência, quando apareceu, como almas extenuadas saídas do túmulo, uma corja mulata, das mais diversas tonalidades que, evidentemente, acabava de fazer uma sesta lerda. Mas, nesse momento, começaram os apuros: na nossa impensada vertigem de alegria, não tínhamos levado conosco nenhum conhecedor de línguas, e nenhum de nós até agora entendia a língua selvagem. Além disso, as pessoas faziam uma cara fechada e aborrecida, esquecendo-se de que estavam ali para servir o público. Por fim, num ataque de triste melancolia, balbuciei: chá, chá! Tal palavra, que tinha lido nas tabuletas de Lisboa, ajudou a provocar um lampejo na pouca inteligência das extenuadas criaturas, e outros sinais extraídos da linguagem dos macacos produziram algum efeito. [...] Através da mímica do ordenhar, pedimos leite para o nosso chá, mas a criadagem de cor apenas zombou de nós. E, com os mesmos gestos, fez-nos compreender que só encontraríamos leite de manhã cedo [...] Espumando de raiva deixamos o hotel onde, neste grande centro comercial, nenhum indivíduo falava francês, inglês, alemão ou italiano. Conciliatória e ingênua, porém, foi a boa vontade de um dos garçons rudes, que nos balbuciou o nome de um hotel melhor, onde, também, se falavam outros idiomas. Nessa honestidade, soprou o fresco alento da mata virgem.<sup>211</sup>

Evidencia-se na fala, com tom irônico, o quanto seu olhar estava imbuído de racismo e etnocentrismo. O estrangeiro desqualificou a população de cor, “corja mulata, das mais diversas tonalidades”, caracterizando-a como rude, lerda e pouco inteligente. Para ele, apenas

<sup>210</sup> Ibidem, p.107.

<sup>211</sup> HABSBURGO, Maximiliano de. Op. cit., p. 88 - 90.

quando utilizou a “linguagem dos macacos”, através de mímicas, conseguiu ser entendido. O visitante somente se conciliou com a situação quando um rude garçom, ingênuo e honesto, como todo ‘bom selvagem’ deve ser, indicou-lhe um outro estabelecimento hoteleiro.

Maximiliano, que chegou ao Brasil com uma imagem pré-concebida dos ditos selvagens, interpretava as ações e gestos da população a partir desses estereótipos. Afinal, desde meados do século XVIII já estava cristalizado um determinado corpus imagético da América, constantemente reiterado.

Da varanda do hotel onde posteriormente hospedou-se, pôde observar as pessoas que circulavam pela Praça do Teatro, deleitando-se **“com o rebuliço da população multicolor.”**<sup>212</sup>

Durante a festa do Bonfim, o nobre austríaco notou que a igreja “estava superlotada de indivíduos negros, morenos e amarelos”.<sup>213</sup> Ainda no evento, descreveu os trajes dos pretos e os cabelos dos mulatos:

os gentlemens negros de cartola e casaca tem, também, a aparência extremamente engraçada e, no entanto, provocam tristeza. Os mulatos têm, conforme a miscigenação, cabelos mais longos, embora sempre crespos, ostentados em penteados modernos pelas senhoras mal aconselhadas e que lembram, porém, sempre um poodle enfeitado.<sup>214</sup>

Em visita ao mercado de frutas da cidade, comentou que “vêm-se sentados nas barracas abertas, em vez de Ceres ou Pomona, as negras mais horríveis, mulatos e brancos misturados, atrás de seu monte de mercadorias[...]”.<sup>215</sup> Não deixou de notar, inconformado, a heterogeneidade humana encontrada no interior do estabelecimento, utilizando personagens da mitologia romana para comparar os vendedores.

Em Ilhéus, enquanto esperava sua bagagem ser descarregada do vapor, direcionou seu olhar para a gente que circulava pelo cais: “pele de todas as cores e de todas as origens estavam representadas, sobretudo numa grande quantidade de crianças”. Citou ser possível observar “todas as gradações, desde os nossos pálidos conterrâneos até os descendentes da África, pretos como carvão”. Avistou **“brasileiros amarelos, horríveis mulatos, resultados de toda sorte de misturas sanguínea”** e, até mesmo, “índios vermelho-cobre da tribo dos Botocudos, com seus traços largos e olhos pretíssimos e inquietos”, os quais ele tinha visto pela primeira vez.<sup>216</sup>

---

<sup>212</sup> Ibidem, p. 222. (Grifo nosso).

<sup>213</sup> Ibidem p.130.

<sup>214</sup> Ibidem, p.133.

<sup>215</sup> Ibidem, p.138.

<sup>216</sup> HABSBRGO, Maximiliano. Op. Cit. 2010, p.79. (Grifo nosso)

Os tipos humanos referidos no diário de Maximiliano são analisados superficialmente, merecendo sua atenção pelo caráter excêntrico ou assustador. Nesse movimento, a representação do *eu* se articulava com a representação do *outro*. Como bem definiu Moema Augel, esse ator social foi um representante da nobreza europeia e do espírito de seu tempo. Os comentários do arquiduque refletem sua história de vida, bem como as contradições do seu próprio pensamento.<sup>217</sup>

No interior da Bahia, em direção ao Rio Pardo, Avé-Lallement utilizou os serviços de guias-canoeiros. Descreveu sua espera para seguir viagem, opinando que era obrigado a “lidar com preguiçosos profissionais e vagabundos, sem que pudesse fazer outra coisa com eles se não exortá-los e pedir-lhes, por quanto eram gente livre e cidadãos [...]”. Seguiu com suas queixas: “Às 9 horas a fração do povo brasileiro, que se dignara servir um estrangeiro como remadores, resolveu pôr a canoa em movimento; **um quase negro, um mulato mais claro e um índio, todos três figuras asquerosas, insolentes, que eu devia deixar à vontade com toda sua preguiça e natureza de malandrins.**”<sup>218</sup> Na citação, encontra-se embutida sua percepção acerca das raças. Associou os negros, indígenas e mestiços a características negativas, como preguiça malandragem e atrevimento.

Ao usufruírem serviços de hospedagem, alimentação e guias (para percorrer o interior do país), os viajantes se deparavam com negros, índios e mestiços, posto que esses atores também participavam do universo da hospitalidade paga. Excursões, bailes, jantares, apresentações teatrais e outros divertimentos faziam parte do cotidiano dos viajantes que estiveram na Bahia. Nessas ocasiões, eles puderam dialogar com diversos mundos, travando contato com os europeus e descendentes que viviam nos trópicos; escravos que lhes atendiam nos estabelecimentos comerciais e nas casas que frequentavam e mestiços prestadores de serviços. Assim, a questão racial e a diversidade cultural perpassavam o dia a dia desses estrangeiros, que se deparavam com situações nas quais as diferenças vinham à tona e eles eram obrigados a ver e lidar com o *outro*.

Na fazenda do senhor Jeremoabo, no Recôncavo Baiano, o arquiduque da Áustria reparou nos habitantes do local.

Entre a escura ralé, que só dificilmente se distinguia no crepúsculo, chamaram-me a atenção dois belos rapazes de pele mais clara. Eram dois mulatos, ou melhor, pardos; vestiam elegantes jaquetas de tecido azul e

<sup>217</sup> Introdução de Moema Augel. Ibidem.

<sup>218</sup> AVÉ-LALLEMANT, Robert. Op. Cit.,p.78,79. Em torno dos viajantes giravam colaboradores locais, escravos ou não, que exerciam as funções de guias, carregadores, caçadores, organizadores das coleções de plantas e minerais etc.



estavam até calçados. Pressenti logo, pela cor de chocolate, uma estranha ligação entre branco e preto, e os sapatos serviram-me de base para várias especulações. Existe, pois, algo que une superiores e inferiores, liberdade e escravidão. Por que Senhor Jeremoabo não teria criado um vínculo como esse? Quando, para informar-me perguntei aos jovens, de um modo natural, sobre a origem deles, suas respostas foram bastante confusas. Tais misturas de cor são, afinal, muito freqüentes na Fazenda. O fato de que os filhos de brancos com negros sejam meios escravos, meio livres, segundo o arbítrio do pai e do dono, é um aspecto terrivelmente sombrio da escravidão.<sup>219</sup>

Surpreendeu-se com a hibridação racial, mas também tentou compreender como se davam as relações pessoais e afetivas entre brancos e negros, percebendo formas de vivência familiar bastante peculiares. Constatou que os referidos mulatos eram livres ou forros por estarem calçando sapatos, artigo de uso proibido aos cativos. Maximiliano não conseguiu entender quais os critérios utilizados na definição do *status* legal dos mulatos, já que esses estariam no limiar entre a escravidão e a liberdade.

Desde meados dos oitocentos o mulato se destaca como atrativo, elemento característico da sociedade brasileira.<sup>220</sup> Segundo Suzannet, “**O fenômeno mais notável que apresenta a população brasileira é a invasão da raça mulata**, a única no Brasil que cresce cada vez mais. A corrupção dos europeus é a causa principal desse crescimento.”<sup>221</sup>

O mulato tornou-se a figura central do mito da democracia racial brasileira, já que a ele era permitido ingresso limitado no círculo social mais elevado. A sua mobilidade dependia tanto da aparência (quanto mais negróide, menor a mobilidade), como do grau de branqueamento cultural (comportamento, nível educacional e posses). Características físicas como a cor da pele, a textura do cabelo e traços faciais eram muito importantes para indicar em que categoria racial uma pessoa seria classificada. No entanto, a percepção desses dados poderia variar segundo a região, a época ou o observador. No Brasil, categorias raciais não se definiam exclusivamente pela hereditariedade, contrastando com a situação de outros países, como os Estados Unidos e a África do Sul.<sup>222</sup>

O nobre também deixou antever a racialização dos lugares sociais<sup>223</sup>, ao notar que os mulatos, para conquistar alguma mobilidade, precisavam se esforçar mais.

[...] Sendo mais trabalhador [os mulatos] e mais inteligente que os brasileiros, sua aspiração é assenhorear-se do poder. Entre os mulatos libertos desde a infância, encontram-se homens notáveis. Todos têm uma

<sup>219</sup> HABSBURGO, Maximiliano de. Op. Cit., p.199.

<sup>220</sup> Vale lembrar que a mulata tornou-se símbolo nacional na primeira metade do século XX, no Estado Novo.

<sup>221</sup> SUZANNET, Conde de. Op. Cit., p.43. (Grifo nosso).

<sup>222</sup> SKIDMORE, Thomas. Op. Cit.

<sup>223</sup> Sobre como a noção de raça estava sendo construída e engendrada nas relações sociais das últimas décadas do século XIX, ver BACELAR, Jeferson. Op. cit., capítulos 1 e 2; ALBUQUERQUE, Wlamyra. Op. cit.

extraordinária aptidão para os trabalhos mais diversos. A posição de inferioridade em que são colocados, em virtude das suas origens, estimula-os nos seus esforços. Não têm nem a apatia, nem a indiferença dos brasileiros. Se não puderam ainda dominar a sociedade brasileira e todo o Império, em certas províncias especialmente na da Bahia, sem dúvida, o farão, pois lá a sua supremacia já parece assegurada.<sup>224</sup>

Maria Graham elogiou a eficiência e o empreendedorismo dos mulatos, considerando-os mais inteligentes e visionários que os negros. Sob seu prisma, os negros contentavam-se com muito pouco.

Os mulatos, em geral, são mais ativos, mais industriosos e mais espertos que qualquer das outras classes. Acumularam grandes fortunas em muitos casos, [...]. Poucos negros, mesmo entre os livres, conseguiram ficar muito ricos. Um negro livre, quando sua loja ou seu jardim corresponde ao seu esforço, vestindo-o e a sua mulher com um bela roupa preta, um colar e pulseiras para a senhora, e fivelas nos joelhos e sapatos para adornar as meias de seda, raramente se esforça muito mais, e contenta-se com sua alimentação diária.<sup>225</sup>

Para Suzannet, “A atividade inteligente dos mulatos deveria estimular a sociedade de origem portuguesa e européia”.<sup>226</sup> Considerava-os mais indicados para exercer a função de guia de viagem, sendo que o mesmo não se dava com os negros:

Os mulatos, pela sua atividade e inteligência são os mais indicados para preencher essas diversas condições. Menos apáticos e menos indolentes que os negros, compreendem e executam as ordens sem haver necessidade de repeti-las. Os negros marcham a pé ao lado das mulas, ao passo que um bom camarada mulato quase sempre anda montado.<sup>227</sup>

Embora Suzannet visse os mulatos com bons olhos, por outro lado, acreditava que tivessem “ódio e desejo de vingar-se dos brancos”, por terem sido escravos na infância e só adquirirem “a liberdade à sua própria custa”.<sup>228</sup> No dia em que triunfassem, haveria “represálias terríveis contra os senhores brancos”, que não seriam poupados.<sup>229</sup> Ao referir-se à Sabinada, descreveu-a como um movimento revolucionário, liderado por um médico mulato, cujo objetivo era proclamar uma república federativa e libertar-se da autoridade dos portugueses. Salientou que esse problema ocorreria novamente e, sem dúvida, partiria da Bahia “o primeiro grito de revolta contra a centralização do Rio de Janeiro”, pois nessa

<sup>224</sup> SUZANNET, Conde de. Op. Cit., p.44.

<sup>225</sup> GRAHAM, Maria. Op. Cit, p. 137.

<sup>226</sup> SUZANNET, Conde de. Op. Cit., p.44.

<sup>227</sup> Ibidem, p.71.

<sup>228</sup> Ibidem, p.44.

<sup>229</sup> Ibidem, p.44.

província o número de mulatos crescia “em proporção ameaçadora, e em volta dêles se agrupam os negros que conseguem comprar a própria liberdade à custa de seu trabalho. É muito contra a vontade que essa parte da população suporta o domínio dos brancos”.<sup>230</sup>

Avé-Lallemant comentou que muitas vezes discutia-se no Brasil se a preponderância de negros não poderia tornar-se uma ameaça e, até mesmo, um perigo para a existência do branco. Ao contrário de outros viajantes, ele opinava que não. Sob sua ótica, após o fim do tráfico e com o aumento das alforrias, os negros não teriam tantos motivos para se revoltarem. Para ele, a partir do momento em que o sujeito tornava-se livre, teria acesso à cidadania, mesmo sendo africano. “Quanto mais, a par disso, conseguem os negros – e muitos negros Minas na Bahia o conseguem – passar de escravos a libertos e adquirir assim todos os direitos de cidadania, tanto menos motivos terão para se revoltarem e quererem subverter a ordem das coisas.”<sup>231</sup>

No entanto, acreditava que o mesmo não acontecia em relação aos mulatos, citando a Sabinada como exemplo.

Tendo a maioria deles sangue africano pelo lado materno, essa classe de gente inclina-se decididamente para a raça branca, e quando se trata de tomar partido, mostra-se hostil e até cruel contra a raça negra[...]. E contudo essa fração humana – pelo menos me tem dito muitas vezes na Bahia e eu acredito – não tem calma nem serenidade em questões políticas. Imputam-se à gente de cor da Bahia tendências republicanas e julga-se que um Estado Livre de gente de cor, nessa província, não esta no rol das coisas impossíveis. A famosa Sabinada, no ano de 1837, foi certamente um movimento de gente de cor [...]<sup>232</sup>

E concluiu, no ano de 1859, que não era possível prever se tal propensão para as ideias republicanas ainda desafiariam a monarquia para a luta aberta.

Todos esses comentários expressam o quanto os visitantes ficavam confusos ao tentarem compreender a mistura de raças, o sistema escravocrata e as relações sócio-políticas no Brasil.

Em suas incansáveis andanças pelo interior do norte, Avé-Lallemant teve contato com o homem sertanejo na província da Bahia. Apesar de ter conhecimento sobre as condições climáticas do lugar e ter visitado a região “no pior momento da transição depois duma inaudita seca”, culpou o sertanejo pela pobreza material e suposta infelicidade na vida pessoal, assinalando sua raça miscigenada como fator relevante:

---

<sup>230</sup> Ibidem, p.190.

<sup>231</sup> AVÉ-LALLEMENT, Robert. Op. Cit., p.49.

<sup>232</sup> Ibidem, p.49.

Numa natureza como essa, tendo a sua disposição recursos próprios que não procura absolutamente melhorar ou aumentar, leva o vaqueiro do sertão uma vida precária, solitária, miserável cuja rude forma exterior negligencia também a vida íntima ou espiritual. Além do seu gado, das suas moléstias e acidentes, **nada emociona essa raça de homens na sua maioria fuscas, de sangue africano e índio, sobretudo desse último.**<sup>233</sup>

Após conhecer Salvador, decidiu empreender uma excursão por alguns “rios notáveis da Província da Bahia”. Em Canavieiras, hospedou-se na fazenda do Dr. Magalhães, senhor que havia conhecido no Rio de Janeiro. Realizou um passeio pelas redondezas do rio Pardo, não conseguindo voltar para a fazenda antes do anoitecer. Em função do ocorrido, teve que buscar, juntamente com os guias-canoeiros que lhe acompanhavam, um local para pernoitar. Encontrou uma casa de barro “[...] das mais pobres, cujos habitantes, descendentes de tronco indiano e africano me receberam tão amistosamente quanto possível, embora fosse para eles o recém-chegado, de origem européia, completamente desconhecido, o que a princípio os perturbava em alto grau e só a minha sem-cerimônia os pôs à vontade”.<sup>234</sup>

Nessa noite, ele experimentou o que considerou “a verdadeira hospitalidade da floresta”, pois lhe serviram algo de comer e o acomodaram junto com a família “num quartinho apertado”, onde “a filha casada preparou-me uma cama, uma espécie de mesa fixa”. O fato de pessoas com diferenças tão visíveis - na condição social, na raça, na língua e nos hábitos - compartilharem o mesmo teto e dormirem tranquilas, sem medo do que a outra pudesse vir a fazer, surpreendeu-o e o fez refletir. “Só falarei da confiança, dessa confiança que chega às raias da completa cegueira, com que o homem encara o homem, o europeu inteiramente só, o grupo de gente de côr, os homens bronzeados da floresta”. E concluiu: “Uma confiança recíproca, como não se poderia encontrar em iguais circunstâncias numa floresta européia, reinava entre todos”. Na manhã do dia seguinte, após tomar um café servido pelos donos da casa, despediu-se dos “amáveis descendentes das selvas” e partiu com os canoeiros.<sup>235</sup>

Enquanto viajava pelo norte, a todo o momento reiterava a ideia do mestiço degenerado, repleto de defeitos, característica da raça que era reforçada pelo ambiente. Entretanto, na medida em que vivenciava novas aventuras pelo interior e tinha maior contato com esses sujeitos, percebem-se algumas variações nos seus comentários. O excerto acima ilustra essa mudança de perspectiva. Entram em cena homens racialmente híbridos e sem recursos;

---

<sup>233</sup> Ibidem, p.318.

<sup>234</sup> Ibidem, p.84.

<sup>235</sup> Ibidem, p. 85-86.

porém, ingênuos, amáveis, cordiais e hospitaleiros, emergindo a imagem do ‘bom selvagem’. Numa perspectiva romântica, esses homens teriam aprendido a viver em harmonia com a natureza e estavam desvinculados da modernização, dos confortos da civilização e da cobiça. Embora fossem incultos e sem grandes recursos, possuíam sentimentos nobres e princípios morais.

Apesar de Louis Agassiz ser um crítico ferrenho da miscigenação, o Brasil aparece no comentário como exemplo no que se refere a oportunidades concedidas aos homens de cor.

Numa época em que a nova situação social do negro é, para os nossos homens de Estado, uma questão vital, onde seria bom aproveitar a experiência de um país onde a escravidão existe, é verdade, mas onde há mais liberalismo para com o negro que nunca houve nos Estados Unidos. Que essa dupla lição não fique perdida! Abramos ao negro todas as vantagens da educação; demos-lhe todas as possibilidades de sucesso que a cultura intelectual e moral dá ao homem que dela se sabe aproveitar; mas respeitemos as leis da natureza e, em nossas relações com os negros, mantenhamos, no seu máximo rigor, a integridade de seu tipo nativo e a pureza do nosso.<sup>236</sup>

Para os Agassiz a miscigenação racial denotava ausência de preconceito, fazendo comentários que afirmavam essa opinião em várias passagens do diário. Durante uma visita ao colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, o casal reparou nos caracteres físicos dos estudantes.

Uma coisa todavia impressiona o estrangeiro quando vê, pela primeira vez, toda essa juventude reunida: é a ausência de um tipo puro e o aspecto débil desses adolescentes;[...]. Os alunos eram de todas as raças, viam-se entre eles negros e todos os matizes intermediários até o branco; [...] **É uma prova de que não existe o preconceito de cor.**<sup>237</sup>

Vale lembrar que sua percepção de quem era negro baseava-se no conceito em vigor nos Estados Unidos, onde uma ‘gota de sangue negro’ caracterizava a ascendência africana.

Em outra ocasião, durante a viagem de Salvador para Maceió, o casal conversou com o senador de Alagoas, concordando que não havia restrição alguma em relação aos pretos livres, que estes poderiam eleger-se para qualquer função e seguir a carreira que desejassem, sem que o preconceito de cor os perseguisse.<sup>238</sup> Os comentários mostram como eles não estavam cientes, ou não percebiam, as limitações das leis imperiais e provinciais, que vedavam o acesso dos cativos e seus filhos ao ensino público. Ademais, os libertos nascidos no Brasil

<sup>236</sup> AGASSIZ, Jean L.R., AGASSIZ Elizabeth C. A. Op. Cit., p. 180. (Grifo nosso)

<sup>237</sup> Ibidem, p. 92. (Grifo nosso).

<sup>238</sup> Ibidem, p. 94.

não tinham o direito de votar. Essas e outras restrições barravam o acesso da população negra à cidadania.

Segundo os Agassiz, brancos e negros pareciam conviver harmoniosamente, o que seria uma virtude na história racial do país. O mito da democracia racial, que ganhará legitimidade nos anos 30 do século seguinte, já se fazia presente nessa narrativa. Esse fato, “tão honroso para o Brasil”, apresentava o país como modelo a ser seguido. Opinavam que raça não fazia praticamente qualquer diferença para os brasileiros, sendo este um aspecto significativo e edificante da nossa cultura. Nascia, assim, a reputação do Brasil como sociedade multirracial harmônica.

Em contrapartida, as diferenças raciais e a degeneração dos mestiços, constatadas pelo naturalista, explicavam o fracasso do futuro racial da sociedade e, conseqüentemente, do futuro da nação brasileira.

Louis Agassiz e sua esposa não reconheciam as desvantagens materiais e simbólicas sofridas pelos homens de cor, livres ou libertos. Pode-se inferir que, para eles, a inexistência dos principais indicadores do racismo institucionalizado dos Estados Unidos - regra de descendência e segregação legal - significava ausência de discriminação. Nesse sentido, não relacionavam raça/cor com condições de vida. Diante dessas diferenças, não conseguiram apreender as nuances das complexas relações sociais no Brasil.

Os testemunhos dos viajantes sobre o povo brasileiro registraram a grande variedade de mestiços e a possibilidade de ascensão do mulato. Opinaram sobre as hierarquias raciais e observaram a convivência entre os sujeitos de diferentes estratos sociais, detectando tensões e contradições de uma sociedade multicolorida.

Assim, desse conjunto de relatos não nos interessou mostrar uma imagem unívoca. Privilegiamos apresentar a diversidade com que a figura humana era caracterizada, sem deixar de constatar a existência de olhares e representações dominantes.

### **CAPÍTULO 3 . EMERGÊNCIA EM CIVILIZAR**

No terceiro capítulo são indicadas as impressões dos visitantes acerca da religiosidade e da educação baiana, do trabalho escravo e dos impasses envolvendo o trabalho livre realizado por colonos na província da Bahia. Nesse sentido, foi assinalado o papel que os visitantes atribuíam à evangelização cristã, à educação formal e doméstica e à imigração europeia para o progresso da província e, até mesmo, do Brasil. O capítulo divide-se em: 3.1 Religiosidade baiana: de “pantomima sem ordem” a “louca bacanal”, 3.2 Instruir e civilizar: rumo à evolução dos homens, 3.2.1 Educação formal, 3.2.2 Educação doméstica e vida social, 3.3 Imigração como solução: mão de obra livre, barata e branca, 3.3.1 Formação da identidade nacional, 3.3.2 Imigração no Brasil, 3.3.3 Trabalho livre x trabalho escravo, 3.3.4 Impressões acerca das colônias na província da Bahia.

#### **3.1 RELIGIOSIDADE BAIANA: DE “PANTOMIMA SEM ORDEM” A “LOUCA BACANAL”**

O sentimento religioso que permeava a vida dos baianos não poderia deixar de ser alvo das observações e julgamentos dos viajantes, uma vez que a religião é um elemento constitutivo da cultura, que mantém uma relação dinâmica com os demais itens formadores do contexto social.

Nos comentários sobre a Bahia, os visitantes sempre concordavam em relação aos seguintes aspectos: a admiração pela natureza, o choque ao se deparar com o enorme contingente de negros, a aversão ao regime escravocrata e a indignação contra os rituais religiosos católicos. Observa-se unanimidade de pontos de vista no que diz respeito ao estado religioso do país, encarado como o mais desanimador possível.

Nos relatos há muitas referências às procissões, ao grande número de igrejas de Salvador, as descrições arquitetônicas desses templos, o comportamento inadequado dos padres e algumas poucas informações sobre a venda de objetos religiosos e os ritos fúnebres.

Sobre a religiosidade dos três elementos humanos que formam o Brasil e que Maximiliano de Habsburgo viu em Ilhéus, declarou:

[...] Os brancos chegam da Europa com todo tipo de conhecimento religioso, ou mesmo sem nenhum; os negros são escravos para os quais o dono

representa o mais alto princípio do bem e do mal. Os pele-vermelhas, que vagueiam muito numerosos nesta região, não têm na verdade nenhuma religião; eles se deixam as vezes batizar pelo padre, na esperança do ardente líquido, continuando, entretanto, depois disso, a mesma vida selvagem que em sua florestas impenetráveis.<sup>1</sup>

O cronista constatou que os brancos seguiam religiões diferentes. Provavelmente, a maioria dos imigrantes que ele avistou nas colônias estrangeiras da região era protestante, mas não necessariamente da mesma denominação. Além disso, o catolicismo praticado no Brasil, de origem ibérica, era mesclado com outras crenças (judaica e muçulmana). De todo o modo, ele deu mostras de quanto sua avaliação foi superficial e equivocada, ao assinalar que os brancos já haviam chegado da Europa com suas práticas religiosas, enquanto os negros usavam os critérios de bondade e maldade ditados por seus senhores e os índios eram destituídos de crenças.

Com relação à religiosidade dos africanos que viviam na Bahia quase não há referências nos relatos. Alguns fizeram alusão aos negros maometanos e ao uso de amuletos. Avé-Lallemant, ao comentar sobre o fim do levante dos Malês, escreveu:

Há ainda certa ligação entre os membros de algumas tribos, sobretudo entre os Minas. Estão sem dúvida impregnados de fermento semítico e doutrinas maometanas. Trouxeram consigo seu dialeto, conservaram seu próprio culto, seu ritual e costumes religiosos. Vive também entre eles, secretamente, e com uma significação mística sagrada uma forma cristã, que se encontra nas mãos daqueles que exercem uma espécie de sacerdócio no seu meio e dirigem certas reuniões secretas<sup>2</sup>.

Na primeira metade do século XIX, africanos islamizados da África Ocidental foram trazidos como escravos para diversas regiões das Américas, sendo que a maioria acabou se fixando na Bahia, onde ficaram mais conhecidos como malês. Pertenciam a várias etnias, entre elas: nagôs, tapas e haussás. João Reis<sup>3</sup> calculou que em 1835, cerca de 20% dos africanos de Salvador eram islamizados, constituindo uma minoria nada desprezível.

Em geral, os africanos islamizados transitavam em mais de um circuito religioso. A maioria dos nagôs praticava o culto de orixás; outros, a depender da etnia, eram adeptos dos voduns (jejes), dos inquices (angolanos) e ainda se tornaram devotos dos santos católicos.<sup>4</sup> Segundo Parés, quando os nagôs chegaram ao Brasil, no fim do século XVIII e início do XIX, o processo de institucionalização religiosa do Candomblé já tinha sido iniciado, envolvendo o

<sup>1</sup> HABSBURG, Fernand Maximilian Von. Op. cit., 2010, p. 83.

<sup>2</sup> AVÉ-LALLEMANT, Robert. Op. cit, p.48.

<sup>3</sup> Ver REIS, João José. Op. cit., 2003.

<sup>4</sup> Ibidem.



culto e práticas rituais para a celebração de múltiplas divindades num mesmo templo. A partir desse quadro, já é possível se ter uma ideia da diversidade religiosa presente no cotidiano dos africanos e afro-baianos da época.<sup>5</sup>

Na citação de Avé-Lalemant há uma rara descrição sobre o sincretismo do islamismo com o cristianismo. O fato de alguns líderes carregarem símbolos cristãos podia indicar uma estratégia para camuflar uma crença não aceita socialmente. Nesse caso, o caráter de defesa não foi percebido pelo observador. Mas, por outro lado, pode ter significado uma verdadeira influência cristã no mundo muçulmano baiano.

Entre os símbolos usados por esses africanos se destacavam os amuletos, contendo rezas ou passagens do Alcorão<sup>6</sup>. Assim como os católicos, os malês, em menor proporção, também abasteciam o mercado baiano com artigos místicos. Entre os africanos, inclusive não-muçulmanos, os amuletos malês eram muito populares devido à fama de possuírem forte poder de proteção.

Apesar de os cultos de matriz africana integrarem o cenário religioso baiano, nenhum dos cronistas estudados fez referência aos candomblés. Acreditamos que isso se deve ao fato de os terreiros se localizarem em locais mais afastados do centro da cidade e os cultos serem realizados de forma camuflada, de modo que os estrangeiros não tiveram acesso a esses rituais. Ademais, eles tinham um contato mais próximo com os sujeitos das camadas elevadas - normalmente seus contrerrâneos que moravam na província e muitos eram protestantes - ou com portugueses e brasileiros ricos, que caso participassem de algum candomblé ou recorressem ao auxílio de curandeiros africanos, não iriam expor esse detalhe de suas vidas, já que tais cultos eram perseguidos e tratados como feitiçaria.

A diversidade de etnias africanas que se estabeleceu no Brasil correspondeu a uma variedade de culturas e, conseqüentemente, de crenças. Os seus sistemas religiosos foram preservados, porém, (re)adaptados à nova realidade. O negro refugiou-se na religião, utilizando-a como forma de resistência cultural e meio de contestação da sua condição de escravo. Não obstante a marginalização e repressão policial aos cultos afro-brasileiros, eles se expandiram e passaram a contar com a proteção de fiéis de prestígio.<sup>7</sup>

---

<sup>5</sup> PARÉS, Luis Nicolau. O processo de “nagoização” no Candomblé baiano. In: *Formas de crer: ensaios de história religiosa do mundo luso-afro-brasileiro, séculos XIV-XXI*. Bellini, L.; SOUZA, E.; SAMPAIO, G. (orgs.). Salvador: EDUFBA; Corrupio, 2006. P. 299-330.

<sup>6</sup> Alguns amuletos, analisados por João Reis, continham passagens bíblicas ou versos escritos em latim. A combinação do Alcorão com a Bíblia mostra que muitos não ignoravam a cultura cristã e que foram, de fato, influenciados por ela.

<sup>7</sup> Ver o exemplo de Juca Rosa, em SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Juca Rosa: um pai-de-santo na Corte imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

A (inter)penetração das religiões dos escravos com o catolicismo dos senhores resultou em uma religiosidade sincrética, repleta de particularidades. Parte desse sincretismo foi (e ainda é) vista nos festejos religiosos católicos, uma vez que os escravos aproveitavam esses eventos para disfarçadamente cultuar os orixás.

No século XIX Salvador contava com um tradicional e extenso ciclo de festas, a maioria de cunho religioso, dentre as quais podemos citar: Santa Bárbara (4 de dezembro); Nossa Senhora da Conceição da Praia (8 de dezembro); Santa Luzia (13 de dezembro); Natal (25 de dezembro); Ano Novo, acompanhada da procissão do Bom Jesus dos Navegantes (31 de dezembro e 01 de janeiro respectivamente); São José (19 de março); Nossa Senhora da Boa Morte (15 de agosto) e as juninas de Santo Antônio (dia 13), São João (24) e São Pedro (29). Dentre as festas móveis, as mais comemoradas eram a de Nosso Senhor do Bonfim (meados de janeiro), Sant'Ana (data móvel entre janeiro e fevereiro), Divino, Corpus Christi e as celebrações da Semana Santa, com suas concorridas procissões.

Quase todas essas festividades tinham o respaldo das irmandades, que até o Brasil Império foram os principais meios de difusão do catolicismo leigo. As irmandades, que já existiam em Portugal, eram associações leigas que tinham o objetivo de demonstrar, por meio de festas e procissões, a devoção dos fiéis aos seus santos protetores. O associado tinha direito à assistência médica e jurídica, enterro na capela da irmandade e, em alguns casos, auxílio financeiro em momento de crise e ajuda para comprar a alforria. Os principais critérios para composição das irmandades eram baseados na condição social, raça e profissão. Havia irmandades de brancos, pretos e pardos. As confrarias de homens de cor se dividiam entre as de crioulos, mulatos e africanos, sendo que as de africanos ainda se subdividiam de acordo com as etnias.<sup>8</sup>

Além das cerimônias religiosas, havia a parte profana, na qual a participação da população era relevante. Na falta de atividades recreativas, os baianos aproveitavam as brechas das festas religiosas para desenvolver a sociabilidade. Os adros das igrejas e as praças transformavam-se em pontos de encontro para os namoros e a diversão acontecia em barracas de comida e jogos. Uma das maiores formas de divertimentos eram os leilões e jogos realizados em frente às igrejas em dias festivos. Os rendimentos alcançados com a venda de produtos alimentícios, flores, frutas e brinquedos eram doados à Igreja para o custeio da ornamentação e da iluminação. Realizavam-se quermesses, apresentações de grupos musicais, dança, bailes à fantasia, desfiles em carros alegóricos e eleições de rainhas. Essas

---

<sup>8</sup> Sobre o tema, ver REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Cia das Letras, 1999, capítulo 2.

comemorações constituíam a principal maneira de celebrar a vida entre os baianos de todas as camadas sociais.

No Brasil, de modo geral, a devoção aos santos era ostentada com elaboradas manifestações externas da fé. As procissões eram realizadas com pompa e esplendor, conseqüência de um catolicismo que floresceu dentro de uma sociedade com influências culturais variadas. Os viajantes - católicos e protestantes - viam essa devoção como artificial, supersticiosa, imoral e exageradamente festiva.

Ao criticar o clero brasileiro, os Agassiz evidenciaram sua percepção acerca das procissões:

Ele [o clero] é o mestre do povo; deve, portanto, deixar de acreditar que o espírito se possa contentar, como único alimento, com grotescas procissões de rua, cheias de círios acesos e ramalhetes baratos. Enquanto não reclamar outro gênero de instrução, ir-se-á deprimindo e enfraquecendo o povo.<sup>9</sup>

Vale ressaltar que essa opinião também foi compartilhada por algumas autoridades civis, intelectuais, parte da imprensa e membros do próprio clero baiano, especialmente a partir dos anos 1860, quando a cultura popular passou a ser fortemente criticada e os ideais civilizatórios passaram a ganhar força no contexto nacional.<sup>10</sup>

O catolicismo, como religião majoritária e oficial, enraizou-se profundamente na cultura brasileira. O século XIX havia herdado do período colonial um catolicismo tradicional, luso-brasileiro, medieval, leigo, social e familiar.

Ao longo dos oitocentos, sobretudo a partir do II Reinado, o episcopado brasileiro destacou-se pelo movimento de reforma, cujo objetivo era fazer valer na igreja os princípios do Concílio de Trento.<sup>11</sup> O movimento foi promovido por uma série de bispos, lazaristas franceses, capuchinhos, institutos religiosos femininos vindos ao Brasil e professores de teologia que foram estudar na Europa e voltaram ligados a uma orientação mais ortodoxa, denominada ultramontanismo ou romanização.<sup>12</sup>

A Igreja Católica brasileira promoveu reformas na instrução intelectual e moral do clero, na religiosidade e nos costumes dos leigos, na tentativa de implantação de um catolicismo renovado. O desejo de reforma surgiu de uma situação crítica ligada ao comportamento religioso dos sacerdotes, a deficiência de formação sacerdotal e a falta de

<sup>9</sup> AGASSIZ, Jean L. R., AGASSIZ, Elizabeth C., Op. Cit., p.289.

<sup>10</sup> COUTO, Edilece Souza. *Tempo de Festas: homenagens a Santa Bárbara, Nossa Senhora da Conceição e Sant'Ana em Salvador (1860-1940)*. Salvador: EDUFBA, 2010.

<sup>11</sup> A partir do Concílio de Trento (1545-1563), vários sínodos foram realizados nos países cristãos, a fim de eliminar os vestígios de paganismo e separar o sagrado do profano.

<sup>12</sup> HAUCK, João Fagundes et al. *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo: segunda época - século XIX*. Petrópolis: Vozes, 2008, p.185.

evangelização do povo. Essa crise ainda era agravada pela situação de dependência da Igreja face o Estado.

Com a romanização, esperava-se que o catolicismo brasileiro se tornasse romano, clerical, tridentino, individual e sacramental. Um dos expoentes desse movimento no Brasil foi D. Romualdo Seixas, arcebispo da Bahia (1827-1861). D. Romualdo sustentava que a reforma deveria partir do clero, através das seguintes medidas: formação sacerdotal aprimorada, critérios mais rigoroso na admissão dos ordinandos e mudanças nos costumes públicos.<sup>13</sup>

Sobre o comportamento e a falta de comprometimento do clero católico, Suzannet relatou:

O clero, cuja influência poderia servir para combater esta profunda desmoralização, é o primeiro a dar o exemplo de todos êsses vícios: nada mais desprezível do que um padre brasileiro. Valendo-se da religião que professa e da moral que devia defender, êle vive na mais vergonhosa devassidão. Há padres que, rodeados de sua numerosa família, falam de seus filhos sem enrubescer. Quanto aos seus deveres, os únicos de que êles tomam conhecimento, são os de se fazerem recompensar fartamente pelos enterros e nascimentos. Esta falta absoluta de dignidade impede os padres de serem respeitados como lhes seria fácil merecer, se fôssem fiéis à sua missão sagrada. Dariam, então, a êste povo naturalmente inclinado à fé, lições de moral elevada.<sup>14</sup>

Não poupou contundentes críticas nem mesmo às religiosas: “Os claustros femininos têm na Bahia características especiais. Lá o tempo é empregado na fabricação de flôres de penas e a libertinagem mais vergonhosa reina entre as reclusas. Aliás, os exemplos dessa estranha aliança de deboche e devoção não são raros no Brasil.”<sup>15</sup>

Para os Agassiz:

[...] não existe absolutamente no Brasil uma classe de padres laboriosos, cultos, como os que honram as letras no Velho Mundo; não há instituições de ensino de grau superior ligadas à Igreja; a ignorância do clero é geralmente universal, sua imoralidade é patente, sua influência é extensa e profundamente arraigada.<sup>16</sup>

Para o casal, nem mesmo o fato de muitos religiosos ocuparem altas funções públicas, na Câmara dos Deputados e no Senado, havia favorecido “as tendências ultramontanas”.<sup>17</sup> O clero era condenado por ser composto por homens incultos, que contribuam para a manutenção da ignorância, das superstições e crendices populares.

<sup>13</sup> Ibidem.

<sup>14</sup> SUZANNET, Conde de. Op. cit., p.49.

<sup>15</sup> Ibidem, p.184.

<sup>16</sup> AGASSIZ, Jean L. R., AGASSIZ, Elizabeth C., Op.cit, p. 290.

<sup>17</sup> Ibidem, p.290.

O clero brasileiro se caracterizava por uma redução numérica gradual. Em 1854, o presidente da Província da Bahia informava sobre a falta de sacerdotes para exercer a função de coadjutores paroquiais. Dez anos depois a situação não havia melhorado. As razões apontadas para tal diminuição eram a falta de vocação sacerdotal e os baixos ordenados concedidos pelo governo. Os níveis intelectual e moral do clero também sofriam diferenças de acordo com a região.

Em Salvador, a partir de 1839, período em que o pastor metodista Kidder estava na Bahia, é possível perceber a interferência dos bispos reformadores nas práticas religiosas dos leigos. O próprio D. Romualdo de Seixas criticava a feição dos festejos populares. Os sacerdotes ansiavam pelo fim das festas profanas e incitavam os cristãos a outro tipo de vivência religiosa. As procissões poderiam ser realizadas, desde que os fiéis mantivessem o respeito e a contrição.<sup>18</sup>

No século XIX, o Brasil contava com *As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (de 1707), a única legislação eclesiástica do período colonial e que vigorou até o final dos oitocentos. Equivalentes às normas do Concílio de Trento, regulamentavam o comportamento dos padres, nas igrejas e fora delas. A Igreja romanizada preocupava-se com a purificação dos rituais católicos e também com o crescimento das religiões concorrentes. Esta fase se caracterizou pela luta contra o liberalismo e o protestantismo, pois pouco a pouco os protestantes começaram a se inserir no contexto nacional. O episcopado brasileiro defendia que só a verdade - propagada pela Igreja Católica - teria direito de existência e divulgação.<sup>19</sup>

Com a romanização, tentava-se reformar as manifestações religiosas populares e impor a liturgia oficial, no intuito de (des)carnavalizar e eliminar os elementos africanos dos cultos católicos. A repressão às tradições afro-católicas, consideradas pelas autoridades civis e eclesiásticas como indecentes e idólatras, contavam com o apoio do poder público, por meio das leis provinciais e posturas municipais.<sup>20</sup>

Vale lembrar que foi justamente nesse século que o protestantismo se instalou no Brasil e na Bahia, por meio dos comerciantes ingleses que se estabeleceram nas principais cidades brasileiras, inclusive em Salvador, dando início aos cultos anglicanos. Tais cultos eram

---

<sup>18</sup> O processo de reforma se estendeu do II Reinado às primeiras décadas do século XX, mas sua consolidação ocorreu entre os anos de 1889 e 1939. A romanização gerou benefícios para a Igreja, sobretudo no que se refere à formação do clero nos seminários. Por outro lado, a reforma não conseguiu atingir profundamente a religiosidade dos leigos.

<sup>19</sup> HAUCK, João Fagundes et al. Op. cit, p.143.

<sup>20</sup> As tentativas de civilizar e modernizar a cidade, incluindo a desafricanização das ruas, transformações de costumes e intervenções nos aspectos arquitetônicos, tiveram seu auge nas duas primeiras décadas do século XX, principalmente na primeira gestão (1912-1916) do governador José Joaquim Seabra. Ver COUTO, Edilece Souza. Op. cit.

realizados em casas particulares e a bordo de navios até 1819, quando passaram a ser ministrados dominicalmente, em templos construídos para esse fim. A posição hegemônica da Inglaterra propiciou não apenas vantagens econômicas, mas também privilégios religiosos, por tratar-se de uma nação oficialmente protestante. O artigo 12 do Tratado de Navegação e Comércio, assinado em 1810, declarava que os “vassalos” da S. M. Britânica residentes nos territórios e domínios portugueses não seriam perturbados ou perseguidos por causa de sua religião.<sup>21</sup>

A primeira Igreja Anglicana (Christ Church) da América do Sul foi fundada no Rio de Janeiro, em 1819, e três anos depois a colônia britânica de Salvador já possuía uma capela para realizar seus ofícios religiosos, no bairro da Vitória. Em 1822, Maria Graham esteve no local, onde participou de um culto ministrado pelo Reverendo Robert Syngne. Destacou as maneiras alegres e sociáveis do capelão e a atenção que dedicava aos patrícios pobres.<sup>22</sup> Em 1839, foi Kidder quem esteve na capela da colônia anglo-americana, “um puxado” construído ao lado da casa do reverendo Mr. Parker, onde podiam ser “acomodadas oitenta ou cem pessoas. Os frequentadores, porém, eram em média cerca de sessenta, isto é, mais ou menos metade dos ingleses da cidade.” Na companhia do reverendo Parker, o missionário ainda visitou o cemitério dos ingleses.<sup>23</sup>

De todo o modo, a Igreja Católica era oficialmente a Religião do Estado - conforme a primeira Constituição do Brasil (1824) - sendo os outros credos apenas tolerados. Os cultos protestantes não poderiam ser públicos e a arquitetura dos templos deveria ser simples e sem sinais eclesiásticos exteriores. Seguindo essas instruções, em 1853, o consulado britânico da Bahia adquiriu um terreno no Campo Grande, onde foi construído um templo da *Bahia British Church*, conhecido como a Igreja dos Ingleses.<sup>24</sup>

O trabalho de Kidder recebeu críticas do Arcebispo da Bahia, D. Romualdo Antônio de Seixas, que acusou as sociedades bíblicas de divulgarem exemplares adulterados das Escrituras e afirmou que os missionários protestantes não haviam feito nada de relevante para o bem da humanidade. O Arcebispo também havia dito, conforme registrou o viajante, que o conteúdo impresso nos folhetos distribuídos por ele e sua equipe “eram blasfêmias contra a Igreja Católica Romana”.<sup>25</sup>

---

<sup>21</sup> SILVA, Elizete da. Conflitos no campo religioso baiano: protestantes e católicos no século XIX. *Sitientibus*, Feira de Santana, n. 21, p.51-67, jul./dez., 1999.

<sup>22</sup> GRAHAM, Maria. Op. cit., p.154.

<sup>23</sup> KIDDER, Daniel P. op. cit., p. 11.

<sup>24</sup> SILVA, Elizete da. Op. cit.

<sup>25</sup> KIDDER, Daniel P. Op. cit, p. 47.

Contudo, Kidder defendeu-se, alegando que nenhum dos folhetos atacava o catolicismo e que tais publicações “limitavam-se a expor os deveres cristãos e a exortar o leitor à prática da religião pura”.<sup>26</sup> Fica claro que o missionário ansiava que a população conhecesse a Bíblia pela ótica protestante, pois os brasileiros teriam sido instruídos num falso cristianismo.

Ao fazer uma análise do trabalho que desenvolvera no Brasil, Kidder o considerou bastante significativo, acreditando haver obtido um grande êxito, uma vez que o estoque de Bíblias que trouxera esgotou-se rapidamente. Ressaltou “[...] que a assistência ao culto, em inglês, era excelente na Baía”, comparada com a do Rio de Janeiro e de Pernambuco.<sup>27</sup>

Quando o missionário veio ao Brasil, ele já havia lido o relato de viagem do reverendo anglicano Henry Martyn, que permanecera onze dias na Bahia, em 1805, utilizando-o como referência para observar as permanências e mudanças ocorridas quase meio século depois. Concordou com Martyn no que tange à religiosidade dos brasileiros, acreditando que apesar da existência de muitas cruzes no país, sua doutrina ainda não havia sido demonstrada. Martyn scandalizou-se com as manifestações da fé católica e questionou: “há cruzes em abundância, mas quando será ali sustentada a doutrina da cruz?”<sup>28</sup>

Segundo Elizete da Silva, durante o período pesquisado eram raros os brasileiros que participavam de algum ofício religioso protestante. Desse modo, não foi tarefa fácil para os anglicanos garantir espaço no campo religioso baiano. Mesmo sem desenvolver atividades proselitistas, a Igreja Católica e algumas autoridades da província não aceitaram com tranquilidade o estabelecimento da Igreja dos Ingleses em Salvador. Apesar do número de missionários e novos convertidos ainda ser bastante reduzido, as incursões protestantes começavam a preocupar a igreja oficial.<sup>29</sup>

Os viajantes protestantes consideravam que a Igreja Católica havia obscurecido as doutrinas da Bíblia, por isso depreciavam as vivências religiosas vinculadas ao catolicismo. De acordo com Kidder:

Os conventos estão em franco declínio; diminue o número de padres seculares; as igrejas estão em ruínas e a irreligiosidade vai-se disseminando rapidamente! Tudo isso num país cuja população descende diretamente de inquisidores e onde, desde a época de seu descobrimento, o Catolicismo Romano reinou soberano.<sup>30</sup>

<sup>26</sup> Ibidem, p. 47.

<sup>27</sup> Ibidem, p. 51.

<sup>28</sup> Ibidem, p. 51.

<sup>29</sup> Além dos anglicanos, os presbiterianos já se faziam presentes na Bahia do século XIX. Com o intuito de se expandir pelo país, o Presbitério do Brasil chegou a Salvador em fevereiro de 1871, mas seus cultos não eram muito frequentados. SILVA, Elizete da. Op. cit.

<sup>30</sup> KIDDER, Daniel P. Op. cit.

Seguindo a recomendação tridentina, a Igreja Católica só permitia a leitura bíblica às pessoas julgadas honradas e possuidoras de conhecimento avançados. Assim, a Bíblia continuava sendo um ‘livro dos padres’, aqueles com direito de ministrar a palavra, enquanto os leigos eram considerados apenas ouvintes. Com o avanço do protestantismo, a Bíblia passou a ser vista com mais cautela, como uma ferramenta de divulgação usada pelos protestantes.<sup>31</sup>

Os protestantes propunham como uma das soluções para os males e problemas sociais brasileiros o abandono do catolicismo e a aceitação das suas doutrinas evangélicas. Além de atrasados em relação aos protestantes, acreditavam que o clero católico não seria capaz de desenvolver nos fiéis valores cristãos, resultando em homens de frágil moralidade. Assim, o protestantismo era visto em contraposição ao catolicismo, que precisaria deixar de ter um lugar central na sociedade para que ela pudesse evoluir.

Segundo os Agassiz, o protestantismo não atraía a sociedade brasileira, de modo que a única solução seria o próprio clero católico tornar-se mais “moralizado”.

Deixam-se os pastores protestantes pregarem com total liberdade; mas em geral o protestantismo não atrai os povos meridionais; é duvidoso que esses missionários obtenham algum dia amplo sucesso. Como quer que seja, todos os amigos do Brasil devem desejar que os seus padres atuais cedam lugar a um clero mais moralizado, mais inteligente e mais trabalhador.<sup>32</sup>

Avé-Lallemant, que provavelmente era protestante e de família luterana, excursionou pelo interior da província. Ao chegar a Cachoeira, assistiu da janela do quarto do hotel um leilão em prol da igreja local. Sobre a cena, relatou:

[...] o leiloeiro, para atrair e deparar muita gente, fazia-se de engraçado. Pombas, doces e bugingangas eram vendidas a preços altos ao povo barulhento. Entre cada pregão, uma música estridente tocava alguns trechos de fados e lundus, essa desordenada tarantela de negros, na qual cada um faz todos os trajetos e movimentos impudicos possíveis. [...] **e até altas horas da noite rolou a bacanal dos negros para celebrar a festa da igreja católica.**<sup>33</sup>

Julgou o catolicismo dos leigos e as práticas de diversão de acordo com seus valores religiosos. Assim como acontecia com a maioria dos visitantes, o que mais chocava o médico alemão era a falta de decoro nas cerimônias religiosas. O diálogo da herança ibérica com as

---

<sup>31</sup> HAUCK, João Fagundes et al. Op. cit p.211

<sup>32</sup> AGASSIZ, Jean L. R., AGASSIZ, Elizabeth C. Op. cit, p. 290.

<sup>33</sup> AVÉ-LALLEMANT, Robert. Op. cit., p.59. (grifo nosso)



culturas africana e indígena resultou numa religiosidade distante dos modelos mais comedidos e racionalistas, que lhe serviam de referência.

Em meio à cena, ele fez o seguinte questionamento: “E o que deverá dizer o protestantismo, o mal afamado propagador de heresias? Pelo menos poder rir dessa festa católica em Cachoeira, porquanto respeito é que ela não inspira.”<sup>34</sup> O visitante foi irônico, afinal, se os protestantes eram acusados de propagar heresias no Brasil, o que seria, então, o catolicismo praticado na Bahia?

O período do verão era bastante propício aos divertimentos. Na cidade ou nos arrabaldes, moradores e veranistas organizavam inúmeras brincadeiras em torno das datas comemorativas dos padroeiros. No final de novembro os comerciantes da Cidade Baixa já se preparavam para homenagear Nossa Senhora da Conceição, padroeira do império português e do Brasil até 1930.<sup>35</sup> Na primeira semana de dezembro celebravam-se missas e novenas, acompanhadas pelo som de orquestras, órgãos e cantores. No dia dedicado à santa - 8 de dezembro - os fiéis participavam da procissão e da festa de largo.

Em 1859, Robert Avé-Lallemant registrou as suas impressões sobre a festa de Nossa Senhora da Conceição. Demonstrou admiração pelo templo que “ostentava todo o brilho do nobre material de sua ornamentação” e ressaltou o seu encanto pelas variadas “pinturas do seu teto” e “profusa iluminação do seu altar-mor”. Porém, os comentários sobre a procissão revelam a perplexidade do olhar estrangeiro sobre os costumes baianos. O préstito pareceu-lhe uma “pantomima sem ordem”, ou seja, uma mímica, encenação gestual sem sentido cristão. As meninas fantasiadas, representando os anjos e a Virgem, lembravam “fantoques de bailado ou dançarinas de corda”.<sup>36</sup>

Observou “a gente de côr” que fervilhava “diante da igreja e das ruas adjacentes”, reparando atentamente no vestuário feminino:

E é genuinamente africano um rico colar de corais, com enfeites de ouro, em volta do pescoço negro dessas mulheres. Muitas trazem grossas correntes de ouro ornando-lhes o colo. Vi uma com o antebraço coberto até o cotovelo de braceletes articulados. Parece-me, todavia, que os maiores cuidados da *toilette* consistem no enrolar em forma de turbante em volta da cabeça a muito bordada faixa branca, na camisa finamente bordada e na fímbria da saia rodada e franzida. Meias, pareceu-me que nenhuma usava com as leves chinelinhas, como se tivessem estudado a coqueteria da nudez de gracioso pé feminino.<sup>37</sup>

<sup>34</sup> Ibidem, p.59.

<sup>35</sup> Quando foi substituída por outra invocação mariana, Nossa Senhora Aparecida.

<sup>36</sup> AVÉ-LALLEMANT, Robert. Op. cit, p. 47-48.

<sup>37</sup> Ibidem, p.46.

Algumas horas após ter visto a procissão, onde apreciara os trajes africanos, esteve em um baile alemão “onde só se encontravam damas estrangeiras”. Ao participar num mesmo dia de festas tão diferentes, aproveitou para comparar as mulheres negras da Bahia com as europeias.

Na verdade, diante desses radiantes exemplares das raças nórdicas, as belezas africanas transformam-se num horrendo quadro noturno. Como é inteiramente diferente uma jovem cabeça loura, de olhos claros e faces de carmim, como se o Sul tivesse plantado suas rosas nas neves do Norte; como é diferente uma jovem assim, com um vestido de cetim roçagante, quando desliza através da sala ao ritmo da música!<sup>38</sup>

Seu depoimento é um tanto contraditório, pois ao reparar nas negras, ele elogiou sua beleza, mas ao entrar em contato com as brancas e “bem vestidas” mulheres da raça nórdica, ele não hesitou em considerá-las muito superiores em termos estéticos e a transformar as negras “num horrendo quadro noturno”.

As negras atraíam sua atenção pelo exotismo e sensualidade, mas, sob seu prisma, não deixavam de fazer parte de uma raça inferior e que, ao serem comparadas com exemplares nórdicos, tinham suas peculiaridades e diferenças ainda mais depreciadas. Valeu-se da ocasião para contemplar “[...] com imenso prazer essas outras, êsses rebentos de troncos europeus e civilizações nórdicas, tanto maior quanto mais longe até as profundezas das longínquas florestas virgens me levaria minha viagem”<sup>39</sup>.

Na Bahia, havia o gosto generalizado pela música, de modo que diversas práticas recreativas, mesmo as de cunho religioso, estavam ligadas às atividades musicais e à dança. A modinha, mais executada no seio das classes abastadas; o lundu, dança associada aos escravos; o batuque; o baião; a dança-luta capoeira, praticada principalmente pelos escravos; os ternos, ranchos de reis e bailes pastoris, realizados por grupos de pessoas que se reuniam para louvar o nascimento do Menino Deus, na véspera do Natal até o dia de Reis, faziam parte do cotidiano de todas as classes. A alta sociedade costumava realizar os bailes nas casas, enquanto os menos favorecidos - brancos pobres, negros africanos e seus descendentes - ocupavam as ruas, praças, largos, adros e mercados.

As manifestações populares de caráter religioso, cívico ou carnavalesco, também constituíam ocasiões privilegiadas para a observação do povo. Os negros foram descritos no diário de Maximiliano da Áustria durante os festejos de Nosso Senhor do Bonfim, em 12 de janeiro de 1860. Essa festa é composta por uma série de atividades: novena, missas, procissões e a lavagem do templo. E desde o período colonial a devoção ao Jesus crucificado

---

<sup>38</sup> Ibidem, p.47.

<sup>39</sup> ibidem, p.47.

atraiu a população negra que, numa justaposição de crenças, cultuava ao mesmo tempo Cristo e Oxalá.<sup>40</sup>

Maximiliano de Habsburgo afirmou ter visto os homens de cor vestidos com os “mais coloridos e berrantes trajes de festa” e as mulheres envoltas em “gazes transparentes e lenços de cores berrantes”. Seu olhar discriminatório aparece com intensidade. Escreveu que quando as negras usavam os trajes típicos africanos, de “cores pitorescas, vivas e berrantes”, apresentavam boa aparência, porém, quando se vestiam como as mulheres brancas, em trajes europeus, assemelhavam-se a “macacas vestidas.”<sup>41</sup>

O estranhamento do nobre austríaco começou no Arsenal da Marinha, em frente à igreja da Conceição da Praia, na Cidade Baixa, de onde parte o cortejo em direção à igreja do Bonfim, localizada na península de Itapagipe. O percurso, de cerca de oito quilômetros podia ser feito a pé ou nas carroças enfeitadas especialmente para a ocasião. O austríaco fez o percurso numa carruagem puxada por quatro cavalos brancos e conduzida por dois negros vestidos de sobrecasacas verdes e calções de veludo ornamentados de prata, polainas, gravatas e luvas.

Chegando ao local, o visitante ficou admirado com a movimentação de fiéis e dos vendedores. Percebeu o intenso comércio na praça e no adro da igreja como um “movimento confuso de feira”, onde “Caixas de vidro cheias de comestíveis pairavam, ousadamente, sobre a multidão. Pequenos grupos de fornecedores de Cachaça formavam as ilhas, no mar de pessoas”.<sup>42</sup>

Para seu espanto, “barulho e gritos estridentes de alegria” também estavam presentes dentro da igreja:

Pelo vestíbulo emanava uma atmosfera alegre e festiva. Em longa fila, estavam sentadas, junto a uma das paredes, moças negras, alegres – sua graça bronzeada não estava escondida, mas envolta em gazes transparentes e lenços de cores berrantes – em meio a um falatório estridente, nas posições mais confortáveis, sensuais e desleixadas, vendendo, parte em cestos, parte em caixas de vidro, toda espécie de bugigangas religiosas, amuletos, velas e comestíveis. Para um católico respeitável, todo esse alvoroço deve parecer blasfêmia, pois nessa festa popular dos negros, misturavam-se, mais do que o permitido, resquícios do paganismo na assim chamada romaria.<sup>43</sup>

---

<sup>40</sup> O culto ao Jesus crucificado em Salvador teve início em 1745, por iniciativa do capitão de mar e guerra e traficante de escravos Theodózio Rodrigues de Faria. A colina do Bonfim é o maior centro de peregrinação popular de Salvador e a igreja se tornou o maior santuário dos baianos. No mês de janeiro, recebe adeptos do catolicismo e das religiões afro-brasileiras.

<sup>41</sup> HABSBRGO, Maximiliano de. Op. cit., 1982, p.123.

<sup>42</sup> Ibidem, p.128.

<sup>43</sup> Ibidem, p.129

Tudo leva a crer que Maximiliano,<sup>44</sup> na condição de “católico respeitável”, ainda esperava encontrar um ambiente de respeito e contrição dentro da igreja, mas suas esperanças terminaram ao se deparar com o padre na sacristia. Relatou haver encontrado um “padreco amarelo” conversando “comodamente e da maneira mais solícita” com algumas senhoras. Fez uma crítica acirrada ao clero brasileiro ao afirmar que, com exceção do Núncio Apostólico – representante papal nos países cristãos – não havia no Brasil sacerdote que pudesse ostentar esse título. Ao presenciar o mesmo padre diante do altar, nosso informante teve “um arrepio de indignação”, pois o que observava não podia ser chamado de missa.

Dentro da Igreja, continuou descrevendo a cerimônia:

A sala estava superlotada de indivíduos negros, morenos e amarelos. **A ocasião não poderia ser melhor para estudos sobre a carne humana dos negros e sobre os trajés negros.** A escravidão tinha cessado naquele momento e, pelos movimentos livres, pela louca alegria dos homens de cor, pelas suas roupas, algumas delas ricas e pitorescas, via-se que hoje eles se sentiam bem. **Via-se a raça em todos os tamanhos e formas. [...] Passei os olhos curiosos pela multidão, para gravar na memória, bem nitidamente, o sabá negro das feiticeiras.** [...] Em toda a parte imperava a animação, desatada alegria de viver. Via-se que era uma festa há muito tempo ansiada, em que os negros se sentiam entre eles.<sup>45</sup>

Esse trecho mostra que Maximiliano encarou tais celebrações como momentos privilegiados para observar os tipos humanos e suas práticas culturais, vistas como peculiaridades locais. Contudo, ele também percebeu que os eventos representavam uma fuga da vida cotidiana, uma válvula de escape às mazelas do dia-a-dia enfrentadas pelos escravos. Nessas ocasiões, além de contarem com maior liberdade, os negros criavam elementos de identificação e faziam releituras de práticas culturais, como introduzir instrumentos musicais e danças de origem africana nas procissões.

Maximiliano ainda presenciou a lavagem do templo. Lavar o interior da igreja significava limpeza e purificação do espaço físico e dos corpos, com água perfumada de flores e folhas, para pedir bênçãos a Cristo e Oxalá. Entretanto, esse momento de devoção foi reduzido a uma romaria de mulheres munidas de vassouras “a fim de obter fertilidade”. Quando resolveu sair da “louca bacanal”, o visitante ainda se deparou com o “povo ignorante”, em pleno meio-dia, a soltar foguetes, “segundo costume luso-brasileiro”.<sup>46</sup>

---

<sup>44</sup> Ibidem, p.129-130.

<sup>45</sup> Ibidem, p.130. (grifo nosso)

<sup>46</sup> Ibidem, p.131-132.

E sobre a participação dos homens de cor nas procissões, Maximiliano fez o seguinte comentário:

Os sacerdotes brasileiros afirmam que se tem de levar os negros dessa maneira a temer a Deus; eles não compreenderiam algo mais sublime, e só através da alegre mistura com a cachaça é possível prendê-los à igreja. Para os senhores de escravos tal opinião é, sem dúvida, muito cômoda, pois ela ratifica definitivamente os negros como semi-animais.<sup>47</sup>

Evidentemente que a Igreja aprovava a celebração de festas religiosas por escravos. Mas nessa citação o visitante percebeu a participação festiva dos cativos como estratégia de controle por parte dos senhores e como uma forma de justificar a escravidão, pois o modo como os negros louvavam a Deus legitimaria sua selvageria e inferioridade. Ademais, se o senhor via o negro como um animal, um sub-homem, ele poderia escravizá-lo, usando a desculpa de que estaria tentando evangelizá-lo.

Na evangelização dos negros, os párocos continuavam ensinando-lhes que conforme o Apóstolo Paulo, deviam obediência aos seus senhores. De acordo com Hauck<sup>48</sup>, os senhores tentavam persuadir os escravos de que eles teriam sido amaldiçoados por Deus, por serem descendentes de Cam, e por isso deveriam servir aos brancos. Esse argumento foi registrado pelo poeta Castro Alves, contemporâneo de Maximiliano, no poema de estilo épico *Vozes da África*.<sup>49</sup> Como já visto no primeiro capítulo, essa justificativa era usada para diferenciar os sujeitos de pele preta.

Era difícil para os visitantes observar as festas católicas sob o aspecto religioso, pois não compreendiam o sincretismo das comemorações, supondo que o sentimento religioso não era a principal motivação dos fiéis. Criticavam a estrutura dos rituais, influenciados por uma perspectiva mais ortodoxa do catolicismo romano e, muitas vezes, por uma visão protestante. As cerimônias estariam impregnadas de vícios e pecados, como a bebida e a luxúria, de modo que o entrelaçamento do profano com o sagrado foi totalmente reprovado. Nesse sentido, os eventos perdiam sua função religiosa e passavam a ser contemplados como um espetáculo, uma curiosidade local.

Nessas celebrações, principalmente as organizadas pelas irmandades negras, acontecia uma carnavalização da religião, sendo difícil entender onde terminava o culto cristão e onde começava a festa popular. No complexo universo religioso encontrado na Bahia, os negros

<sup>47</sup> Ibidem, p.131.

<sup>48</sup> HAUCK, João Fagundes et al. Op. cit., p.146.

<sup>49</sup> “[...] Foi depois do dilúvio... um viandante, Negro, sombrio, pálido, arquejante, descia do Arará... e eu disse ao peregrino fulminante: ‘Cão!... serás meu esposo bem-amado... Serei tua Eloá...’ [...] Perdão p’ra os crimes meus! ...Há dois mil anos eu soluço um grito... Escuta o brado meu lá no infinito, Meu Deus! Senhor, Meu Deus!!...” (p.102). ALVES, Castro. *Os escravos*. São Paulo: Klick, [19-].

eram convertidos ao catolicismo, ao mesmo tempo em que o catolicismo também era por eles modificado.

As homenagens aos santos foram muitas vezes comparadas às festas profanas, como o Carnaval europeu. E, de fato, no século XIX, assim como na Idade Média e no Renascimento, analisados por Mikhail Bakhtin<sup>50</sup>, ocorria uma mescla de elementos das festas religiosas e do Carnaval. Maximiliano<sup>51</sup> afirmou que na igreja do Bonfim “festejavam-se as Saturnais dos negros” e comparou o “vozerio alto, ininterrupto” ao barulho dos “grandes bailes da elegante sociedade de Corte de Viena [...]”<sup>52</sup>

As igrejas reformadas da Europa e dos Estados Unidos possuíam um caráter mais individualista e introspectivo. Esse contraste também era grande em relação ao catolicismo germânico, que se diferenciava do ibérico e, mais ainda, do que era praticado no Brasil. O povo baiano tinha um compromisso com o catolicismo, mas não o de Roma, tridentino, e sim com aquele impregnado de práticas pagãs e mais ligado aos santos de devoção que ao próprio Deus.

Por seu turno, os viajantes encaravam a religião cristã como um veículo para se alcançar a civilização e o progresso. Tanto que apesar da maioria dos estrangeiros ser protestante, eles fizeram questão de ressaltar a importância dos jesuítas no processo de colonização da América Portuguesa e elogiar seu trabalho evangelizador.

O pastor Kidder, embora metodista, discorreu elogios ao trabalho realizado pelos jesuítas na Bahia, pois acreditava que eles haviam sido os únicos a lutar pelo desenvolvimento dos índios. Opinava que os jesuítas haviam disseminado muitas virtudes e que o caráter desses apóstolos era superior ao dos membros de outras ordens católicas; merecendo respeito, também, por terem combatido o vício e à violência, mesmo após terem sido expulsos e perseguidos diversas vezes.<sup>53</sup>

Na opinião dos Agassiz: “Todos os restos das antigas missões jesuíticas atestam que elas eram centros de trabalho. [...] Os jesuítas cedo se aperceberam de que as artes agrícolas deveriam ser, num país tão fértil, a grande influência civilizadora.”<sup>54</sup>

Maria Graham também elogiou o trabalho dos jesuítas, afirmando que: “Haviam sido eles os protetores de uma raça perseguida, os defensores da misericórdia, os fundadores da

<sup>50</sup> Mikhail Bakhtin. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*. São Paulo: Hucitec; Brasília: Ed. UnB, 1996, p.1-50.

<sup>51</sup> HABSBRGO, Maximiliano de. Op. cit.,1982, p. 130.

<sup>52</sup> Ibidem, p. 130.

<sup>53</sup> KIDDER, Daniel P. Op. cit,1943, p.45 e 244.

<sup>54</sup> AGASSIZ, Jean L. R., AGASSIZ, Elizabeth C., Op cit, p.231.

civilização [...]”<sup>55</sup> Para ela não haveria “reparação causada pela sua súbita expulsão, que destruiu os liames da sociedade humanizada que começavam a unir os índios a seus semelhantes.”<sup>56</sup>

Essa era a opinião de todos os viajantes estudados. Enaltecera o trabalho realizado pela Companhia de Jesus até sua expulsão, em 1759, pelo Marquês de Pombal.

Os Agassiz acreditavam que para o Brasil superar seu atraso era indispensável que houvesse profundas modificações na condição religiosa e moral do país. Ao lado da escravidão, o “caráter do clero” estava entre as “influências fatais ao progresso”. Para eles, o que importava “[...] num país em que a instrução está ainda inteiramente ligada a uma religião do Estado, é que o clero se componha não só de homens de alta moralidade, mas também de pessoas de estudo e pensamento.”<sup>57</sup>

O missionário Kidder acreditava que a evangelização das grandes massas da população tinha uma importância política incalculável para o país no que se referia ao controle das grandes desordens políticas-sociais. Ele citou de forma bastante positiva as palavras que um deputado havia discorrido na Câmara quanto ao assunto:

Tal é a confiança que tenho na influência da religião que, a meu ver, o melhor exército que poderíamos enviar contra os revoltosos seria um virtuoso prelado, cheio de brandura e imbuído do espírito evangélico, cercado de sacerdotes que fossem dignos desse nome. Estou certo de que, então, essa gente que hoje está tão próxima da vida semi-civilizada se tornaria mais brasileira do que é agora.<sup>58</sup>

A fala transcrita acima mostra como a construção da nação estava atrelada à questão religiosa. Para que a identidade do Brasil, então em construção, conseguisse se firmar era necessário disciplinar os “semi-civilizados” para que pudessem se tornar mais brasileiros. A opinião do deputado se afinava ao pensamento do missionário, que via na religião um meio para civilizar essa massa primitiva e desordeira, cumprindo assim seu papel de agente civilizador.

Cabe lembrar que Kidder esteve no Brasil durante o conturbado período regencial, marcado por muitas revoltas escravas e rebeliões separatistas. Desse modo, civilizar o povo por meio da religião seria útil à unificação social e à preservação do Império.

---

<sup>55</sup> GRAHAM, Maria. Op. cit., p.41.

<sup>56</sup> Ibidem, p.16.

<sup>57</sup> AGASSIZ, Jean L. R., AGASSIZ, Elizabeth C., Op. cit, p.289.

<sup>58</sup> KIDDER, Daniel O. Op. cit., p. 255.

Para os protestantes, os festejos católicos também iam de encontro à ética do trabalho. As comemorações em homenagem aos santos eram um incentivo à ociosidade, à licenciosidade e ao empobrecimento. O gasto de dinheiro e tempo com bebidas e jogos acarretava danos ao desenvolvimento econômico, social e moral dos brasileiros.

Durante um passeio pelo Rio São Francisco, Avé-Lallemant fez a seguinte reflexão:

Que seria o Brasil hoje, se os holandeses tivessem ficado de posse de Pernambuco e Bahia [...] O protestantismo da Alemanha do Norte, no século atual, entra no país pelos caminhos da paz. Em lugar da espada, traz a relha da charrua, em lugar da destruição, a agricultura. Dê-se graças a Deus por ele vir em paz e com os trabalhos da paz, para que daqui a muitos anos não se pergunte com ironia: Que seria o Brasil se tivesse deixado aqui laborioso e pacífico protestantismo livre e sem diminuição e lhe dado direitos religiosos e civis iguais aos descendentes dos portugueses, negros e índios?<sup>59</sup>

Ao fazer tais considerações sobre como seria o Brasil caso a tentativa de colonização dos holandeses tivesse êxito, apresentou o protestantismo como uma religião pacificadora, promotora do trabalho e da disciplina social.

Sob a ótica de Kidder, os protestantes estavam aptos para realizar a tarefa de evangelizar o povo e, assim, trazer benefícios ao país.

Pode-se com segurança afirmar que, atualmente, o que mais o Brasil precisa é de evangelizadores piedosos, abnegados que não contem com a vida, como o apóstolo dos gentios, a-fim-de conquistar almas para Cristo. E será demais esperar que Deus, em sua infinita bondade, descubra tais homens à sua maneira, especialmente se refletirmos que a sua santa palavra já foi divulgada pelo país e colocada nas mãos de centenas de jovens promissores? As vantagens políticas que certamente resultariam da obra de tais homens seriam de importância incalculável.<sup>60</sup>

Os viajantes em geral pensavam que o país deveria ser evangelizado pelos estrangeiros, o que contribuiria para o progresso da nação, pois a Igreja Católica brasileira também seria a responsável pelo atraso do país. Essa percepção era fundamentada no Destino Manifesto, concepção evolucionista e messiânica dos povos anglo-saxões e descendentes, que acreditavam ser o povo escolhido por Deus para levar ao mundo o ideal de uma civilização cristã.<sup>61</sup>

A necessidade de uma intervenção religiosa-educativa como forma de civilizar os brasileiros e consolidar a nação continuou sendo ressaltada nos seus registros.

<sup>59</sup> AVÉ-LALLEMANT, Robert. Op. cit., p.43.

<sup>60</sup> KIDDER, Daniel P. Op. cit., p. 254.

<sup>61</sup> Sobre o Destino Manifesto, ver DIAS, Zwinglio Mota. Evangelho e ideologia: uma mistura não premeditada. In: ALVES, Rubem et al. *Fé Cristã e Ideologia*. Piracicaba: UNIMEP; Imprensa Metodista, 1981.



Existem no Brasil, elementos de desordem que, a menos que sejam eficazmente combatidos, poderão comprometer as mais belas perspectivas da nação, senão esmagar de vez sua florescente e quase idolatrada dinastia. A ignorância, a superstição, a intolerância e o vício. São os baluartes atrás dos quais ganham força esses elementos hostis. E enquanto não poderem ser eles destruídos pelo suave poder do saber, e da piedade, é inútil esperar prosperidade contínua. E progresso ininterrupto, na trilha que leva à grandeza nacional.<sup>62</sup>

Darwin, que havia estudado teologia e era anglicano, enxergou a possibilidade de progresso do novo mundo atrelada à propagação do cristianismo:

Pela contemplação do estado atual é impossível não avançar o olhar esperançoso para o futuro progresso de quase todo um hemisfério. A marcha do progresso, consequência da introdução do cristianismo nos mares do Sul, talvez não encontre rival nos registros da história.<sup>63</sup>

Assim, era clara a ideologia da missão civilizadora pretendida no decorrer do século XIX. “Propagar o Cristianismo, a Ciência e a Indústria para que o Outro também viva melhor,”<sup>64</sup> era a propaganda dos entusiastas da expansão ocidental.

## 3.2 INSTRUIR E CIVILIZAR: RUMO À EVOLUÇÃO DOS HOMENS

### 3.2.1 Educação Formal

A educação brasileira aparece nos textos dos viajantes abarcando vários aspectos, tais como: as escolas, seminários e instituições do ensino superior; livrarias e bibliotecas; periódicos; entidades ligadas à cultura; bem como o estado geral da instrução no Brasil e a sua relação com o progresso da nação.

Nesse trabalho, a educação será entendida como meio de adquirir formação intelectual; mas também num sentido mais abrangente, enquanto processo sistemático de transmissão de conhecimento e de desenvolvimento da vida social, civilidade, polidez e sociabilidade.

Em relação à educação formal, no período colonial o ensino não se configurou como prioridade. Porém, após a vinda de D. João VI para o Brasil, em 1808, foram abertas escolas mediante Provisão Régia e, em seguida, por despacho da Mesa de Desembargo do Paço. No

<sup>62</sup> KIDDER, Daniel p. Op. cit., p.255.

<sup>63</sup> DARWIN, [19-], p. 132.

<sup>64</sup> SILVEIRA, Op. cit., 2000, p. 96.

âmbito educativo-cultural, outra importante medida do período joanino refere-se à instalação da primeira tipografia do Brasil, em 13 de maio de 1808, quando se inaugurou a Imprensa Régia, propiciando o aparecimento de várias gazetas, a exemplo da *Idade d' Ouro do Brazil*, primeiro jornal baiano, um dos precursores da imprensa na colônia. No entanto, a imprensa periódica teve maior impulso após a Independência, quando se iniciou a construção do Estado Imperial.<sup>65</sup>

O conde de Suzannet, já em 1842, criticou a imprensa local, dizendo que “os brasileiros costumam a admitir que o ensino é falho no seu país” e como prova do progresso intelectual, citam “o desenvolvimento da imprensa na capital e nas províncias; mas os jornais só publicam polêmicas odiosas, que se tem repugnância em ler.”<sup>66</sup>

Em fins do período joanino, o quadro do ensino no Brasil era precário, conforme declarou a inglesa Maria Graham pouco antes da Independência: “Aqui o estado da educação geral é tão baixo que é preciso mais do que talento comum e o desejo de conhecimentos para alcançar um bom nível”.<sup>67</sup>

A Independência do Brasil, em 1822, trouxe a necessidade de elaborar um sistema nacional de educação pública, alinhando-se às novas ideias da época, que apresentavam a instrução como meio de promover a modernidade. O país ainda não possuía nenhuma forma organizada de educação escolar, contando com um número insuficiente de colégios e Aulas Régias, herdadas do período colonial, e alguns cursos de nível superior.

A Constituição outorgada em 1824, que durou todo o período imperial, garantia no artigo 179: “A Instrução primaria é gratuita a todos os Cidadãos (inciso XXXII),” bem como a criação de “Collegios, e Universidades, aonde serão ensinados os elementos das Sciencias, Bellas Letras e Artes (inciso XXXIII).”<sup>68</sup> Após muitos debates sobre a educação popular, em 15 de outubro de 1827, a Assembléia Legislativa aprovou a primeira lei sobre a instrução pública nacional do Império do Brasil, determinando que todas as cidades, vilas e lugarejos mais populosos teriam escolas de primeiras letras. Nelas seriam ensinadas:

A ler e escrever, as quatro operações [...] as noções mais gerais de geometria prática, a **gramática da língua nacional** e **os princípios da moral cristã e da doutrina da religião católica romana proporcionadas à compreensão**

<sup>65</sup> SECO, Ana Paula. *História da Educação no Brasil: o olhar dos viajantes britânicos sobre a educação (1808-1889)*. Dissertação de Mestrado em Educação. Campinas: UNICAMP, 2004.

<sup>66</sup> SUZANNET, Conde de. Op. cit., p. 46.

<sup>67</sup> GRAHAM, Maria. Op. cit., p. 182.

<sup>68</sup> CONSTITUIÇÃO Política do Império do Brazil (de 25 de março de 1824). *Planalto.gov.br*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm). Acesso em: 20 jan. 2012.

**dos meninos, preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil.**<sup>69</sup>

Interessa-nos observar como a educação formal estava a serviço de um processo de homogeneização cultural e de controle social. Afinal, formar cidadãos cristãos católicos, com domínio da língua portuguesa e com bom conhecimento de História do Brasil e da Constituição recentemente outorgada eram quesitos essenciais para a construção da nação brasileira.

No período regencial, o Ato Adicional de 1834 descentralizou a administração pública do país, introduzindo diversas alterações na Constituição de 1824. A instrução de base - primária e secundária - passou à responsabilidade dos governos provinciais que, em geral, não dispunham de recursos suficientes para cumprir tais obrigações. O Ato de 1834 acabou por incentivar uma ampliação da iniciativa privada no ensino escolar.<sup>70</sup> Em contrapartida, as escolas que ministravam o ensino primário e médio, na Corte, e nível superior, em todo o país, continuavam sob a égide do governo central.

A conquista da autonomia política e a formação da nação brasileira impuseram exigências à organização pedagógica. Mas, como a sociedade não passou por alterações internas profundas, o âmbito escolar tampouco sofreu grandes mudanças. Havia a necessidade de um planejamento que reorganizasse o ensino, a fim de receber todos os cidadãos em idade escolar. Porém, devido à falta de professores preparados (a remuneração não era atrativa), a falta de materiais e a precariedade das instalações, as escolas foram negligenciadas. Assim, na área educacional o cenário não se modificou muito da época colonial e diversos projetos não foram implantados.<sup>71</sup>

É importante salientar que a educação, bem como a sua valorização, era muito diversa nas cidades, vilas e também entre pessoas de diferentes camadas sociais. Os viajantes perceberam a falta de uma preocupação com a instrução das massas por parte dos governantes, chamando a atenção para a escassez de escolas numa nação que se pretendia civilizada. Suzannet declarou a importância da educação formal para o desenvolvimento do Brasil. “Melhorar a instrução deveria ser o primeiro passo para entrar num caminho melhor. Mas êsse passo não foi dado. A maioria dos brasileiros cursa apenas a escola primária.”<sup>72</sup>

---

<sup>69</sup> ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *História da instrução pública no Brasil (1500-1889)*. São Paulo: EDUC, Brasília: INEP/MEC, 1989, p. 60. (grifo nosso)

<sup>70</sup> NUNES, Antonietta de Aguiar. Educação na Bahia no século XIX: algumas considerações. *Revista do IGHB*, Salvador, n. 93, jan./dez. 1997.

<sup>71</sup> RIBEIRO, M. L. S. *Introdução à história da educação brasileira*. São Paulo: Corte, 1987; SECO, Ana Paula. Op. cit.

<sup>72</sup> SUZANNET, Conde de. Op. Cit., p.44.

A educação elementar na Bahia, no início do império, constituía-se de algumas Aulas Régias - disciplinas isoladas, sob responsabilidade dos professores nomeados, que deveriam providenciar o local para ministrar as aulas; algumas escolas privadas, predominantemente religiosas; além do Colégio dos Órfãos de São Joaquim, com aulas de primeiras letras, gramática latina, retórica, filosofia, geometria, música, desenho e francês.<sup>73</sup>

Em 1862 foi publicada a lei Orgânica da Instrução Pública, reformando a estrutura escolar na Bahia. Entre as mudanças ocorridas, destacaram-se a extinção das antigas Aulas Régias em toda a província e, em Salvador, a criação de duas escolas normais, uma para meninas e outra para rapazes, sendo as turmas bastante numerosas, de modo que apenas os filhos das famílias ricas conseguiam se matricular.

A situação dos negros - escravos ou libertos - e dos índios era ainda pior, não sofrendo mudanças expressivas ao longo do século. A sociedade escravista não exigia instrução formal por parte dos escravos e o acesso às escolas públicas era oficialmente proibido aos cativos e aos seus filhos. Não era comum à mentalidade escravocrata preocupar-se com a ampliação do ensino e com a criação de cursos mais práticos, mesmo que voltados para a população livre ou liberta.<sup>74</sup>

Como a educação é uma atividade humana integrante da organização social, é preciso considerá-la como historicamente determinada por um modo de produção dominante. No Brasil Imperial, as relações escravistas e a economia voltada para a exportação não demandavam um modelo educacional que atingisse a maioria, mas sim um tipo de educação direcionada para a elite econômica, que iria formar o quadro administrativo do país. Desse modo, o Estado adotou um plano de educação restritivo, perpetuando a ordem patriarcal e estamental.<sup>75</sup>

Embora os escravos não tivessem acesso aos estabelecimentos de ensino, segundo o censo de 1872, analisado por Mattoso, 63 deles, entre os 167.824 recenseados na província da Bahia, sabiam ler e escrever. Porém, apenas três desses cativos alfabetizados moravam na capital baiana, os outros viviam no Recôncavo Sul, sendo o aprendizado oferecido nas casas dos seus senhores.<sup>76</sup>

A fim de encontrar dados de como se dava a oferta de serviços relacionados à educação formal, foram consultados dez almanaques baianos, de 1845 a 1889. Entre eles, o Collegio

---

<sup>73</sup> NUNES, Antonietta de Aguiar. Op. Cit., p. 169 e 171.

<sup>74</sup> MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia Século XIX: uma província do Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, p.200; NUNES, Antonietta de Aguiar. Op. Cit.

<sup>75</sup> SECO, Ana Paula. Op. Cit., 2004

<sup>76</sup> Ibidem.

Coração de Maria e o Collegio Bahiano Pedro II, o primeiro voltado para a educação feminina e o segundo para o público masculino, destacaram-se por informar que aceitavam crianças na condição de livres, como se vê, respectivamente, em trechos dos anúncios abaixo: “Neste estabelecimento serão admitidas meninas de nascimento livre que provarem ter sido vacinadas e que não padeçam de moléstia contagiosa...” e “N’elle serão admitidos todos os meninos e moços livres que mostrarem ter sido vacinados e não padecer moléstia contagiosa...”. Ficava subentendido que escravos e libertos (ex-escravos) não eram admitidos nessas escolas. Enfatizar que aceitava crianças “livres” era uma maneira de distanciar ainda mais brancos de negros; africanos de afro-baianos. Os brancos escapavam da condição de escravos e ex-escravos (com raríssimas exceções de mulatos muito claros), de modo que a questão racial estava implícita nos critérios de admissão dos estudantes. Assim, há uma clara exclusão racial nos anúncios, marcadamente classista.

Em função do currículo escolar, percebe-se que o Collegio Coração de Maria era voltado para crianças da alta sociedade. Além de aprenderem várias línguas, desenho e prendas domésticas, por meio de pagamento extra, as moças poderiam estudar piano, canto, dança, pintura, inglês, italiano e “flores de cera”, sob a direção de uma educadora formada na Alemanha. O anúncio do Collegio Bahiano Pedro II também sugere um ensino direcionado para os filhos da elite econômica, pois além de informar os valores pagos para alunos internos e meio-pensionistas, as matérias ensinadas não eram dirigidas aos trabalhadores braçais e egressos da escravidão.

Na publicidade do colégio para meninos há a afirmação de que a “educação aprimoradamente nacional [...] **se fundará principalmente na pureza e regeneração dos costumes**”, o que indica a constatação da necessidade de educar as crianças conforme o padrão europeu, corrigindo-as das consequências negativa advindas da convivência com os escravos, sendo esses termos marcadamente ligados ao debate racial daquela década.

Entretanto, o anúncio foi publicado dois anos após a Lei do Ventre Livre (1871), de modo que a data e as informações apresentadas também podem sugerir a intenção de admitir meninos de cor, desde que “livres” – posto que se buscava a regeneração da raça negra. É possível pensar na possibilidade da inclusão de alguns estudantes mulatos, filhos da elite, a exemplo dos que frequentavam a Faculdade de Medicina.

**COLLEGIO**

**CORAÇÃO DE MARIA**

**AO PALACETE A' RUA DO AREAL DE BAIXO .**

A directora Mademoiselle Mathilde Elisabeth Schroder, educada n'um dos primeiros collegios da Allemanha, onde por alguns annos praticou como mestra, continuando depois aqui na Bahia como professora por espaço de 12 annos, afiança aos dignos pais das meninas que lhe forem confiadas, que velará sempre sobre ellas com amor e dedicação, garantindo-lhes outro sim a moralidade, cordialidade, e as habilitações professionaes das mestras, que tem escolhido para o ensino.

Neste estabelecimento serão admittidas meninas de nascimento livre que provarem ter sido vaccinadas, e que não padeçam molestias contagiosas.

Admittem-se alumnas porcionistas—meio-porcionistas—e externas.

As materias que constituem o ensino do Collegio formão tres classes da maneira seguinte :

Na 1.<sup>a</sup> Classe ensinar-se-ha—Cathecismo, lingua portugueza, comprehendendo leitura, escripta e principios de arithmetica; Historia Sagrada, elementos de geographia. Historia Natural, francez, desenho e prendas domesticas.

Na 2.<sup>a</sup> Classe ensinar-se-ha—Religião Catholica, Historias Sagrada, Universal e Natural, geographia, arithmetica, calligraphia, desenho, prendas domesticas, portuguez, francez, allemão e a litteratura d'estas linguas.

Na 3.<sup>a</sup> Classe ensinar-se-ha, mediante retribuições não comprehendidas nas pensões das classes anteriores, o seguinte : piano, canto, dansa, pintura, inglez, italiano, flores de cêra, couro, &c.

**COLLEGIO CORAÇÃO DE MARIA**

**AO PALACETE A' RUA DO AREAL DE BAIXO**

**BAHIA**

Figura 10: Anúncio do *Collegio Coração de Maria*, de 1972.

# COLLEGIO BAHIANO PEDRO II

## LADEIRA DO BERCÓ

PROPRIETARIO E DIRECTOR

DR. ANTONIO AUGUSTO GUIMARÃES

Este estabelecimento tem por fim uma educação *aprimoradamente nacional* sob as bases do mais consentâneo desenvolvimento intellectual, moral, e physico da natureza humana; se fundará principalmente na pureza e regeneração dos costumes; e é privativamente destinado ao sexo masculino.

Consultando á futura grandeza do paiz, o seu Director leva muito em mira preparar-lhe cidadãos morigerados, uteis e prestimosos, quer para a vida publica, quer para a particular; no que empenhará todos os seus maiores cuidados e esforços.

N'elle serão admittidos todos os meninos e moços livres, que mostrem ter sido vaccinados e não padecer molestia contagiosa; e a admissão poderá ser feita interna, ou externamente, segundo contractada for.

No mesmo se ensinarão as materias seguintes: primeiras letras, latim, francez, inglez, grammatica philosophica, geographia, philosophia, geometria, algebra, arithmetica, historia universal, e especialmente a do Brasil; assim como será *esmerado e especial* o ensino do estudo da nossa lingua.

Aquelles dos alumnos, porém, que quizerem aprender a fallar o francez o inglez, encontrarão no referido estabelecimento professores distinctos, que este lhes proporcionará, para um curso pratico d'essas duas linguas, mediante um ajuste em separado.

Tambem se ensinarão além dos sobreditos preparatorios, o alemão, o italiano, o desenho, e dansa, precedendo um contracto que será o mais razoavel e commodo possível.

A pensão do alumno interno será de 305\$000 reis em tres prestações: devendo ser a 1.<sup>a</sup>, na occasião logo da entrada, de 165\$000 rs.; a 2.<sup>a</sup>, de 100\$000 rs., no 1.<sup>o</sup> Março; e a 3.<sup>a</sup> igualmente de 100\$000 rs., no 1.<sup>o</sup> de Agosto; á saber, sempre adiantadas.

Os alumnos meio-pensionistas pagarão 200\$000 rs., em tres prestações tambem adiantadas; sendo a 1.<sup>a</sup>, de 80\$000 reis; e as duas ultimas, de 60\$000 rs.; pelo que poderão frequentar somente as aulas de linguas gratuitamente.

LADEIRA DO BERCÓ

BAHIA

Figura 11: Anuncio do Collegio Bahiano Pedro II, de 1872.

Apenas cerca de 37% dos habitantes de Salvador eram letrados, sendo a porcentagem de mulheres alfabetizadas inferior, havendo poucas escolas destinadas ao público feminino. Na capital baiana, somente 1/3 dos rapazes e cerca de 1/4 das moças com idade entre seis e quinze anos iam à escola, ou seja, a maioria das crianças baianas não aprendia as primeiras letras. Mattoso concluiu que o percentual de alfabetizados era proporcional ao número de brancos na população livre das paróquias. Entre os imigrantes europeus, sobretudo os portugueses, muitos tampouco sabiam ler e escrever.

A autora chamou a atenção para o fato de que muitas crianças recebiam uma educação formal privada, por meio de preceptoras e professoras particulares, que ensinavam as primeiras letras aos seus pupilos no âmbito doméstico, sem a intervenção do ensino público. Outros jovens e crianças de famílias humildes, embora sem aprender a ler e escrever, eram introduzidos por seus familiares em algum ofício, tornando-se aprendizes de artesãos e carpinteiros.<sup>77</sup>



Figura 12: Anúncio de aulas particulares, do professor Austricliano Francisco Coelho, 1873.

Na década de 1870, a disciplina de trabalhos manuais foi agregada às tradicionais. Nesse contexto, foi fundado o Liceu de Artes e Ofício, em 1873, a fim de qualificar os filhos de operários e artesãos. No ano de 1881, o presidente da Província da Bahia, Antonio de

<sup>77</sup> Ibidem.



Araújo de Aragão Bulcão, promoveu reformas no ensino. Mudou o currículo do curso primário, introduziu a disciplina de ciências naturais, criou cursos de pedagogia e instituiu o jardim de infância. Mas apesar das modificações, o acesso às escolas públicas e privadas continuou limitado àqueles que tinham boas condições financeiras.<sup>78</sup>

De todo o modo, embora a maior parte da população baiana, e brasileira em geral, continuasse analfabeta, é preciso reconhecer que o ensino - público e privado - fez progressos ao longo do século XIX.

Ao referir-se ao desenvolvimento das aptidões intelectuais dos brasileiros, provavelmente das camadas médias e altas, Kidder faz as seguintes considerações:

Assim que as crianças se tornam muito incômodas ao conforto da senhora, são despachadas para a escola e coitado do pobre professor que tem de impor-se a esse espécime irrequieto do gênero humano! Acostumado a dominar suas amas pretas e com a ilimitada indulgência de seus pais, mete-se na cabeça tudo poder e dever fazer para frustrar os esforços feitos para discipliná-lo. Não fazem isso por maldade, mas por falta de disciplina paterna. São afetivos e dóceis, embora impacientes e apaixonados, dotados de inteligência, embora extremamente preguiçosos e incapazes de prolongada atenção. Rapidamente adquirem uma tintura de conhecimentos: o Francês e o italiano são fáceis para eles, por serem línguas irmãs da portuguesa. A música, o canto e a dança adaptam-se bem aos seus temperamentos volúveis; raramente tenho ouvido um amador italiano cantar melhor que os amadores do Rio de Janeiro e da Bahia. Pianos vêem-se abundantemente em cada rua e ambos os sexos se tornam seus executantes consumados.<sup>79</sup>

É interessante observar na citação acima os adjetivos concedidos às crianças: afetivas, dóceis e inteligentes. Entretanto, também seriam impacientes, apaixonadas, preguiçosas, desatentas e temperamentais. O desenvolvimento mental dos pequenos seria repleta de contrastes e as características de personalidade eram lançadas ao plano da natureza e do costume.

Avé-Lallemant referiu-se ao alto índice de criminalidade da capital baiana, relacionando esse dado à deficiência na educação formal. Contudo, ao contrário da maioria dos visitantes, relatou que o governo provincial estava investindo em instrução, “criando novas e melhores escolas.”<sup>80</sup> Levantou dados detalhados do ensino na Bahia, referentes ao ano de 1857:

Nas 177 escolas públicas primárias para meninos, receberam instrução 7371 meninos, e nas escolas públicas para meninas, 1406 meninas. Escolas particulares para meninos existiam 49 na Província, com 1983 alunos e 21

<sup>78</sup> Ibidem.; NUNES, Antonietta de Aguiar. Op. Cit.,

<sup>79</sup> KIDDER, D. P.; FLETCHER, J. C. Op. Cit. , p.181.

<sup>80</sup> AVÉ-LALLEMANT, Robert. Op. cit., p.53.

colégios para meninas, com 1032 alunas. [...] 11792 crianças recebiam instrução primária.<sup>81</sup>

Sobre o ensino secundário, informou que no Liceu da Bahia havia 182 alunos, nas outras escolas públicas, 1.950 alunos e nas particulares, 1.344 alunos.

Também buscou informações acerca dos que estudavam para seguir carreira religiosa, indicando que os dois seminários da cidade contabilizavam 101 alunos. E quanto à catequese dos índios, considerado fator de suma importância para o progresso do país, concluiu que havia poucos missionários disponíveis, de modo que **“só um pequeno número de silvícolas se convertiam ao cristianismo e à civilização”**.<sup>82</sup>

Conforme o sociólogo alemão Norbert Elias, “nenhum ser humano chega civilizado ao mundo e [...] o processo civilizador individual que ele obrigatoriamente sofre é uma função do processo civilizador social.”<sup>83</sup> Nesse sentido, a implantação das escolas e o ensino intelectual enquadravam-se na concepção civilizadora.

No tocante ao ensino superior, após a Independência foram criados cursos que possuíam o objetivo de formar especialistas para as mais diversas atividades da burocracia estatal, como a legislação, a diplomacia e a administração. Também se multiplicaram as ocupações de caráter liberal, comercial e educacional, exigindo maior grau de especialização dos prestadores de serviços.<sup>84</sup>

Apenas em 1877 a Província foi contemplada com novos cursos, quando foram criadas a Escola Superior de Agricultura e a Academia de Belas Artes, pois até então só havia a Faculdade de Medicina da Bahia, a primeira do Brasil (1808). Os jovens baianos que desejavam ser bacharéis de Direito, precisavam dirigir-se às faculdades de Olinda, São Paulo ou estudavam em Portugal, França e Alemanha.<sup>85</sup>

Suzannet observou que o acesso à educação superior era restrito e julgou as instituições nacionais de forma preconceituosa, mesmo sem ter freqüentado nenhuma delas: “O número dos que estudam em universidades do Brasil ou da Europa é muito limitado.[...] Em resumo

<sup>81</sup> Ibidem, p.53. Conforme estudo de NUNES, Antonietta de Aguiar. Op. Cit., p. 184, em 1863, seis anos após a pesquisa do viajante, havia na província 166 aulas públicas dirigidas aos meninos, frequentadas por 6.566 alunos, e 42 para meninas, com 1.699 estudantes.

<sup>82</sup> AVÉ-LALLEMANT, Robert. Op. cit., p.53. (grifo nosso)

<sup>83</sup> ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 1994, v.1.

<sup>84</sup> Em todo o Brasil, os cursos de nível superior oferecidos desde a transferência da sede do Reino Português para o Brasil até o início da República, em 1889, foram os seguintes: medicina, odontologia, farmácia, obstetria, engenharia, direito, agricultura, belas-artes, economia política, matemática, química, história, música e desenho. No período Regencial (1831-1840) e nas duas primeiras décadas do Segundo Reinado foram criadas as primeiras Escolas Normais. SECO, Ana Paula. Op. Cit., 2004

<sup>85</sup> MATTOSO, Kátia M. Op. Cit., 1992.

estas escolas tôdas, dirigidas por professores ignorantes não têm influência favorável na civilização.”<sup>86</sup>

A respeito da Faculdade de Medicina da Bahia, Suzannet considerou-a em “estado deplorável”.<sup>87</sup> Avé-Lallemant, que era médico e, portanto, tinha mais condições de avaliar a instituição, foi um dos poucos a escrever um comentário positivo, afirmando que ministrava “instrução suficiente na arte de curar em toda a sua amplitude.”<sup>88</sup>

No período imperial, houve uma grande europeização do país, já que o Brasil dependia economicamente da Inglaterra, ainda mantinha contatos com Portugal e tinha a França como principal referência cultural. Os livros franceses eram usualmente adotados tanto nas escolas quanto nas instituições de 3º grau. Ademais, muitos jovens da elite brasileira estudavam em Paris, trazendo valores, ideologias e padrões vigentes naquele país.

Alguns intelectuais brasileiros tentaram criar sociedades literárias e científicas como meio para adquirir e trocar conhecimentos. Na Bahia, o já citado D. Romualdo de Seixas, juntamente com outros ilustres baianos, fundaram o Instituto Histórico da Bahia, em 1856, nos moldes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), existente na Corte desde 1838. O Instituto tinha o intuito de ser um espaço para os homens das letras se dedicarem às pesquisas da história local, publicadas no seu periódico mensal. Funcionava em espaços variados e encerrou suas atividades em 1877. Posteriormente, já no período republicano, foi fundado o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, que perdura até os dias atuais.

No discurso de abertura do Instituto, em 3 de maio de 1856, D. Romualdo de Seixas disse: “Ora, que objecto mais importante, mais patriótico e estreitamente ligado com os interesses da nossa bella Província, de que a criação do Instituto, **abrindo uma nova perspectiva, ou phase de progresso, ha muito reclamada pelos amigos da civilisação e da sciencia?**”<sup>89</sup>

Na introdução do primeiro número do periódico, publicado em 1863, o secretário do Instituto, Manuel Correia Garcia, exclamou as seguintes palavras:

É pois, por ella, pela historia que o espírito humano caminha nessa marcha incessante, pela qual chegará, sem dúvida, ao último grão de aperfeiçoamento; porque a história abrange todos os conhecimentos humanos [...] É pela historia que conhecemos essas variedades da espécie humana dividida por alguns naturalistas em três espécies, isto é, a *raça*

<sup>86</sup> SUZANNET, Cone de. Op. cit., p. 45. (grifo nosso)

<sup>87</sup> Ibidem, p.186.

<sup>88</sup> AVÉ-LALLEMANT, Robert. Op. cit., p.53.

<sup>89</sup> O INSTITUTO Histórico da Bahia e o seu periódico (1856-1877). Edição fac-similar. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2001. (Obras Raras), p.10.

*cacaúsiana, a mongola e a etiópica e, por outros, em cinco, unindo aquelas a malaia e a vermelha. É ainda por ella, que sabemos desse espantoso desenvolvimento das faculdades phisicas e moraes dessa intelligencia servida por órgãos denominada homem, dos seos progressos e de seos destinos sociais [...]*<sup>90</sup>

Nas falas supracitadas aparece com clareza a noção de história vista como disciplina que tudo abarca e possui legitimidade para testemunhar e registrar os acontecimentos, examinar a variedade dos tipos humanos - em termos físicos e culturais - e acompanhar o passo a passo das sociedades no seu caminho evolutivo. Do mesmo modo, pesquisa e ciência aparecem associadas ao progresso, sendo o Instituto um equipamento importante para “iluminar” o povo baiano e auxiliá-lo rumo à evolução.

Em se tratando de equipamentos educativos adicionais, merecia destaque na capital baiana a Biblioteca Pública, fundada no período joanino, em 1811, pelo 8º Conde dos Arcos, D. Marcos de Noronha e Brito, que governou a Bahia de 1810 a 1818. Avé-Lallemant registrou que esta biblioteca contava com 16.654 volumes e que era bastante visitada, mas ressaltou que muitos iam ao local apenas para ver as coleções e não para utilizá-las.<sup>91</sup>

Maria Graham, que era escritora e desde criança uma exímia leitora, ficou atenta às livrarias e bibliotecas das localidades por onde passava. Em Salvador, reparou na existência de duas livrarias, uma na cidade alta e outra na cidade baixa, “onde os livros eram estranhamente caros.”<sup>92</sup>

Os livros, além de fontes de saber, num cenário de instrução escassa, conferiam prestígio social aos seus proprietários, que faziam questão de exibi-los aos viajantes. Os Agassiz se impressionaram com a ausência de livros nas casas brasileiras: “Se o pai exerce uma profissão liberal, tem pequena biblioteca de tratados de medicina ou direito; mas não se vêem livros espalhados pela casa como objetos de uso constante; não fazem parte das coisas de necessidade corrente.”<sup>93</sup>

Cabe lembrar que nos almanaques administrativos e comerciais que circulavam pela capital baiana, é notória a presença de propagandas de livrarias nas últimas décadas do século XIX, aumentando com a aproximação do século XX. Os comerciantes anunciavam livros técnicos, religiosos, romances franceses, álbuns de gravuras, jornais estrangeiros, entre outros.

---

<sup>90</sup> Ibidem, p. 3,4.

<sup>91</sup> AVÉ-LALLEMANT, Robert. Op. cit., p.53.

<sup>92</sup> GRAHAM, Maria. Op. Cit., p.150.

<sup>93</sup> AGASSIZ, Jean L. R., AGASSIZ, Elizabeth C., Op. cit., p. 279.

**LIBRAIRIE FRANÇAISE**  
A PARIS  
**RUA DIREITA DE PALACIO**  
Grande sortimento de obras de medicina, direito, religião, e litteratura, dos melhores autores francezes.  
RECEBE POR TODOS OS VAPORES  
**AS OBRAS MAIS MODERNAS**  
Encarrega-se de qualquer encomenda de livros.

**GRANDE COLLEÇÃO**  
De albuns, photographias stereoscopus, tinteiros e outros muitos objectos proprios para presentes.  
**HORAS MARIANAS**

RUA DIREITA DE PALACIO  
BAHIA

**LIBRAIRIE FRANÇAISE**  
A PARIS  
Rua Direita de Palacio  
AGENCIA DE JORNAES ESTRANGEIROS

<b>L'Illustration</b>	<b>Independance Belge</b>
<b>Le Havre</b>	<b>Gasette medicale de</b>
<b>Moniteur des Dames</b>	<b>Paris</b>
<b>e Democelles</b>	

Recebe-se assignaturas para qualquer d'estes jornaes á preço das administrações.

**LIBRAIRIE FRANÇAISE**  
A PARIS  
Rua Direita de Palacio  
**BAHIA**

Figura 13: Anúncios da *Librairie Française*, de 1873.

Os viajantes observaram o número de obras existentes nas bibliotecas públicas, residenciais e dos conventos que visitaram, assim como os tipos de livros encontrados. Frequentemente denunciavam a ausência de obras de ciências naturais, sendo o desinteresse da população pela ciência um dos indícios do atraso do país. O livro, além das funções de informar e distrair, estava impregnado de valor simbólico, pois denotava certa superioridade intelectual dos leitores sobre os indivíduos não letrados e sobre aqueles que não consumiam o tipo de literatura valorizada por esses estrangeiros.

No período de 1835 a 1860, missionários de diferentes denominações protestantes dos Estados Unidos visitaram ou se instalaram no Brasil. Anexas às igrejas eram construídas escolas, de modo que evangelização e educação encontravam-se intimamente associadas. Além disso, cumpre mencionar que os relatos produzidos por viajantes oriundos de estados alemães, como o de Avé-Lallement, influenciaram sociedades missionárias, instâncias eclesiásticas e a própria Igreja da Prússia a enviar pastores e professores ao Brasil, a fim de assistir aos imigrantes alemães.<sup>94</sup>

Para os missionários religiosos da América do Norte, como era o caso de Kidder, uma educação civilizadora fundamentava-se na produção do conhecimento a partir da ciência e da técnica, da expansão da indústria e da filantropia, consequência do aperfeiçoamento da civilização cristã. O conhecimento de Deus pela ótica protestante impulsionaria a ação educativa, auxiliando a sociedade a tornar-se mais digna, ética, organizada e servidora da pátria.<sup>95</sup>

Os estrangeiros, herdeiros da ilustração setecentista, viam a educação como veículo de mudança social, meio de elevar o espírito do povo e de instaurar um processo civilizador no país. Essas transformações se dariam através de mudanças na instrução formal e no comportamento, com a construção de colégios que apresentassem um novo modelo pedagógico. Acreditavam que a educação seria capaz de mudar modos de vida considerados atrasados.

Especialmente os viajantes protestantes opinavam que através da abertura de escolas a educação e o proselitismo andariam juntos, contribuindo significativamente para reproduzir no Brasil um modelo de ensino que fosse intelectual, moral e religioso. Ao considerar seus projetos pedagógicos superiores, desqualificavam as experiências locais.

A abertura de novos colégios era de suma importância para a construção da nação, pois a educação constituía um instrumento eficaz para civilizar e controlar o povo, possuindo um viés ideológico, político, cultural e religioso. Assim, a questão da instrução se tornou ainda mais crucial em um país recém-independente, em processo de formação da identidade nacional.

Não foi à toa que nesse período, concomitantemente à afirmação do movimento romântico, foram criados o IHGB e o Colégio D. Pedro II, ambos na Corte, e surgiram livros

---

<sup>94</sup>De 1824 a 1945 chegaram ao Brasil cerca de trezentos mil imigrantes alemães, além de suíços, luxemburgueses e alguns holandeses. Dentre eles, estima-se que 60% eram protestantes. DREHER, Martin N. *A Igreja Latino-Americana no contexto Mundial*. São Leopoldo: Sinodal, 1999, p. 234.

<sup>95</sup>MESQUIDA, Peri. *Hegemonia norte-americana e educação protestante no Brasil*. São Bernado do Campo, Editeo, 1994.

de história com o objetivo de ressuscitar o passado do Brasil, construir a sua gênese, além de contribuir para a formação da mocidade brasileira, através de valores e conceitos contidos nessas obras, como *nação*, *cidadania* e *constituição*. Assim, buscava-se criar uma bagagem histórico-cultural comum ao cidadão brasileiro, não obstante a grande diversidade territorial e humana do país.

Cabe lembrar que de acordo com a Constituição de 1824 (artigo 6, inciso I) eram cidadãos brasileiros: “Os que no Brazil tiverem nascido, quer sejam ingênuos ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação.”<sup>96</sup> Assim, os escravos, mesmo nascidos no Brasil, não eram cidadãos. Os libertos nascidos no país, embora considerados cidadãos, não tinham o direito de votar (art. 94). Já os libertos africanos tornavam-se estrangeiros, ou seja, não cidadãos. E embora a Carta Magna afirmasse que todos os homens livres nascidos no Brasil eram cidadãos brasileiros, os índios, por serem identificados com atributos diferentes dos colonizadores, não tinham direito à cidadania. Aliás, os povos indígenas nem sequer foram citados no artigo 6. Para Carvalho<sup>97</sup>, nesse período os conceitos de *cidadão* e *povo brasileiro* ainda eram bastante genéricos.

Os Agassiz aludiram ao desconhecimento das mulheres brasileiras acerca da Reforma Protestante, fato que atestava seu grau de ignorância:

A educação que lhes dão, limitada a um conhecimento sofrível de Francês e Música, deixa-as na ignorância de uma multidão de questões gerais: o mundo dos livros lhes é fechado, pois é reduzido o número de obras portuguesas que lhes permitem ler, e menor ainda o das obras a seu alcance escritas em outras línguas. Pouca coisa sabem da história do seu próprio país, quase nada da de outras nações, e nem parecem suspeitar que possa haver outro credo religioso além daquele que domina no Brasil; **talvez mesmo nunca hajam ouvido falar da “Reforma”. Não imaginam que um oceano de pensamentos agita fora de seu pequeno mundo e provoca constantemente novas fases na vida dos povos e dos indivíduos.** Em suma, além do círculo estreito da existência doméstica, nada existe para elas.<sup>98</sup>

As ações educativas e religiosas deveriam basear-se nos ideais do protestantismo e do Destino Manifesto. Assim, a educação unida à religião poderia transformar as pessoas e seus costumes, conduzindo-as ao desenvolvimento intelectual e espiritual.<sup>99</sup>

<sup>96</sup> CONSTITUIÇÃO Política do Imperio do Brazil (de 25 de março de 1824). *Planalto.gov.br*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm). Acesso em: 20 jan. 2012.

<sup>97</sup> CARVALHO, Jose Murilo de (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

<sup>98</sup> AGASSIZ, Jean L. R., AGASSIZ, Elizabeth C. Op. cit., p. 278. (grifo nosso)

<sup>99</sup> MESQUIDA, Peri. Op. Cit.

Mas não eram apenas os protestantes - viajantes ou residentes no Brasil - que se preocuparam com as ações educativas. Os sacerdotes e intelectuais católicos defendiam a importância de um ensino intelectual e cristão, porém, pautado na doutrina católica. Esse modelo era considerado pelos governantes como o ideal para a sociedade brasileira.

A Constituição do Império manteve a Igreja Católica vinculada ao Estado e os funcionários governamentais, entre eles os professores, eram obrigados a prestar juramento de fé católica.<sup>100</sup> Ademais, os estatutos das faculdades proibiam os docentes e alunos de cometerem qualquer ato ofensivo à religião oficial, assim como os doutorandos de medicina estavam proibidos de apresentar teses com conteúdos que fossem de encontro à moral da doutrina católica.<sup>101</sup>

Era consenso entre os visitantes e a elite econômica-intelectual nacional a ideia de que a Europa ocidental tinha um papel de direção no processo civilizador. As mudanças que deveriam ser realizadas na instrução - formal e doméstica - tinham o intuito de impulsionar o progresso nacional, pois o estado da educação do povo seria um dos motivos do atraso brasileiro.

Sobre o grau educacional da sociedade brasileira, os Agassiz escreveram:

[...] num país em que metade apenas da sociedade recebe instrução, o progresso intelectual é necessariamente entravado. Onde a diferença de educação torna quase impossível a simpatia intelectual entre o homem e a mulher, de tal modo que suas relações se restringem forçosamente ao círculo das afeições domésticas e nunca se elevam a uma comunidade de cultura, é inevitável que o desenvolvimento das massas permaneça incompleto e parcial.<sup>102</sup>

Havia a necessidade de estruturar o estado nacional e garantir a construção da nacionalidade em conformidade com o ideário de civilização iluminista, que pregava à ampliação de práticas civilizatórias, incluindo as instituições ligadas ao conhecimento, visando alcançar um número cada vez maior de pessoas.

Durante sua estada no país, o francês Suzannet decepcionou-se com o que via e ouvia a respeito do grau de civilidade da sociedade brasileira e não concordou com as comparações feitas entre Brasil e Estados Unidos.

---

<sup>100</sup> Foi somente com a proclamação da república, em 1889, que a Igreja se desligou oficialmente do Estado.

<sup>101</sup> CUNHA, Luiz A. O ensino superior no Império. In: *A universidade temporã: o ensino superior da Colônia à era Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. v.1. (Educação e transformação).

<sup>102</sup> AGASSIZ, Jean L. R., AGASSIZ, Elizabeth C. Op. cit., p. 292-293.



Cada novo dado que eu colhia me fazia duvidar da civilização do Brasil; que me tinham dito ser tão adiantada, pois os brasileiros não hesitam em declarar que o Brasil é para a América do Sul, o que os Estados Unidos são para a do Norte, isto é, o centro de uma civilização ativa e inteligente.<sup>103</sup>

Os comentários gerais sobre a educação refletiam uma preocupação com o progresso do Brasil e sua inserção no sistema capitalista em nível mundial. Os viajantes acreditavam no poder da instrução como meio de modificar o modo de pensar e agir dos homens, aperfeiçoando o seu gosto, ampliando suas necessidades materiais e, conduzindo-os à uma maior dominação e exploração da natureza.

Portanto, a educação era um dos critérios aceitos para medir e diferenciar o grau de desenvolvimento dos países. Os métodos educacionais geralmente eram vistos pelos visitantes como inadequados ao desenvolvimento do Brasil. A educação seria essencial para tirá-lo do obscurantismo e elevá-lo ao nível dos países mais avançado, em termos intelectuais e econômicos. Sem uma população esclarecida e trabalhadores especializados, seria improvável o desenvolvimento de uma nação tão rica em recursos e possibilidades de exploração.

### 3.2.2 Educação Doméstica e Vida Social

Após a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, ocorreram mudanças comportamentais relacionadas aos usos e costumes cotidianos, assim como foram estimuladas as discussões acerca das práticas educativas realizadas no âmbito doméstico e da concepção de civilidade. Os viajantes estavam atentos a esses aspectos e tentavam medir o grau de civilização e progresso da sociedade brasileira.

Nesse período, era no seio da família, legítima ou consensual, que se formavam as mentalidades e se configuravam as relações sociais no Brasil. Em se tratando da educação doméstica, o convívio íntimo das crianças brancas com os escravos era intensamente criticado pelos visitantes. Indignaram-se com o fato de as mães deixarem os filhos sob os cuidados das criadas negras, cuja consequência era a internalização dos costumes dos negros e não dos hábitos europeus. Esse contato tão próximo seria imoral e causador de danos à sociedade.

Kidder constatou que “A mãe brasileira quase invariavelmente entrega o seu filho a uma preta para ser criado.”<sup>104</sup> Os Agassiz corroboraram essa ideia:

Os próprios brasileiros não o negam; a todo instante ouvem-se queixas suas sobre a necessidade que têm de se separarem de seus filhos para mandá-los

<sup>103</sup> SUZANNET, Conde de. Op .cit., p.32.

<sup>104</sup> KIDDER, Daniel P; FLETCHER, J. C., Op. cit., 1941, p.180.

educar longe da companhia perniciosa dos escravos domésticos. De fato, se do ponto de vista político, a escravidão apresenta no Brasil, mais do que noutra qualquer parte, a probabilidade duma feliz terminação, é nele, sob aspecto moral, que se patenteiam algumas características mais revoltantes dessa instituição, que aí parece mais odiosa ainda, se possível, que nos Estados Unidos.<sup>105</sup>

As supostas más consequências da miscigenação advinham não só da hibridação racial, mas do íntimo relacionamento - considerado doentio - entre família senhorial e escravos.

Seguiram criticando a educação concedida às crianças:

Além do vício dos métodos de ensino, há também uma ausência de educação doméstica profundamente entristecedora: é a consequência do contato incessante com criados pretos e mais ainda com os negrinhos que existem sempre em quantidade nas casas. Que a baixeza habitual e os vícios dos pretos sejam ou não efeitos da escravidão, inegável é que existem; e é estranho ver pessoas, aliás cuidadosas e escrupulosas em tudo o que se refere aos filhos, deixarem-nos constantemente na companhia de seus escravos, vigiados pelos mais velhos e brincando com os mais moços.<sup>106</sup>

Deve-se considerar que a influência das condições inerentes ao regime colonial se estendeu além da emancipação política. Como observou Sergio Buarque de Holanda<sup>107</sup>, a ausência de limites entre o público e o privado, o Estado e a família, de fato, conduzia à frouxidão da estrutura social e a falta de hierarquia organizada na sociedade brasileira. Em meio a esse contexto, tal aspecto da vida familiar não era compreendido pelos estrangeiros.

Em meados dos oitocentos começaram a surgir os discursos médicos reprovatórios da utilização do leite materno negro. O leite produzido pelas mulheres negras transmitiria vícios, doenças físicas e morais que poderiam corromper a personalidade do pequeno senhor. Assim, as amas de leite passaram a ser vistas como elementos corruptores da família senhorial.<sup>108</sup>

Elizabeth Agassiz atuava como diretora de um colégio para mulheres nos Estados Unidos, precursor em ensinar ciências naturais para moças.<sup>109</sup> Esse fato seguramente direcionou seu olhar para aspectos ligados à educação feminina. Expôs diversos comentários a esse respeito:

Em geral, no Brasil, pouco se cuida da educação das mulheres, o nível de ensino dado nas escolas femininas é pouquíssimo elevado; mesmo nos pensionatos freqüentados pelas filhas das classes abastadas, todos os

<sup>105</sup> AGASSIZ, Jean L. R., AGASSIZ, Elizabeth C., Op. cit., p.94.

<sup>106</sup> Ibidem, Op. cit., p.279.

<sup>107</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. Op. cit., 2006.

<sup>108</sup> Justamente nesse período ter amas de leite ou mucamas pardas, com a cor mais próxima do ideal racial dominante, passou a ser um luxo que algumas moças ricas da época puderam obter. SOARES, Cecilia Moreira. Op. Cit., p.42,46.

<sup>109</sup> Informação de Leite, M. M. *A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, 1984.

professores se queixam de que lhes retiram as alunas justamente na idade em que a inteligência começa a se desenvolver. A maioria das meninas enviadas à escola aí entram com a idade de sete ou oito anos, aos treze ou catorze são consideradas como tendo terminado os estudos. O casamento as espreita e não tarda a tomá-las. [...] salvo uma ou duas matérias bem estudadas, francês e música, a educação das jovens é pouco cuidada e o tom geral da sociedade, disso se ressentem.<sup>110</sup>

Percebe-se que o papel atribuído às mulheres era o de condutoras da moral e dos bons costumes da sociedade. A falta de uma educação mais acurada voltada para esse público trazia consequências negativas para o país. Elizabeth também criticou os casamentos prematuros das moças, considerando-os maléficis para a sua formação intelectual.

Suzannet também se referiu ao estilo de vida das brasileiras, condenando o casamento e a gestação precoces. “As mulheres brasileiras gozam de menos privilégios do que as do Oriente. Relegadas, na maioria das vezes, ao convívio das escravas, elas levam uma vida inteiramente material. Casam-se cedo logo se deformam pelos primeiros partos, perdendo assim os poucos atrativos que podem ter tido [...]”.<sup>111</sup>

Em nota de rodapé, ressaltou que mudanças estavam sendo processadas e que muitas brasileiras já sabiam ler, entretanto, ele duvidou que elas aproveitassem essa instrução, que seria usada apenas para “decifrar os livros de orações”.<sup>112</sup>

Sobre a educação feminina, Kidder registrou a fala do Dr. Pacheco da Silva, então diretor do colégio Pedro II, na Corte:

Desejo de todo meu coração ver o dia em que nossas escolas para meninas sejam de tal natureza que uma jovem brasileira nelas se possa preparar, por sua educação intelectual e moral, a tornar-se uma digna mãe, capaz de ensinar a seus próprios filhos os elementos de uma educação e os seus deveres para com Deus e os homens: para esse objetivo, Sr, é que estou me esforçando.<sup>113</sup>

Na opinião de Kidder:

Escolas como essa estão aparecendo, e algumas excelentes; mas em oito casos em dez, os pais brasileiros pensam ter cumprido seu dever mandando sua filha cursar, durante alguns anos, uma escola da moda, dirigida por estrangeiro; - quando completam treze ou quatorze anos, são daí retiradas, acreditando o pai que a sua educação está completa.<sup>114</sup>

<sup>110</sup> AGASSIZ, Jean L. R., AGASSIZ, Elizabeth C., Op. cit., p. 277.

<sup>111</sup> SUZANNET, Conde de. Op. cit., p. 46.

<sup>112</sup> Ibidem, p. 46.

<sup>113</sup> KIDDER, D. P.; FLETCHER, J. C., Op. cit., p.182.

<sup>114</sup> Ibidem, p.182.

O objetivo da instrução feminina deveria ser o de preparar a mulher para o bom cumprimento de seus papéis de esposa, mãe e dona de casa. Tanto no espaço familiar, como no campo social mais amplo, os papéis eram previamente definidos.<sup>115</sup>

Traços da herança portuguesa ainda estavam presentes na educação da mulher, colocada numa condição de submissão e recolhimento. No Brasil, a moça bem educada era aquela que sabia um pouco de francês, música, principalmente piano, dançar um solo inglês, desenhar, bordar e fazer crochê. Os dotes mais apreciados eram os da dança e do canto, que lhes permitiam brilhar nas reuniões da alta sociedade. Conforme constatou o cronista baiano Manuel Querino, em meados dos oitocentos: “A educação da mulher limitava-se ao curso primário, a noção da língua francesa, música - canto e piano - dança e prendas domésticas.”<sup>116</sup>

Kidder considerou as mulheres letradas gentis e graciosas, mas zombou do seu nível educacional e da maneira como se preparavam para o seu papel familiar:

As maneiras e costumes das damas brasileiras são gentis e seu porte gracioso. É verdade que não tem uma base de conhecimentos variados para tornar agradável e instrutiva a sua palestra; mas tagarelam insignificâncias de modo sempre agradável, exceto pelo alto tom de sua voz, que eu suponho lhes venha das ordens freqüentes que dão aos congos e moçambiques. Suas reservas literárias consistem principalmente em novelas de Balzac, Eugenio Sue, Dumas pai e filho, George Sand, em intrigas de pacotilha e folhetins dos jornais. Assim elas se preparam para esposas e mães.<sup>117</sup>

O anúncio de uma escola para meninas, na capital baiana, ilustra o modelo de instrução considerado ideal para o público feminino.

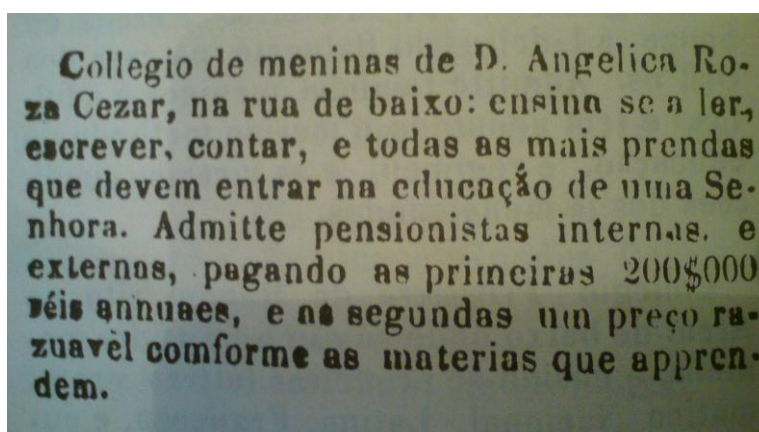


Figura 14: Anúncio de colégio para meninas, em Salvador, 1845.

<sup>115</sup>A temática educação e gênero não será privilegiada nesse trabalho, pois não temos o objetivo de discutir a categoria gênero, tampouco de que forma a educação contribuiu para a abertura de espaços às mulheres.

<sup>116</sup>QUERINO, Manuel. *A Bahia de outrora*. Salvador: Livraria Progresso, 1955, p.115.

<sup>117</sup>KIDDER, D. P.; FLETCHER, J. C. op. cit, 1941, p.180-182.

Quando os viajantes estiveram no Brasil, a ideia de que a educação deveria vir em primeiro plano já estava consolidada nas sociedades capitalistas. Conforme estudo de Philippe Ariés,<sup>118</sup> cada vez mais era reservado à criança um lugar de destaque na sociedade. Na Inglaterra do século XIII, por exemplo, já era forte a idealização da mulher como mãe e educadora dos filhos, aspecto também observado na sociedade brasileira do período estudado.

Durante estada no Engenho Vitória, nas cercanias de Cachoeira, Avé-Lallemant se encantou com a educação do proprietário, Sr. Egas Moniz de Aragão, e de sua esposa, uma alemã nata, “de perfeita educação francesa, tão agradável no modo de apresentar-se como hábil no trato social e profunda em matérias sérias.”<sup>119</sup> Quanto à educação dos filhos, relatou:

Não se podem imaginar crianças mais amáveis, desembaraçados e confiantes, sem abusarem, bem comportados e delicados, sem afetação, obedientes a primeira palavra, como dificilmente se encontrariam em outras casas brasileiras, onde as crianças dão ordens impertinentes aos escravos e recusam obedecer cegamente às mães e aos mestres; [...].<sup>120</sup>

O viajante elogiou a mãe alemã, que educava seus herdeiros à moda francesa, seguindo o ideal de educação vigente no mundo ocidental da época. Nesse sentido, evidencia-se a percepção de raça-povo superior, que estava num estágio mais avançado de civilidade se comparado aos nacionais.

Como não se podia dissociar instrução formal de educação doméstica, abarcando condutas e posturas expressas no convívio social, abrimos espaço para relatar algumas impressões dos viajantes quanto a esses aspectos.

A vinda da Corte Portuguesa para o Brasil e a abertura dos portos propiciou mudanças nos hábitos de consumo, no vestuário, nas práticas de lazer e na alimentação de muitas famílias, tornando mais intensa a vida social das principais cidades brasileiras. Desse modo, o contato com produtos e pessoas de outros países contribuiu para alterar, gradativamente, os comportamentos e alguns hábitos de consumo da sociedade baiana, sendo que as mudanças mais significativas apareceram a partir do II Reinado.

Em 1842, o conde de Suzannet registrou suas impressões sobre as relações sociais da alta sociedade baiana, reparando nas mulheres:

A sociedade da Bahia não se assemelhava em nada à do Rio de Janeiro. Lá, não se vêem a arrogância e a dureza das grandes damas que compõem, no

---

<sup>118</sup> ARIES, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

<sup>119</sup> AVÉ-LALLEMANT, Robert. Op. cit., p.61.

<sup>120</sup> Ibidem, p.61-62.

Rio, o que se convencionou chamar ‘a Côrte’. As relações sociais são mais agradáveis: há mais franqueza e cordialidade. As mulheres gozam de grande liberdade; não são contrafeitas nem tímidas, como em geral aquela espécie de escravatura doméstica torna as brasileiras. Reúnem-se nos teatros, tomam parte nas conversas, e os maridos, apesar de muito ciumentos, permitem que a gente se aproxime delas. Tôdas as mulheres desejam muito agradar, mas geralmente são feias e de pele azeitonada, que as faz parecer mulatas [...] Graças à sua influência benéfica, a Bahia conserva fielmente os hábitos europeus.<sup>121</sup>

A Corte, localizada no Rio de Janeiro, com seus rituais e protocolos, quesitos que se tornaram fundamentais na cidade-sede do governo, legitimava o que era considerado modelo de elegância e civilidade para as elites sociais das demais cidades brasileiras, especialmente para outras capitais.<sup>122</sup>

A elegância e os ‘bons modos’ começaram a ser gradualmente introduzidos no Brasil dos oitocentos e as camadas mais altas da sociedade desenvolveram mecanismos de maior autocontrole nas reuniões sociais. Na medida em que tais preocupações passaram a fazer parte do cotidiano, um novo gênero literário ganhou popularidade – os guias dedicados às boas maneiras, cujo principal objetivo era estabelecer regras e modelos de sociabilidade.

Um desses manuais que circulou no Brasil oitocentista foi o *Código do Bom-Tom ou Regras a civilidade e de bem viver no século XIX*, escrito por J. I. Roquette, publicado pela primeira vez em Portugal, em 1845. O livro está repleto de termos como *polidez, civilidade, cortesia, asseio e urbanidade*, mostrando o valor atribuído às novas regras de convívio social.<sup>123</sup> Outro livro do mesmo estilo é o *Novo Manual de Bom Tom*, publicado no Rio de Janeiro, em 1872, pelos editores Eduardo e Henrique Laemmert, baseado no “Code Cível, Manuel Complet de la Politesse, du Ton, des Manières de Bonne Companhie”, lançada em Paris, em 1828. O manual afirmava não ser educado levar cães para jantares; escarrar a mesa; falar de boca cheia e atirar bolinhas de pão nos vizinhos. Por sua vez, era de bom tom limpar a boca com o guardanapo e comer de garfo e faca.<sup>124</sup>

Durante todo o século, os principais divertimentos das famílias baianas, além dos festejos religiosos e das idas à igreja, eram os jogos de cartas. Os homens também freqüentavam botequins e costumavam jogar o três-sete ou a víspora. Os ricos e remediados

<sup>121</sup> SUZANNET, Conde de. Op. cit., p.187.

<sup>122</sup> SCHARCZWZ, Lilia Moritz. Op. cit., 2004.

<sup>123</sup> ROQUETTE, J. I. Código do Bom-Tom ou Regras a civilidade e de bem viver no século XIX. In: SCHWARTZ, Lilia Moritz (org.). São Paulo: Cia das Letras, 1997. (Retratos do Brasil).

<sup>124</sup> Essas novas convenções e códigos de etiqueta também possuíam a função de barreira social e denotavam um modo de articular a identidade. A maneira de falar, vestir-se, dançar e comer distinguia os indivíduos. Apud LIESELLOTE H. Ornellas. *A alimentação através do tempo*. Florianópolis: ED. da UFSC, 2003, p. 240.

frequentavam o teatro, organizavam piqueniques, teatrinhos particulares e festas privadas para comemorar alguma data especial.<sup>125</sup>

Com fins recreativos, artísticos e culturais, existam em Salvador diversas associações quase sempre organizadas por homens letrados, como advogados, eclesiásticos, médicos e magistrados. Dentre elas, podemos citar: Sociedade Recreio Literário, Associação Portuguesa, Clube Recreativo, Associação Filarmônica da Bahia, Associação Euterpe, formada por músicos das camadas populares.<sup>126</sup>

Suzannet, após lamentar o desconhecimento das mulheres acerca da vida intelectual, não teve nenhuma grata surpresa em relação ao sexo masculino: “A ignorância e amor-próprio fazem com que, infelizmente, a companhia dos homens não seja mais agradável que a das mulheres[...]”<sup>127</sup>

Os políticos também foram criticados, pois lhes faltava conhecimentos gerais e cortesia.

Tem instrução superficial e variada; abordam todos os assuntos e têm vivacidade de espírito para tratar de qualquer dêles que nunca estudaram. A conversa, a polêmica e os debates pessoais, têm para êles um atrativo sem igual. Mas, numa discussão séria, a falta de educação doméstica não tarda a traí-los.<sup>128</sup>

De acordo com Maria Graham, em Salvador:

[...] o estado da educação geral é tão baixo que é preciso mais do que o talento comum e o desejo de conhecimentos para alcançar um bom nível. Dos que lêem assuntos políticos, a maior parte é discípula de Voltaire e excede-se nas doutrinas sôbre política e igualmente em desrespeito à religião; por isso, para a gente moderada, que tenha passado pela experiência das revoluções europeias, suas dissertações são às vezes revoltantes.<sup>129</sup>

Colocou-se num patamar mais elevado de conhecimento por ser de um país que havia “passado pela experiência das revoluções europeias.” Em um evento social, a viajante continuou a observar o comportamento da alta sociedade baiana, bem como os seus passatempos:

Os homens portugueses têm todos aparência desprezível. Nenhum parece ter qualquer educação dos escritórios comerciais e todo tempo dêles é gasto, creio eu, entre o negócio e o jôgo. Do último as mulheres participam largamente depois de casadas. Antes dêsse período feliz, quando não há

<sup>125</sup>QUERINO, Manuel. Op. cit., p.117. Vale lembrar que no período estudado, iferentemente dos dias atuais, a praia era pouco utilizada enquanto espaço de lazer e os banhos de mar eram indicados para tratamentos de saúde.

<sup>126</sup>MATTOSO, Katia M. DE Queirós. Op. cit., 1992.

<sup>127</sup>SUZANNET, Conde de. Op. Cit., p.32.

<sup>128</sup>Ibidem, p.41.

<sup>129</sup>GRAHAM, Maria. Op. cit., p. 162.

dansa de noite, ficam em volta das mesas de cartas e, com olhos ansiosos, acompanham o jogo e esperam ardentemente o momento em que também poderão tomar parte nêle. Não me admiro dessa tendência. Sem educação e conseqüentemente sem os recursos do espírito, e num clima em que o exercício ao ar livre é de todo impossível, é preciso ter um estímulo. E o jogo, tanto para o civilizado quanto para o selvagem, sempre foi recurso para tornar mais rápido o curso da vida.<sup>130</sup>

Para a visitante, divertimentos considerados masculinos e grosseiros, como os jogos de cartas, não deveriam fazer parte do universo feminino. Sobre o tema, o manual “Código do Bom-tom”, recomendava: “A senhora da casa raramente joga, a não ser que haja poucos jogadores, porque tem bastante em que se ocupar para bem fazer as honras da sala; [...]”. As damas deveriam jogar apenas o xadrez, jogos de cálculo e destreza.<sup>131</sup>

A vida social da Bahia oitocentista era movimentada pelos seguintes teatros: o Guadalupe, que deixou de operar em 1827; o São Pedro de Alcântara, de caráter mais popular, fechou suas portas em 1879; o São João; o Teatro do Ferrão; o Alcazar Lírico Baiano e o Politeama Baiano, inaugurado em 1886. De todos eles, o Teatro São João foi o que desempenhou maior relevância no cenário intelectual e político de Salvador, sinalizando mudanças de atitude em relação às artes, ao entretenimento e às formas de convívio social.<sup>132</sup> Constavam na sua programação comédias, operetas italianas e dramas franceses e espanhóis, apresentados por artistas da terra e por companhias estrangeiras.

Maria Graham teve a oportunidade de assistir a uma ópera no referido teatro, espantando-se com o comportamento da plateia.

O teatro é colocado na parte mais alta da cidade e o patamar diante dêle domina o mais belo panorama imaginável. É um belo edifício e muito confortável, tanto para os espectadores como para os atores. Interiormente é muito grande e bem traçado, mas sujo, e precisando muito ser pintado de novo. Os atores são muito maus como tais; um pouco melhor como cantores, mas a orquestra é muito tolerável. A peça era uma tragédia muito mal representada, baseada no *Maomé* de Voltaire. **Durante a representação os cavalheiros e damas portugueses pareciam decididos a esquecer o palco, e a rir, comer doces e tomar café, como se estivessem em casa.** Quando os músicos, porém, começaram a tocar a ouverture do ballet, tôdas as vistas e vozes voltaram-se para o palco. Seguiu-se a exigência de tocar-se o hino nacional e só depois de toca-lo e repeti-lo duas vezes permitiu-se que o ballet continuasse. Durante a algazarra provocada por isso, um capitão do exército foi preso e expulso da platéia, dizem uns que por ser batedor de carteiras,

<sup>130</sup> Ibidem, p.156.

<sup>131</sup> ROQUETTE, J. I. Op. cit., 1997, p. 257 e 264

<sup>132</sup> RUY, A. *História do Teatro na Bahia, séculos XVI-XX*. Salvador: Publicações da Universidade da Bahia, 1959.



outros por estar empregando linguagem imoderada em assuntos políticos quando se estava a exigir o hino nacional.<sup>133</sup>

Segundo o clássico conceito proposto por Norbert Elias, a civilização é um processo de refinamento dos costumes que teve início no século XIII, no mundo ocidental. Elias atribui as alterações dos padrões de sensibilidade e comportamento à monopolização da violência pelo Estado e à extensão das redes de interdependência social. O modelo civilizacional dos europeus passou a ser aspirado pelas elites econômicas e intelectuais dos demais países ocidentais. Assim, a crescente preocupação com a instrução formal e a educação doméstica passou a se caracterizar como um dos instrumentos legitimadores do processo de expansão da Europa para além dos seus limites territoriais.<sup>134</sup>

Ainda sobre as diferenças de olhares e sensibilidades acerca das regras de convívio social, vale citar a experiência vivida por Avé-Lallemant no vapor que o levou de Cachoeira de volta à capital baiana. Chocou-se com a “algazarra” dos passageiros e com o fato de a embarcação estar superlotada de “gente de tôdas as categorias” e ainda transportar cabras, carneiros e muares. Indignou-se ainda mais com os hábitos dos passageiros de fumar e cuspir.

Do primeiro tem-se na Alemanha uma perfeita idéia e sôbre êle devo portanto calar; do último, porém, não se tem nenhuma noção; dêle preciso falar. Onde dois ou três brasileiros ou portugueses estão juntos ou sentados, um ao lado do outro, em amigável conversa, começam, sobretudo quando têm os charutos na bôca a cuspir um diante do outro, de maneira a não se poder compreender onde vão buscar tôda aquela saliva. Se estão muito juntos - falo naturalmente de gente sem educação - encontram-se pouco tempo depois literalmente dentro dum círculo de espuma, algo como as larvas do *Cercopis Spumaria* nos nossos campos. [...] Quando porém, se está com êles num recinto apertado, esse hábito torna-se realmente insuportável. Detestava-o particularmente a bordo dos vapôres. Quando o mar se agitava um pouco mais, muitas vêzes escorreguei nos passeios, nessas cobertas cheias de cuspe; e antes de alguém quebrar o pescoço e as pernas, escorregando nesse rio de saliva, não se procurará corrigir o abuso.<sup>135</sup>

De acordo com seu país de origem, posição social e profissão, constata-se que Avé-Lallemant havia obtido um nível mais alto de refinamento e decoro. Frequentemente os viajantes se irritavam com os deslocamentos pelo interior, já que possuíam uma estrutura emocional e um padrão de repugnância diferente dos demais passageiros. O desconforto advinha do fato de que quanto mais alto o grau de civilidade, maior o autocontrole e a

<sup>133</sup> GRAHAM, Maria. Op. cit., p. 152-153. (grifo nosso)

<sup>134</sup> ELIAS, Norbert. Op. cit.

<sup>135</sup> AVÉ-LALLEMANT, Robert. Op. cit., p. 65.

regulação por parte da sociedade. Nesse sentido, o comportamento do sujeito se transforma numa segunda natureza, sendo expresso como parte constituinte de sua personalidade.

Os visitantes viveram num período profundamente afetado pelas transformações sociais e econômicas advindas da revolução industrial. A perplexidade com que analisam a sociedade brasileira é fruto de suas vivências como cidadãos pertencentes a sociedades que desenvolviam modos de produção, trabalho e educação bastante distintos. Dessa forma, os viajantes se julgavam superiores diante de pessoas que se comportavam de maneira considerada animalesca. Eles tendiam a pensar que os seus conhecimentos técnicos, juntamente com a sua polidez, tornavam-nos naturalmente especiais ou melhores.

### 3.3. IMIGRAÇÃO COMO SOLUÇÃO: MÃO DE OBRA LIVRE, BARATA E BRANCA

#### 3.3.1 Formação da Identidade Nacional

Para boa parte dos visitantes, o branco europeu era considerado o único elemento humano capaz de atender ao projeto de construção da Nação brasileira. Desse modo, creditavam à imigração europeia a possibilidade de o Brasil progredir.

Esse também era o pensamento de muitos políticos e intelectuais brasileiros que, em meados do século XIX, passaram a defender e incentivar a imigração. Após o fim do tráfico negreiro a necessidade de suprir a carência de mão de obra, sobretudo nas fazendas e engenhos, era latente e bastante discutida. Assim, as políticas de imigração do governo central tinham o objetivo de recrutar trabalhadores, estimular a produção de gêneros alimentícios, povoar áreas incultas e fronteiriças, mas também favorecer o “branqueamento” cultural e biológico da população brasileira. Desse modo, resolver-se-ia o problema da mão de obra e, após algum tempo, imaginava-se que a população se tornaria mais homogênea, tanto em relação à aparência física quanto em sua constituição cultural.<sup>136</sup>

Em termos políticos, a monarquia brasileira buscava estabelecer uma sociedade independente e descolonizada, mas em termos ideológicos mantinha valores europeus e almejava uma supremacia branca. Os intelectuais do século XIX atribuíam as características que determinavam a racionalidade do espírito laborioso e capitalista à raça branca.

---

<sup>136</sup>LYRA, Henrique Jorge B. *Colonos e colônias: uma avaliação das experiências agrícolas na Bahia na segunda metade do século XIX*. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. Salvador: UFBA, 1982. O autor também chama atenção para o fato de o Estado ter aproveitado a incorporação de imigrantes para a formação do exército nacional.

Nesse período, a questão do trabalho estava relacionada ao debate racial e da nacionalidade.<sup>137</sup> Afinal, qual era o Brasil que se pretendia construir? Quais personagens deveriam dar uma feição para essa nação, tão jovem diante dos olhos do Velho Mundo? Se para os visitantes a ideia de unidade nacional perpassava pela configuração de povo brasileiro, então o Brasil não poderia figurar no concerto geral das nações.

No ano de 1860, Maximiliano de Habsburgo observou como o país ainda estava em formação e possuía um destino incerto:

É o estrangeiro que povoa o Brasil e continua trazendo consigo, também, a marca do passageiro, do incerto. Do Imperador até o último garoto negro, há poucos que podem mostrar três gerações no país. **Daí este ainda não ter sido atingido pelo remanso da história.**<sup>138</sup>

Essa questão afligia sobremaneira os pensadores do Império, pois para legitimar o país e torná-lo viável frente aos parâmetros de civilidade europeia, fazia-se imperativo criar uma tradição que diferenciasse o brasileiro do português. Nesse sentido, buscava-se eleger um símbolo nacional, mas sem negar Portugal como berço histórico.

Após a independência essa discussão tornou-se acentuada, sobretudo durante o II Reinado. Assim, tentava-se justamente preencher essa lacuna percebida pelo visitante através da construção de uma história para o Brasil e de uma produção literária de caráter fundacional. D. Pedro II, preocupado em criar uma identidade para o país, investiu na criação de uma história oficial, um mito fundador, que transmitisse a ideia de um país novo, mas com um passado glorioso e um futuro promissor, a fim de legitimar a Monarquia e construir a nacionalidade brasileira, ou seja, validar o Brasil enquanto nação.<sup>139</sup>

Na primeira vez em que Maria Graham e seu marido estiveram na Bahia, o cônsul britânico Sr. Pennell, realizou uma festa do campo para homenageá-los, momento no qual ela refletiu acerca da composição do povo brasileiro.

No jardim da *Roça*, cada arbusto de valor, seja pelos frutos seja pela beleza, estava assim cercado, e havia bancos, canais de água, e jarros de porcelana que me faziam quase julgar-me no Oriente. Mas há uma nota de novidade em cada coisa aqui, uma falta de interesse em relação ao que já foi, que se

<sup>137</sup> Cabe lembrar que esse debate acontecia numa época em que os Estados nacionais europeus também estavam passando por um processo de unificação e construção de identidades. Assim, a homogeneidade cultural, linguística e comunitária era fator indispensável para viabilizar as nações modernas.

<sup>138</sup> HABSBURGO, Maximiliano. Op. cit, p.86. (Grifo nosso).

<sup>139</sup> Entendemos nação no sentido de unidade territorial e política, articulada à ideia de pertença comunitária, por meio de elementos culturais identificadores de um povo, como língua, tradições e raça (conceito importante para o século XIX). Sobre o tema, ver JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo-Ijuí: HUCITEC, 2003 e ANDERSON, B. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

sente visivelmente. **No máximo podemos ascender ao selvagem despido que devorava seu prisioneiro e se adornava com ossos e penas.** No Oriente a imaginação se liberta para divagar pelas grandezas passadas, na sabedoria e na polidez. Monumentos de arte e de ciência encontram-se a cada passo. **Aqui, cada coisa, a própria natureza, tem um ar de novidade e os europeus ficam tão evidentemente estranhos ao clima, com seus escravos africanos, - que repugnam a quaisquer sentimentos saudáveis, - que assumem claramente o tom de intrusos,** e em desacôrdo com a harmonia da cena.<sup>140</sup>

Na ocasião, Maria Graham associou o Brasil à ausência de memória. Uma nação não poderia ter uma identidade sem ter uma memória coletiva, um passado glorioso. Mesmo as belezas naturais não conseguiam suprir o desejo de se conectar à história e de estar em um local que tivesse um mito de origem, uma fundação. O índio, selvagem e canibal, era o máximo que o Brasil tinha a oferecer em termos de passado e identidade. Assim, ela se questionou quanto à originalidade do Brasil e se desencantou ao compará-lo com o Oriente.

A diversidade racial brasileira, desde que se pretendeu construir uma história oficial para o Brasil, é vista como uma questão a ser resolvida. Afinal, quem seriam os homens que povoavam essa terra? Os índios selvagens; os europeus, que já tinham outro continente como referência e não conseguiam entrar em harmonia com o lugar; ou o negro, trazido à força da África?

Ao lado do IHGB, a literatura romântica, especialmente a indianista (1840-70), desempenhou papel fundamental na construção da nação, através da difusão de ideais civilizatórios e da elaboração de uma memória nacional. Seu objetivo era fazer com que indivíduos de locais distantes do Império se sentissem como pertencentes à uma mesma comunidade imaginária, identificados com a ordem monárquica e um passado comum. Como a unificação social dependia da unificação cultural, buscava-se a eliminação da alteridade para se criar uma identidade mais homogênea.<sup>141</sup>

Nesse primeiro processo da construção da identidade nacional, o índio aparece com frequência na iconografia oficial, nos textos produzidos pelo IHGB e na literatura romântica, sendo representado de forma idealizada ao lado da natureza tropical.<sup>142</sup> Transformado em

<sup>140</sup> GRAHAM, Maria. Op. Cit., p.161-162. (Grifo nosso)

<sup>141</sup> Nesse sentido, foram realizadas várias iniciativas com o intuito de se estabelecer um maior conhecimento demográfico, cartográfico, etnográfico e histórico do país, além da escrita de biografias de brasileiros ilustres, da elaboração de mapas, do apoio às viagens de reconhecimento do território e da divulgação do país, feita principalmente através da participação em exposições universais. GUIMARÃES, Manoel. *Nação e civilização nos trópicos*. Estudos Históricos, n. 1, 1988.

<sup>142</sup> O índio como protagonista heróico alcançou seu apogeu com os poemas épicos *Os Timbiras*, de Gonçalves Dias; a *Confederação dos Tamoios*, de Gonçalves de Magalhães; e com os romances *O Guarani*, *Iracema* e

símbolo nacional, passou a ser representado como o bom selvagem, o nobre da floresta que se sacrificara em nome da civilização trazida pelo homem branco.<sup>143</sup>

Os índios romantizados em nada tinham a ver com os atores sociais que povoaram o Brasil, sendo personagens minuciosamente construídos para fins políticos-culturais.<sup>144</sup> O índio selecionado pelos romancistas brasileiros como símbolo nacional pertencia ao tronco tupi-guarani, aquele que fora objeto tanto da catequização jesuítica quanto da exploração colonial, cuja população já havia praticamente desaparecido nessa época ou se diluído por meio da miscigenação.

Interessante observar como no II Reinado coexistiram duas representações antagônicas dos indígenas: por um lado, eram idealizados pelos românticos; por outro, os índios ainda existentes eram marginalizados. As autoridades previam e almejavam o desaparecimento desses grupos, fosse pelo extermínio, miscigenação ou assimilação cultural, negando completamente a sua identidade étnica. Conforme afirmação de Manuela Cunha, “os tupis-guaranis estavam para a nacionalidade, assim como os botocudos estavam para a ciência.”<sup>145</sup>

O governo de D. Pedro II promoveu um etnocídio na tentativa de homogeneizar a cultura brasileira. Nesse processo, símbolos indígenas foram usados para caracterizar uma cultura que deveria seguir os passos da europeia, mas possuir signos próprios, que denotasse identidade. Essa medida seguia o discurso dos filósofos das luzes, no qual “o indisfarçável desprezo pelo outro levou iluministas e revolucionários a adotarem uma política colonial de assimilação social, jurídica e cultural, com imposição do modo europeu de sociedade”, sendo esta postura opressiva “curiosamente entendida como fator de libertação.”<sup>146</sup>

O branco aparecia como o elemento desbravador e civilizador, que trazia consigo a marca do progresso e dos bons costumes. Já o negro quase não aparecia nas representações oficiais e na literatura e nas artes era sempre o elemento servil. O fato de os escravos constituírem elementos-chave da economia do país era considerado vergonhoso, um lado obscuro que as autoridades imperiais tentavam esconder.

Todo esse investimento do governo imperial se explica pelo fato de no II Reinado o Estado brasileiro já estar consolidado no que se referia à parte política, mas não havia ainda

*Ubirajara*, de José de Alencar. Sobre o indianismo, ver ROUANET, Maria Helena. *Eternamente em berço esplêndido: a fundação de uma literatura nacional*. São Paulo: Siciliano, 1991.

<sup>143</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004, p. 140.; CHAUI, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

<sup>144</sup> Alguns pensadores da época se opuseram a utilização do índio como personagem heroico e fundador, bem como a sua assimilação sócio-cultural, sendo seu principal expoente Francisco Varnhagen, que via os índios como inimigos irreconciliáveis e rebeldes.

<sup>145</sup> CUNHA, Manuela C. da. Op cit., p.136.

<sup>146</sup> SILVEIRA, Renato da. Op. Cit, 2000, p.100.

uma identidade nacional. Por volta de 1850, a constituição do sistema político imperial se sobrepunha aos projetos das elites econômicas regionais, havendo uma centralização de poder e o fortalecimento da unidade territorial. Portanto, o Estado precedia a nação, tendo sido realizados primeiro os arranjos políticos e os domínios territoriais para, depois, se pensar na construção nacional.

### 3.3.2 Imigração no Brasil

Desde o período joanino já ocorria um debate governamental acerca da imigração para o Brasil, envolvendo a raça e os modos de vida dos sujeitos que deveriam emigrar para terras brasileiras. As primeiras experiências de colonização com estrangeiros datam de 1818, quando foram doadas sesmarias para a formação de colônias agrícolas.

A política empregada na primeira metade do século XIX incentivava a colonização dirigida. Nesse modelo, o Estado pagaria as despesas da viagem, daria subsídios nos primeiros tempos e isentaria os colonos de impostos por um período de dez anos.<sup>147</sup> No entanto, foi a partir de 1850, quando o contrabando negreiro foi suprimido, que a política imigrantista governamental ampliou-se. As autoridades imperiais estavam preocupadas em recrutar imigrantes brancos para pôr em marcha o projeto civilizador, pois havia chegado à hora de civilizar não só as zonas rurais, mas a sociedade como um todo, e modificar a feição racial e cultural do país.<sup>148</sup>

Em contrapartida, os fazendeiros tentavam recrutar trabalhadores de qualquer parte do mundo para substituir os escravos mortos, fugidos e os que não mais seriam trazidos da África, havendo um claro antagonismo entre os interesses dos fazendeiros e os da burocracia imperial. Para eles, o mais importante era que essa mão de obra não tivesse acesso a terra e fosse obrigada a trabalhar.<sup>149</sup>

Os Agassiz viram a imigração de europeus com bons olhos, mas não deixaram de observar os conflitos existentes entre os interesses do governo central e dos donos de terra.

Não se deve, pois, estranhar que logo após a declaração da independência, D. Pedro I houvesse ensaiado atrair imigrantes alemães para o seu novo império. Todavia, só por volta do ano de 1850, após a abolição efetiva do

---

<sup>147</sup> A política de colonização empregada na primeira metade do século XIX era regida por leis, portarias e decretos que modificavam constantemente os direitos e deveres dos imigrantes, que deveriam obedecer as leis segundo a data de entrada no Brasil.

<sup>148</sup> ALENCASTRO, Felipe de; RENAUX, Maria L. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. In: \_\_\_\_\_ (org.). *História da vida privada no Brasil 2*. São Paulo: Cia das Letras: 2006.

<sup>149</sup> Ibidem.

tráfico dos negros é que os ensaios da colonização foram seriamente empreendidos, com certa energia. Com essa tentativa, porém, o governo e os plantadores perseguiram objetivos muito diversos. O primeiro desejava, com a mais total boa fé, criar uma população de trabalhadores e uma classe de pequenos proprietários. Os fazendeiros, ao contrário, acostumados a explorar o trabalho servil e forçado, só pensavam em contemplar as suas empresas substituindo os africanos pelos europeus. Daí resultaram terríveis abusos; [...].<sup>150</sup>

Sobre as divergências de interesses entre governo e fazendeiros, Maximiliano de Habsburgo escreveu:

[...] O imperador tem tentado várias vezes uma solução para essa questão vital para o Brasil que dia-a-dia ganha em importância; **sua vontade muito arrazoada não consegue impor-se face à implacável obstinação da poderosa aristocracia rural que até hoje soube exercer a maior influência tanto na Corte como no Parlamento** [...]. Já algum tempo que a opinião pública considera claramente que a falta cada vez mais sensível de negros só pode ser compensada por uma espontânea imigração de lavradores europeus livres; para realizar e assegurar de forma duradoura uma tal colonização, são necessárias porém, certas importantes mudanças na legislação brasileira e cuja concretização entraria em confronto com os interesses da rica aristocracia rural.<sup>151</sup>

Apesar da entrada de imigrantes no Brasil ter começado antes mesmo da independência, a maioria aportou no país no final dos oitocentos. O censo de 1872 apontou os africanos livres e escravos (183 mil) como o primeiro contingente estrangeiro no Império brasileiro. Os portugueses (121 mil) aparecem em segundo lugar, seguidos dos alemães (46 mil). Os portugueses e os alemães, respectivamente, foram os principais personagens da política imigrantista até 1880.<sup>152</sup>

Segundo Schwartz, por volta de 1870 novas teorias de pensamento em voga na Europa e nos Estados Unidos, como o positivismo, o evolucionismo e o darwinismo, chegaram ao Brasil e foram adotados de forma original pelas elites intelectuais, sendo reelaboradas e adaptadas à realidade brasileira. Nesse momento, o darwinismo social foi interpretado a partir de um viés evolucionista e monogenista, sendo feita uma releitura, sobretudo, da noção de degeneração, a fim de dar uma solução à questão racial brasileira.<sup>153</sup> A miscigenação provocada pela imigração de trabalhadores europeus levaria a um branqueamento, ou seja, a

<sup>150</sup> AGASSIZ, Jean L. R., AGASSIZ, Elizabeth C., Op. cit., p. 298.

<sup>151</sup> HABSBURG, Ferdinand Maximilian von. Op. cit., p.265-266. (Grifo nosso)

<sup>152</sup> Entre a Independência e a Primeira Guerra Mundial, os portugueses, espanhóis e italianos destituídos de posses formaram os maiores contingentes imigratórios para o país. ALENCASTRO, Felipe de; RENAUX, Maria L. Op. Cit., 2006

<sup>153</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. Op. Cit., 2002.

um suposto melhoramento racial, e não à degeneração, como acreditavam a maioria dos visitantes, a exemplo dos Agassiz.

Em meio a um contexto caracterizado pelo enfraquecimento e fim da escravidão e pela realização de um novo projeto político para o país, as teorias raciais serviam para explicar as diferenças e hierarquias, sem inviabilizar a formação de uma nação mestiça.<sup>154</sup>

Como já foi visto, ao contrário da maioria dos viajantes, Avé-Lallement encarava a miscigenação como uma medida favorável para o Brasil, pois com o passar dos anos as “cores claras” se tornariam preponderantes, resultando numa população mais esclarecida e inteligente.<sup>155</sup>

Ao opinar sobre a imigração, Avé-Lallement considerou que a vinda de alemães para o Brasil seria de grande valia não apenas para resolver problemas referentes à mão de obra, mas também para levar o país a um “futuro melhor”, a partir do momento em que se estaria atraindo “uma raça de homens mental e fisicamente capazes de cultura.”<sup>156</sup>

No sul da Bahia, durante uma conversa com o fazendeiro Conselheiro Gonçalves Martins sobre o progresso e o desenvolvimento do país, Avé-Lallement exaltou como principal atributo da raça nórdica, dos saxões e anglo-saxões “sua pronunciada tendência para uma vida de família”, característica que não era encontrada no estilo de vida baiano, que não se traduzia “na sua forma rigorosamente moral”. Deixou claro que não baseava sua alegação a partir de “um preconceito egoísta da vida protestante norte-alemã”, mas que havia nela “uma profunda verdade”.<sup>157</sup>

Para ele, o brasileiro livre, mesmo pobre, não servia para o trabalho, pois era preguiçoso e arrogante. Em Belmonte, no interior da Bahia, escreveu:

O povo arrasta assim na indolência os santos dias da semana num simulacro de vida, necessitado, pobre, sujo, mas arrogante, quando dele se exige trabalho a troco de dinheiro. Muitos passam fome de preferência a se cobrirem com a vergonha do trabalho. Porquanto esta é aqui a única e por isso mesmo persistente diferença entre o homem livre e o escravo; este último trabalha, o primeiro não.<sup>158</sup>

Suas falas evidenciam a relação estabelecida entre raça, religião, moral e disposição para o trabalho. O viajante ignorou o fato de que os habitantes do local pudessem ter outros

<sup>154</sup> A discussão sobre o povo brasileiro e a identidade nacional foi central no âmbito político brasileiro da Independência até a Revolução de 1930 e influenciou muitos pesquisadores, literatos e ensaístas brasileiros, como Sílvio Romero e, posteriormente, Gilberto Freyre.

<sup>155</sup> AVÉ-LALLEMANT, Robert. Op. Cit., 1961, p. 66.

<sup>156</sup> Ibidem, p.40.

<sup>157</sup> Ibidem, p.40.

<sup>158</sup> Ibidem, p.111.



modos de vida, a exemplo da economia de subsistência, e não estarem completamente inseridos no sistema socioeconômico capitalista. Para boa parte da população, sobretudo interiorana, o trabalho sistemático e constante não era de grande valia, pois suas necessidades estavam mais ligadas à pesca, caça e coleta. Tais atividades exigiam que o trabalhador ou núcleo familiar executasse múltiplas tarefas, dependentes do ciclo irregular da natureza. Comumente os visitantes estabeleciam uma associação direta entre trabalho artesanal e assistemático à ociosidade. Encaravam as formas de subsistência como carentes de aperfeiçoamento e atrasadas em comparação aos modelos que visavam à formação de excedentes de produção.<sup>159</sup>

O conde de Suzannet apontou os principais obstáculos para o país progredir e alcançar o status de civilizado:

Já indicamos a maioria de dificuldades, a estagnação, as revoltas sempre estourando, a incapacidade das autoridades, a venalidade da justiça, **a ambição feroz da raça negra, a atitude hostil das tribos de índios**, e, por fim (e é isto, principalmente, que deve alarmar os homens políticos do Brasil), **o estado moral do povo. Não deve causar muito espanto o triste quadro que oferece a civilização brasileira.**<sup>160</sup>

O conde demonstrou sua indignação perante a falta de habilidade das autoridades brasileiras para administrar o país, incluindo aí, sua diversificada população. Para ele, as características morais e de personalidade dos negros e índios eram problemas relevantes a serem enfrentados, havendo uma única saída para o país prosperar: “É na verdade a influência dos estrangeiros que pode regenerar o Brasil.”<sup>161</sup> E prosseguiu:

**Falta ao Brasil uma sociedade ativa e inteligente. [...] a emigração européia que encontra hoje em dia tão pouco encorajamento, viria, após o comércio, trazer o trabalho e a indústria.** A França poderia travar com êste grande país relações que seriam úteis à sua potência assim como a uma sociedade que fôsse digna do nosso interesse. Assim renasceriam, pouco a pouco, no Brasil, a ordem e a prosperidade.<sup>162</sup>

Para Suzannet, investir na imigração deveria ser o segundo passo a ser dado após uma maior abertura comercial.<sup>163</sup> Exaltou a importância da imigração europeia e não hesitou em julgar seu país apto a contribuir para o progresso do Brasil. Aliás, a “inferioridade” de boa

<sup>159</sup> Ver BARREIRO, J. C. Op. cit.

<sup>160</sup> SUZANNET, Conde de. Op. Cit., p. 238. (grifo nosso).

<sup>161</sup> Ibidem, 1957, p. 67.

<sup>162</sup> Ibidem, p. 67. (grifo nisso)

<sup>163</sup> O viajante ignorou que desde a abertura dos portos, em 1808, a ampliação do mercado de consumo foi imediata. O uso da farinha de trigo para o fabrico do pão, compotas de frutos tipicamente europeus e biscoitos importados de Londres ou Paris, são apenas alguns exemplos de produtos a venda nas principais cidades brasileiras, embora acessíveis apenas para indivíduos de posse.

parte dos habitantes do território brasileiro era recurso utilizado para justificar o interesse expansionista dos países ditos civilizados. Nesse sentido, o Brasil só poderia prosperar se servisse aos interesses comerciais internacionais, tendo a França como guia, que em troca, o colocaria no caminho da civilização. Ressentido pelo lugar de prestígio ocupado pela Inglaterra, ainda afirmou que “os ingleses não eram os únicos a defender no Brasil a causa da civilização.”<sup>164</sup>

O missionário Kidder também creditou à imigração a possibilidade de o Brasil se desenvolver: “Sem o auxílio da imigração, passar-se-ão séculos antes que o país possa dar mostras de sua capacidade”.<sup>165</sup> Para o religioso, o governo deveria realizar um levantamento e proceder a demarcação legal de todo o território nacional, pois “nem sequer um quinto do solo brasileiro foi reconhecido”. Mas questionou: “que vantagem poderia haver em tais levantamentos e demarcações se não estimular a imigração? Pouca, sem dúvida.”<sup>166</sup>

Vale lembrar que a política de restrição do acesso à terra por parte de estrangeiros foi consolidada alguns anos após sua partida, em 1850, com a promulgação da Lei de Terras. O processo de aquisição da terra, que de forma geral era adquirida por doação, após essa lei, passou a ser comprada. A Lei de Terras definia que após medição e demarcação das terras devolutas no Império, estas deveriam ser “cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares como para estabelecimentos de Colônias de nacionais e estrangeiros, autorizando o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara.”<sup>167</sup>

O debate acerca da ocupação de terras nas zonas de fronteira envolvia os três elementos considerados como mais significativos para serem utilizados como mão de obra: os negros - libertos ou escravos - os índios e os imigrantes europeus. Prova disso é que ainda em 1850, além da Lei de Terras, foram aprovados os estatutos da *Sociedade contra o Tráfico dos Africanos e Promotora da Colonização e Civilização dos Índigenas*, e a Decisão de número 62, que incorporava aos Próprios Nacionais as terras dos índios.<sup>168</sup>

De acordo com Paraíso, a política indigenista imperial brasileira foi bastante omissa. Objetivando maior dinamização econômica, o Estado tinha o interesse de liberar as terras ocupadas pelos silvícolas para conquista e comercialização, promovendo o aumento de

<sup>164</sup> SUZANNET, Conde de. Op. Cit., p.129.

<sup>165</sup> KIDDER, Daniel P. Op. cit, 1943, p.247.

<sup>166</sup> Ibidem, p.247.

<sup>167</sup> COLEÇÃO das Leis do Império do Brasil (1808-1889). Atos do Poder Legislativo, 1850, Tomo 11, parte 1ª, seção 44º, Brasília: Imprensa Nacional, p. 307.

<sup>168</sup> CUNHA, M. M. C. da (org.). *Legislação indigenista no século XIX*. São Paulo: Edusp, CPI/SP, 1992.

espaços apropriáveis, além de transformar o índio em mão de obra barata e forçar a sua assimilação.<sup>169</sup>

No decorrer do século XIX foram implementadas algumas políticas com o intuito de inserir o índio no mercado de trabalho, conforme o *Regulamento das Missões de 1845*, único documento indigenista imperial. O regulamento retomava o modelo catequético e delimitava o direito dos índios à terra, permitindo expropriações e a sua incorporação ao patrimônio nacional, caso ela não fosse cultivada. Assim, amansar e civilizar os índios tornou-se um ideal a ser perseguido após o fim do tráfico negreiro, pois usar a mão de obra indígena em substituição a dos africanos passou a ser uma alternativa bastante visada, sobretudo em áreas de fronteira.

Entretanto, a resistência de muitos grupos indígenas e a crescente influência das teorias raciais desacreditavam cada vez mais os projetos de sua colonização. O posicionamento político dominante implicava na integração, que deveria ser feita de modo pacífico. Contudo, medidas repressivas e punitivas podiam ser aplicadas a qualquer grupo que não aceitasse se enquadrar nos modelos de incorporação estabelecidos pela sociedade nacional.

O lugar social que deveria ser ocupado pelos indígenas brasileiros foi uma questão bastante discutida pelas autoridades imperiais. Durante o processo de formação do Estado brasileiro, o reconhecimento dos índios enquanto cidadãos implicava na miscigenação racial e incorporação de padrões considerados civilizados.<sup>170</sup>

Políticos, fazendeiros e muitos viajantes opinavam que extensões de terras subocupadas por índios, inferiores e intolerantes ao trabalho, seriam mais bem aproveitadas por imigrantes em busca de uma nova vida nos trópicos. A mata deveria dar lugar ao cultivo, pois terras não exploradas eram vistas como grande desperdício.

O imigrante europeu, além de representar o tipo de mão de obra desejada, também teria a função de ajudar a povoar o vasto território brasileiro. Para Maximiliano de Habsburgo:

O único limite para o indivíduo é o fim de suas forças [...] E como o país é muito pouco povoado, é possível que essa situação dure ainda muito tempo; para indivíduos sensatos e ativos, isso é até mesmo uma decisiva vantagem, pois ninguém os perturba em suas iniciativas; eles não sofrem da desagradável pressão obrigatoriamente existente nos países ultracivilizados e

---

<sup>169</sup> PARAÍSO, Maria Hilda B. Imigrantes europeus e índios: duas soluções para a questão da substituição da mão-de-obra escrava africana no Brasil na década de 1850. *Inquice Revista Cultural Eletrônica*, UFBA, v.2, 2000, p.1-16.

<sup>170</sup>Sobre o tema, ver PARAÍSO, Maria Hilda B. Construindo o estado da exclusão: os índios brasileiros e a Constituição de 1824. *CLIO – Revista de Pesquisa Histórica*, v. 28.2, 2011.

superpovoados. [...] o Imperador está no Rio, infinitamente longe. Tais aventureiras condições possuem um lado realmente romântico.<sup>171</sup>

Segundo o arquiduque austríaco, se o governo não organizasse logo “um sistema adequado de imigração”, se não superasse o “ódio aos estrangeiros” e não soubesse “vencer os partidários da escravatura, o grande Império desmoronará e a mata virgem avançará, novamente, vitoriosa, cobrindo o país.”<sup>172</sup>

Só o imigrante europeu teria condições de domar tamanha riqueza natural, afinal, como destacou Kidder, uma das causas que tolhiam o desenvolvimento nacional era a “falta de uma população livre e inteligente que corresponda, em número, à extensão territorial da nação.”<sup>173</sup>

Fazia parte da mentalidade dos viajantes a crença no domínio do homem sobre a natureza e no avanço tecnológico, como mostrou Suzannet:

O Brasil sendo um país produtor, deve ter o comércio como base de sua riqueza: a exploração das minas, organizada com inteligência, a produção bem dirigida dos gêneros coloniais, proporcionariam a este império grande prosperidade. O que é que adiante tantas riquezas inexploradas? **Não se pode deixar de julgar com severidade essa gente que descarta a exploração dos produtos naturais**, num país onde com tão pouco esforço se poderia ter bem-estar; **mas o mais culpado não será o governo que não sabe dar a essa sociedade decaída uma orientação útil aos seus interesses?**<sup>174</sup>

Suzannet preocupou-se com os recursos que poderiam ser explorados e com os excedentes que poderiam ser comercializados, julgando o que seria melhor para uma nação a qual não pertencia. Suas considerações apresentaram como emergencial um projeto transformador que deveria ser levado a cabo pelo europeu. Culpou o governo por não orientar essa “sociedade decaída” a explorar corretamente as riquezas do seu solo. E prosseguiu em seu discurso com viés civilizatório:

**Há nisso mais que uma questão de existência e salvação para o Brasil, há também uma questão de interesse geral; pois a Europa sofre ao ver um grande império repelir sua influência civilizadora e entravar o seu comércio.**

Se os recursos preciosos atualmente desperdiçados forem explorados; e se as relações comerciais, vantajosas para todos os povos, forem estabelecidas sobre bases regulares, o Brasil poderá ainda retomar confiança no futuro: **o comércio com a Europa trará consigo não somente a propriedade material, mas também servirá à causa da ordem, facilitará a reforma**

<sup>171</sup> HABSBERG, Ferdinand Maximilian von. Op. cit, 2010, p.145.

<sup>172</sup> HABSBERGO, Maximiliano. Op. cit, 1982, p. 161.

<sup>173</sup> KIDDER, Daniel P. Op. cit, 1943, p.247.

<sup>174</sup> SUZANNET, Conde de. Op. Cit., p.58-59. (grifo nosso)

**dos costumes e trará para o caminho da civilização um povo desgarrado e que dela se afasta cada vez mais.**<sup>175</sup>

Voltando-se para questões de cunho político-econômico, Suzannet expôs a importância de estreitar laços comerciais com a Europa. Com objetivos expansionistas e sob uma ótica liberal, apresentou as relações comerciais entre as nações em pé de igualdade, sendo “vantajosas para todos os povos”, e reforçou a ideia de que o resto do mundo deveria existir em função da Europa e aceitar de forma resignada a sua intervenção.

Na Europa e na América do Norte as ciências tinham alcançado grande desenvolvimento, em conformidade com os pressupostos norteadores do conceito de progresso. Os viajantes concluíam que no Brasil vivia-se à margem do modo de vida moderno, pois era essencialmente agrícola e escravocrata e ainda não tinha uma classe operária que reivindicasse por instrução. Havia um descaso com o conhecimento científico, que poderia ser aplicado à agricultura, à mineração, à exploração de outras riquezas e ao comércio, gerando grande lucratividade.<sup>176</sup>

Na Bahia, Suzannet observou as indústrias existentes. Destacou a importância da fabricação de charutos, que caso fosse produzido com mais cuidado “seria logo procurado pelos mercados europeus”; a produção de cerâmica, flores de penas e sabão. Mas pontuou que essas manufaturas ainda estavam na “infância”, sendo “coisa rara no Brasil”.<sup>177</sup> Para ele, a industrialização aparece como ícone de modernidade e avanço. Assim, a produção em larga escala, na Bahia e em todo o Brasil, seguia o mesmo processo de desenvolvimento da nação brasileira e do seu povo.

Ao criticar o governo imperial e afirmar que os brasileiros, mesmo os mais esclarecidos, não eram capazes de administrar o país e colocá-lo no caminho do progresso e da prosperidade, propôs que “espíritos superiores”, ou seja, estrangeiros (de preferência franceses), tomassem a direção e o controle do Brasil.

Pôr em funcionamento as engrenagens de um governo constitucional é coisa que exige uma sabedoria e uma prudência extraordinárias, tanto nos dirigentes como dos que representam a nação. Esta sabedoria e esta prudência só são encontradas nas sociedades que amadureceram sob a influência benéfica da civilização. Seria possível exigí-las dos brasileiros? Poder-se-ia esperar de homens que mal sabem obter que suas propriedades lhes dêem rendimentos suficientes, que estejam aptos a tratar de grandes negócios e discutir questões políticas? **O caso não estaria ainda perdido se**

<sup>175</sup>Ibidem, p. 248-249. (grifo nosso).

<sup>176</sup> BARREIRO, J. C. op. cit.

<sup>177</sup> SUZANNET, Conde de. Op. Cit., t, p.186.

**esses homens, grosseiros e ignorantes, aceitassem o controle e a direção de espíritos superiores [...].**<sup>178</sup>

Em várias passagens do relato de Suzannet, conforme as citações supracitadas, fica evidente sua visão imperialista e a ideia de que os franceses seriam mais evoluídos e civilizados que os habitantes do Brasil. Para este e outros viajantes, a noção de homem civilizado estava estritamente ligada à disciplina para o trabalho, à exploração da natureza de forma intensiva e ordenada e ao valor concedido à propriedade privada. Assim, sujeitos que tinham um estilo de vida que não prezasse esses elementos eram considerados primitivos e precisavam ser devidamente direcionados e controlados por “espíritos superiores”.

### 3.3.3 Trabalho Livre x Trabalho Escravo

Aos olhos dos viajantes havia outro entrave ao progresso do país: *o mercado de almas*. O sistema escravocrata constituía o principal obstáculo para o progresso e dificultava a introdução da mão de obra livre e europeia no Brasil. Segundo Suzannet: “Além de tôdas as causas de desordens naturais em uma sociedade ainda na infância, que passava sem transição do despotismo cego de Portugal a uma liberdade da qual só compreendiam os abusos, veio juntar-se a questão da escravidão.”<sup>179</sup>

Para esses atores sociais, a inclusão dos negros como trabalhadores livres e assalariados não representava as bases para o crescimento social e econômico da nação, pois acreditavam que somente a imigração poderia sanar esse problema. O fato de os viajantes se oporem à escravidão não significava que não admitissem à hierarquização racial e/ou cultural.

Maximiliano de Habsburgo não entendia como os cidadãos do Brasil acreditavam que o país poderia prosperar tendo o sistema escravista como base. Durante sua passagem pela Bahia, observou que os sujeitos que degradavam os escravos se denominavam “cidadãos livres de um país livre”, e pretendiam que este florescesse sob tais circunstâncias, sem perceberem a “ironia e humilhação que tais palavras contêm”.<sup>180</sup>

Dando mostras de sua visão liberal, observou a emergência da civilização, julgando ser o trabalho regular e a busca por capital sua mola propulsora.

Assim, chamou-me atenção a grande preponderância dos negros, em comparação com os brancos. Dentre os últimos, os poucos que se viam

<sup>178</sup> Ibidem, p.240. (grifo nosso)

<sup>179</sup> Ibidem 1957, p. 233.

<sup>180</sup> HABSBURGO, Maximiliano. Op. cit, 1982, p. 122.

pertenciam, na maioria das vezes, as classes mais altas. Podiam-se perceber, em seus, movimentos, a grande pressa, a ânsia incessante por lucro. Seu lema também aqui, como no resto da América, é: *time is money*, um princípio pelo qual, no fundo, sou apaixonado, pois ele é a base do esforço, da atividade que fortifica o corpo e ativa o espírito, o verdadeiro realismo que impulsiona a raça humana para a frente e que torna o socialismo possível. Pois, se todos trabalham, exclui-se a inveja, e a justiça surge, de novo, com a igualdade. Só os escravos não se enquadram bem em tais princípios.<sup>181</sup>

Notou que os homens brancos do Brasil também ansiavam por lucros e os escravos convertiam-se um obstáculo para o desenvolvimento social. A presença dos cativos impedia qualquer movimento do país no sentido de ajustar-se às sociedades capitalistas.

O alemão Avé-Lallemant teve contato com proprietários de terras preocupados com a falta de mão de obra resultante da proibição do tráfico negreiro e do surto de cólera. Para ele, os imigrantes não teriam condições de prosperar enquanto houvesse mão de obra escrava no país. Daí o seu clamor: “Por isso, por Deus, não se tente introduzir essas raças [germânicos] na província de escravos da Bahia, se não se lhes quiserem deixar todos os seus direitos, se os quiserem deixar expostos às arbitrariedades d’alguma rica empresa de colonização ou capataz de escravos.”<sup>182</sup>

Ainda opinou que seria “muito melhor navegar novamente para a costa da África e arranjar-se, como dantes, com Moçambique, Luanda e Inhambana [...]. É muito melhor o tráfico de escravos, do que o embuste contra pobres imigrantes alemães”.<sup>183</sup>

Avé-Lallemant reivindicou com bravura melhores condições de vida para os imigrantes europeus. As raças nórdicas, de homens brancos e livres, não podiam ser compatíveis com a escravidão. Sendo assim, os africanos poderiam sofrer com as mazelas do trabalho escravo, mas os “pobres imigrantes alemães” não.

Para o visitante, a existência simultânea dos modelos de trabalhos livre e escravo revoltaria o cativo, pois “quando um recebe no sábado à tarde o seu salário duma semana, o outro recebe uma roda de açoites.”<sup>184</sup> Observou, ainda, que outro problema seriam as diferenças culturais entre os proprietários de terra e os alemães, assim como a dificuldade de adequar o tratamento dispensado aos trabalhadores livres, acostumados a outro sistema laboral.

---

<sup>181</sup> Ibidem, p., 223-224.

<sup>182</sup> AVÉ-LALLEMANT, Robert. Op. Cit., 1961, p.40.

<sup>183</sup> Ibidem, p. 9.

<sup>184</sup> Ibidem, p.37.

O mais difícil para os senhores de escravos quando tomam gente livre, quando recebem trabalhadores alemães ao seu serviço, é habituarem-se ao tom e a maneira exata como devem tratar seus subordinados livres. O eterno ralhar, descompor, gritar com a escravatura em que os feitores se tornaram grandes, não se contem facilmente diante do trabalhador livre, que esses senhores julgam ser-lhes quase incondicionalmente e inteiramente subordinado, só por se ter alugado a eles.<sup>185</sup>

O médico alemão sugeriu a imigração portuguesa como possível solução para suprir a carência de trabalhadores na Bahia, já que brasileiros e portugueses seriam “da mesma raça, da mesma família,”<sup>186</sup> conheciam as terras um do outro e os portugueses não teriam dificuldade para entender os contratos e lançar mão da justiça, caso fosse necessário.

Segundo Mattoso, no período de 1852 a 1889, 7.815 portugueses do sexo masculino vieram para a Bahia. Cerca de 35% desses imigrantes tinham entre oito e catorze anos e trabalhavam com seus conterrâneos como aprendizes do comércio.<sup>187</sup> Compartilhando a mesma língua e diversos itens culturais, os lusitanos não sofreram um impacto cultural tão grande.

De fato, a relação entre fazendeiros e imigrantes se mostrou bastante tensa devido às diferenças culturais e de interesses. Os conflitos muitas vezes exigiam a intervenção da força pública, que se posicionava a favor dos fazendeiros; enquanto os consulados tentavam defender os direitos dos estrangeiros.

Para Avé-Lallemant a imigração de alemães só poderia prosperar na Bahia quando não houvesse mais a mão de obra escrava e o os colonos pudessem viver em colônias independentes, trabalhando em terra própria, pois só assim poderiam revelar todo “o seu valor e significação.”<sup>188</sup>

Maximiliano de Habsburgo fez o mesmo tipo de consideração, apontando para a impossibilidade de conciliar trabalho escravo e do colono livre: “Escravos e emigrantes honestos não podem existir um ao lado do outro. Senhores de escravos não podem ser justos. **Exterminar a escravidão seria, por conseguinte, o nascimento do novo Brasil.**”<sup>189</sup>

Opinou que só após a abolição o Brasil poderia pleitear um lugar entre as nações civilizadas e mostrou o quanto a escravidão imprimia sua marca ao país. Enquanto os “emigrantes honestos” não poderiam trabalhar ao lado de escravos, correndo o risco de serem tratados da mesma forma, o que aconteceria com o ex-escravo diante da liberdade e da

<sup>185</sup> Ibidem, p.37.

<sup>186</sup> AVÉ-LALLEMANT, Robert. Op. Cit., 1961,p.38.

<sup>187</sup> MATTOSO, Kátia M. de Queiros. Op. Cit. 1992, p. 201.

<sup>188</sup> AVÉ-LALLEMANT, Robert. Op. Cit., 1961, p.38.

<sup>189</sup> HABSBURGO, Maximiliano. Op. cit, 1982, p.161. (grifo nosso)



concorrência com o trabalhador branco? Ao pregar pelo fim do sistema escravista, os viajantes normalmente não se preocupavam com o futuro dos novos homens livres.

### 3.3.4 Impressões acerca das Colônias na Província da Bahia

Na Bahia, a introdução de colonos estrangeiros se deu no sul da província, em áreas distantes da capital e da região açucareira. A primeira dessas experiências de colonização agrícola foi a *Colônia do Rio Salsa*, fundada por iniciativa oficial em 1818, composta por brasileiros e estrangeiros. Foi extinta alguns anos depois, em 1827.<sup>190</sup>

A *Colônia de São Januária*, também localizada no sul da Bahia, em Temperoá, foi fundada em 1828. Formada por irlandeses vindos do Rio de Janeiro para ocupar a região, a colônia não prosperou e, em 1857, os colonos abandonaram a região.

Outra tentativa de colonização estrangeira foi a *Colônia Leopoldina*<sup>191</sup>, fundada em 1818, às margens do rio Peruípe, no município de Villa Viçosa, pertencente à comarca de Caravelas, no extremo sul da Bahia. Essa colônia foi fundada por Peter Peyke (mais tarde cônsul de Hamburgo na Bahia) e pelos naturalistas Freyreiss e Morhard, de Frankfurt, a partir de cinco sesmarias recebidas. Alcançou relativa prosperidade devido à produção e exportação do café, sendo sua importância reconhecida pelas autoridades provinciais.

A Leopoldina contava com trabalho escravo, por isso, foi descaracterizada enquanto colônia. Em fala recitada na Assembléia Legislativa da Bahia, em 1855, o presidente da província, João Mauricio Wanderley, registrou que embora o seu estado fosse florescente, não poderia “ser considerada como uma colônia regular, por quanto na agricultura empregam-se quase exclusivamente braços escravos”. Ainda segundo o presidente, neste ano a colônia era composta por 43 fazendas de café, cujos proprietários eram brasileiros, suíços, prussianos, hanoverianos, entre outros, com 65 pessoas de famílias, 25 homens livres empregados e 1.243 escravos.<sup>192</sup>

Embora não tenha visitado a Colônia Leopoldina, Avé-Lallemant registrou algumas informações sobre o local e mostrou-se satisfeito com os bons resultados da empresa. Porém, a despeito da prosperidade noticiada, o cronista criticou o fato de o café ser a única cultura

<sup>190</sup> LYRA, Henrique Jorge B. Op. Cit.

<sup>191</sup> Sobre a colônia Leopoldina, ver CARMO, Alane Fraga do. *Colonização e escravidão na Bahia: a Colônia Leopoldina (1850-1888)*. Dissertação de mestrado em História. Salvador: UFBA, 2010.

<sup>192</sup> FALLA recitada na abertura da Assembleia Legislativa da Bahia pelo presidente da província, o doutor João Mauricio Wanderley, no 1.º de março de 1855. Bahia, Typ. de A. Olavo da França Guerra e Comp., 1855, p.44.

produzida e o uso de braços escravos na lavoura. “O número dessas fazendas, pequenas e grandes, que prosperam com o trabalho escravo, pode montar a 40 ou 50”.<sup>193</sup>

A *Colônia de São Jorge de Ilhéus* foi fundada pelo arquiteto alemão Peter Weyll, que recebeu terras na região do rio Almada, em Ilhéus, na década de 1820. Inicialmente era composta por vinte e oito casais de agricultores alemães que se dedicaram a cultura do café e do cacau, mas sofreram com falta de recursos e enfermidades tropicais. Posteriormente, transformou-se em um conjunto de propriedades produtoras de cacau.

Sobre a presença de colonos europeus em Ilhéus, Maximiliano de Habsburgo disse:

**Essas colunas de fumo são os marcos do caminho da civilização que emerge a partir da mata virgem, são sentinelas avançadas;** aí a Providência Divina colocou corajosos pioneiros que, fugindo das futilidades e das preocupações do Velho Mundo, decidiram-se pelo papel de colonizadores, para serem, sem que disso tivessem consciência, os primeiros instrumentos da civilização que avança sem trégua.<sup>194</sup>

Aqui o colono [plantador de fumo] aparece como um herói, homem que, iluminado por Deus, abandona um pólo de civilização rumo a terra ainda não cultivada, a fim de levar-lhe a semente do progresso. Em todo o relato de Maximiliano seu discurso mostrou-se contraditório, pois o viajante apresentava a povoação das terras brasileiras e a exploração da natureza como itens essenciais para que o Brasil se tornasse próspero e civilizado. Por outro lado, a ideia de uma vida construída em meio a natureza e distante do ambiente urbano, com suas rígidas regras de sociabilidade, causavam-lhe fascínio e admiração.

O arquiduque entrou em contato com imigrantes alemães das colônias Leopoldina e São Jorge de Ilhéus. Verificou, indignado, que as crianças não sabiam falar alemão, que as condições de vida dos agricultores não eram satisfatórias e que eles não apresentavam uma boa aparência.

Em Ilhéus, Maximiliano ficou hospedado na fazenda Vitória e na fazenda do barão Paravicini, às margens do rio Cachoeira e seus afluentes, perto de colônias estrangeiras. Ao visitar algumas residências de colonos, observou com indignação que quase todos os imigrantes ofereciam uma “imagem melancólica”. Os trabalhadores “apresentavam a marca da pobreza e da incerteza. O conjunto tinha o ar de uma experiência que não queria propriamente assentar raízes e, sem querer fazer-me de profeta, receio muito que não vá sair nada de bom dessa colonização suábica [...]”.<sup>195</sup> Felizmente, parece que a previsão do

<sup>193</sup> AVÉ-LALLEMANT, Robert. Op. Cit., 1961, p.151.

<sup>194</sup> HABSBURGO, Maximiliano. Op. cit, 1982, p. 63. (Grifo nosso)

<sup>195</sup> HABSBURG, Maximilian von. Op. cit, 2010, p. 163.

arquiduque não se realizou. Segundo Moema Augel, a lavoura cacauceira já estava estabelecida na região em 1860, ano da sua visita. Com o florescimento do cacau, a colônia São Jorge de Ilhéus prosperou, chegando a contar com 400 colonos em 1870.<sup>196</sup>

Devido as precárias condições de vida e ao fato de serem forasteiros, Maximiliano percebeu que os próprios alemães se admiravam por não terem uma posição definida e que, “em vez de dominar”, resultaram “numa espécie intermediária, entre homens escravos e livres.”<sup>197</sup> Para ele, os lugares sociais estavam fora de ordem e o imigrante europeu, destinado a um papel mais nobre, estava muito distante da imagem de bravo e próspero civilizador.

Na segunda metade dos oitocentos, a *Associação Baiana de Colonização* recrutou 150 alemães para trabalharem na *Companhia Metalúrgica de Assuruá*, fundada pelo alemão Kramer e por negociantes de Lençóis.<sup>198</sup>

Na década de 1870 foram fundadas as colônias estrangeiras *Muniz* e *Teodoro*, situadas em Comandatuba e na margem do rio Una, região em processo de expansão agrícola. Os colonos foram trazidos pelo comendador Egaz Moniz Barreto de Aragão e pelo conselheiro Policarpo Lopes de Leão, que estabeleceram uma agência de imigração visando importar trabalhadores do norte europeu, embora além de alemães a colônia também contasse com poloneses.<sup>199</sup>

Em 1848, o então Governador da Bahia, João Mauricio Wanderley, relatou a importância de colonizar a região fronteira à província de Minas Gerais com o braço europeu.

Conhecendo, pelas informações, que tem chegado ao meu conhecimento, que o lugar do Salto as margens do Rio Pardo, no Município de Canavieiras, oferece as proporções convenientes para o estabelecimento de uma colônia agrícola, por ser terreno fértil e apropriado à cultura do café, cacau e outros produtos, dirigi-me ao Governo Imperial para auxiliar-me n'este projeto, proporcionando **a importação para esta Província de Colonos d'Alemanha, reconhecida como o viveiro da colonização, e que pode oferecer ao Brasil indivíduos mais capazes e em maior quantidade.** As vantagens d'esta medida são reconhecidos tanto pelo lado da agricultura, como porque logo que se estabeleça no lugar designado uma povoação com núcleo para o futuro d'uma grande vila, **se facilitará o commercio entre esta Província e Minas Gerais, pelo rio Pardo, e as tribos selvagens, que ainda infestão esses lugares, mais facilmente serão aldeadas e chamadas ao grêmio da civilização.**<sup>200</sup>

<sup>196</sup> Nota de Moema Augel em HABSBURG, Maximilian von. Op. cit, 2010, p. 163.

<sup>197</sup> HABSBURGO, Maximiliano. Op. cit, 1982, p.80.

<sup>198</sup> EDELWEISS, Frederico G. *A secular presença da Alemanha na Bahia*. Anais do APEB, n. 39, 1970, p.230.

<sup>199</sup> FALLA dirigida a Assembleia Provincial da Bahia pelo primeiro vice-presidente, dez. João José d'Almeida Couto no 1.o de março de 1873. Bahia, Typ. do Correio da Bahia, 1873.

<sup>200</sup> FALLA que recitou o Presidente da Província da Bahia, o desembargador João José de Moura Magalhães, n' abertura da Assembleia Legislativa da mesma Província em 25 de março de 1848/49. Bahia: Typ. de João Alves Portela. Rua da Oração, casa n. 8, 1848, p.43.

Esses colonos eram qualificados nos discursos oficiais como homens elevados, que chamariam as “tribos selvagens” ao “grêmio da civilização”. Contudo, passavam a ser vistos como desordeiros, rebeldes e muito exigentes quando protestavam contra as más condições de vida e o descumprimento dos acordos estabelecidos com os agentes de imigração.<sup>201</sup>

Avé-Lallement, após deixar a capital da Bahia, seguiu viagem pelo interior até a região do vale do rio Mucuri<sup>202</sup>, onde visitou um núcleo de colonização alemã. Quando o visitante chegou ao local, cerca de dez anos antes havia sido fundada a *Companhia de Navegação e Comércio do Mucuri*, cujo objetivo principal era ligar o centro-oeste da província de Minas Gerais ao litoral, por meio da navegação e estradas de ferro. Tal empreendimento, que estava mudando toda a paisagem da região, era dirigido pelo mineiro Teófilo Ottoni, por quem foi guiado.

Prestou serviços médicos aos colonos e, horrorizado com as suas condições de vida, teceu contundentes críticas aos agentes envolvidos na prática da imigração para o Brasil, denunciando governos alemães que permitiam “esse comércio negro de homens brancos!”<sup>203</sup> Mas o principal alvo das suas críticas foi, sobretudo, o próprio Teófilo Ottoni, a quem descreveu como sendo um homem desumano, decretando-lhe “guerra implacável”.<sup>204</sup>

Na cidade de Caravelas, nas mediações dos rios Mucuri e Peruípe, observou que um dos entraves para a prosperidade da cidade e das colônias eram as condições de salubridade, pois os moradores da região sofriam, entre outras enfermidades, de febres tifóides, infecções de baço, doenças cardíacas e disenteria, sem contar com nenhuma assistência médica. Também enfrentavam o calor, a umidade, o caráter denso da vegetação da Mata Atlântica, a dificuldade das derrubadas, os mosquitos, os carrapatos, a abundância de morcegos hematófagos, além do medo das populações indígenas.

Para o médico viajante, as moléstias atacavam mais facilmente os imigrantes europeus que, em sua opinião, eram “exatamente a gente de quem por certo se espera sempre e em primeiro lugar uma regeneração do país.”<sup>205</sup>

Avé-Lallement havia se entusiasmado com a prosperidade de uma colônia alemã que havia visitado no sul do país, encontrando no sul da Bahia um cenário muito diferente, de

---

<sup>201</sup> Conflitos dessa natureza ocorreram nas colônias Muniz e Teodoro.

<sup>202</sup> Rio brasileiro que banha os estados da Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo.

<sup>203</sup> AVÉ-LALLEMANT, Robert. Op. Cit., 1961, p.219.

<sup>204</sup> Ibidem, p.163 e 261.

<sup>205</sup> Ibidem, p.153.

“imigrantes na mais negra miséria”, segundo ele, por culpa da “especulação empreendida por uma sociedade anônima.”<sup>206</sup>

No relato, alertou seus compatriotas e os governos germânicos, suplicando-lhes ajuda:

Enquanto, porém, houver especuladores particulares nesse Império que quiserem aliciar emigrantes alemães para substituir sua escravatura moribunda, enquanto essa espécie de comércio de carne humana na Alemanha não for punido com as mais severas penas, muitos dos nossos simples e confiantes compatriotas serão seduzidos e vendidos para servir a interesses particulares no Brasil, sobretudo enquanto lá chegarem cartas aliciantes, noticiosas de sucessos, subscritas por muitos nomes e publicadas pela imprensa – cartas aliciantes que são ‘escritas espontaneamente por amistosos convites do empresário de colônias’ – declarações de sucessos cujos signatários, na maioria, amaldiçoam a hora em que se deixaram engodar e emigraram [...]<sup>207</sup>

Constatou que muitos estrangeiros eram atraídos para o Brasil com promessas de melhoria de vida, mas acabavam como substitutos da mão de obra escrava, exercendo funções insalubres e vivendo em condições socioeconômicas que pareciam reservadas aos cativos.

Avé-Lallemant buscou intervir junto às autoridades ministeriais e ao próprio Imperador, em “nome dos compatriotas iludidos na Alemanha, desamparados no Mucuri, sob o mais abominável despotismo e na mais amarga miséria”.<sup>208</sup> Relatou todas as cenas que viu, explicou sobre o estranhamento desses homens ao chegaram à colônia e se depararem com um mundo completamente diferente, que contava com animais desconhecidos e índios botocudos. Discorreu sobre as condições de sujeição e servidão as quais os imigrantes eram submetidos e defendeu a necessidade de as colônias contarem com sacerdotes, professores e médicos.

Suas denúncias alcançaram grande repercussão e geraram ações do governo imperial, como a liberação de 128 colonos para saírem do local e a transferência de várias pessoas doentes e desamparadas para o Rio de Janeiro, a fim de realizarem tratamentos de saúde. As declarações - que também circularam na imprensa alemã - renderam-lhe algumas inimizades, principalmente de fazendeiros, políticos, aliciadores de colonos e alguns representantes da imprensa nacional.

---

<sup>206</sup> Ibidem, p.8.

<sup>207</sup> Ibidem, p.8. Cabe notar que o naturalista von Tschudi, que esteve na região do Mucuri um ano antes e publicou seu relato também em Leipzig, em 1866, posicionou-se a favor da Companhia e acusou o médico de estar representando interesses políticos.

<sup>208</sup> Ibidem, p.222. Cabe informar que o espaço geográfico dos alemães do século XIX era constituído de um mosaico de reinos e principados, dos quais o de maior influência política-cultural era a Prússia, havendo grande descontentamento popular com o regime monárquico.

Na colônia da região do Mucuri ele teve acesso a documentos, convites para emigração, anúncios de jornais e nomes de agentes concessionários que puderam comprovar o teor enganoso das propagandas. “Como tudo aquilo soava bonito, nobre, humano, cheio de esperanças, prometededor de proventos, de riquezas! E quando se conhecem essas especulações particulares, nas quais os colonos são meios e não fins, que se deverá pensar da moralidade desses agentes?”<sup>209</sup>

O viajante não se calou e continuou a emitir opinião política a respeito do empreendimento, criando uma imagem negativa do Brasil, onde até mesmo o europeu branco era enganado e tratado de forma desumana.

Enquanto aqueles que, como dirigentes do Estado, tem nas suas mãos os destinos do Brasil não se atravessarem seriamente no caminho das empresas colonizadoras especulativas de particulares, que arruinam o imigrante crédulo e o bom nome do Brasil no estrangeiro; enquanto, sobretudo, os agentes do governo brasileiro na Alemanha não forem energicamente solicitados para que não auxiliem o aliciamento de emigrantes para empresas particulares; enquanto não se lhes tornar obrigatório advertirem-nos oficialmente, sempre que tais empresas particulares se iniciam em regiões, nas quais, notoriamente ou com grandes visos de verdade, pressupostas condições de insalubridade põem em grande perigo a vida dos imigrantes alemães – nenhum novo elemento livre imigratório alemão poderá prosperar no Brasil.<sup>210</sup>

Para Avé-Lallemant, “enquanto o governo brasileiro permitir e até aprovar empresas particulares iniciadas com colonos e imigrantes aliciados por engajadores, assistirá sempre a velha história: infortúnio e miséria do imigrante e, como conseqüência, ataques violentos e aniquilamento não dessas empresas particulares, e sim de todo o Império [...]”<sup>211</sup>

Ao acusar a omissão do governo imperial por aceitar que particulares tivessem liberdade para empreender projetos imigratórios, lembrou que o fracasso dos mesmos acarretaria na aniquilação do Império, já que o imigrante era o único elemento capaz de regenerar o país. Seguramente essa era a visão do viajante, mas o fato de o papel do imigrante europeu como civilizador, mesmo em se tratando de homens pobres, ser sempre reiterado em seu diário podia ser uma estratégia para chamar a atenção do governo brasileiro para a questão. Afinal, se argumentos humanitários não eram suficientes, a possibilidade do projeto civilizador fracassar e da imagem do Brasil ficar muito prejudicada poderiam surtir algum efeito.

---

<sup>209</sup> Ibidem, p.163.

<sup>210</sup> Ibidem, p.9.

<sup>211</sup> Ibidem, p.163.

Assim como Avé-Lallemant, Maximiliano considerou que os imigrantes haviam sido enganados e que acabaram virando escravos brancos nas mãos dos grandes latifundiários:

As tentativas até agora que foram feitas para amenizar a falta de mão-de-obra, recorrendo ao proletariado europeu, foram na maioria das vezes mal sucedidas; as agências encarregadas disso na Europa souberam atrair milhares de ingênuos que desconheciam as verdadeiras condições do país; a maior parte deles, porém, viu-se frustrada em suas expectativas ao tomarem consciência da flexibilidade dos contratos pouco claros, **percebendo que os ricos latifundiários não procuravam rendeiros nem lavradores, segundo o conceito europeu, mas apenas escravos brancos, substitutos a preços módicos, para compensar a diminuição do número de negros.**<sup>212</sup>

Alguns anos antes, em 1847, até mesmo o então presidente da província da Bahia, conselheiro Antonio Ignacio d'Azevedo, discorreu sobre o assunto na Assembléa Legislativa, afirmando que se havia: “pago ao tributo da inexperiência; os estrangeiros, aliciados pela fertilidade do solo que habitamos, tem sido illudidos em suas esperanças lisonjeiras e assim foi-se desacreditando a colonização principalmente nesta Província”.<sup>213</sup>

No Mucuri, Avé-lallemant se surpreendeu ao encontrar imigrantes chineses trabalhando na construção de estradas, lembrando que “para iniciar nova era do desenvolvimento do Brasil, o Ministério do Interior, em 1855, anunciara a importação de chineses” e que eles tinham tão poucos direitos quanto os imigrantes europeus. O viajante se deparou com “uma horda de chineses no meio da floresta virgem do Brasil! Isto é certamente um fenômeno que me pareceu bastante singular. **Imigrantes europeus, negros e agora até chineses, de três partes estranhas do mundo, e ainda nenhum dos primitivos botocudos!**”<sup>214</sup>

Ao reclamar da falta de braços na Assembleia Legislativa da Bahia, em maio de 1865, o então presidente da província, Alvaro Tiberio de Moncorvo e Lima, viu nos chineses uma alternativa:

O governo imperial no empenho e promover e adiantar a colonização, que procura de todos os modos auxiliar, mandou contratar trabalhadores chins para os ceder ou distribuir pelos fazendeiros, e senhores d'engenho de açúcar, considerando que o emprego delles tem produzido os melhores resultados em paizes semelhantes ao nosso em clima e produção [...] Nesta

<sup>212</sup> HABSBURGO, Maximiliano. Op. cit, 1982, p.267. (grifo nosso)

<sup>213</sup> FALLA que recitou o presidente da provincia da Bahia, o conselheiro Antonio Ignacio d'Azevedo, n'abertura da Assembléa Legislativa da mesma provincia em 2 de fevereiro de 1847. Bahia, Typ. do Guaycurú de D. Guedes Cabral, 1847, p.6.

<sup>214</sup> AVÉ-LALLEMANT, Robert. Op. Cit., 1961, p.185.

província se tem igualmente procurado realizar a introdução dos mesmo colonos [...] <sup>215</sup>

Com o fim tráfico, os fazendeiros procuraram estabelecer um circuito de transporte de asiáticos. Ao tentar introduzir trabalhadores chineses, tiveram que enfrentar a oposição do governo central que, após a década de 1850, vetou a entrada de imigrantes dessa nacionalidade, por questões raciais e culturais.

O ideal de trabalhador que se buscava é evidenciado por meio de documentos que comprovam as tentativas fracassadas de chineses e, principalmente, trabalhadores africanos livres de tentarem emigrar para o país, pois não era de interesse das autoridades imperiais que homens não brancos se estabelecessem no país. Assim, orientais e negros não tinham lugar na nova política de povoamento e de mão de obra pensada pelas autoridades imperiais. <sup>216</sup>

Quanto à província da Bahia, Lyra concluiu que as tentativas de inserção de imigrantes não tiveram êxito em virtude da forte resistência da oligarquia agrária vinculada a um regime mercantil escravista e ao sistema fundiário. <sup>217</sup> No transcurso do século XIX os grupos economicamente dominantes preocuparam-se com a imigração e desejavam que a província ganhasse ares mais civilizados. Entretanto, esse grupo não queria a presença de trabalhadores europeus por receio de que estes trouxessem novas ideias e novos modelos de relações trabalhistas, podendo influenciar a massa trabalhadora negra e provocar sublevações na ordem estabelecida. Por esse motivo, os imigrantes não foram direcionados para Salvador e região açucareira. Assim, a abolição e a República foram recebidas pela elite econômica local sem causar grandes transformações estruturais. Nas palavras de Bacelar, a sociedade baiana de fins dos oitocentos “antevia a mudança sem transformação.” <sup>218</sup>

De fato, as colônias na Bahia fracassaram por que os colonos viviam em estado de miséria. Vítimas de propostas enganosas, ao chegarem à província tinham que desempenhar o papel de desbravadores. Num ambiente hostil e desconhecido, os trabalhadores europeus não

<sup>215</sup> FALLA recitada na abertura da Assembleia Legislativa da Bahia pelo presidente da província, o doutor Alvaro Tiberio de Moncorvo e Lima em 14 de maio de 1856. Bahia, Typ. de Antonio Olavo da França Guerra e Comp., 1856, p. 79.

<sup>216</sup> Um desses exemplos foi analisado por Wlamira Albuquerque, que examinou a documentação envolvendo um pedido de desembarque em Salvador, no ano de 1877, de um grupo de dezesseis comerciantes africanos retornados de Lagos, na Costa d'África, que queria se estabelecer na cidade. Os africanos apresentavam passaportes ingleses e viajavam em condições legais. Embora não houvesse nenhuma restrição à imigração de africanos, desde que libertos ou livres, o Conselho Estadual, órgão da Corte que julgou o caso, não os aceitou, usando como argumentos leis que proibiam a entrada de escravos ou libertos, mas que não estavam mais em vigor ou não se aplicavam ao caso, pautando sua deliberação em planos políticos e convicções ideológicas. ALBUQUERQUE, Wlamira. Op. Cit.

<sup>217</sup> LYRA, Henrique Jorge B. Op. Cit.

<sup>218</sup> BACELAR, Jeferson. Op. Cit., p. 46.



conseguiram enfrentar o problema da derrubada da mata e as condições de salubridade e, quando conseguiam produzir, não encontravam meios para escoar a produção. Comumente morriam ou desertavam e, caso permanecessem, agravavam suas hipotecas em 5 ou 10 anos.

Os trabalhadores se depararam com lotes marcados na selva virgem e alegaram que na Europa lhes haviam prometido terras loteadas, habitações prontas, colheitas próximas e não a abertura da floresta. Os agentes envolvidos na imigração não transmitiram aos colonos as dificuldades que os esperavam nesse projeto, em plena selva do interior da Bahia.

A ausência de uma política imigrantista definida para a província, a inexpressiva inserção do sul da Bahia nas rotas comerciais, a falta de infraestrutura dos locais onde as colônias foram estabelecidas e o fato de a maioria ser fruto de empreendimentos particulares, com interesses claros em obter mão de obra barata e não em desenvolver a região, também foram fatores essenciais para o fracasso das colônias.

Os colonos não encontraram apoio dos fazendeiros baianos, já que a maioria deles desejava tê-los como trabalhadores em suas propriedades. Isso ocorria principalmente nas áreas interioranas, onde havia dificuldades em inserir a produção no circuito comercial predominantemente litorâneo, o que gerava estagnação econômica e migração para núcleos mais dinâmicos.

Apesar das tentativas de fundar colônias no sul da Bahia, já no ano de 1887, o presidente da província, João Capistrano Bandeira de Mello, reclamava na Assembleia Legislativa a pouca atenção concedida à colonização europeia na província e que a Sociedade Bahiana de Imigração nada esperava da “iniciativa particular, nem mesmo dos mais interessados na substituição do trabalhador escravo pelo trabalhador inteligente e livre.”<sup>219</sup>

Para Maximiliano de Habsburgo, as colônias baianas não alcançavam êxito devido à falta de vias de comunicação, a exemplo de linhas marítimas e estradas de ferro. Argumentou que em regiões de difícil circulação apenas os grandes fazendeiros podiam escoar a produção e fazer bons negócios, de modo que os imigrantes, em geral pequenos agricultores, não conseguiam obter bons resultados.

Essa crítica se expandia para todo o território nacional. Maximiliano, assim como praticamente todos os viajantes pesquisados, considerou que a falta de uma comunicação articulada constituía um dos principais obstáculos para a prosperidade econômica do país, denunciando o seu atraso.

---

<sup>219</sup> FALLA com que o illm. e exm. sr. conselheiro dr. João Capistrano Bandeira de Mello, presidente da província, abriu a 2.a sessão da 26.a legislatura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 4 de outubro de 1887. Bahia, Typ. da Gazeta da Bahia, 1887.

Um Estado gigantesco! Entretanto não passa de um conceito vazio. Enquanto não existirem estradas, estradas de ferro, ligações fluviais regulares, o império inteiro se reduz a algumas poucas cidades portuárias e alguns espaços habitados na floresta que são chamados de colônias; [...]<sup>220</sup>

Suzannet também observou esse problema e criticou o governo Imperial, dizendo que o aplaudiria quando houvesse esforços para “abrir novos caminhos à indústria e ao comércio, construindo estradas que facilitem o transporte de mercadorias.”<sup>221</sup>

Essas considerações, muito presentes nos seus discursos, mostram que esses espaços econômicos deveriam ser racionalizados visando ao desenvolvimento da produção e circulação de mercadorias, em conformidade com a dinâmica do mundo moderno.

Durante o II Reinado, apesar das dificuldades econômicas enfrentadas por algumas províncias, como a Bahia, a produção e comercialização de produtos brasileiros estavam em expansão, em consonância com o ritmo de crescimento da economia mundial. Para atender as novas exigências mundiais, fazia-se necessário modernizar os processos produtivos, acentuando-se as discussões sobre a substituição do trabalho escravo, as formas de acesso à propriedade agrícola e a modernização dos sistemas financeiro, administrativo e político.

Nesse sentido, a administração imperial adotou algumas medidas no intuito de modernizar o Estado e a economia, embora não tenham sido suficientes. Para se ter uma ideia dessas ações, na década de 1850 o governo inaugurou uma linha regular de vapores ligando diversas províncias à Inglaterra, concedeu incentivos para aqueles que investissem na abertura de estradas e ferrovias, ofereceu garantias a acionistas de companhias particulares interessados na construção de linhas férreas, estabeleceu o primeiro Código Comercial Brasileiro e criou, pela segunda vez, o Banco do Brasil.<sup>222</sup>

Nas narrativas a sociedade brasileira é descrita como atrasada, indolente e sem ambição, ou seja, inapta a explorar os recursos naturais do país, racionalizar e maximizar a produção e os mecanismos do capitalismo industrial.<sup>223</sup> Em geral, os viajantes se incomodavam com o fato de grande parte da população não ter desenvolvido hábitos modernos de consumo e ser indiferente aos seus padrões de conforto e bom gosto. Portanto, ninguém melhor que o trabalhador livre, branco e europeu para dinamizar a sociedade brasileira e colocá-la nos trilhos do capitalismo e da civilização.

<sup>220</sup> HABSURGO, Maximiliano. Op. cit, 2010, p.137.

<sup>221</sup> Ibidem, p.248.

<sup>222</sup> LINHARES, M. Y.; TEIXEIRA SILVA, F. C. *História da agricultura brasileira, combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

<sup>223</sup> Vale lembrar que esse discurso também era usada na própria Europa para desqualificar as populações rurais e camponesas. PRATT, Mary. Op. Cit..

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O século XIX protagonizou um crescente otimismo dos europeus em relação a si mesmos e à cultura a qual pertenciam, de modo que os viajantes, independente do ofício que exerciam, viam-se como espíritos iluminados, missionários e vanguardistas, acreditando na sua superioridade e no seu papel pedagógico. Apresentavam-se como veículo de progresso e civilidade, através de suas ideias e das relações políticas, comerciais e culturais que o Brasil já mantinha ou que poderia vir a desenvolver com seus países de origem.

A literatura de viagem reproduziu um discurso que posicionava o homem europeu e, a meu ver, também o norte-americano, bem como o mundo ocidental e seus respectivos valores, como superiores em relação às demais sociedades. Tais produções construíram imagens estereotipadas sobre estes *outros*, enfatizando tudo aquilo que pudesse diferenciar o homem oriundo de um centro difusor de civilidade e progresso dos demais. Assim, construiu-se um repertório comum a respeito dos “povos selvagens” e um consenso sobre a necessidade de intervenção do homem branco no mundo pós-colonial que então se esboçava.

Esses discursos oitocentistas foram respaldados por saberes científicos e por ideais iluministas relativos à evolução, progresso, produção e civilização. O evolucionismo legitimou ideologicamente a posição hegemônica da burguesia ocidental, possibilitando à elite europeia uma tomada de consciência de seu poderio, consolidada com a expansão mundial do capitalismo. Nesse contexto, o crescimento capitalista forçou as potências a encontrarem novas formas para as intervenções euroimperialistas e novas ideologias legitimadoras. A missão civilizadora, o racismo científico e os ideais de progresso e desenvolvimento passaram a autorizar o expansionismo econômico dessas nações.

Os textos dos viajantes possuíam ao mesmo tempo um projeto de autoconhecimento, conhecimento do *outro* e domínio. Daí que as considerações econômicas estavam sempre presentes, mesmo que de maneira sutil. Nesse sentido, as representações da província da Bahia e de sua população comportam, mesmo que de forma subliminar, um projeto político, pois as viagens mesclavam, ainda que involuntariamente, dominação e expansão econômica.

A experiência da viagem e os relatos se apresentavam como instrumentos privilegiados para a articulação do novo paradigma imperial, marcados por processos culturais complexos norteados pela expansão capitalista, pelo racionalismo, pela ciência, pelo romantismo, pela constituição do individualismo e pelas teorias raciais.

Nos oitocentos, a imagem do Brasil passou a ser bastante híbrida, prevalecendo uma visão dicotômica: ainda uma terra encantada, mas também atrasada. A imagem edênica

remetia à natureza, enquanto a imagem degradante apontava para a população, sua aparência, seus usos e costumes, de modo que a pujança do mundo natural contracenava com a pequenez humana.

A representação do Brasil ainda se encontrava vinculada a fantasias referentes ao continente recém-descoberto, à imagem do Éden. É preponderante a visão paradisíaca, predominando a vegetação exuberante e verde, flores coloridas, pássaros melodiosos, animais exóticos, riquezas minerais, espaços imensos, abundância e liberdade.

Mas apesar desse encantamento, os visitantes colocaram como questão emergencial a substituição das grandes extensões de matas por áreas agrícolas, mostrando-se em sintonia com os discursos das autoridades políticas locais. O ambiente natural apresentava-se ora como o paraíso, ora como habitat de feras e selvagens, ora como espaços vazios e reservas de matéria-prima.

A natureza inexplorada era vista como um sinal de estagnação e de fracasso da ação humana, legitimando o intervencionismo europeu. Ao investigarem o potencial econômico das regiões que conheciam, os visitantes descreviam o panorama brasileiro como um espaço a ser moldado ou aperfeiçoado.

Ao mesmo tempo em que atestava a autenticidade nacional, a natureza poderia conduzir o país à esterilidade. Portanto, tornava-se emergencial imbricar meio ambiente e progresso, assimilando a construção humana ao cenário natural. Se bem utilizados, os recursos naturais poderiam levar o Brasil a se regenerar e progredir.

No confronto com a diferença, estabeleceu-se no imaginário do estrangeiro um equilíbrio precário frente à ambiguidade a respeito das populações viventes nos trópicos. A maioria dos visitantes percebia o povo brasileiro - caracterizado por uma grande pluralidade étnico-cultural - como obstáculo ao progresso do país. O atraso consistia na presença simultânea de sociedades indígenas, negros escravos e ex-escravos, portugueses e seus descendentes, sendo boa parte desse variegado quadro humano racialmente miscigenado e praticante do catolicismo popular.

Os discursos científicos e estéticos acerca dos negros e indígenas construídos no século XVIII foram potencializados no XIX, quando a observação das diferenças humanas ganhou estatuto de ciência e transformou-se em projeto teórico de pretensão universal. Naquele momento, prevaleceu a detração. O índio e o negro seriam bárbaros, animais, demônios. Com efeito, percebe-se que a diversidade social brasileira e sua riqueza cultural não foram compreendidas.

Os discursos generalizadores dos retratos etnográficos de usos e costumes são distintos da paisagem natural, porém, complementares a ela. Ambos fazem parte do projeto global da história: a terra apresentada como território a ser explorado; os habitantes como potencialidades para mão de obra e mercado consumidor. Portanto, a ordem discursiva eurocolonial acabava por dismantelar a rede socioecológica que a precedia.

Em todas as narrativas fica evidente a noção de superioridade do homem branco e a naturalização da inferioridade dos índios e negros. O branco representava a civilização e teria o poder de abrir suas portas para os povos selvagens. O indígena é apresentado como estereótipo do ser primordial, elemento integrante da paisagem edênica, ora puro e inocente, ora agressivo e exótico. O índio continuou a despertar interesse, associado à natureza selvagem e ao fantástico, mas cada vez mais integrado aos estudos sistemáticos e classificatórios das sociedades. Por sua vez, os negros eram associados à face mais negativa das localidades.

Contudo, Maria Graham encontrou negros habilidosos e inteligentes, o que não ocorreu com os índios, descritos pela autora como canibais e, portanto, mais selvagens. Avé-Lallemant também parece ter se horrorizado mais com os corpos e práticas culturais indígenas. Os personagens brasileiros aparecem de forma negativa nas obras analisadas, inseridos num meio que impedia sua completa evolução.

As ponderações são parcialmente variáveis. Para os Agassiz, o branco poderia mostrar o caminho da civilização para os selvagens, desde que não se misturasse com eles. Ao condenar o cruzamento racial num país de mestiços, estava condenando a população brasileira, excluindo sua possibilidade de avanço civilizacional. Já para Avé-Lallemant, a mestiçagem seria positiva na medida em que poderia embranquecer a população e torná-la racial e culturalmente mais homogênea.

No conjunto étnico-cultural encontrado no Brasil, nem mesmo o branco descendente do português se salvava. Os visitantes demonstraram certa frustração com a insuficiente adesão dos brancos nacionais aos hábitos civilizados. Comentavam, muitas vezes com certo sarcasmo ou tom de censura, que os indivíduos de posses não agiam com a devida retidão moral e que cultivavam modos europeus, porém, sem espontaneidade. Imersos numa vida de vícios e imoralidades, eram tão corrompidos quanto seus escravos, vivendo de maneira desregrada. Sua educação e religiosidade continuavam a imprimir-lhes a marca da primitividade.

Os comentários relativos à pluralidade étnico-cultural encontrada na Bahia refletem suas convicções sobre as diferenças raciais entre os humanos. Por vezes a teoria defendida

pelo viajante ficava implícita. Em alguns casos, foi possível ter uma ideia do seu posicionamento, se seriam monogenistas, poligenistas e favoráveis ou não ao cruzamento racial.

Em geral, as narrativas são marcadas por contradições e tensões, daí que em muitos momentos os visitantes não conseguiram conciliar os resultados das suas observações, mostrando ambivalência e fusão de sentimentos. Basta observar que nem sempre eles emitiam opiniões tão parecidas acerca da moral e capacidade intelectual dos negros, índios, brancos e mestiços, pois apesar de terem acesso às mesmas referências e estereótipos, cada sujeito sentiu e interpretou as vivências em terras baianas de maneira única.

Porém, não se pode deixar de notar que na medida em que as trocas culturais se intensificaram, algumas percepções foram ampliadas, fugindo, em certa medida, de alguns estigmas. Ao mesmo tempo em que reforçavam estereótipos, os viajantes podiam desconstruir outras imagens pré-concebidas. Acreditamos que as representações também servem para transformar os sentidos e as imagens que parecem familiares, pois, confrontado com o novo, o homem precisa readequar seu repertório mental.

Através das representações, as características perturbadoras do *outro* são trabalhadas, ganham novos contornos e a diferença é integrada. Assim, após a experiência da viagem, existe a possibilidade de o indivíduo começar a ver o familiar como incômodo e estreito, fazendo uma nova leitura do seu próprio universo e, assim, ampliar seus horizontes.

Nesse sentido, algumas populações observadas na Bahia, ao mostrarem a existência de outras aparências, costumes, crenças e valores, despertaram repulsa, mas também fascínio. A perplexidade diante da diferença vinha à tona ao mesmo tempo em que se projetavam nesses sujeitos fantasias ou esperanças libertárias.

Os relatos conflitavam imagens pré-concebidas e fantasiosas com a realidade vista, vivenciada ou relatada por terceiros, além de descortinar um cenário de tensões raciais e econômicas, genocídio (no interior da Bahia) e, sobretudo, etnocídio.

As elites econômicas e autoridades governamentais brasileiras se esforçavam para apresentar o Brasil como uma Monarquia nos trópicos, onde reinava a paz interna e o povo estava em constante evolução racial e cultural, tentando deslocar a imagem das estruturas sociais que as incomodavam - escravidão e selvageria de suas gentes - construindo um discurso de civilidade que objetivava mostrar ao mundo sua face mais europeia.

No entanto, embora a tentativa de criação da identidade brasileira estivesse alinhada aos ideais burgueses em voga no período, as impressões dos viajantes que passaram pela Bahia se distanciavam muito da representação harmoniosa que o governo Imperial tentava

difundir. Para esses estrangeiros, o Estado não estava obtendo êxito ao tentar criar uma civilização nos trópicos.

A própria diversidade, em todos seus aspectos - ambiental, racial e cultural - traria a marca da incerteza. Longe de esgotar a multiplicidade de imagens que os visitantes criaram a respeito da sociedade brasileira, seu governo, suas instituições e sua história, é notória a ideia de que o Brasil oitocentista despontava como grande terra repleta de potenciais, mas que permanecia em constante estado de formação, que ainda “estava por fazer”. Os relatos, sobretudo de Suzannet, Maximiliano e Agassiz, revelam as dificuldades do Brasil em se consolidar enquanto nação e tornar-se civilizado.

O Estado, responsável por promover a modernidade, a cultura, a técnica e o progresso, apoiado pelo círculo restrito de cidadãos cultos, tinha como tarefa organizar e disciplinar a população, incluindo os escravos, os libertos e as camadas mais pobres. Porém, os viajantes acreditavam que isso só seria possível com o auxílio de imigrantes estrangeiros.

O branco, que tinha o saber e a civilização, deveria ajudar o negro e o índio a se regenerar. Estes deveriam sacrificar suas paixões e seus bárbaros costumes para alcançar um estilo de vida mais civilizado. Contudo, o branco brasileiro não estaria totalmente apto para tal desafio, de modo que a figura do imigrante europeu se tornou central no debate acerca do futuro da nação, pois ele era portador da cultura dominante.

A maioria dos viajantes sugeriu algumas medidas que deveriam ser adotadas não só na Bahia, como em todo o país, quais sejam: a abolição da escravatura, a interferência de nações consideradas mais avançadas, a livre concorrência e investimentos na imigração. Viam como emergencial um processo civilizador que transformasse o território e reorganizasse as relações da sociedade através de uma intervenção laboral, educacional e religiosa - em certa medida protestante - de modo que a busca pelo aperfeiçoamento permeia todos os relatos.

Acreditavam que o atraso do país era marcado, sobretudo, pela existência da escravidão e da miscigenação racial. O escravo era um empecilho a qualquer tentativa do país de moldar-se às sociedades capitalistas avançadas. Consideravam o índio e o negro em estágio de barbárie, situação que os impedia de enxergar o trabalho regular como algo natural e uma necessidade social. Ademais, não viam na elite política e econômica capacidade suficiente para alterar esse quadro, pois a escravidão teria degradado toda a sociedade, tornando-a ociosa, improdutiva e imoral. Os imigrantes brancos, supostamente mais laboriosos e racialmente melhorados, elevariam a cultura, a moralidade, difundiriam um cristianismo mais ortodoxo e instruiriam o trabalhador nacional.

A chegada dos viajantes após a abertura dos portos, seguida da independência do Brasil e da primeira tentativa de construção da nacionalidade, no II Reinado, impulsionaram a penetração eurocapitalista. Para escravos, setores mestiços sem privilégios, povos indígenas e comunidades autosuficientes em geral, a independência e a presença maciça de estrangeiros significou a intrusão do trabalho assalariado, do controle estatal, da cultura de mercadoria, da propriedade privada e do controle sobre o tempo, tendo como consequência o etnocídio de alguns grupos sociais.

Os viajantes almejavam a universalização do mercado de consumo para o progresso do capital industrial, cuja base era o trabalho livre e a necessidade cada vez maior de produção, acúmulo material e lucratividade. Nesse sentido, percebe-se que a nação brasileira estava em desacordo com os costumes sociais próprios das sociedades burguesas.

A crença de que o jovem Brasil poderia alcançar o progresso através do fim da escravidão, de alterações no seu universo religioso, investimentos em educação, relações comerciais com a Europa e incentivo da imigração europeia em grande escala, fazia parte de uma ideologia imperialista sempre presente nas representações construídas pelos visitantes.

Verificamos que essas ideologias não foram, em nenhum momento, diretamente questionadas ou criticadas pelos viajantes, que consagravam os planos expansionistas das nações as quais pertenciam.

As narrativas ajudaram a difundir determinadas imagens sobre o Brasil que permanecem, modificadas ou não, até os dias atuais no imaginário dos estrangeiros. Terra abençoada pela mãe natureza, mas construída de forma desregrada, com práticas culturais e religiosas primitivas e habitada por homens miscigenados, libidinosos e exóticos. Essas conclusões refletem e reforçam o senso comum, as representações que se faziam no exterior em torno do povo da Bahia e, numa visão mais ampla e superficial, do Brasil como um todo.

O olhar etnocêntrico e maravilhado pelo excêntrico é um olhar externo, de fora, que captura as terras visitadas enquanto objetos e constrói o *outro* de forma reducionista. Esse modo de olhar dominou a formação de opinião no Velho Mundo em relação ao Brasil, sendo responsável pelos mecanismos pelos quais certas ideias se difundiram como indiscutíveis e generalizantes. As imagens estereotipadas acerca do país foram introjetadas na mentalidade dos próprios brasileiros, forjando uma colonização interna de nossa percepção de nós mesmos e desempenhando um papel importante na maneira como os gestores públicos, desde a independência, pensaram em seus concidadãos, em sua região e em seu país.

Os visitantes, ao participarem temporariamente da dinâmica de Salvador, bem como de outras cidades baianas, formularam impressões acerca das localidades e dos seus



habitantes, (re)configurando representações do lugar e promovendo diferentes formas de olhar e interagir com o *outro*. Ao apresentarem um olhar majoritariamente eurocêntrico, esses atores sociais reiteravam imagens de um Brasil exótico, que se encontrava na infância da civilização.

A diversidade de tipos humanos, ao mesmo tempo em que foi vista por muitos como um fator negativo para o progresso da Bahia, contraditoriamente, tornava-se um dos atrativos que dava maior visibilidade à província e que, juntamente com as paisagens naturais, colaborava para colocá-la na rota das grandes navegações científicas e das viagens particulares de aventura e lazer.

Os viajantes deixaram marcados nas narrativas o olhar admirativo ante a complexidade de nossa formação racial. O traço mais saliente da população de Salvador era, sem dúvida nenhuma, o enorme contingente de negros que a compunha. Ao lado do cenário natural, os homens de cor - escravos, livres ou libertos - destacaram-se como o maior atrativo da cidade. Assim, apesar de toda a carga de preconceito, os visitantes identificaram a construção de uma afro-baianidade. Vale lembrar que mais de 200 anos depois, Salvador ainda é identificada como a cidade mais negra do Brasil.

Nessa perspectiva, a pluralidade racial e cultural, tornava-se, doravante, um atrativo que despertava a atenção dos estrangeiros que aportavam no Brasil tropical, ávidos por se depararem com “autênticos selvagens”, “curiosidades africanas” e com “bárbaros na sua terra nativa”, como citaram, respectivamente, os viajantes Maximiliano da Áustria, Maria Graham e Charles Darwin. Assim, a raça é uma peça chave que desde meados dos oitocentos está sempre se (re)posicionando no jogo das constantes elaborações das representações da identidade do povo brasileiro.

Em tal contexto sobressaía-se a província da Bahia, que foi visitada por boa parte dos viajantes que estiveram no Brasil oitocentista, sendo um local privilegiado para a observação da natureza e de humanidades outras, posto que contava com belezas naturais, expressiva presença de negros e mestiços, florestas tropicais e populações indígenas. Desse modo, a província continha todos os ingredientes que permeavam o imaginário dos estrangeiros e que a tornava *sui-generis* e, portanto, interessante enquanto destino de viagem.

## FONTES

### Relatos de viagem:

AGASSIZ, Jean L.R., AGASSIZ Elizabeth C. A. *Viagem ao Brasil: 1865-1866*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelo Norte do Brasil no ano de 1859*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Livro/ Ministério da Educação e Cultura, 1961.

DARWIN, Charles. *Viagem de um naturalista ao redor do mundo*. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, [19-].

\_\_\_\_\_. *Voyage of the Beagle*. Disponível em: <<http://darwin-online.org.uk>> Acesso em: 21 jul. 2009.

GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada neste país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823*. São Paulo: Ed. Nacional, 1956.

HABSBURGO, Maximiliano de. *Bahia 1860: esboços de viagem*. Rio de Janeiro/Bahia, Tempo Brasileiro/Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1982.

\_\_\_\_\_. *Mato Virgem*. Ilhéus: Editus, 2010.

KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil (Rio de Janeiro e Província de São Paulo)*. São Paulo: Martins, 1940, v. 1.

\_\_\_\_\_. *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil (Províncias do Norte)*. São Paulo: Martins, 1943, v.II.

KIDDER e FLETCHER (1845). *O Brasil e os brasileiros*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1941.

SUZANNET, Conde de. *O Brasil em 1845*. Rio de Janeiro: Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1957.

VON SPIX, J. B. e VON MARTIUS, C. F. P. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

WIED-NEWIED, Maximiliano Príncipe de. *Viagem ao Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1940, p. 274.

### Almanaques:

#### *(Instituto Geográfico e Histórico da Bahia - IGHB)*

ALMANAK administrativo, commercial e industrial da província da Bahia para o anno de 1873, compilado por Altino Rodrigues Pimenta. Bahia, Typographia de Oliveira Mendes, 1872.

ALMANACH do Diario de Notícias, 1883, terceiro anno, Bahia. Secretaria da Cultura e Turismo. Almanach civil, político e commercial da Bahia para o ano de 1845. [s.n.], 1998, Salvador, edição fac-similar.

*(Centro de Documentação e Informação Cultural sobre a Bahia - CEDIC)*

ALMANACH civil, político e comercial da Bahia para o ano de 1845. [s.n.], Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo. Edição fac-similar, 1998.

**Constituição:**

BRASIL. Constituição Política do Imperio do Brazil (de 25 de março de 1824). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm)> Acesso em: 20 jan. 2012.

**Correspondência Impressa:**

DARWIN, Charles. *As cartas de Charles Darwin: uma seleta, 1825-1859*. Tradução Vera Ribeiro. São Paulo: Editora UNESP/ Cambridge, 2000

**Dicionários e Enciclopédias:**

*Dictionnaire des Dictionnaires ou Vocabulaire Universel et Complet de la Langue Française*. Bruxelles: Societé Belge de Librairie, 1839.

*Grand Dictionnaire Universel du XIX Siecle*. Paris, tome 13, 1865.

**Falás de Presidentes**

*(Arquivo Público do Estado da Bahia - APEBA - Seção Província)*

COLEÇÃO das Leis do Império do Brasil (1808-1889). Atos do Poder Legislativo, 1850, Tomo 11, parte 1ª, seção 44º, Brasília: Imprensa Nacional.

FALLA que recitou o presidente da provincia da Bahia, o conselheiro Antonio Ignacio d'Azevedo, n'abertura da Assembléa Legislativa da mesma provincia em 2 de fevereiro de 1847. Bahia, Typ. do Guaycurú de D. Guedes Cabral, 1847.

FALLA que recitou o Presidente da Província da Bahia, o desembargador João José de Moura Magalhães, n' abertura da Assembleia Legislativa da mesma Província em 25 de março de 1848/49. Bahia: Typ. de João Alves Portela. Rua da Oração, casa n. 8, 1848.

(*CENTER OF RESEARCH LIBRAIRES. Brazilian Government Documents. Provincial Presidential Reports (1830-1930). Disponível em: <www.crl.edu/brazil/provincial/bahia.> Acesso em: 12 jan. 2011*)

FALLA recitada na abertura da Assembleia Legislativa da Bahia pelo presidente da província, o doutor João Mauricio Wanderley, no 1.o de março de 1855. Bahia, Typ. de A. Olavo da França Guerra e Comp., 1855.

FALLA recitada na abertura da Assembleia Legislativa da Bahia pelo presidente da província, o doutor Alvaro Tiberio de Moncorvo e Lima em 14 de maio de 1856. Bahia, Typ. de Antonio Olavo da França Guerra e Comp., 1856.

FALLA dirigida a Assembleia Provincial da Bahia pelo primeiro vice-presidente, dez. João José d'Almeida Couto no 1.o de março de 1873. Bahia, Typ. do Correio da Bahia, 1873.

FALLA com que o illm. e exm. sr. conselheiro dr. João Capistrano Bandeira de Mello, presidente da província, abriu a 2.a sessão da 26.a legislatura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 4 de outubro de 1887. Bahia, Typ. da Gazeta da Bahia, 1887.

#### **Manual de etiqueta:**

ROQUETTE, J. I. Código do Bom-Tom ou Regras a civilidade e de bem viver no século XIX. In: SCHWARTZ, Lilia Moritz (org.). São Paulo: Cia das Letras, 1997. (Retratos do Brasil).

#### **Periódicos:**

O INSTITUTO Histórico da Bahia e o seu periódico (1856-1877). Edição fac-similar. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2001. (Obras Raras).

#### **REFERÊNCIAS**

ALBUQUERQUE, Wlamyra. *O Jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de; RENAUX, Maria L. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. In: ALENCASTRO, Felipe de (org.). *História da vida privada no Brasil 2*. São Paulo: Cia das Letras: 2006, v.2.

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *História da instrução pública no Brasil (1500-1889)*. São Paulo: EDUC, Brasília: INEP/MEC, 1989.

ALVES, Castro. *Os escravos*. São Paulo: Klick, [19-].

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

- ARAS, Lina Maria Brandão de; BARRETO, Maria Renilda Nery . Salvador, cidade do mundo: da Alemanha para a Bahia. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 10, p. 151-72, jan./abr., 2003.
- ARIES, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- ARRUDA, Angela. O ambiente natural e seus habitantes no imaginário brasileiro: negociando as diferenças. In: \_\_\_\_\_. (org.). *Representando a Alteridade*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- AUGEL, Moema Parente. *Visitantes Estrangeiros na Bahia Oitocentista*. São Paulo, Cultrix; Brasília: INL, 1980.
- \_\_\_\_\_. *A visita de Maximiliano da Áustria a Ilhéus*. Salvador: CEB, 1981.
- BACELAR, Jefersom. *A hierarquia das raças: negros e brancos em Salvador*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.
- BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*. São Paulo: Hucitec; Brasília: Ed. UnB, 1996.
- BARREIRO, Carlos José. *Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência*. São Paulo: UNESP, 2002.
- BELLUZZO, Ana Maria de M. *O Brasil dos viajantes: a construção da paisagem*. São Paulo: Metalivros; Salvador: Odebrechet, 1994.
- BÍBLIA Sagrada. Traduzida em português por João Ferreira de Almeida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2009.
- BOYER, Marc. *História do Turismo de Massa*. Bauru: EDUSC, Salvador: EDUFBA, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. Condição de classe e posição de classe. In: MICELI, Sergio (org.). *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- BRAGA, R. *História da Comissão Científica de Exploração*. Fortaleza: Imprensa Universitária da UFC, 1962.
- BROWNE, Janet. *A origem das espécies de Darwin: uma biografia*. Trad. de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2007.
- BURKE, E. *Uma investigação filosófica sobre a origem de nossas idéias do sublime e do belo*. Campinas: Papyrus/Unicamp, 1993.
- CARMO, Alane Fraga do. *Colonização e escravidão na Bahia: a Colônia Leopoldina (1850-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. Política Indigenista no Século XIX. In: \_\_\_\_\_. (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.
- CARVALHO, Jose Murilo de (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, Rio de Janeiro: Bertrand, 1990. (Memórias e Sociedade).
- \_\_\_\_\_. O mundo como representação. *Revista das Revistas: estudos avançados*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 11, 1991, p. 1-10.
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.
- COUTO, Edilece Souza. *Tempo de festas: homenagens a Santa Bárbara, Nossa Senhora da Conceição e Sant'Ana em Salvador (1860-1940)*. Salvador: EDUFBA, 2010.
- COUTO, Jorge. As sociedades indígenas. In: *A construção do Brasil*. Lisboa: Cosmos, 1998.
- CUNHA, Luiz A. O ensino superior no Império. In: *A universidade temporã: o ensino superior da Colônia à era Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. v.1. (Educação e transformação).
- DIAS, M. O. da S. *O Fardo do Homem Branco: Southey, historiador do Brasil (um estudo dos valores ideológicos de império do comércio livre)*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1974.
- DIAS, Olívia Biasin. *Falla-se todas as Línguas: hospedagem, serviços e atrativos para os viajantes estrangeiros na Bahia oitocentista*. 2007. 174 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.
- DIAS, Zwinglio Mota. Evangelho e ideologia: uma mistura não premeditada. In: ALVES, Rubem et al. *Fé cristã e ideologia*. Piracicaba: UNIMEP; Imprensa Metodista, 1981.
- DREHER, Martin N. *A Igreja Latino-Americana no contexto mundial*. São Leopoldo: Sinodal, 1999.
- DUCHET, M. *Antropologia e História en el siglo de las luces: Buffon, Rousseau, Voltaire, Heluécio, Diderot*. México: Siglo Veintiuno, 1975.
- EDELWEISS, Frederico G. *A visita de Maximiliano da Áustria à Bahia*. Salvador: CEB; Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial da Bahia, 1961.
- \_\_\_\_\_. *A secular presença da Alemanha na Bahia*. Anais do APEB, n. 39, 1970.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1994, v.1.
- FALCÓN, Francisco J. C. *A Época Pombalina (política econômica e monarquia ilustrada)*. São Paulo: Editora Ática, 1982.
- FERNANDES JUNIOR, Rubens; LAGO, Pedro Corrêa do. *O século XIX na fotografia brasileira*. São Paulo: Fundação Armando Álvares Penteado, 2000.

- FERREIRA, Alexandre R. *Viagem filosófica pelas capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. Memórias-antropologia*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1974.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. 30 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2002.
- FRÓES, Gabriel Kopke. Avé-lallemant, pastor Frederico e Dr. Roberto. *Instituto Histórico de Petrópolis*. 1963. Disponível em:< [http://www.ihp.org.br/lib\\_ihp/docs/gkf19630000.htm](http://www.ihp.org.br/lib_ihp/docs/gkf19630000.htm)>. Acesso em: 02 fev. 2012.
- GAY, Peter. *Guerras do prazer: a experiência burguesa – da rainha Vitória a Freud*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
- GERBI, A. *La disputa del nuevo mundo*. Historia de una polemica. México: Fondo de Cultura Económica, 1982.
- GOBINEAU, Arthur de. *Essai sur l'negalité des races humaines*. Paris: Librairie de Firmin Didot Frères, 1853.
- GOES, José R., FLORENTINO, Manolo G. *A Paz das Senzalas*. Famílias escravas e tráfico Atlântico. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- GUIMARÃES, Manoel L. S. História e Natureza em Von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a Nação. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. VII, p. 389-410, jul./out., 2000.
- \_\_\_\_\_. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.1, n. 1, p.5-27, 1988.
- GUIMARÃES, Antonio Sergio A. Cor e Raça: raça, cor e outros conceitos analíticos. In: *Raça: novas perspectivas antropológicas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- HAUCK, João Fagundes et al. *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo: segunda época - século XIX*. Petrópolis: Vozes, 2008, p.185.
- HOBBSBAWN, E. J. *A era dos impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Cia das Letras, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 4.ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1985.
- JOFFE, Hélène. Degradação, desejos e “o outro”. In: ARRUDA, Ângela (org.). *Representando a alteridade*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- JOVCHELOVITEH, Sandra. Re(des)cobrimdo o outro - para um entendimento da alteridade na teoria das representações sociais. In: ARRUDA, Ângela (org.). *Representando a alteridade*. Petrópolis: Vozes, 1998.

- LEITE, Ilka Boaventura. *Antropologia da viagem: escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.
- LEITE, Miriam L. M. *Livros de viagem (1803-1900)*. Rio de Janeiro: UFRJ Editora, 1997.
- \_\_\_\_\_. *A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, 1984.
- MACHADO, Maria H. P. T. *A ciência norte-americana visita a Amazônia: entre o criacionismo cristão e o poligenismo degeneracionista*. *Revista USP*, v. 75, 2007, p.68-75.
- MAGNOLI, Demétrio. *Uma gota de sangue: história do pensamento racial*. São Paulo: Contexto, 2009.
- LIESELLOTE H. Ornellas. *A alimentação através do tempo*. Florianópolis: UFSC, 2003.
- LINHARES, M. Y.; TEIXEIRA SILVA, F. C. *História da agricultura brasileira, combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- LYRA, Henrique Jorge B. *Colônias e Colonos na Bahia 1850-1889*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1982.
- MARQUES, João F. O Estilhaçar do Espelho. Da raça enquanto princípio de compreensão do social a uma compreensão sociológica do racismo. *Ethnologia*, 1995, p.39-57.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia século XIX. Uma Província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: HUCITEC; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- MESQUIDA, Peri. *Hegemonia norte-americana e educação protestante no Brasil*. São Bernardo do Campo: Editeo, 1994.
- MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- NASCIMENTO, Anna Amélia V. *As dez freguesias na cidade do Salvador*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1986.
- NASCIMENTO, Sebastião; THOMAZ, Omar R. Raça e Nação. In: PINHO, Osmundo; SANSONE, Lívio (org.). *Raça - novas perspectivas antropológicas*. Salvador: EDUFBA, 2008, p.193-236.
- NUNES, Antonietta de Aguiar. Educação na Bahia no século XIX: algumas considerações. *Revista do IGHB*, Salvador, n. 93, p. 186-208, jan./dez. 1997.
- OLIVEIRA FILHO, João P. de. *Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Marco Zero/ UFRJ, p.84-148, 1987.



OLIVEIRA, Maria Inês C. Quem eram os negros da Guiné? *Afro-Ásia*, Salvador, n. 19-20, p.37-73, 1997.

PÁDUA, José A. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1776-1888*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. Construindo o estado da exclusão: os índios brasileiros e a Constituição de 1824. *CLIO – Revista de Pesquisa Histórica*, v. 28.2, 2011.

\_\_\_\_\_. De como se obter mão-de-obra indígena na Bahia entre os séculos XVI e XVIII. *Revista História*. São Paulo, n. 129-131, p.179-208, ago-dez./1993 e 1994.

\_\_\_\_\_. Imigrantes europeus e índios: duas soluções para a questão da substituição da mão-de-obra escrava africana no Brasil na década de 1850. *Inquice Revista Cultural Eletrônica*, UFBA, v.2, p.1-16, 2000. Disponível em: <http://www.inquice.ufba.br>. Acesso em: 20 jun. 2011.

\_\_\_\_\_. *O tempo de dor e do trabalho: a conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste*. Tese de Doutorado em História. São Paulo: USP, 1998.

\_\_\_\_\_. Os Botocudos e sua trajetória histórica. In: Manuela Carneiro da Cunha (org.), *História dos Índios no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

PARÉS, Luis N. *A formação do candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia*. Campinas: Unicamp, 2006.

\_\_\_\_\_. O processo de crioulistização no Recôncavo Baiano (1750-1800). *Afro-Ásia*, n.33, p. 87-132, 2005.

\_\_\_\_\_. O processo de “nagoização” no Candomblé baiano. In: *Formas de crer: ensaios de história religiosa do mundo luso-afro-brasileiro, séculos XIV-XXI*. Bellini, L.; SOUZA, E.; SAMPAIO, G. (orgs.). Salvador: EDUFBA; Corrupio, 2006.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. São Paulo: EDUSC, 1999.

QUERINO, Manuel. *A Bahia de outrora*. Salvador: Livraria Progresso, 1955, p.115.

REIS, Isabel Cristina F. dos. *Histórias de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX*. Salvador: CEB, 2001.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil. A história do levante dos Malês (1835)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

RIBEIRO, Berta G.; VAN VELTHEM L. H. Coleções etnográficas. In: *História dos índios no Brasil*, 1992.

- RIBEIRO, M. L. S. *Introdução á história da educação brasileira*. São Paulo: Corte; Autores Associados, 1987.
- ROSADO, Rita de Cássia. *Porto de Salvador: modernização em projeto 1854-1891*. Salvador: UFBA, 1983.
- ROUANET, Sergio P. O olhar iluminista. In: NOVAIS, Adauto (org.). *O Olhar*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discours sur les sciences et les arts./ Discours sur l'origine de l'inegalité*. Garnie-Flammarion, 1971.
- ROWLAND, Robert. Patriotismo, povo e ódio aos portugueses: notas sobre a construção da identidade nacional no Brasil independente. In: JANCSÓ, Instván (org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec, 2003.
- SAFFIOTI, H. I. B. Rearticulando gênero e classe Social. In: Costa, A. de O. & BRUSCHINI, C. (org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro/São Paulo: Rosa dos Tempos/ Fundação Carlos Chagas, 1992.
- RUY, A. *História do teatro na Bahia, séculos XVI-XX*. Salvador: Publicações da Universidade da Bahia, 1959.
- SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- SAMPAIO, Consuelo Novais. *50 anos de urbanização. Salvador da Bahia no século XIX*. Rio de Janeiro: Versal, 2005.
- SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Juca Rosa: um pai-de-santo na corte imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 2009.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.
- \_\_\_\_\_. *As barbas do Imperador*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Retrato em Branco e Negro*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
- SECO, Ana Paula. *História da Educação no Brasil: o olhar dos viajantes britânicos sobre a educação (1808-1889)*. 2004. 193 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.
- SELA, Eneida Maria Mercadante. *Modos de ser em modos de ver: ciência e estética em registros de africanos por viajantes europeus (Rio de Janeiro, c. 1808-1850.)*. 2006. 317 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.
- SCHIAVINATTO, Iara Lis. Imagens do Brasil: entre a natureza e a história. In: Novais, F. e Jancsó (org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Unijuí, 2003.

- SEIXAS, Mariana Ellen S. *Igreja Presbiteriana no Brasil e na Bahia: instituição, imprensa e cotidiano (1872-1900)*. 2011. 193 f. Dissertação (Mestrado em Historia) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.
- SILVA, Elizete da. Conflitos no campo religioso baiano: protestantes e católicos no século XIX. *Sitientibus*, Feira de Santana, n. 21, p.51-67, jul./dez. 1999.
- SILVEIRA, Renato da. Os selvagens e a massa: o papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental. *Afro-Ásia*, 23, 2000, p. 89-145.
- SKIDMORE, T. *Preto no Branco*. raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- \_\_\_\_\_. *O Brasil visto de fora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- SLENES, Robert W. Malungo, ngoma vem! África coberta e descoberta no Brasil. In: *Revista USP*, n.12, dez-jan-fev, 1992, p.48-67.
- \_\_\_\_\_. *Na Senzala uma flor*. Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- SOARES, Carlos Eugenio L. A Nação da mercancia: condição feminina e as africanas da Costa da Mina, 1835-1900. In: *No Labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- SOARES, Cecília. C. M. *Mulher negra na Bahia no século XIX*. Salvador: UDUNEB, 2007.
- STEPAN, Nancy Leys. *Raça e gênero: o papel da analogia na ciência*. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). *Tendências e Impasses*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- STOLCKE, Verena. Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade? *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 20, p. 101-119, jun. 1991.
- TAVARES, Luis H. D. *História da Bahia*. São Paulo: UNESP, Salvador: EDUFBA, 2001.
- THOMPSON, E. P. Introdução: costume e cultura. In: *Costumes em comum*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América : a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- \_\_\_\_\_. *As morais da história*. Portugal: Biblioteca Universal, 1991.
- \_\_\_\_\_. A viagem e seu relato. *Revista de letras da UNESP*. São Paulo, v. 46, n.1, 2006.
- VERGER, Pierre. *Notícias da Bahia – 1850*. Salvador: Corrupio, 1999.
- VIREY, Julian-Joseph. *Histoire naturelle du genre humain*. Paris: Crochard, 1824.
- WRIGHT, Antonia F. P. de Almeida. *Desafio americano à preponderância britânica no Brasil, 1808-1850*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1978.